

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

ALDINA DA SILVA MELO

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO SUL GLOBAL:
uma análise do documento político *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, da África do
Sul democrática (1994-2018)

São Luís
2023

ALDINA DA SILVA MELO

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO SUL GLOBAL:
uma análise do documento político *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, da África do Sul democrática (1994-2018)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Profª. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araujo.

São Luís
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva Melo, Aldina.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO SUL GLOBAL : uma
análise do documento político White Paper on Arts, Culture
and Heritage, da África do Sul democrática 1994-2018 /
Aldina da Silva Melo. - 2023.

210 f.

Orientador(a): Maria do Socorro Sousa de Araujo.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2023.

1. Cultura. 2. Estudos Africanos. 3. Políticas
Públicas Culturais. 4. Pós-Apartheid. 5. White Paper. I.
Sousa de Araujo, Maria do Socorro. II. Título.

ALDINA DA SILVA MELO

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO SUL GLOBAL:
uma análise do documento político *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, da África do Sul democrática (1994-2018)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.
Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo.

Aprovada em: 11 / 01 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo (Orientadora)

Doutora em Políticas Públicas – UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Zaira Sabry Azar (1ª Examinadora)

Doutora em Políticas Públicas – UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Cleonice Correia Araújo (2ª Examinadora)

Doutora em Políticas Públicas – UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Wheriston Silva Neris (3ª Examinador)

Doutor em Sociologia – UFS
Universidade Federal do Maranhão

João Ricardo Costa Silva (4ª Examinador)

Doutor em Ciências Sociais – UFMA
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

São Luís
2023

Ao povo da África do Sul que, desde 2011, me fez redescobrir uma África de cores, movimentos e sabores, e uma outra forma de olhar o Sul Global.

À Luiz Francisco Melo Barros, um anjo do céu que me escolheu como mãe. Luiz Francisco, desde o meu ventre, muito me tem ensinado sobre o amor e o maternar.

Aos meus pais, Vanusa da Silva Melo e Francisco Lustosa de Melo Neto, trabalhadores rurais, pelo exemplo de força e coragem tão necessários para sobreviver nesse mundo capitalista, ainda, permeado por tantas desigualdades sociais.

AGRADECIMENTOS

As melodias da vida estão a nos tocar, a nos fazer “dançar”. Elas nos mostram que há movimentos na vida, e que estes movimentos nos levam a viver ciclos e a fazer escolhas. Na vida acadêmica, esse processo nos leva a tecer cartografias de conhecimentos e saberes, mas também de afetos. Nos leva a nos redescobrir e reinventar no mundo. As melodias que me levaram a este ciclo do doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão algumas pessoas foram fundamentais para a conclusão desta tese. A essas pessoas que um lugar especial passaram a ocupar em meu coração, toda a minha gratidão.

À Deus pela presença e cuidado constante. Por renovar minha fé diariamente, sobretudo nos momentos em que a angústia, o medo e a incerteza se fizeram presentes no “correr da vida” que embrulha tudo e requer da gente coragem, como diria Guimarães Rosa.

A minha família pelo carinho de sempre, e, sobretudo, pelo apoio e compreensão quando aos meus 15 anos de idade tive que sair da casa dos meus pais para poder estudar. Aos meus seis irmãos (Aldo da Silva Melo, Augusto da Silva Melo, Anízio da Silv Melo, Acelmo da Silva Melo, Adriano da Silva Melo e Álvaro Emanuel da Silva Melo) e às minhas três irmãs (Joana Alice da Silva Melo, Amanda da Silva Melo e Aryanny da Silva Melo) por tanto carinho e pelas várias mensagens de força e incentivo para que eu não desistisse do doutorado. Ao meu pai, Francisco Lustosa de Melo Neto, por me incentivar a sonhar e enfrentar meus medos. E, de modo muito especial, agradeço à minha mãe, Vanusa da Silva Melo, meu exemplo mais lindo de ser humano, de força e gentileza.

A Antonio Evaldo Almeida Barros, pessoa querida e brilhante africanista, pelo diálogo profincuo sobre esta tese de doutorado. Esses diálogos foram fundamentais para o amadurecimento e conclusão desta pesquisa. Agradeço pelo incentivo e desejo para que eu finalizasse este ciclo e iniciasse outros.

À minha querida orientadora, profa. Dra. Maria do Socorro Araujo. Difícil encontrar palavras para expressar meu agradecimento a profa. Socorro. Muito obrigada pelo carinho, paciência e leveza com a qual conduziu o processo de orietação, sobretudo no período de minha gestação e pós-parto. Agradeço, ainda, pela escuta afetuosa nos vários momentos em que compartilhei experiências de medos e alegrias nos corredores da universidade, na sala de aula, na biblioteca e nos telefonemas e mensagens de *whatsapp* (pois as melodias da vida não são lineares e, por vezes, nos trazem sensações de medos, nos provocam choro e está tudo bem, afinal somos humanos e a sensibilidade tem um quê de

beleza). A profa. Socorro é uma referência de ser humano e profissional para mim. Tenho não só admiração, mas muito carinho por ela.

As professoras da banca da qualificação do projeto de pesquisa desta tese: Dra. Maria do Socorro Sousa de Araujo e Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, pelas valorosas contribuições nas primeiras reflexões para a tessitura desta pesquisa.

As professoras da banca de qualificação do texto desta tese: Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa e Dra. Zaira Sabry Azar, pelas ricas contribuições para o amadurecimento desta pesquisa.

Aos professores que compõem a banca de defesa desta tese: Dra. Zaira Sabry Azar, Dra. Cleonice Correia Araujo, Dr. Wheriston Neris e Dr. João Ricardo pelo aceite em participar desse “ritual acadêmico”.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA pela oportunidade de cursar este doutorado.

Ao prof. Dr. Ribamar Sá pelas brilhantes aulas da disciplina de Formação da Sociedade Brasileira. Recordo que em uma certa aula nos foi solicitado que falássemos sobre nossas raízes. E ao falar sobre meus pais, eu chorei de emoção e saudade, e fiquei envergonhada por ter chorado. Então o prof. Ribamar Sá me disse que eu não deveria jamais sentir vergonha de chorar, pois chorar também nos humanizava e, em certa medida, fazia bem a alma.

Aos amigos que fiz no PPGPP: Goia Biague (da Guiné-Bissau) e que me presenteou com belos tecidos do seu país ao saber da minha paixão por tecidos africanos, Suzane Rodeirgues e César Chaves (maranhenses e brasileiros). Agradeço por me ouvir, seja na univridade, seja em ligações e mensagens de *whatsapp*, sobre meus dilemas com a tese.

Ao CNPq pela bolsa de pesquisa que, em 2018, me possibilitou, além de realizar esta pesquisa, custear minha estadia em São Luís – MA para cursar o doutorado.

Ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois foi graças as políticas públicas criadas em seu governo que eu, filha de trabalhadores rurais do interior do Maranhão, tive a oportunidade de ingressar numa universidade pública como estudante para cursar a Graduação (2010 – 2014), Mestrado (2015 – 2017) e Doutorado (2018 – 2023). Foram treze anos de formação ininterrupta (2010 a 2023) na qual recebi bolsa de pesquisa. Talvez muitos nesse universo acadêmico, espaço ainda muito elitizado, não compreendam a real importância das políticas públicas para quem vem de onde vim. Mas essas políticas públicas são fundamentais em uma sociedade extremamente desigual.

Aos amigos que fiz ainda na época da graduação: Iara Souza, Gleiciane Brandão, Inaldo Bata e Cláudia Silva. À Iara agradeço por me lembrar que na vida é preciso determinação para seguir em frente nos dias de desânimo; À Gleiciane agradeço pelo cuidado comigo e por sempre me lembrar que é preciso serenidade e fé na vida, inclusive na acadêmica permeada pelo cientificismo; À Inaldo, com quem fiz minha segunda viagem para África do Sul, sempre me lembrava do quanto sorrir, mesmo nos dias de tristeza, fazia bem a nossa alma e a vida de pesquisadora; e à Cláudia, com quem fiz a primeira viagem para África do Sul, agradeço pelas conversas reflexivas e por me lembrar que ter disciplina é importante, mas é fundamental também dar uma pausa vez ou outra da correria da vida acadêmica, pegar o violão e cantar. Conhecer e compartilhar as “loucuras e descobertas”, os encantos, os dilemas, as angústias e conquistas da vida acadêmica com vocês deixou essa vida mais leve, bonita e cheia de riso. Tenho vocês em meu coração.

Às amigas que conheci e com quem dividi moradia quando ingressei como estudante de graduação da UFMA – Campus Grajaú, em 2010: Rosária Carvalho, Ingrid Rodrigues e Welitânia Rocha. Recordo com muito carinho das longas conversas que atravessavam madrugadas, das conversas na beira do rio Grajaú e na pracinha do seminário paroquial sobre os sonhos que tínhamos logo no início do curso. Agradeço pela torcida para que finalizasse este ciclo e pelas inúmeras chamadas de vídeo via *whatsapp* que tanto me faziam sorrir nos meus momentos de dilemas com a tese e cansaços com a maternidade.

A Ana Paula, pessoa incrível que Deus colocou em meu caminho. Agradeço pelas boas conversas e valiosas orientações sobre a maternidade, ainda durante a gestação e no período em que tive meu filho, Luiz Francisco, na reta final do doutorado. Além de estar longe da minha família (que seria uma grande e importante rede de apoio) e ter que aprender a ser mãe longe da minha mãe e avó (minhas referências de mães), foi um desafio enorme chegar à travessia desta tese tendo que aprender a conciliar maternidade, vida acadêmica e trabalho.

“Eu lutei contra a dominação branca, e lutei contra a dominação negra. Eu tenho prezado pelo ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas possam viver juntas em harmonia e com iguais oportunidades. É um ideal pelo qual eu espero viver e que eu espero alcançar. Mas, caso seja necessário, é um ideal pelo qual eu estou pronto para morrer.” (Nelson Mandela)

“Cultura é fator de desenvolvimento.” (Lia Calabre)

“Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia.” (Guimarães Rosa)

“[O lugar de onde vim]
Tem poesia no dia a dia.
Tem gente que acredita que o sol
sempre há de brilhar.”
(Maria Bethânia)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTAG	Arts and Culture Task Group.
ANC	African National Congress.
APSA	American Political Science Association.
CNA	Congresso Nacional Africano.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CODESA	Convention for a Democratic South Africa.
COVID - 19	Coronavirus Disease 2019.
DAC	Department of Arts and Culture.
Dr.	Doutor.
Dra.	Doutora.
DSAC	Department of Sport, Arts and Culture.
ENC	Educação Nacional Cristã.
ENECULT	Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.
EUA	Estados Unidos da América.
FIFA	Fédération Internationale de Football Association.
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
IJCAI	International Joint Conference on Artificial Intelligence.
INCE	Instituto Nacional de Cinema Educativo.
INL	Instituto Nacional do Livro.
JUN	June.
MA	Maranhão.
MAR	March.
MEC	Ministério da Educação do Brasil.
MEC	Ministério da Educação e Cultura de Moçambique.
MINIPLAN	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.
NAC	Conselho Nacional de Arte.
NEÁFRICA	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global.
NHC	Conselho de Patrimônio Nacional.
NOV	November.
NP	National Party.
OCT	October.
OMS	Organização Mundial da Saúde.

ONGs	Organização Não Governamental.
PET	Programa de Educação Tutorial.
PPGHist	Programa de Pós-Graduação em História.
PPGPP	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.
PRD	Programa de Reconstrução e Desenvolvimento.
PCH	Programa Cidades Históricas.
SAS	State Archives Service.
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão.
UFMA	Universidade Federal do Maranhão.
UFS	Universidade Federal de Sergipe.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas.
WAAS	World Academy of Art and Science.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Sandra Laing, ainda criança, com seus pais, Abraham Laing e Sannie Laing.
- Figura 2 Passe.
- Figura 3 Vista aérea da Epworth School.
- Figura 4 Escola destinada para estudantes negros durante o Apartheid.
- Figura 5 Banco público destinado exclusivamente para pessoas brancas, Cidade do Cabo, África do Sul, durante o Apartheid após a aprovação da Separate Amenities Act of 1953.
- Figura 6 Corpo de Hector Pieterson, carregado nos braços, morto pela polícia do NP no Levante de Soweto (1976).
- Figura 7 Museu – Mandela’s House (2017).
- Figura 8 Sandra Laing, ainda criança, com seus pais, Abraham Laing e Sannie Laing.
- Figura 9 Símbolo do ANC.
- Figura 10 Nelson Mandela em 1944.
- Figura 11 Mandela votando nas eleições de 1994.
- Figura 12 Ilha de Robben.
- Figura 13 Mandela e Zuma em 1991 na Convention for a Democratic South Africa (CODESA).
- Figura 14 Museu Old Prison.
- Figura 15 Msunduzi Museum.
- Figura 16 Nelson Mandela Capture Site – Apartheid Museum.
- Figura 17 Grupo de danças zulus em apresentação no centro turístico PheZulu, Durban, África do Sul.
- Figura 18 Galerias do Msunduzi Museum.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Ações da UNESCO no campo da cultura.

Tabela 2 Ações no campo das políticas culturais.

Tabela 3 Revisões do White Paper.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Divisão da África do Sul em 1899.

Mapa 2 Soweto.

RESUMO

Nas últimas décadas temos assistido uma ampliação nos debates sobre políticas culturais desde a perspectiva do Sul Global, sobretudo, a partir das abordagens do campo dos Estudos Africanos. Em África, por exemplo, as políticas culturais têm criado uma nova economia e mercado (SANSONE, 2012), envolvido diferentes conflitos e negociações, distintos modos de agenciamentos e interpretações de processos culturais por agentes sociais diversos e instituições públicas (XULU, 2005). Deste modo, analiso nesta pesquisa transformações, impasses e perspectivas presentes no debate sobre as políticas públicas culturais na África do Sul, entre os anos de 1994 a 2018. A reflexão perpassou ainda sobre a relação entre Estado e Cultura na África do Sul democrática. A tese deste trabalho consistiu em refletir sobre a influência da cultura na construção da identidade nacional sul-africana no pós-1994, bem como no combate à herança do apartheid. Na África do Sul, as políticas públicas culturais elaboradas entre 1994 e 2018 influenciam e foram influenciadas pela memória nacional daquele país. Esta tese foi realizada a partir de levantamento e análise de bibliografia sobre o tema, além de pesquisa documental em arquivos online e físico do Department of Sport, Arts and Culture, do Msunduzi Museum e do Alan Pator Center, todos localizados nas províncias sul-africanas de KwaZulu-Natal e Ggauteng. O principal documento analisado foi o *White Paper on Arts, Culture and Heritage*. Temporalmente, enfoqueei os anos de 1994 a 2018, período que corresponde à construção do *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, bem como suas quatro revisões e reedições subsequentes. O *White Paper on Arts, Culture and Heritage* é um documento político tecido à várias mãos durante o governo do ex-presidente Nelson Rolihlahla Mandela (1994-1999), sendo usado como guia nacional para a elaboração das políticas públicas culturais nas terras da “*Rainbow Nation*” pós-Apartheid. A primeira edição do *White Paper on Arts, Culture and Heritage* foi publicada em 1996, sendo revisada e reeditada nos anos de 2016 e 2017, durante o governo do ex-presidente Zacob Gedleyihlekisa Zuma (2009-2018). Teórica e metodologicamente esta tese estruturou-se na interface das discussões do campo dos Estudos Africanos, das Epistemologias do Sul e da História e Antropologia Social Inglesa.

Palavras-chave: Estudos Africanos. Pós-Apartheid. White Paper. Cultura. Políticas Públicas Culturais.

ABSTRACT

In recent decades, we have witnessed an expansion in debates on cultural policies from the perspective of the Global South, especially from the approaches of the field of African Studies. In Africa, for example, cultural policies have created a new economy and market (SANSONE, 2012), involving different conflicts and negotiations, different modes of agency and interpretation of cultural processes by different social agents and public institutions (XULU, 2005). Thus, this research aimed to analyze transformations, impasses and perspectives present in the debate on cultural policies in South Africa, between 1994 and 2018. The reflection also hovered over the relationship between State and Culture in democratic South Africa. The aim was to reflect on the influence of culture in the construction of South African national identity in the post-1994 period. In South Africa, the cultural policies woven between 1994 and 2018 influence and were influenced by the national memory of that country. Temporally, this research focused on the years 1994 to 2018, a period that corresponds to the construction of the White Paper on Arts, Culture and Heritage, as well as its four subsequent revisions and reissues. The White Paper on Arts, Culture and Heritage is a political document woven by several hands during the government of former President Nelson Rolihlahla Mandela (1994-1999), being used as a national guide for the elaboration of public cultural policies in the lands of the “Rainbow Nation” post-Apartheid. The first edition of the White Paper on Arts, Culture and Heritage was published in 1996, being revised and reissued in 2016 and 2017, during the government of former president Jacob Gedleyihlekisa Zuma (2009-2018). Theoretically and methodologically, this thesis was structured at the interface of discussions in the field of African Studies, Southern Epistemologies and English History and Social Anthropology.

Keywords: african studies. Post-Apartheid. White Paper. Culture. Cultural Public Policies.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 POR UMA CARTOGRAFIA DO OFÍCIO DE PESQUISAR: a pesquisa e o construir-se pesquisadora desde o sul do mundo	18
1.2 Campo teórico-metodológico ou “tecendo os fios” da pesquisa	24
2. ESTADO DE ARTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: um mosaíco histórico do Norte ao Sul Global	32
2.1 DOS ESTADOS UNIDOS À EUROPA: Políticas Públicas, um campo em disputa?	34
2.1.1 Perspectiva Norte-Americana sobre Políticas Públicas	36
2.1.2 Políticas Públicas desde o Welfare State: a perspectiva europeia.....	39
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: uma teia de saberes do Norte ao Sul Global	48
2.2.1 Nas tramas da Cultura.....	48
2.2.2 Políticas Culturais desde um diálogo interdisciplinar	58
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E OS ESTUDOS AFRICANOS	70
3.1 ESTUDOS AFRICANOS: um campo em construção	70
3.2 AS POLÍTICAS CULTURAIS NO ÂMBITO DOS ESTUDOS AFRICANOS	89
4 WHITE PAPER NA POLÍTICA DO ANC: Políticas Culturais dos governos de Nelson Mandela e Jacob Zuma, na África do Sul	107
4.1 “ <i>APARTHEID!</i> ”: a África do Sul sob o prisma da segregação racial do <i>National Party</i>	108
4.1.1 As tramas da segregação racial sul-africana a partir da trajetória de Sandra Laing	123
4.2 <i>WHITE PAPER</i> PARA UMA NAÇÃO ARCO-ÍRIS: Política Cultura do ANC nos governos de Mandela e Zuma.....	126
4.2.1 Documentos políticos: <i>White paper on Arts, Culture and Heritage nos governos de Mandiba e Zuma</i>	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	165
ANEXO – Primeira edição do <i>Arts and Culture White Paper - South African Government</i>	171

1 INTRODUÇÃO

1.1 POR UMA CARTOGRAFIA DO OFÍCIO DE PESQUISAR: a pesquisa e o construir-se pesquisadora desde o sul do mundo

Na tessitura do ofício de pesquisador(a) tenho aprendido que vamos construindo cartografias de conhecimentos, mas também de afetos. Nesse processo, que não é linear, é exigido do(a) pesquisador(a) um entregar-se a um labirinto de caminhos e possibilidades. Um mergulhar no que não se conhece sem medo de perder-se, pois, como dissera a escritora Clarice Lispector, perder-se também é caminho. O ofício de pesquisar e construir-se como pesquisador(a) deságua em uma busca que levará à uma travessia. Mas, como dissera Guimarães Rosa, “quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”.

A travessia na construção desta tese de doutorado teve início no ano de 2010, quando ingressei como estudante na primeira turma do curso de Licenciatura em Ciências Humanas na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Se por um lado, ingressar numa universidade pública era um sonho distante (sobretudo por ser filha de quebradeira de coco babaçu e de trabalhador rural com pouca escolaridade, sobreviventes nessa sociedade capitalista) que estava se realizando, por outro lado, fazer parte de uma “turma experimento” abria um leque de incertezas. Mas, parafraseando o poeta brasileiro Guimarães Rosa, o correr da vida desinquieta e exige da gente coragem. Como a primeira, dos 11 filhos dos meus pais, a ter a oportunidade de ingressar no Ensino Superior, o curso de Ciências Humanas foi por mim apreendido com muita inquietude, mas, sobretudo, como uma oportunidade única de conhecer um outro universo que até os meus 18 anos me parecia impossível. Digo parecer impossível pois até janeiro de 2010 eu, nem ao menos, sabia que existiam universidades públicas, e não por ignorância, mas pelo lugar social do qual eu vinha, em que o acesso a energia elétrica, TV, computador, internet, informações era quase inexistente.

Entre 2010 e 2014 cursei a Licenciatura em Ciências Humanas –Sociologia, na Universidade Federal do Maranhão (Campus de Bacabal). No início do curso comecei a participar do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA) e, vinculada ao Programa de Educação Tutorial (PET/MEC), iniciei minha inserção no campo dos Estudos Africanos. Desta experiência resultaria a monografia intitulada *Dançando com os zulus: representações de gênero em KwaZulu-Natal, África do*

*Sul*¹. Partindo, sobretudo, de pesquisa bibliográfica e de análise de documentos variados, alguns dos quais disponíveis em repositórios de livre acesso na internet, o trabalho na época abordou representações de gênero na *Zulu Dance*, conjunto de expressões culturais sul-africanas características do povo zulu da província de KwaZulu-Natal, na África do Sul.

Após concluir a graduação, em 2015, ingressei no Mestrado Profissional em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHist/UEMA), com o projeto intitulado *Em Terras Zulus: Narrativas e Representações de Gênero, Memórias e Patrimônio na Zulu Dance*. O processo de orientação, as disciplinas cursadas no primeiro ano do mestrado e a participação em eventos científicos, sobretudo aqueles voltados para os Estudos Africanos, possibilitaram o amadurecimento da pesquisa. O objetivo inicial do projeto de mestrado era aprofundar o trabalho de graduação, porém a dissertação foi ganhando outros movimentos, sobretudo depois da primeira etapa de pesquisa de campo na África do Sul, onde permaneci entre janeiro e maio de 2016, bem como após o exame de qualificação, realizado em setembro de 2016, quando tive a oportunidade de retornar àquele país e permanecer de outubro a dezembro daquele ano. Assim, intitulada *A África na sala de aula na África: a reinvenção dos zulus*², o objetivo definitivo da dissertação consistiu em analisar o lugar destinado à história e à cultura zulu na África do Sul, do Apartheid ao pós-Apartheid, tendo como fontes principais cinco coleções de livros didáticos utilizados em escolas de KwaZulu-Natal: durante o Apartheid, *History for Today* e *History in Action*; no pós-Apartheid, *Making History*, *Shouters History* e *Viewpoint History*.

Se na dissertação de mestrado a pesquisa caminhou na direção de compreender o lugar dos zulus durante e depois do Apartheid, a partir da análise de livros didáticos, o objetivo inicial desta tese de doutorado quando da seleção para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas era analisar o processo de patrimonialização da *Zulu Dance* e sua relação com as políticas públicas voltadas para o campo da cultura que têm construído uma memória social sobre os zulus em KwaZulu-Natal, na África do Sul, bem como seu impacto na construção de uma identidade nacional sul-africana, no período do Apartheid ao pós-Apartheid.

Ademais, as disciplinas cursadas no doutorado, o processo de orientação, a participação em eventos científicos, sobretudo aqueles voltados para as Políticas Públicas e os Estudos Africanos, o surgimento da pandemia da COVID-19 (que, dentre muitos efeitos

¹ Em 2015 concorri ao prêmio *Mérito Acadêmico*, da Universidade Federal do Maranhão – categoria Monografia, e obtive premiação em 1º lugar.

² Em 2018 concorri ao prêmio *Teses e Dissertações*, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, e obtive a premiação em 1º lugar.

devastadores, provocou o isolamento social e fechamento de fronteiras em todo o mundo), a realização do exame de qualificação do projeto, a retomada ao caderno de campo e às fontes documentais foram espaços importantes para a reflexão e amadurecimento desta pesquisa. Assim, o objetivo inicial da minha tese foi reconfigurado e ganhou outros fios na tessitura. Deste modo, o objetivo deste trabalho de doutorado passou a ser problematizar a relação entre Estado³ e Cultura, conectando tal processo às políticas públicas culturais que têm sido pautadas a projetos de nação, de um lado, voltados para ideais nacionalistas e integracionista; de outro lado, para ideais de nativização. A intenção foi mapear e analisar transformações, impasses e perspectivas no campo das políticas públicas culturais na África do Sul durante os 24 anos de governo do African National Congress – ANC (1994-2018), precisamente nos mandatos presidenciais de Nelson Mandela e Jacob Zuma.

Devido à pandemia da COVID-19, a pesquisa de campo foi realizada em dois momentos. O primeiro, seis meses antes de ingressar como estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA), quando tive a oportunidade de viajar para África do Sul por seis meses, entre 2016 e 2017. Naquela época eu estava finalizando minha pesquisa de mestrado, mas a estadia naquele país me possibilitou muitas reflexões para além daquelas que davam corpo e vida à minha dissertação. Então, ainda na África do Sul, comecei a vislumbrar um possível projeto de doutorado que refletisse a relação entre Estado e Cultura. Assim, comecei a mapear e coletar potenciais fontes que me ajudariam na investigação de uma pesquisa de doutorado. Após retornar ao Brasil e concluir o mestrado, em 2018 fui aprovada na seleção do doutorado em Políticas Públicas. A minha intenção era retornar à África do Sul logo que concluísse as disciplinas obrigatórias. Contudo, em dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) emite alerta sobre o Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e em seguida é decretado estado pandêmico em diversos países de todo o mundo, dentre eles Brasil e África do Sul, devido ao alto nível de contaminação da população. A OMS sugeriu, então, o isolamento social com a finalidade de conter a disseminação do vírus até que uma vacina fosse desenvolvida e a população fosse vacinada. E países de todo o mundo começaram a fechar as fronteiras de seus territórios, o que me impossibilitou o retorno à África do Sul como previsto.

Ademais, destaco que dois foram os condicionantes principais que impossibilitaram meu retorno à África do Sul, em 2020, após conclusão dos créditos das disciplinas do doutorado, e conseqüentemente incidiram sobre a produção desta tese: a

³ Estado é aqui apreendido como referência ao poder político e econômico (BAPTISTA, 2008; FERRETTI, 2007), como instância de poder legitimado e legitimador (COELHO, 1991).

pandemia da Covid-19, a chegada da minha gravidez e eu ter contraído covid. Com o fechamento das fronteiras dos países provocado pela pandemia da Covid-19 não tive como regressar à África do Sul como havia programado no meu plano de trabalho de doutorado. A reabertura das fronteiras dos países foi ocorrendo gradativamente na medida em que a vacinação contra o Novo Coronavírus foi avançando em todo o mundo.

A partir do primeiro semestre de 2022 a fronteira da África do Sul reabriu para brasileiros, contudo no final de novembro de 2021 eu havia tido filho e isso impossibilitou que eu realizasse uma viagem para aquele país, posto que quando a reabertura de fronteira ocorreu meu filho estava com menos de três meses de nascido e eu, que tive parto cesáreo, ainda não estava completamente recuperada para retornar à África do Sul para realizar pesquisa de campo. Então em diálogo com minha orientadora, decidimos fazer algumas mudanças no objetivo da tese, que *a priori* seria analisar, a partir do processo de patrimonialização da Zulu Dance, transformações, impasses e perspectivas presentes no debate sobre as políticas culturais no estado de Kwazulu-Natal, na África da Sul, entre 1994 a 2018.

Inicialmente a tese teria quatro capítulos, a saber: O primeiro abordando a construção do campo das Políticas Públicas Culturais; o segundo enfocando o estado de arte das Políticas Públicas de cultura a partir do campo dos Estudos Africanos; o terceiro problematizando a relação entre Estado e Cultura na África do Sul entre 1994 a 2018, a partir do *White Paper on Arts, Culture and Heritage*; e um quarto capítulo com estudo de caso sobre a patrimonialização de uma das danças zulus, o *Virginity Festival*. Após conversas com minha orientadora e diante do cenário que se apresentava, decidimos suprimir o quarto capítulo por considerar que não teria como retornar à África do Sul em 2022 para trabalho de campo. A principal alteração em relação ao objetivo inicial da tese consistiu em retirar a análise do processo de patrimonialização da Zulu Dance, e focar no *White Paper on Arts, Culture and Heritage* para a partir daí problematizar transformações, impasses e perspectivas presentes no debate sobre as políticas culturais no estado de Kwazulu-Natal, na África da Sul, entre 1994 a 2018.

Entre 2016 e 2017, durante a estadia na África do Sul visitei vários museus, arquivos públicos, centros turísticos e bibliotecas. Estar em um país que eu buscava compreender desde a pesquisa de monografia de graduação causava em mim uma sensação de realização profissional e pessoal. Lembro que tudo me prendia a atenção e o caderno de campo foi, de início, meu principal interlocutor. No caderno de campo eu registrava minhas andanças pelas terras sul-africanas, bem como as sensações que tinha, as dúvidas, as

inquietações, os desenhos das ruas, casas, prédios e instituições públicas que visitei, letras de canções, enfim, o universo de uma outra África do Sul que se apresentava diante de mim, muito diferente daquela representada em narrativas, discursos e imagens que circulam na internet, por exemplo.

A África do Sul que conheci era dinâmica, pluricultural, de cores e flores pelas ruas, de uma diversidade de idiomas sendo muito comum uma pessoa falar dois, três ou quatro línguas⁴, de uma rica culinária, de campus universitários que produziam conhecimentos em diversas áreas do saber e recebiam estudantes de diferentes partes do mundo, seja para realizar pesquisas científicas e intercâmbios, seja para estudar inglês ou outro idioma daquele país. Recordo que ao chegar na África do Sul me matriculei em um curso de inglês e isiZulu no Language Center of KwaZulu-Natal da Universidade de KwaZulu-Natal. Minha turma de inglês e IsiZulu era composta por estudantes oriundos de Moçambique, Canadá, França, Itália, Inglaterra, Austrália e Arábia Saudita. As aulas de inglês eram sempre durante o dia. Já as de isiZulu eram a noite. Ambas eram realizadas no Language Center, mas também em museus, parques, praias e centros turísticos nas cidades de Pietermaritzburg e Durban. Desde o primeiro contato com as terras sul-africanas percebi que as dimensões da cultura e da língua eram muito forte naquele país. Recorrentemente, em vários espaços, a cultura era posta como chave de luta contra a herança da colonização e segregação racial. E no caderno campo eu ia tecendo um labirinto de caminhos e inquietações que, posteriormente, foram melhor compreendidos por mim nesta tese de doutorado.

Meu caderno de campo, de fato, não foi por mim apreendido apenas como um espaço de “registros técnicos”. Nele registrei meu olhar de pesquisadora brasileira que vinha de uma experiência do sul do mundo de um país colonizado tal qual a África do Sul. De fato, no caderno de campo “não são usuais os momentos em que o pesquisador compartilha quase tudo aquilo que diz respeito aos seus interlocutores em campo: privação, medo, ansiedade [...]” (THOMAZ, 2011, p. 273-274). Nesse sentido, ele foi um importante interlocutor para um registro (embora seletivo posto que nossa mente não é capaz de capturar e/ou mesmo (re)lembrar de todas as dimensões de uma dada realidade, das situações sociais) das minhas impressões sobre a África do Sul que vivi e senti. Compartilho da perspectiva de que “as situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa,” e que, “a partir das situações sociais e de suas inter-relações em uma

⁴ Após o Apartheid, a África do Sul adotou 11 idiomas como oficiais.

sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições etc. daquela sociedade.” (GLUCKMAN, 2010, p. 239)

O segundo momento da pesquisa foi realizado nos arquivos online do Department of Sport, Arts and Culture da África do Sul. Além de levantamento e análise de bibliografia sobre o tema e que auxiliaram na discussão dos problemas levantados neste trabalho, realizei pesquisa documental objetivando, sobretudo, reunir fontes governamentais do ANC sobre políticas públicas culturais. Nesta pesquisa a análise da documentação se deu em dois níveis. No primeiro nível está o diálogo com o campo das políticas públicas, da cultura, das políticas culturais e dos Estudos Africanos. No segundo nível, os documentos oficiais produzidos durante os governos do ANC, especificamente nos mandatos de Mandela (1994-1999) e Zuma (2007-2018).

No segundo nível de fontes, temos o *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, redigido no governo do ANC, por meio do qual foi possível refletir sobre a relação entre Estado e Cultura na África do Sul democrática. A ideia foi tentar mapear quem foram os sujeitos envolvidos na construção deste documento, quais as perspectivas de cultura e políticas culturais que perpassam nesse documento. O *White Paper on Arts, Culture and Heritage* se constituiu como um documento político usado como guia no processo de formulação e orientação das políticas públicas culturais. Sua primeira edição é de 1996, quando Nelson Mandela era presidente do país; a segunda, terceira, quarta e quinta edições são de 2016 e 2017, quando estava como presidente da África do Sul Jacob Zuma. A justificativa para o recorte temporal desta pesquisa se conecta diretamente ao período de construção e reedições do *White Paper*⁵, posto que este documento se tornou referência nacional para a elaboração de qualquer política cultural naquele país nos primeiros anos de sua democracia.

Entender e analisar esse documentos oficiais, que foram mudando ao longo dos anos, ajudou a ter uma melhor compreensão da conexão entre política cultural, política patrimonial, política de memória e a notar como, nesses documentos, são mobilizadas a própria ideia de África e África do Sul, de africano negro e branco. De fato, esses documentos foram, de um lado, sendo tomados como referências para a formulação das políticas culturais, de outro lado, construindo as políticas de memórias daquele país em relação a certos repertórios culturais. Esses planos estão conectados e seguem referências de documentos

⁵ A expressão *White Paper* deriva do inglês e corresponde a um documento (semelhante a um relatório) oficial de governos ou organizações internacionais com o objetivo de informar ou servir como guia sobre problemas sociais, bem como visa apresentar estratégias de enfrentamento a tais problemas. *White Paper* é, ainda, muito usado no campo da política, em programas de governos para fazer referências ao processo de políticas públicas.

internacionais, como o da UNESCO – importante organização em nível internacional para o campo da cultura.

1.2 Campo teórico-metodológico ou “tecendo os fios” da pesquisa

Em linhas gerais, esta pesquisa se estruturou em dois eixos: I) A (re)construção da nação através das políticas públicas culturais. II) O embate pela fixação de memórias. Em termos de estratégia analítica, foi levantada documentação com a pretensão de tentar fazer uma análise para acompanhar mudanças e perceber, por exemplo, como a categoria cultura foi acionada de 1994 a 2018 e quais os projetos de nação atrelada a ela.

Durante toda a pesquisa, a reflexão sobre o campo metodológico foi contínuo, por se considerar importante “[...] velar para não se cair na armadilha da ilusão conceitual, evitando a um só tempo a reificação dos conceitos e sua transposição pretensamente explicativa para toda e qualquer realidade social” e, na dimensão metodológica, “[...] impõe-se desconstruir a ilusão da certeza dos métodos e das técnicas, transformando-os em um fim em si mesmos [...]” (FURTADO, 2014, p. 38). Afinal, “o pesquisador das realidades africanas deve [...] proceder à desconstrução de um conjunto de ilusões e mistificações que contaminam os estudos sobre África, procedendo a uma nova arqueologia do saber” (FURTADO, 2014, p. 38).

Esta pesquisa estrutura-se na interface das discussões do campo dos Estudos Africanos, das Epistemologias do Sul e da História e Antropologia Social Inglesa. Ora, “o estudo da África, tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, faz parte de um projeto abrangente de acumulação do conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente” (HOUNTONDI, 2008, p. 151) e o campo dos Estudos Africanos tem sido fundamental para uma outra apreensão de África. E as Epistemologias do Sul foram importantes nesta pesquisa por partir da pluralidade epistemológica do mundo, sobre o modo como o conhecimento foi estruturado e como as epistemologias virgentes dividiram o mundo em termos de superioridade e inferioridade. Já o campo da História e Antropologia Social Inglesa dá amparo para problematizar a cultura diferente das abordagens essencialistas ou do multiculturalismo. Aqui a intenção é situar a cultura como espaço de conflitos, contradições, reivindicações de direitos sociais, como *locus* para perceber os diferentes modos de pensar, sentir e se inserir no mundo de sujeitos “subalternos”.

Com o fim do Apartheid⁶ na África do Sul, o campo da cultura foi fortemente acionado como mecanismo de promoção da democracia e do desenvolvimento, do combate às desigualdades sociais e da superação da segregação racial. Nas terras sul-africanas, entre 1994 e 2018, a cultura popular se contrapôs àquelas formas de fazer política e exercer poder usadas durante o Apartheid – regime que impôs reformas, revestidas de um falso desenvolvimento, em diferentes dimensões: socioeconômicas, culturais, religiosas e educacionais.

Desse modo, partindo de um conjunto de análises que posicionam África no centro do debate acadêmico e político, e destacando a necessidade de melhor compreensão acerca das dinâmicas sociais daquele continente, esta tese pretendeu colocar em cena alguns problemas que foram surgindo no movimento de estudo sobre a o campo da cultura na África do Sul, iniciado desde a graduação, que perpassaram pela dimensão das políticas culturais, da fabricação de memórias nacionais e do processo de valorização de identidades étnicas.

Para este estudo foi possível e relevante observar como determinados sujeitos atuaram em instituições como museus, arquivos, organizações governamentais e não governamentais, e em diferentes espaços, dando sentido e forma a processos que resultam na exclusão e obliteração, ou na afirmação e difusão de certas memórias e histórias que confluiriam para o processo de construção de uma identidade que deveria caracterizar a África do Sul na cena pública, no âmbito nacional e internacional. Assim, de um lado, é preciso considerar que pelo menos desde os anos 1980, há uma considerável memória social produzida na África do Sul; de outro lado, somado a tal movimento, sobretudo a partir de 1994, há a produção de políticas de memórias em conexão com as políticas culturais na tessitura da nova identidade sul-africana que emergiria no pós-Apartheid. Certamente, isso tem relação direta com as mudanças nas políticas de arquivos que ocorrem entre os anos 1920 e 1990.

Fato é que desde os anos 1920, o sistema de arquivos da África do Sul se encontrava sob domínio do *State Archives Service* (SAS). Praticamente só os brancos tinham acesso aos arquivos. Na prática, as políticas do SAS resultaram na supressão da experiência dos marginalizados pelo Apartheid. Excetuando-se a resistência boêr ao imperialismo britânico, as coleções de arquivos do SAS não documentaram as lutas contra o colonialismo, a segregação e o Apartheid. Tal realidade mudaria somente a partir dos anos 1980, quando

⁶ Neste trabalho utilizo a expressão *Apartheid* em caixa alta para me referir ao intervalo de tempo de 1948 a 1994, período em que tal regime de segregação esteve oficializado na África do Sul, pois antes de 1948 já havia leis de segregação racial, que também era espacial, naquele país, muito embora o regime só tenha tornado-se oficial com a ascensão do National Party - NP ao poder, em 1948.

algumas instituições começaram a documentar histórias dos excluídos nos acervos arquivísticos (HARRIS, 2002).

Em 1996, a Lei de Arquivos Nacionais da África do Sul (tradução nossa)⁷ estabeleceu um quadro legal para a instituição de um novo sistema de arquivo nacional (HARRIS, 2002). Ora, os próprios arquivos, que guardam alguns documentos e não outros, acabam possibilitando a formação de uma dada memória (RIBEIRO, 2006) constituindo-se, a um só tempo, como repositórios de informações e produtores de identidades sociais (CUNHA, 2002). Essas novas práticas de registros vêm ocorrendo atualmente na África do Sul, sobretudo pós-Apartheid, momento em que vários centros de memória são criados e outros renomeados para preservar a cultura dos diferentes grupos étnicos sul-africanos.

Vale destacar que os fundamentos do apartheid foram traçados ainda durante o colonialismo e que o debate sobre imperialismo traz importantes contribuições para uma análise mais acurada deste cenário. Segundo Maurício Parada (et. al, 2013), “o conceito de imperialismo entra para o vocabulário político europeu no século XIX e se desdobra como uma ideia de abrangência política extensa ao longo de diversas décadas dos séculos XX e XXI” (PARADA, et al., 2013, p. 19). Para John Hobson (HOBSON, 2005 *apud* PARADA, et al., 2013, p. 20), o imperialismo é definido “[...] como uma das várias formas de expansionismo ocorridos ao longo da história e o relaciona com as formas econômicas e sociais hegemônicas do final do século XIX”. Com um caráter mais marxista, Rudolf Hilferding busca “[...] as origens do imperialismo numa ‘mutação’ fundamental dos processos de acumulação” (HILFERDING, 1985 *apud* PARADA, et al., 2013, p. 21).

Rosa Luxemburgo

argumentou que os países capitalistas encontravam no colonialismo uma forma de equilibrar as convulsões do sistema, transformando as colônias em áreas de captar matérias-primas e mercado para alocar produtos. Em contraste à tese de Hilferding, Rosa Luxemburgo via a incorporação à força de populações e territórios não capitalistas como um aspecto constitutivo da própria acumulação do capital (LUXEMBURGO, 1985 *apud* PARADA, et al., 2013, p. 21).

Em “Uma história da África do Sul: do passado ao presente”⁸, Johan de Villiers é autor de um trabalho intitulado “Sociedade colonial de Cabo sob o domínio britânico”⁹, no qual define

⁷ *National Archives of South Africa Act.*

⁸ *A History of South Africa: from the distant past to the presente day.*

⁹ *Imperialism: a study.*

o colonialismo [como] uma espécie de política e empenho da maioria das grandes potências para conseguir e manter o controle sobre de outras partes do mundo. Por exemplo, temos as grandes potências europeias (Espanha, Portugal, Grã-Bretanha, França e Holanda) que desde o século XV em diante estabeleceram impérios coloniais para além de suas fronteiras. O desenvolvimento social, econômico e político dos colonos foi submetido à supremacia da pátria distante [dos países europeus]. As colônias eram vistas como fontes de matérias-primas e produtos industriais e também fornecerem novos mercados para produtos industriais. Além disso, as colônias também poderiam fornecer um lugar alternativo de residência para os trabalhadores desempregados. O conceito de imperialismo está intimamente alinhado ao colonialismo. Ele descreve o desejo ou impulso das grandes potências europeias do passado de expandir seus impérios em uma escala mundial. (VILLIERS, 2014, p. 80)¹⁰

Para Villiers (2014), pensar imperialismo implica em discutir o colonialismo. Sobre isso, Maurício Parada (et. al, 2013) apontam que

no decorrer do século XX ficou claro que o capitalismo poderia sobreviver e se expandir ainda mais sem estar associado à rivalidade territorial que os marxistas presumiam ser necessariamente o resultado do pleno desenvolvimento capitalista. E, após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de imperialismo foi pensado fora do ambiente político. A guerra Fria e as disputas políticas no âmbito dos blocos internacionais transformaram o imperialismo em sinônimo de expansão territorial com a finalidade de anular politicamente a potência adversária. Assim o imperialismo ocupou um novo lugar no campo das ideias políticas (PARADA, et al., 2013, p. 23)

Ora, o surgimento do imperialismo esteve muito relacionado ao fato de que “[...] os negócios capitalistas em expansão já não podiam ser realizados sem a intervenção e apoio político do Estado. O imperialismo, por outro lado, minou as próprias bases do Estado-nação e introduziu no conjunto de nações europeias o espírito comercial de concorrência competitiva” (ARENDDT, 1979, p. 35). Para Arendt,

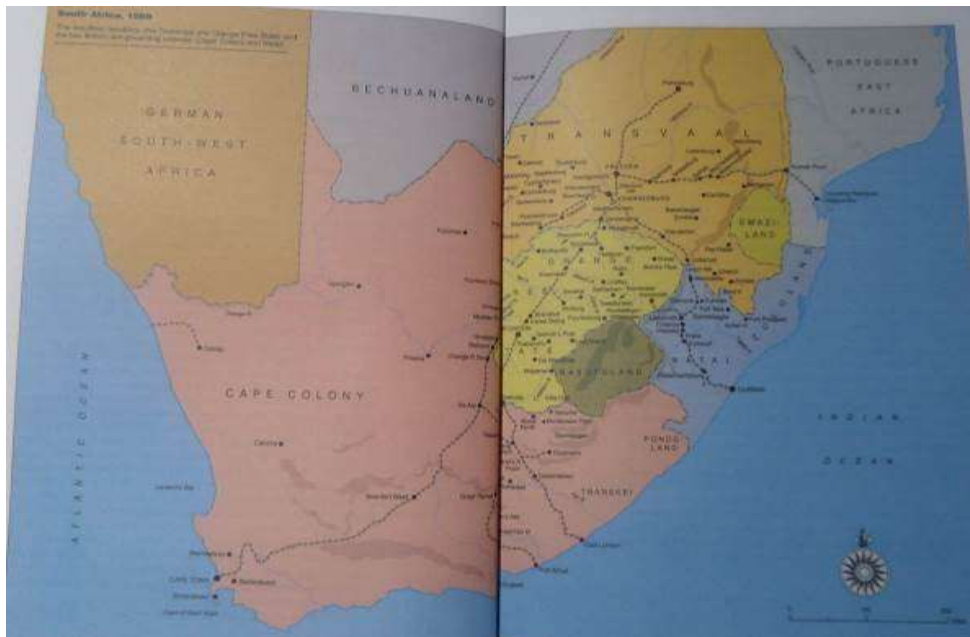
o imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa. Com o lema ‘expansão por amor à expansão’, a burguesia tentou — e parcialmente conseguiu — persuadir os governos nacionais a enveredarem pelo

¹⁰ Colonialismo is the policy or endeavour on the part of major powers to gain and maintain control over subordinate powers elsewhere in the world. Examples of great European powers who from the fifteenth century onwards established colonial empires far beyond their borders are Spain, Portugal, Britain, France and the Netherlands. The entire social, economic and political development of the colonists was subjected to the supremacy of the distant motherland. Colonies had to give the motherland priority as far as a source of raw materials and agricultural products were concerned and also provided new markets for industrial products from the motherland. In addition, the colonies could also provide an alternative place of residence for unemployed workers and frustrated entrepreneurs from the motherland. The concept imperialism is closely aligned to colonialism. It describes the desire or urge on the part of great powers to expand their empires on a worldwide scale (VILLIERS, 2014, p. 80).

caminho da política mundial. Durante algum tempo, a política proposta parecia ter limites e equilíbrios decorrentes da simultaneidade da competição expansionista entre as nações (ARENDRT, 1979, p. 156).

Esse processo de expansionismo estava ancorado, em grande parte, na convicção de auto-superioridade da Europa. Cabe lembrar Hannah Arendt (1989) e seu debate sobre raça e burocracia, em que a filósofa discute as influências que o conceito de raça teve no seio do imperialismo. Para Arendt (1989) a raça era um dos mecanismos acionados para diferenciar os europeus dos africanos. Nesse sentido, a cultura europeia era posta como superior, ao passo em que construía a imagem dos povos colonizados, a exemplo dos africanos, como sinônimo de bárbaros e inferiores (HANNAH, 1979). Com esse ideal os britânicos chegam à África do Sul e disseminam a ideia de que os sul-africanos necessitariam ser tutelados pelos britânicos (PARADA, et al., 2013). Deste modo, saber e poder também são pontos centrais nas análises sobre o imperialismo.

Mapa 1: Divisão da África do Sul em 1899.



Fonte: Thomas Pakenham (2014).

Muito pautado nesses ideais de imperialismo, na segunda década do século XX os britânicos se achavam fortemente estabelecidos em numerosos territórios africanos e as economias do tipo colonial estavam se formando. A justificativa teórica da presença europeia em África era apresentada como sendo para o bem não só da África como do resto do mundo (PARADA, et. al., 2013). Ora, essa é uma das justificativas acionadas para a presença dos

holandeses e, posteriormente, dos britânicos ao sul do continente africano, especificamente na África do Sul. Há, contudo, uma série de resistências à colonização que merecem ser, ao menos, mencionadas aqui, já que um estudo mais profundo sobre os processos de resistências sul-africanas à colonização seja, talvez, uma temática para outras análises e estudos. Dentre essas resistências à colonização nas terras sul-africanas destaca-se a guerra zulu e a guerra boer.¹¹

A justificativa e perspectiva desta pesquisa consiste em sua contribuição para a (re)escrita de uma parte da história da África do Sul a partir das lentes das Políticas Públicas, bem como dar visibilidade para a produção do conhecimento desde o Sul Global. Esta tese pretendeu colaborar para a desconstrução de certos estereótipos sobre África, dentre eles o da homogeneidade, da não civilidade e o da ahistoricidade. Ora, das Ciências Sociais às Humanas ainda são poucos os estudos sobre África, talvez porque ainda predomine no universo acadêmico a compreensão de que África não faria parte da história (FEIERMAN, 1993), tratando-se de um continente presente no espaço físico do planeta, mas não no universo das ciências, que seriam marcadas pela civilização, pensadas numa perspectiva europeia (OLIVA, 2003; SERRANO, WALDMAN, 2010).

Ao focar as políticas culturais na África do Sul, com ênfase nas conexões entre cultura, memória e identidades, esta pesquisa partiu do reconhecimento de que África e os Estudos Africanos influenciaram significativamente o pensamento dos principais intelectuais, e inclusive as formulações teóricas sobre as quais operam as Ciências Sociais e Humanas contemporâneas (BATES; MUDIMBE; O'BARR, 1993). Neste quadro reflexivo, este trabalho inseriu-se no campo das abordagens de nacionalistas africanos (intelectuais e lideranças políticas), cuja preocupação pairava ainda em “[...] romper com uma herança das ciências humanas e sociais europeias e eurocêntricas nascidas no século XIX e que se consolidaram durante o século XX” (FURTADO; CARVALHO, 2014, p. 8).

A intenção não é pensar a produção do conhecimento desde uma perspectiva dicotômica e polarizada. Mas, antes, pensar numa ótica não hierarquizada, buscando assim “[...] um prisma localizacional: uma visão que lê o saber-poder não hierárquica, mas heterarquicamente”, que não pretende “[...] propor uma antiglobalização, mas uma alter-

¹¹ Datada da segunda metade do século XIX, a guerra zulu corresponde a um conflito entre britânicos e zulus durante o processo de invasão e expansão do domínio inglês sobre as terras ao sul do continente africano. Vários foram os conflitos entre o exército britânico e zulu, ocasionados sobretudo pelo desejo de expansionismo colonial britânico. Na maioria destes conflitos os zulus saíram vitoriosos, como foi o caso do enfrentamento abaixo do Monte Isandlawana que deixou 1300 soldados britânicos e aliados africanos mortos (KNIGHT, 1995). Outro evento que materializa as consequências do imperialismo britânico na África do Sul foi a guerra boer - descendentes de holandeses, os boeres migraram para a África do Sul após serem expulsos de Angola em 1648.

globalização (um outro mundo é possível)” (BARROS, 2018, p. 43-44). Nesta perspectiva, outro aspecto relevante para a realização de pesquisas sobre o continente africano foi de cunho epistemológico. África não deveria ser apenas um território a ser estudado, mas precisaria ser vista como um campo produtor de conhecimento. No caso do Brasil, nossa relação seria Sul-Sul, tecendo assim uma “Epistemologia do Sul” (SOUSA; MENESES, 2009).

Essa relação Sul-Sul (Brasil - África do Sul) teve como contexto a África do Sul e contribui para visibilizar memórias e histórias de sujeitos historicamente excluídos pela sobreposição de padrões eurocêntricos e excludentes que têm no passado, e ainda no presente, engendrado hierarquias e desigualdades extremas entre o Norte e o Sul Global. Contribui, ainda, para a compreensão do processo de salvaguarda da cultura imaterial, para a problematização das políticas culturais nos processos de construções identitárias desde a perspectiva do sul do globo. Afinal, certamente constitui fonte de teoria e explicação dos eventos sociais e históricos não apenas o Norte Global, como também o Sul Global, cuja importância reside em sua “ex-centricity: in the angle of vision it provides us from which to estrange our world in order better to make sense of its present and future” (COMAROFF; COMAROFF, 2012, p. 126-127).

Desse modo, organizei a redação desta tese em três capítulos, uma introdução e um anexo.

No primeiro capítulo trago uma cartografia histórica das Políticas Públicas Culturais, do Norte ao Sul Global, numa perspectiva multidisciplinar, situando cada abordagem em um tempo e espaço histórico e geográfico. Assim, as reflexões deste capítulo se pretendem somar àquelas que buscam problematizar a ontologia das Políticas Públicas de Cultura, contribuindo para minimizar a carência de tradução deste debate na literatura brasileira, sobretudo partindo e enfocando contextos de nações do sul do mundo. Os questionamentos do primeiro capítulo foram: O que são as Políticas Públicas, especificamente as políticas públicas culturais? Quais seus usos e interpretações em diferentes espaços e temporalidades? Como elas têm sido abordadas no mundo acadêmico na Europa, nas Américas e em África? Como tem se dado o processo de construção do campo das Políticas Públicas Culturais em nível mundial?

Com a pretensão de delinear um panorama do estado de arte das Políticas Públicas a partir do campo dos Estudos Africanos, o segundo capítulo da tese foi construído a partir de dois questionamentos centrais: I) Como as Políticas Públicas Culturais aparecem e impactam o campo dos Estudos Africanos? II) Como as Políticas Públicas de Cultura são abordadas por

africanistas no âmbito dos Estudos Africanos? Deste modo, estruturei o segundo capítulo em dois momentos. No primeiro momento abordo a tessitura dos Estudos Africanos como campo de conhecimento. E no segundo momento enfoco a relação entre os Estudos Africanos e as Políticas Culturais, destacando como estas últimas são abordadas por africanistas.

Já no terceiro capítulo, analisei a relação entre Estado e Cultura na África do Sul entre 1994 a 2018, período de governo do African National Congress – ANC. Para esta análise o documento político intitulado *White Paper on Arts, Culture and Heritage*¹², que é uma espécie de documento referência e/ou guia para a elaboração das políticas culturais na África do Sul pós-Apartheid. O *White Paper on Arts, Culture and Heritage* possui cinco versões: uma versão principal publicada em 1996 durante o governo do ex-presidente Nelson Mandela, e mais quatro versões¹³ revisadas publicadas durante o governo do ex-presidente Zacob Zuma.

E, por fim, em anexo, o documento político *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, em sua primeira edição.

¹² Como se trata da principal fonte analisada nesta tese, optei por deixar o título da mesma no idioma original com o qual foi publicado.

¹³ A primeira versão revisada do *White Paper on Art, Cultura and Heritage* não foi disponibilizada pelo Departamaneto de Arte e Cultura da África do Sul para acesso público. Deste modo, não consta nesta tese a análise da segunda revisão deste documento político, mas apenas as edições de 1996, 2016 e 2017.

2. ESTADO DE ARTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: um mosaíco histórico do Norte ao Sul Global

Na introdução do livro “Apologia da História: ou o ofício do historiador” - livro inacabado, escrito na prisão e pouco antes de ser torturado e fuzilado pela Polícia Secreta do Estado da Alemanha nazista, em junho de 1944 - o historiador de origem judia Marc Bloch iniciou suas reflexões sobre a História, enquanto ação contínua dos homens no tempo, trazendo para o palco o questionamento que fizera um garoto ao pai historiador: “papai, então me explica, para que serve a história?” (BLOCH, 2001, p. 41). Decerto, Bloch lembra que o problema colocado pelo garoto, que para muitos pode ser considerado de uma formulação ingênua, incide sobre a própria legitimidade e historicidade da história. Esta reflexão pode ser redimensionada às políticas públicas, com a problematização sobre a historicidade e legitimidade das políticas públicas culturais: para que e por que as políticas públicas culturais?

O objetivo deste capítulo é trazer uma cartografia histórica das políticas públicas culturais, do Norte ao Sul Global, numa perspectiva multidisciplinar, situando cada abordagem em seu tempo e espaço. Assim, as reflexões se pretendem somar àquelas que buscam problematizar a ontologia das políticas públicas de cultura, contribuindo deste modo para minimizar a carência de tradução deste debate na literatura brasileira, sobretudo partindo e enfocando contextos de nações do sul do mundo.

Do Norte ao Sul Global as reflexões sobre as políticas públicas culturais têm gerado calorosos debates. Ora, desde pelo menos o século XX diversos pesquisadores europeus, norte-americanos, latino-americanos e africanos têm se debruçado sobre este campo, e, no século XXI, é possível notar um crescente estudo, em diferentes perspectivas teóricas, sobre as políticas públicas voltadas para o campo da cultura, muito embora incida sobre a Europa os olhares dos pesquisadores sobre a temática. Para melhor análise encapada neste capítulo é necessária, antes, a abordagem sobre as Políticas Públicas em duas vertentes: Europa e Estados Unidos. Decerto, as últimas décadas tem marcado este campo de pesquisa, sejam aqueles que as pensam desde a chave analítica norte-americano ou europeia.

Dito isso, são questionamentos deste capítulo: O que são as políticas públicas, especificamente as políticas públicas culturais? Quais seus usos e interpretações em diferentes espaços e temporalidades? Como elas têm sido abordadas no mundo acadêmico na Europa,

nas Américas e em África? Como tem se dado o processo de construção do campo das políticas públicas culturais em nível mundial?

Considerando tais questões, neste capítulo me proponho a tecer uma cartografia do processo de construção do campo das políticas públicas culturais, numa abordagem multidisciplinar que considere as narrativas do Norte, bem como as do Sul global. A intenção é problematizar *se, como e em que medida* as políticas públicas culturais têm sido problematizadas em diferentes espaços e temporalidades. Evidentemente não se pretende aqui esgotar o debate sobre as políticas públicas culturais, nem trazer “verdades” acabadas e engessadas, mas, antes, a proposta é por tecer uma cartografia de saberes que venha a contribuir para a construção e legitimação deste campo nas pesquisas que partem e enfocam contextos e realidades de nações colonizadas do sul do mundo.

Deste modo, este capítulo está organizado em duas partes, que não são díspares, mas, complementares.

Na primeira parte, o debate consiste em retomar os estudos sobre as Políticas Públicas com a finalidade de situar, temporal e geograficamente, duas perspectivas teóricas sobre este campo: a que parte dos Estados Unidos e a que parte da Europa. Assim, de campo e/ou área do conhecimento científico à ações e/ou atividades políticas estatais visando um “*social welfare state*”, as Políticas Públicas tem despertado o interesse de pesquisadores, políticos e organizações da sociedade civil em diferentes nações (SOUZA, 2002, 2003, 2006, 2008; RUA, 2018; FARIA, 2003; DYE, 1984; KAY, 2006; SILVA, 2008; FARAH, 2018; SARAVIA, FERRAREZI, 2006; GELINNSKI, SEIBEL, 2008; BONETI, 2017; ARETCHE, 1995). Neste sentido, o debate na primeira parte deste capítulo perpassa alguns dos pressupostos teóricos conceituais sobre as Políticas Públicas numa análise teórica multidisciplinar que, de um lado, as advogam como campo de conhecimento, de outro lado, a partir das teorias explicativas sobre o papel do Estado.

Já no segundo momento, as reflexões deste capítulo se concentram em torno das políticas públicas culturais com o intuito de tecer uma cartografia de saberes desde uma perspectiva que é multidisciplinar e, também, temporal e geograficamente situada sobre este campo a partir de quatro grandes perspectivas: europeia, norte americana, latina americana e africana.

2.1 DOS ESTADOS UNIDOS À EUROPA: Políticas Públicas, um campo em disputa?

Temos assistido nas últimas décadas uma ampliação das pesquisas que enfocam as Políticas Públicas¹⁴ em várias perspectivas, especificamente nas Ciências Sociais Aplicadas, embora não se restrinja a este campo. Para Souza (2006, p. 20), o mundo acadêmico tem registrado “[...] o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas”. E “vários fatores contribuíram para maior visibilidade desta área.” Dentre os quais é possível citar três:

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina [e África], ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (SOUZA, 2006, p. 20-21)

Ora, as Políticas Públicas podem ser analisadas a partir de dois eixos de investigação, a saber: o europeu e o norte-americano. E compreender tais perspectivas analíticas é importante na medida em que elucidam questões relativas às Políticas Públicas Culturais. Deste modo, o percurso é, em primeiro lugar, colocar no palco o próprio contexto e momento de emergência das Políticas Públicas. Para tal, se faz importante entender o seu surgimento.

As pesquisas sobre esse campo, que partem dos Estados Unidos, vão advogar em prol das Políticas Públicas como área de conhecimento enquanto àquelas que partem da Europa compreendem estas como desdobramento das ações relativas aos governos.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição européia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações

¹⁴ Neste trabalho, utilizo Políticas Públicas para me referir a campo do conhecimento. E políticas públicas para me referir às políticas públicas enquanto intervenção política na sociedade.

com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p. 21-22)

Celina Souza (2006) ajuda a tecer alguns fios sobre o estado de arte das Políticas Públicas, seja como campo de conhecimento, seja como ações relativas aos governos e produto do pós-guerra na Europa. Decerto, na tessitura do processo de compreender “como” e “por quê” surgiram as Políticas Públicas é preciso considerar variáveis distintas. De um lado, na Europa, as políticas públicas emergem como desdobramento das teorias explicativas voltadas para o papel do Estado. De outro lado, na América do Norte, precisamente nos Estados Unidos, as Políticas Públicas emergem como área do conhecimento tendo como objeto de estudo as ações dos governos.

Ademais, cabe destacar que

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o ‘bom’ governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (SOUZA, 2006, p. 22)

Essas perspectivas vão influenciar o modo como o debate sobre as políticas públicas chega a países da América Latina e África. E são recentes os estudos sobre a influência dos discursos no campo das Políticas Públicas, embora tenha ganhado espaço no mundo acadêmico nas últimas décadas. Da literatura clássica à contemporânea, não há uma perspectiva teórica única sobre esta área do conhecimento.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer’. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24)

A priori, vale ressaltar que compreender as bases ontológicas de uma área do conhecimento é importante posto que este exercício colabora no processo de tessitura do saber científico *de e sobre* tal área, como destaca Souza (2008, p. 67): “entender a origem da ontologia de uma área do conhecimento é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas”.

2.1.1 Perspectiva Norte-Americana sobre Políticas Públicas

Nos Estados Unidos, o leme das análises sobre as Políticas Públicas a apreende como área do conhecimento multidisciplinar, embora possua estreita ligação com a Ciência Política. Para melhor compreender o processo de construção epistemológica do campo das Políticas Públicas e, antes de adentrar em um debate mais conceitual, é importante pontuar quatro nomes considerados pela literatura “pais” fundadores desta área: Harold Laswell, com a perspectiva da *policy analysis*; Hebert Simon, destacando-se com os estudos sobre *policy makers*; Charles Edward Lindblom, com a introdução das variáveis *relações de poder* e a *integração das fases do processo decisório*; e David Easton, com a elaboração da categoria *sistema* para conceituar este campo.

O lugar social de fala dos teóricos considerados pais das Políticas Públicas muito explica sobre as perspectivas delineadas acerca deste campo nos Estados Unidos. Ora, a produção de qualquer saber científico dar-se-á mediante um lugar social, que sofre influências geográficas, culturais e políticas. Para melhor compreender este debate, é possível sugerir a leitura do campo das Políticas Públicas como uma “fábrica”. Sim, uma “fábrica” com finalidade bem demarcada onde se entrelaçam influências culturais, sociais, econômicas e políticas. Aqui cabe lembrar o debate proposto pelo historiador Michel de Certeau (1982) sobre o processo de construção de conhecimento. Embora esteja partindo do campo da História, as reflexões desenvolvidas por Certeau sobre *lugar social* colaboram para analisar o lugar social de construção do campo das Políticas Públicas.

Ora, é “em função [do] lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 66). Dito de outro modo, a produção de conhecimento científico dentro de qualquer área, neste caso específico, no âmbito das Políticas Públicas, ocorre a partir de um lugar social que é histórico, geográfico e teoricamente demarcado. E é

importante traçar uma cartografia de saberes conectando sujeitos e ideias aos lugares sociais, pois estes primeiros muito são influenciados pela experiência e lugar social do qual emergem.

Harold Laswell, estadunidense, foi um importante sociólogo, psicólogo e cientista político do século XX com formação na Universidade de Chicago. Sua visão acerca do conhecimento científico transcendia as rígidas linhas que separavam, àquela época, os campos científicos. Laswell era defensor de que quaisquer ciências poderiam dialogar com os diferentes campos teóricos. Tal perspectiva o levou a ser reconhecido como um pesquisador multidisciplinar. Em sua trajetória profissional, Laswell, ocupou o cargo de presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência (tradução nossa)¹⁵ e da Associação Americana de Ciência Política (tradução nossa)¹⁶. Em seus estudos era defensor do tripé personalidade, estrutura social e cultura como estruturais na explicação de fenômenos políticos.

Dentre as obras de Laswell é possível citar *World Politics and Personal Insecurity* (1935), *Politics: Who Gets What, When, How* (1936) e *The Garrison State* (1941)¹⁷. Uma grande contribuição deste pesquisador para o campo das Políticas Públicas foi a introdução da expressão “*policy analysis*” nos anos de 1930. O objetivo era “[...] conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e, também, como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006, p. 23). Neste sentido, percebe-se que há na perspectiva de Laswell uma forte marca e tendência em prol do racionalismo na tentativa de defesa de ser possível tornar as ações dos governos analisáveis à luz da ciência.

Defensor da ênfase no racionalismo tal qual Laswell, outro importante nome que se consolidou como um dos pais fundadores da área das Políticas Públicas foi Hebert Simon. Economista estadunidense, Simon viveu durante o século XX atuando em diversas áreas do conhecimento, a saber: Psicologia Cognitiva, Ciência da Computação, Economia e Ciência Política. Ainda em vida recebeu vários prêmios como o Nobel de Economia, Medalha Nacional de Ciências e IJCAI por Excelência em Pesquisa, respectivamente nos anos de 1978, 1986 e 1995.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por vários problemas, tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um

¹⁵ World Academy of Art and Science (WAAS).

¹⁶ American Political Science Association (APSA).

¹⁷ Por se tratar de títulos de obras, optei em deixar no idioma original da publicação.

ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção dos resultados visados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. (SOUZA, 2002, p. 3-4)

Simon colocou como fundamental a dimensão da racionalidade, devendo ser considerada consubstancialmente pela área das Políticas Públicas, especificamente na dimensão do ofício dos *policy makers*, estes, por sua vez, devendo pautar suas ações no campo científico. Todavia, se por um lado, como Laswell e Simon, a ênfase nos estudos de Políticas Públicas perpassava fortemente pela racionalidade; por outro, Charles Edward Lindblom, também pai fundador desta área, questionou tamanho foco atribuído ao racionalismo nos estudos dos fenômenos inerentes a esta área, como outrora defendidas por seus conterrâneos estadunidenses.

Lindblom, professor emérito de Ciência Política e Economia da Yale University, foi ex-presidente de duas importantes entidades científicas, a saber: Associação Americana de Ciência Política e Associação de Estudos Econômicos Comparativos. Cientista Político, as principais contribuições de Lindblom para a estruturação do campo das Políticas Públicas como ciência consistiu em apontar outras variáveis que deveriam ser consideradas no estudo desta área, como as relações de poder. Para tal, ele

[...] questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí porque as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. (SOUZA, 2008, p. 68)

Ora, a perspectiva defendida por Lindblom evidencia outras dimensões que julgam como necessárias à análise das políticas públicas, como a das relações de poder e a da integração entre as diferentes fases do processo decisório. Coloca ainda em questão o acionamento da racionalidade como via exclusiva para pensar este campo. Decerto, nos idos, o teórico não desconsidera a importância da racionalidade, ademais, sua intenção era chamar a atenção para outros fatores constitutivos deste campo analítico, como eleições, burocracias, partidos políticos e grupos de interesses¹⁸ que não podem ser apreendidos exclusivamente pelas lentes de uma racionalidade revestida de neutralidade.

¹⁸ Neste trabalho, serão discutidos mais densamente o papel das eleições, das burocracias, dos partidos políticos e grupos de interesses a partir do capítulo três.

O quarto pai fundador das Políticas Públicas foi David Easton, cientista político estadunidense que viveu no século XX. Easton foi professor de Ciência Política na University of Chicago. Assumiu o cargo de presidente de importantes associações científicas, tais como do *Committee on Information and Behavioral Sciences Division, National Academy of Sciences-National Research Council* e a *Fellow of the Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences, Stanford University*.

A contribuição de Easton para a constituição e consolidação da área das Políticas Públicas consistiu, sobretudo, “[...] ao definir a política pública como um sistema, ou seja, uma relação entre formulação, resultado e o ambiente.” Afirmou ainda que “as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, que influenciam seus resultados e efeitos.” (SOUZA, 2008, p. 68)

Se de um lado, com Laswell foi introduzido a expressão *policy analysis*, com Simon se tem a *policy makers*, e em ambos a ênfase na racionalidade como importante variável a ser considerada nos estudos das Políticas Públicas; de outro lado, Lindblom e Easton colaboram na inserção de outras variáveis nesta área, tais como, por exemplo, o papel das eleições nos governos democráticos, chamando a atenção para as relações de poder intrínsecas a tal debate. Efetivamente, os quatro teóricos contribuíram para a construção da perspectiva Norte Americana sobre as Políticas Públicas, ainda no século XX, inscrevendo as ações dos governos como analisáveis à luz da ciência.

Outro elemento que vale ressaltar é que eles têm como lugar comum à formação em universidades estadunidenses e o campo das Ciências Sociais Aplicadas, embora deva-se registrar aqui suas experiências multidisciplinares em diferentes áreas do conhecimento. Laswell, Simon, Lindblom e Easton, além de partirem de um mesmo local de fala – os Estados Unidos – têm como elemento em comum nas suas teorias a tentativa de propor e consolidar as Políticas Públicas como uma área de conhecimento, rompendo assim com a perspectiva de redução desta, exclusivamente, a uma visão associada ao tecnicismo e à perspectiva europeia.

2.1.2 Políticas Públicas desde o Welfare State: a perspectiva europeia

Se de um lado, nos Estados Unidos as Políticas Públicas são apreendidas como campo de conhecimento, de outro lado, as análises que partem da Europa vão representar como marco zero das políticas públicas a emergência e desenvolvimento do Welfare State.

Ora, a análise das Políticas Públicas desde a perspectiva europeia tem problematizado este campo, inicialmente, a partir dos estudos que enfocam o welfare state as inscrevendo como movimento em processo. Neste sentido, compreender a emergência e desenvolvimento do welfare state torna-se fundamental nas reflexões europeias sobre as políticas públicas.

Cientista Social, professora de Ciência Política e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Marta Aretche traz importantes contribuições para a problematização da emergência do welfare state nas nações desenvolvidas. Associado à ideia de prestação de serviços sociais como direito assegurado pelo Estado à camada da população dos países capitalistas desenvolvidos, os estudos sobre o *welfare state* possuem diferentes abordagens teóricas. Há àquelas vinculadas aos Pluralistas Funcionalistas e aos Marxistas Funcionalistas. Ora,

[...] os Pluralistas e Marxistas Funcionais realçam, nas suas argumentações sobre as origens e desenvolvimento do Welfare State, uma perspectiva de caráter dedutivista com destaque às determinações estruturais. Todavia, os Pluralistas Funcionalistas apontam o Welfare State como uma tendência geral do processo de modernização, com destaque à industrialização e à urbanização, enquanto os Marxistas Funcionalistas destacam o Welfare State como produto do capitalismo, portanto, historicamente datado [...]. (SILVA, 2015, [s.p])

Assim, se um lado, na visão Pluralista, o *Welfare State* pode ser pensado como “[...] produto geral dos processos de crescimento e diferenciação decorrentes da modernização da sociedade” (SILVA, 2015, [s.p]); de outro lado, na Marxista, o *Welfare State* é discutido como resultado do desenvolvimento do capitalismo e regularizador dos conflitos de classe. Ademais, não é foco neste trabalho uma reflexão exaustiva sobre ambas abordagens que versam sobre o *Welfare State* mas mapear a influência deste sobre a problematização das políticas públicas desde a Europa.

É importante destacar que o *Welfare State* se expande e institucionaliza no mundo europeu no contexto do pós-guerra. Neste cenário, as nações europeias estão passando por um momento de reformulação de suas múltiplas identidades após as duas guerras mundiais que atravessaram a primeira metade do século XX (a primeira entre 1914 a 1918 e a segunda entre 1939 a 1945), e teve forte concentração na Europa, embora não tenha sido restrita a este continente. Após as duas guerras mundiais a Europa vivencia um processo de reestruturação e reinserção no cenário mundial em diferentes níveis: social, econômico, político e cultural.

Sobre tal inserção o historiador francês Eric Hobsbawm¹⁹ traz um conjunto de notas de pesquisa. Para o pesquisador, o mundo europeu passou por profundas transformações entre 1789 a 1848, e dois foram os eventos impulsionadores de tais transformações: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Essa dupla revolução, produziu um tipo de sociedade, a capitalista, que se expandiu e se impôs como exemplar perante o restante do mundo, ao passo que fez emergir forças econômicas e sociais, ferramentas políticas e intelectuais.

Ante os negociantes, as máquinas a vapor, os navios e os canhões do Ocidente - e ante suas ideias -, as velhas civilizações e impérios do mundo capitularam e ruíram. A Índia tornou-se uma província administrada pelos procônsules britânicos, os Estados islâmicos entraram em crise, a África ficou exposta a uma conquista direta. Até mesmo o grande império chinês foi forçado a abrir suas fronteiras à exploração ocidental em 1839-42. Por volta de 1848, nada impedia o avanço da conquista ocidental sobre qualquer território que os governos ou os homens de negócios ocidentais achassem vantajoso ocupar, como nada a não ser o tempo se colocava ante o progresso da iniciativa capitalista ocidental. (HOBSBAWM, 2002, p. 4)

Ora, o domínio político europeu do qual trata Hobsbawm pode ser lido como uma das consequências da era que ficou conhecida como “dupla revolução”: a francesa e industrial. A própria expansão do comércio, das indústrias e do sistema capitalista europeu desestruturou a ordem social das demais civilizações, a exemplo das africanas que tiveram seu território explorado, suas sociedades e culturas violentadas. A exploração europeia se deu “na África, com a intensidade sem precedentes do terrível tráfico de escravos, em todo o Oceano Índico, com a penetração das potências colonizadoras rivais, e no Oriente Médio e próximo, através do comércio e do conflito militar”. (HOBSBAWM, 2002, p. 5)

O processo de industrialização deixou profundas marcas como o crescimento desenfreado das cidades, que por sua vez levou a população viver em condições precárias de habitação, elevando o aumento da miséria, doenças, violência e acirramento de desigualdades sociais. De fato, temos entre os séculos XVIII e XIX a configuração de um cenário mundial tecido por profundos conflitos que vão deságuar nas duas guerras mundiais. E, logo após a Segunda Guerra Mundial emerge o *Welfare State* na Europa, sendo a Grã-Bretanha reconhecida como país que, ainda em 1942, muito se destacou em sua construção e desenvolvimento, sobretudo pelos investimentos nos setores da saúde e educação.

¹⁹ Eric Hobsbawm era filho de pais judeus, nasceu no Egito e mudou-se para Alemanha. Aos 14 anos mudou-se para Londres para fugir das perseguições nazistas. Integrou um grupo de historiadores marxista ao lado de Edward Thompson, na Universidade de Cambridge. Dentre suas obras temos *A Era das Revoluções (1789-1948)*, *A Era do Capital (1848-1875)*, *A Era dos Impérios (1875-1914)*, *A Era dos Extremos (o breve século XX)*.

Emergem com o *Welfare State* programas de proteção social, assegurando vários direitos sociais à população, inicialmente abrangendo áreas de renda, habitação e previdência social. Há muitos intelectuais que se dedicaram a explicar a origem do Estado de Bem Estar Social. Ademais, neste trabalho, será adotado como linha do tempo basilar as abordagens daqueles que o situaram no século XX. Assim, compartilho do conceito de *Welfare State* como

fenômeno do século XX, [com] a provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, [que] tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos. [...] o fenômeno do welfare state experimentou incontestável expansão e até mesmo institucionalização no período do pós-guerra. É a partir de então que se generaliza e ganha dimensões quase universais nesses países [desenvolvidos] um conjunto articulado de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde, etc. (ARECTHE, 1995, p. 3)

Dentre as razões de emergência e desenvolvimento do *Welfare State* podem ser apontadas às de caráter econômica e política e/ou institucional. Na variável econômica, “o fenômeno do welfare state seria um resultado ou subproduto necessário das profundas transformações desencadeadas a partir do século XIX, sejam elas o fenômeno da industrialização e modernização das sociedades ou o advento do modo capitalista de produção”. Já na política/institucional, “[...] uma vez dadas determinadas condições econômicas, seja o surgimento dos programas de proteção social, seja suas formas de expansão, seja ainda suas variações têm como razão causal fatores relacionados à luta de classes, a distintas estruturas de poder político, ou ainda a distintas estruturas estatais institucionais.” (ARECTHE, 1995, p. 5)

Pode-se sugerir que as razões econômicas para explicar a emergência do *Welfare State* estão mais associadas à visão pluralista, enquanto a política/institucional à perspectiva marxista. E Esping-Anderson (1994, p. 73) lembra que o *Welfare State* “em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política” no pós-guerra.

Economicamente, significou um abandono da ortodoxia de pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo. Muitos países se auto-proclamaram *welfare states*, não tanto por designarem desse modo as suas políticas sociais, quanto por promoverem uma integração social nacional. (ESPING-ANDERSON, 1994, p. 73)

O *Welfare State* pode então ser conceituado como um sistema de proteção social integrado. A própria expressão inglesa *Welfare State* é datada de 1940, embora desde o início do século XX encontramos registro na literatura mencionando a *Welfare Policy*. (NOGUEIRA, 2001)

A definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (GOMES, 2006, p. 201)

Para o enfrentamento aos efeitos deletérios do modelo de sociedade excludente que se expandia mundialmente – a capitalista, a partir de uma proposta de um Estado de Bem-Estar social, era necessário desenvolver mecanismos capazes de, ao menos, amenizar, embora não extinguir, formas muito explícitas de exclusão social. Emergem então as políticas públicas como materialização das intervenções do estado no enfrentamento as várias faces da desigualdade social e empobrecimento extremo. Assim, parafraseando Höfling (2001), para uma melhor compreensão do que representou o welfare state constitui-se fundamental a compreensão sobre as políticas públicas. Nessa perspectiva que enfatiza a vertente europeia, “políticas públicas são aqui entendidas como o ‘Estado em ação’ (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.” (HÖFLING, 2001, p. 31)

Ora, “[...] a introdução da política pública [foi posta] como ferramenta das decisões do governo e produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências” (SOUZA, 2006, p. 22). Dito isso, para uma reflexão mais densa é necessário, de um lado, a retomada sobre algumas dimensões do movimento do processo das políticas públicas; de outro lado, é preciso compreender que vários e diferentes são os sujeitos que movimentam tais políticas.

Fato é que a emergência do *Welfare State* pode ser usada como um dos fios para traçar um panorama de como são pensadas as políticas públicas na Europa, no caso específico deste trabalho, as políticas públicas de cultura, já que a partir do Estado de Bem-Estar Social, emergiram programas de proteção social que dão margem para o processo de formulação de políticas públicas de diferentes naturezas, dentre elas, as de cultura.

Desde uma análise europeia, Maria das Graças Rua afirma que as políticas públicas são *outputs* e resultam de atividades/ações políticas (*politics*). Deste modo, as políticas públicas

compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, *s.l.*, p. 1-2).

Mas o que significa ser as políticas públicas, efetivamente “públicas”? Maria das Graças Rua (*s.l.*) aponta uma possibilidade para pensarmos tal questionamento. “Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” (RUA, *s.l.*, p. 2). Ademais há diferentes sujeitos envolvidos no movimento do processo das políticas públicas, seja quando do momento da deliberação de agendas e demandas sociais, de formulação, de implementação e de avaliação. Nesse movimento, quando as decisões e ações são revestidas da autoridade soberana do poder público, como bem pontuou Rua (*s.l.*), a dimensão política da vida organizacional torna-se um elemento importante para o debate sobre as políticas públicas posto que ela passa a ser percebida como um campo onde perpassam jogos de poder e interesses envolvendo diversos sujeitos (MACEDO; ARAUJO, 2009).

Para Maria Ozanira Silva e Silva (2008), qualquer política pública é uma forma de regulação e/ou intervenção na sociedade que envolve e congrega em si diferentes sujeitos.

Trata-se de um processo que articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas. Representam um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não-decisões, constituída por jogos de interesses, tendo como limites e condicionantes os processos econômicos, políticos, sociais e culturais de uma sociedade historicamente determinada. Isso significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. (SILVA, 2008, p. 90)

Os interesses sociais acentuados por Silva (2008) são impactados pela conjuntura social na qual são agenciadas as políticas públicas. Além disso, a política envolve conflitos, tensões, afinal, como bem lembra Silva (2008, p. 90) “falar de política é falar de diversidade,

de contradição” na qual perpassam interesses sociais distintos. Outrossim, é preciso considerar que

[...] toda política pública é tanto um mecanismo de mudança social, orientado para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser também um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social, vista como um mecanismo de distribuição de renda e de equidade. (SILVA, 2008, p. 90)

Aqui, pelo menos, duas questões são centrais: a primeira é que a política pública deve ser pensada como um mecanismo que vai intervir na sociedade de modo a promover uma maior equidade; a segunda é que uma das possibilidades para esta equidade seria a distribuição de renda. Ora, ambas questões pressupõe a necessidade de sujeitos para sua efetivação em diferentes níveis, sendo preciso lembrar que “a política pública é uma resposta decorrente de pressões sociais a partir de ações de diferentes sujeitos [...] que sustentam interesses diversificados.” (SILVA, 2008, p. 90)

Para Silva (2008)

o estudo do processo das políticas públicas centraliza a atenção sobre como as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, sem maiores preocupações quanto às suas causas e consequências. Nesse sentido, considera uma série de atividades processuais que ocorrem no interior do sistema político. Trata-se de um conjunto de atividades que configuram movimentos, não lineares, mas articulados, interdependentes e, às vezes, concomitantes. Nesse processo tomam parte diferentes instituições e diferentes sujeitos políticos, grupos de interesses, partidos políticos, legisladores, burocratas, mídia, etc. (SILVA, 2008, p. 92).

Dentre o movimento que constitui o processo das políticas públicas temos: I) constituição do problema e da agenda governamental; II) Formulação de alternativas de política; III) Adoção da política; IV) Implementação ou execução de programas sociais; V) Avaliação (SILVA, 2008). Ressalto que não é objeto aqui uma problematização mais acurada sobre todos esses processos. Mas cabe, mesmo que brevemente, algumas pontuações sobre o movimento do processo das políticas públicas em seu conjunto.

Sobre a construção do problema e da agenda governamental é importante ressaltar que “esse movimento é constituído por uma lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção da sociedade e do governo, podendo, por força da pressão social, assumir visibilidade e transformar-se em questão social merecedora de atenção por parte do poder público” (SILVA, 2008, p. 92 - 93). Esse primeiro movimento é considerado como fundamental para a elaboração de políticas públicas posto que ele contribuirá para impulsionar o levantamento

dos problemas sociais que poderão constituir as agendas governamentais. São sujeitos importantes neste primeiro movimento os partidos políticos, a mídia e os grupos de pressão (SILVA, 2008).

Na formulação temos a figura dos burocratas como sujeitos centrais nesse processo. Vale destacar aqui a perspectiva da *bottom down*, posto que é nesta estratégia, especificamente e não exclusivamente, que a burocracia ocupa centralidade.

Para ilustrar o desenvolvimento de estratégias no campo de formulação de políticas, são apontadas duas estratégias de maior destaque, com base no pensamento de Dye (2005): a *bottom up* e a *bottom down*. A primeira considera o estabelecimento da agenda a partir de ações que vêm de baixo para cima, defendida pelos pluralistas, que assumem que numa sociedade aberta e democrática, qualquer problema pode ser identificado por indivíduos ou grupos, partidos políticos, candidatos, líderes políticos, pelos meios de comunicação de massa [...]. A segunda estratégia considera o estabelecimento de agenda a partir de ações provenientes de cima para baixo, defendida pelos institucionalistas ou elitistas [...]. (SILVA, 2008, p. 93-84)

A formulação de alternativas de políticas ocorre em vários espaços²⁰, fundamentalmente no interior da burocracia estatal. Pode ser pensada como um “[...] movimento de pré-decisão, abrangendo e constituindo-se de diagnósticos sobre a situação problema” (SILVA, 2008, p. 95). Para tomar qualquer decisão em relação a construção de uma política pública é fundamental conhecer o problema, a necessidade e a finalidade da decisão, os critérios, subcritérios, sujeitos afetados (REIS; LÖBLER; CAMPOS, 2010). A partir daí são pensadas estratégias de políticas que venham enfrentar, *a priori*, um dado problema identificado e delimitado. Nesse movimento do processo das políticas públicas que sucede à formulação temos a implementação. Mobilizando diferentes instituições, sujeitos, intencionalidades e racionalidades, recursos e poder (SILVA, 2008), a implementação configura-se como processo importante para a compreensão e, mais ainda, para a efetivação das políticas e programas sociais.

Por último temos a avaliação que se desdobra em vários níveis e tipologias²¹. A avaliação é fundamental para mensurar o impacto, atuação e abrangência social de uma dada política pública. É importante ressaltar que o movimento do processo das políticas públicas não segue necessariamente uma certa linearidade. Ao contrário, é um movimento dinâmico e dialético no qual perpassa múltiplos interesses, envolve distintos sujeitos e afeta em diferentes níveis e dimensões o político, o econômico e o cultural.

²⁰ “Escritórios de grupos de interesse, comissões legislativas, comissões especiais de trabalho e em organizações de planejamento.” (SILVA, 2008, p. 95)

²¹ Sobre os aspectos teóricos-metodológicos da avaliação ver SILVA (2008).

As políticas públicas emergem do diálogo entre forças sociais, políticas e econômicas, múltiplas e díspares, como bem lembra Lindomar Boneti (2017) quando argumenta que “[...] A gênese da ideia de uma política pública nasce, antes de tudo, do debate social, entre os diversos agentes como classes sociais, partidos políticos, movimentos sociais, interesses individuais, etc.” (Tradução nossa) (BONETI, 2017, p. 29)²². E “[...] O processo de formulação de políticas públicas ocorre no contexto de uma disputa causada pela apropriação de recursos públicos ou regulamentações que atendam a uma demanda social ou a um interesse comum” (Tradução nossa). (BONETI, 2017, p. 29)²³

Assim, embora sejam demarcados o interesse comum e a demanda social nas pesquisas sobre as políticas públicas desde a perspectiva europeia vale pontuar que conflitos e dissensos são recorrentemente presentes e devem ser considerados neste campo, se configurando como desafios desde o movimento de construção à avaliação de uma política pública. Além disso, do ponto de vista acadêmico, as políticas públicas devem ser pensadas também como campo de conhecimento “[...] que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (SOUSA, 2008, p. 69).

Decerto, “[...] governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que, produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUSA, 2008, p. 69). O campo político muito influencia e ocupa uma importante dimensão quando do movimento das políticas públicas, envolvendo diversos sujeitos que impactam diretamente, e em diferentes níveis e/ou esfera, por exemplo, o campo das políticas públicas de cultura.

Desse modo, se de um lado é fundamental destacar as diferentes perspectivas formuladas e acionadas para conceituar as Políticas Públicas sejam elas europeia e norte-americana. De outro lado, para a pesquisa desenvolvida nesta tese que visa analisar transformações, impasses e perspectivas nas políticas públicas culturais em governos e contextos do sul global, necessário se faz o diálogo com as epistemologias produzidas no e desde o Sul do mundo como mecanismo de contribuir para a democratização epistemológica a partir de outras linhas interpretativas das questões sociais. Ademais, não se desconsiderará

²² [...] la genesis de la idea de una politica publica nace, antes de todo del debate social, entre los diversos agentes como es el caso de las clases sociales, partidos políticos, movimientos sociales, intereses individuales, etc.” (BONETI, 2017, p. 29)

²³ [...] el processo geracion de las politicas publicas ocurre frente a un contexto de disputa arrojada por la apropiacion de los recursos públicos o de regulacion que atienda a una demanda social o un interes comun.” (BONETI, 2017, p. 29)

aqui as epistemes já produzidas pelos países europeus e pelos Estados Unidos, muito embora para esta tese foram fundamentais as narrativas emergentes do sul global.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS: uma teia de saberes do Norte ao Sul Global

Vimos que o campo teórico sobre as Políticas Públicas, de um lado, ora as situaram como área de conhecimento multidisciplinar, de outro lado, como relativa às ações dos governos a partir da emergência e desenvolvimento do welfare state. Ademais, vale ressaltar que neste trabalho a intenção não consistiu em abordar ambas as perspectivas como campos isolados, mas, antes, conectados de circularidades de saberes, de pluralidade epistemológica.

Efetivamente, as Políticas Públicas possuem várias chaves analíticas, podendo ser problematizadas a partir de diferentes eixos complexos e dinâmicos. Mas como se dá este debate sobre as políticas públicas no campo da cultura, especificamente da cultura imaterial? Assim, delimitando como *locus* de reflexão as políticas públicas culturais do norte ao sul global, nesta seção o principal questionamento é: Como o campo das políticas públicas culturais é constituído no mundo? Para tal, são colocadas em cena algumas reflexões, a saber: O que se compreende por cultura? Como a cultura é apreendida pelas políticas públicas? O que são as políticas públicas culturais ou, simplesmente, políticas de cultura? Como as políticas públicas culturais são formuladas?

2.2.1 Nas tramas da Cultura

Cultura é fator de desenvolvimento é o que argumentou a historiadora Lia Calabre no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), realizado em maio de 2017 em Salvador, Bahia, Brasil. Ora, a cultura tem sido problematizada em diferentes momentos da história da humanidade, bem como em vários campos do conhecimento.

Etimologicamente, cultura tem origem na palavra *colore* do Latim, significando cuidar, cultivar e crescer. Fato é que do norte ao sul do mundo muitas são as visões de intelectuais que a inscreveram desde a chave analítica do campo místico, das materialidades arquitetônicas, do desenvolvimento econômico, do combate às desigualdades sociais e como

subárea do conhecimento. Já no inglês, cultura correspondia a nomeação de um processo: “o ato de arar a terra, o cultivo de grãos: ‘agri-cultura’”. Já “a partir do século XVI, este sentido de cultura como cultivo [...], estendeu-se para o processo de desenvolvimento humano: o cultivo da mente.” E, “no século XVIII, [cultura] passou a representar também o lado intelectual da civilização [...]” (YOUNG, 2005, p. 37), como sinônimo de civilização.

A intenção aqui é traçar um mosaico conceitual sobre cultura desde a perspectiva da história social da cultura embora dialogando com intelectuais de outros campos do conhecimento, a exemplo dos antropólogos sul-africano Adam Kuper e do britânico Taylor, dos historiadores inglês Thompson e britânico Young, do antropólogo estadunidense Clifford Geertz, da historiadora brasileira Lia Calabre, dentre outros.

Antropólogo sul-africano ligado à antropologia social, Adam Kuper traz importantes contribuições para a reflexão sobre cultura. Ao tecer uma crítica sobre as apreensões de cultura no campo antropológico, Kuper afirma que, historicamente,

uma antropologia que se define como o estudo da cultura desprezará fatores sociais, políticos, econômicos e também biológicos. Idéias e valores serão vistos como as causas do comportamento – do crime, das práticas trabalhistas, das práticas educacionais – e não como as conseqüências de outros fatores, tais como a propriedade e a pobreza relativas, as oportunidades de emprego, a exclusão dos processos políticos, a corrupção e assim por diante. (KUPER, 2002, p. 9-10).

Ademais, fatores sociais, políticos e econômicos não podem ser desconsiderados numa análise social da cultura pois estes, efetivamente, muito influenciam na dinâmica das relações sociais. De fato, é preciso considerar que “forças políticas e econômicas, instituições sociais e processos biológicos não desaparecem como num passe de mágica apenas porque é o nosso desejo, nem podem ser assimilados em sistemas de conhecimentos e crenças.” E “as dificuldades tornam-se maiores quando a cultura deixa de ser algo a ser descrito, interpretado ou talvez até mesmo explicado para ser tratada como uma fonte de explicação propriamente dita, uma categoria analítica” (KUPER, 2002, p. 13) das relações sociais. Subtrair da cultura a dimensão política, social, econômica e biológica seria, no mínimo, cair num processo de reducionismo teórico. Ideias e valores são construídos, influenciados e (re)formulados diretamente pelo mundo material e, não, exclusivamente pelo mundo abstrato.

Assim, problematizando o desenvolvimento e usos da cultura desde a visão da antropologia norte-americana, para Kuper (2002, p. 22) “*todo mundo* está envolvido com cultura atualmente,” ou seja, todas as relações sociais, a própria organização das sociedades está influenciada fortemente pela cultura. E, “talvez o futuro de todo mundo dependa da

cultura [...]. Nesse novo mundo, a política local é a política da etnicidade; a política global é a política de civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque de civilizações.” (KUPER, 2002, p. 23)

Se a perspectiva mais ligada “aos patriotas da Civilização ocidental reivindica a superioridade da grande tradição, os multiculturalistas comemoram a diversidade da América e defendem a cultura dos marginalizados, das minorias, dos dissidentes e dos colonizados.” E no pós-modernismo norte-americano, dentre muitos argumentos, “foi sustentado por um movimento social em que as “diferenças” (identidade étnica, gênero, orientação sexual e até mesmo deficiências) tornaram-se a base para uma reivindicação de direitos coletivos [...]” (KUPER, 2002, p. 24; 286).

Decerto, para Kuper (2002), é possível destacar três grandes hipóteses sobre o termo cultura: (I) cultura não é raça, é apreendida, e não transmitida por genes; (II) a cultura humana é dinâmica, evolui e é impactada pelas mudanças sociais políticas, econômicas e tecnológicas; (III) cultura corresponde a um conjunto simbólico de valores e ideias compartilhados socialmente. Essas três grandes hipóteses têm influenciado os estudos que tomam a cultura como leme analítico.

Cultura adverte para uma configuração histórica complexa como percebe-se nos estudos de Kuper. Mas há outro elemento consubstancial a ser considerado nessa teia de saberes: a dimensão da raça. Ora,

qualquer noção de cultura terá de incluir uma configuração histórica; de fato, a cultura, bem como o capital, é a forma pela qual a história se manifesta no presente, os trabalhos dos mortos que pensam sobre a sociedade dos vivos e retornam de novo para ela. A história da cultura mostra que o racismo ocidental não é simplesmente um episódio aberrante, mas discreto da história ocidental [...]. Ou como escreve Fanon: ‘o racismo nunca é um elemento adicionado a mais e descoberto por acaso no curso de uma investigação sobre os dados culturais de um grupo. A constelação social, o todo cultural, são profundamente modificados pela existência do racismo.’ (YOUNG, 2005, p. 110-111)

Os estudos sobre cultura foram fortemente impactados pelo que se pode nomear de racialismo científico europeu do século XIX. Foi nesse período que se tenta aproximar a ideia de cultura como sinônimo de civilização, e representar a Europa como *locus* exclusivo de nação civilizada. Para Young (2005, p. 111-112)

Se examinarmos ‘cultura’ e ‘raça’ como um feixe de significados, podemos dizer que este feixe foi basicamente um produto do século XIX. Naturalmente o preconceito racial precede o ‘racism’, ou seja, as teorias sobre raça oferecidas como forma de um conhecimento científico sobre o gênero humano. A teoria racial não pode ser separada do seu próprio momento histórico: desenvolveu-se numa

época particular da expansão colonial britânica e europeia no século XIX [...]. Ninguém se preocupava muito com as diferenças entre raças antes de se tornar vantajoso para o ocidente, em termos econômicos, lucrar com a escravidão ou defendê-la contra os abolicionistas. A raça [tal como a etnia] foi sempre uma elaboração cultural, bem como política, científica e social.

Durante o século XIX os europeus autoconstruíram uma identidade superior de si em relação aos sujeitos do sul global, a exemplo dos povos africanos da África Austral²⁴. Essa construção esteve estruturada ainda em argumentos culturais, mas também estéticos, além dos discursos filosóficos, a exemplo dos de Heidegger e Hegel.

No final do século XVIII até parte do XX, por exemplo, quando os registros escritos são utilizados como fontes indispensáveis nas pesquisas, sobretudo nas historiográficas, Friderick Hegel declarou que ‘a África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento. Os povos negros são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje’ (HEGEL *Apud* FAGE, 2010, p. 8), sugerindo assim uma concepção do africano como ser sem autonomia para construir a sua própria história. (MELO, 2017, p. 53)

Para melhor compreender esse contexto de teorias que vão emergir no século XIX sobre cultura, é importante pontuar que passam a embasar as teorias culturais naquele período o tripé: raça, estética e sexo. No século XIX foi notória a cumplicidade existente entre raça e cultura. Os discursos conceituais sobre cultura foram marcados pela dimensão racial que emerge muito fortemente na Europa do século XIX. Ademais, afirma que cultura e raça foram cúmplices não é, pois, um argumento novo, “porém, subestima-se firmemente o quanto as ciências e as artes foram determinadas por ideias recebidas sobre raça.” (YOUNG, 2005, p. 110)

Ora,

No século XIX, a teoria racial, fundamentada e ‘provada’ por várias modalidades da ciência, tais como a filologia comparativa e histórica, a anatomia [dentre outras], tornou-se, necessariamente, endêmica não apenas noutras formas de ciência, tais como a biologia [...], mas foi também utilizada como uma categoria geral do entendimento, que se estendeu para teorias da antropologia, da arqueologia, dos estudos clássicos, [...], permeando definições de cultura e de nação. (YOUNG, 2005, p. 113)

Em outra dimensão temos a estética como fator influenciador nas concepções de cultura que vão emergir e se expandir no século XIX. Como afirma Young (2005, p. 117), “em geral, as características estéticas são mais evidentes em representações de diferenças físicas, nas quais rostos africanos, levados a assemelhar-se tanto quanto possível a macacos, são postos em contraste com rosto (ou tipos) europeus ilustrados por meio de esculturas

²⁴ A África Austral corresponde aos países africanos situados ao sul do continente africano, dentre os quais é possível citar: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia e Moçambique.

gregas, tais como o Apolo Belveder.” E em uma terceira via analítica se tem a sexualização presente nos estudos culturais na medida em que este argumento era usado para desumanizar e inscrever como não portadores de cultura àqueles que não fossem pertencentes à Europa.

Sander Gilman demonstrou de que maneira se desenvolveram, no século XIX, as ligações entre raça e sexo através de fantasias derivadas de estereótipos culturais, nos quais o elemento negro evocava uma sexualidade atrativa, mas perigosa, uma fertilidade aparentemente abundante e ilimitada, embora ameaçadora. E o que sugere a fantasia senão o desejo? (YOUNG, 2005, p.118)

Não se pode negar a preponderância da raça nas formulações sobre cultura, embora, outros fatores venham a somar nessa equação, a exemplo da dimensão da estética e da híper sexualização dos sujeitos negros africanos, que ao longo do século XIX tiveram pela ciência europeia seus corpos e sociedades colocados em contrastes com corpos e sociedades europeias no intuito de os inscrever a partir de um eixo dicotômico: de um lado, os europeus como civilizados; de outro lado, os africanos como não civilizados. Na “Grã-Bretanha do século XIX, o termo ‘cultura’ [...] referia-se tipicamente às características e aos produtos da sociedade humana, da mais primitiva à mais civilizada [...].” Ora, “antes de 1871, o termo cultura fora empregado por antropólogos de todas as tendências para denotar os graus de civilização.” (YOUNG, 2005, p. 52; 55)

Aqui é importante ressaltar ainda o debate entre igualdade e diferença presentes nas entrelinhas conceituais da cultura, cabendo então o questionamento feito por Robert Young (2005, p. 35): “terá a cultura sido sempre uma forma de conferir sentido e valor à igualdade e à diferença?” Nos conceitos de cultura tecidos pela ciência do século XIX a diferença é acionada como mecanismo de subjugar outros sujeitos não europeus. Ora, fato é que a partir desse cenário é possível sugerir que cultura implica em conflitos, produto também do capitalismo emergente daquele período.

[...] a cultura sempre foi conflitante, contraditória, exatamente o que de fato se esperaria do produto do capitalismo. Para Helder, a expansão territorial inevitavelmente destruirá o princípio unificador fundamental de que ‘cada nação é um povo, tendo a sua própria forma nacional, assim como a sua própria língua’. A nação [...] engendra a unidade constitutiva da sociedade humana, e esta unidade cultural define a unidade política [...]. Uniões híbridas e forçadas entre nações estão, segundo Helder, fadadas à desintegração [...]. Culturas emergem umas das outras. Para Helder, a cultura era sempre híbrida, mesmo que ele tenha também identificado uma cultura particular com o caráter distinto da nação. (YOUNG, 2005, p. 45-49)

É possível então sugerir que cultura deva sempre ser pensada no plural: culturas. É necessária uma expansão da cultura em termos teóricos, bem como práticos. Cultura foi

inventada para conferir inscrição à diferença com os discursos da negativização, anulação e desumanização do outro (YOUNG, 2005). Apenas no século XX que cultura passa a ser usada também para se referir à organização social dos sujeitos não-europeus.

A ideia de ‘culturas’, sendo ‘cultura’ usada ela própria como uma palavra relativamente neutra, que descrevia de maneira holística a forma de vida de sociedades não-européias, foi introduzida por Boas apenas no século XX. A noção de cultura evoluiu, no sentido de se tornar tanto sinônimo da corrente principal da civilização do ocidente quanto o oposto dela. Era tanto a civilização quanto a sua crítica, e esta forma característica de alienação de si mesma marcou a cultura desde o início. (YOUNG, 2005, p. 60; 63)

Esse movimento coincide com o momento em que pesquisadores de todo o mundo começam a ampliar os olhares científicos para as experiências de outros sujeitos, historicamente excluídos, silenciados e/ou esquecidos da história. A partir daí os próprios pressupostos nos quais estavam sedimentadas a ciência passam a ser questionados. A produção do conhecimento passa a considerar as experiências dos camponeses, das mulheres, dos negros, dos indígenas, da classe empobrecida e marginalizada. A história passa a ser reescrita a contrapelo²⁵, o que interfere no redimensionamento epistemológico da concepção de cultura. Esse movimento passa a ser fundamental para criticar a concepção de cultura como não dialética. O ensaísta e filósofo Walter Benjamin, em VII tese sobre o conceito de História, propõe que se pense a cultura numa perspectiva dialética. “Ele rejeita a ‘história da cultura’ como não dialética, reificada, fetichista e historicista; ele se opõe à idéia de que a cultura possui uma história separada, desvinculada das condições sociais e políticas.” (LÖWY, 2010, p. 20)

É preciso considerar que os conceitos estão diretamente entrelaçados ao tempo histórico em que foram produzidos, fazendo parte de uma elaboração que se pode sugerir como geo-histórico-social. Ou seja, os conceitos são produzidos em um espaço geográfico, histórico e social, e o são diretamente influenciados por esses elementos. E vale ressaltar que estão em movimento, não são estáticos. No caso do campo da cultura é possível apontar, entre os séculos XVIII e XX, pelo menos três movimentos no modo de conceituar este campo: Cultura como um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; Cultura como um modelo de vida particular, seja de um povo, de um período ou de um grupo; Cultura como obras e práticas da atividade intelectual e especialmente artística. (YOUNG, 2005)

²⁵ A expressão “a contrapelo” foi problematizada na VII tese sobre o conceito de história (1940), de Walter Benjamin, para criticar o historicismo alemão (crítica que parte, em grande medida, da filosofia marxista da história) e defender ser necessário uma reescrita da história a partir das experiências dos sujeitos silenciados e oprimidos.

Considerando este contexto, compartilho da perspectiva de Young (2005, p. 64) quando este afirma que

podemos então dizer que cultura [...] é uma palavra, estritamente imprópria, dividida contra si mesma. A sua própria gênese e seu funcionamento semântico também carregam, na expressão de Adorno, os estigmas do capitalismo, e repetem e exprimem a estrutura conflitiva do sistema de classes que a produziu. Ao que parece cultura deve sempre operar autenticamente. Nunca está só, antes participa sempre de uma economia conflitiva, exprimindo as tensões entre igualdade e diferença, comparação e diferenciação, unidade e diversidade, coesão e multiplicidade, contenção e subversão. A cultura nunca é susceptível de cair numa fixidez, estase ou totalização orgânica [...]. A cultura sempre marcou a diferença cultural por meio da produção do outro; sempre foi comparativa, e o racismo foi sempre uma parte integral dela: ambos estão inextricavelmente emaranhados, alimentando-se e gerando um ao outro.

Aqui a questão racial é apontada por Young (2005) como chave analítica para a compreensão dos movimentos ocorridos no âmbito do conceito de cultura. Cultura e raça estão intrinsecamente conectadas. “A raça sempre foi culturalmente construída. A cultura sempre foi através da raça construída” (YOUNG, 2005, p. 64). E considerar a existência da relação entre raça e cultura implica, ainda, em considerar o elemento já apontado anteriormente: civilização.

A relação de ‘civilização’ com ‘cultura’ sugere, antes, que a pós-modernidade marca a articulação e a maturação de uma dissonância interior que se desenvolveu rapidamente no interior do projeto do iluminismo [...]. Aqui, cultura nomeia o motor dinâmico que move a dissensão produtiva e crítica da modernidade e pós-modernidade. Em termos gerais, poderíamos dizer que por duzentos anos a cultura carregou consigo um antagonismo entre cultura como um universal e como diferença cultural, formando uma resistência à cultura ocidental no interior da própria cultura ocidental. (YOUNG, 2005, p. 65)

Para melhor compreender tal relação entre cultura e civilização se faz necessário problematizar civilização no plural: civilizações. Tal perspectiva já existe, pelo menos, desde a segunda metade do século XIX, conforme pontua o antropólogo britânico Tylor (1871, p. 58) ao afirmar que “o uso da palavra ‘civilização’ no plural, como ‘civilizações’, só se tornou comum nos anos de 1860.” Contudo, se por um lado civilização no plural – civilizações – demonstra o reconhecimento da existência de várias formas de organização social, por outro lado, Tylor, ao partir do evolucionismo social, inscreve a civilização europeia em uma escala hierárquica na qual ocuparia o *status* de avançada e desenvolvida. Ou seja, no contexto do XIX, civilizações no plural foi usada admitindo-se existir mais de uma civilização, ademais, àquela da Europa era inscrita no topo da hierarquia do desenvolvimento civilizatório da humanidade.

Nesses termos, na concepção do evolucionismo social, da qual parte Tylor, “cultura ou civilização [...] é aquele todo complexo que inclui o saber, as crenças, as artes, a moral, as leis, os costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade.” O que o levou a “[...] resistir à sua divisão, assumindo a noção de uma evolução progressiva da humanidade nos níveis material e espiritual ou moral no interior de uma hierarquia de valores eurocêntricos” (TYLOR, 1871, p. 54; 57).

A teoria de Tylor faz parte da rede de teorias científicas emergentes no século XIX que se ocuparam e corroboraram para a representação do mundo em termos dicotômicos: desenvolvidos *versus* não desenvolvidos, cultura *versus* folclore, civilizados *versus* não civilizados, etc. São teorias que, em grande medida, estavam arraigadas numa concepção de mundo e ser humano eurocêntricos. Uma das possíveis críticas que se pode fazer à concepção de cultura e civilização do antropólogo é a de que em um mundo marcado pela diversidade e pluralidade humana é, no mínimo, um equívoco reduzir a noção de cultura e civilização à perspectiva europeia, que por séculos foi marcada pelas teorias raciais.

O diálogo com Edward Thompson nos ajuda em tal reflexão. Considerado um importante historiador inglês de orientação marxista do século XX, Thompson traz profundas reflexões para o campo da cultura, tomando esta como um espaço de elementos conflitivos, dinâmicos, complexos e contraditórios.

Partindo da problematização da cultura como

um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; [Cultura como] uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’. (THOMPSON, 1998, p. 17)

Edward Thompson (1998) afirma que na “[...] verdade o próprio termo ‘cultura’, com uma invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 17). A cultura também foi por muito tempo usada para denotar “[...] um sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desenhos e artefatos) em que se acham incorporados” (THOMPSON, 1998, p. 17). Deste modo, nesta pesquisa a cultura é pensada a partir da perspectiva do conflito, das contradições, das reivindicações, como espaço privilegiado para se pensar a desigualdade social, as contradições presentes no movimento da sociedade em diferentes espaços e temporalidades.

[...] A ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração em geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. (THOMPSON, 1998, p. 22)

Thompson chama a atenção para a problematização da cultura desde outra chave analítica, diferente daquela do campo da história cultural que a pensa a partir, especificamente, do âmbito das representações simbólicas. Para além do mundo das representações, é preciso considerar que a cultura, na África do Sul, por exemplo, parte da materialidade do social e é, geralmente, acionada como mecanismo de reivindicações por justiça e igualdade. Importante pontuar ainda que a cultura tem sido um mecanismo usado, sobretudo pela classe “subalterna” em distintas partes do sul global, para demandar e acessar políticas públicas de diferentes naturezas.²⁶

Segundo Elder Alves (2010)

as muitas dimensões pelas quais o conceito de cultura penetrou o debate e a problemática do desenvolvimento durante a segunda metade do século XX se imbricaram inteiramente nos últimos anos. Essa interpenetração ensejou novos usos da categoria cultura e uma série de envolvimento políticos por parte de vastos segmentos da sociedade civil global e, por conseguinte, de alguns organismos transnacionais, como a Unesco. (ALVES, 2010, p. 540)

Fundada em 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma importante organização em nível mundial com o objetivo de promover a paz e segurança por meio da educação, ciência e cultura. Interessante destacar que desde sua criação, a UNESCO trouxe grandes contribuições para o enfrentamento ao racismo (a exemplo da Declaração de 1978 sobre a Raça e o Preconceito Racial), levando a África do Sul, que vivia sob a arquitetura do apartheid, a retirar-se da organização, retornando em 1994 quando Nelson Mandela assume a presidência do país. Fato é que no campo da cultura a UNESCO contribui e aproxima tal debate ao das políticas culturais, realizando diversas ações sejam no campo da cultura, sejam no campo das políticas culturais.

²⁶ A título de exemplo, pode-se citar as manifestações culturais ocorridas no Brasil e na África do Sul durante a Ditadura Militar (1964-1985) e o Apartheid (1948-1994) respectivamente. Nesses períodos foi possível observar o uso da cultura em vários protestos nesses dois países do sul global. No campo da música, da arte, do teatro, das apresentações de bumba-meu-boi ou mesmo da zulu dance podemos visualizar como a cultura foi acionada para reivindicar direitos sociais.

Tabela 1 Ações da UNESCO no campo da cultura

Declaração Universal dos Direitos de Autor	1952
Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional	1966
Convenção sobre as Medidas que se Devem Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícita de Bens Culturais	1970
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	1972
Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais	1978
Recomendação Relativa à Condição do Artista	1980
Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	1989
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	2001
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	2005

Fonte: RODRIGUES, 2017.

Segundo Rodrigues (2017, p. 46), “as ações no campo da cultura, nos seus primeiros anos a partir da criação da UNESCO, estavam centradas da construção das identidades nacionais e na promoção de uma cultura de paz”. Aqui o foco central seria o respeito à diversidade, sobretudo nas nações tidas como de terceiro mundo. As ações formuladas pela UNESCO passam a impactar diretamente as políticas culturais, bem como contribui para uma problematização que leva a ampliação da própria noção de patrimônio cultural, que passa a ser compreendido tanto como material quanto imaterial.

Tabela 2 - Ações no campo das políticas culturais

Declaração Universal dos Direitos de Autor	1952
Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional	1966
Mesa-redonda sobre Políticas Culturais – Mônaco	1967
Gênese da Ideia de Encontro sobre as Políticas Culturais	1968
Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais – Veneza	1970
Convenção sobre Medidas que se devem adotar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícita de bens culturais	1970
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	1972
Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da Europa – Helsinque	1972
Conferência Regional sobre Políticas Culturais da Ásia – Jacarta	1973
Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da África – Acra	1975
Conferência Regional sobre Políticas Culturais da América Latina e Caribe – Bogotá	1978
Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais	1978
Recomendação Relativa à Condição do Artista	1980
Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – MONDIACULT – Cidade do México	1982
Década Mundial do Desenvolvimento Cultural 1988 – 1997	1988
Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	1989
Criação da Comissão Cultura e Desenvolvimento	1991
Documento: Nossa Diversidade Criativa	1996
Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento	1998
Relatório Mundial sobre a Cultura, Criatividade e Mercados	1998
Relatório Mundial sobre a Cultura, Diversidade Cultural, Conflito e Pluralismo	2000
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	2001
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	2005

Fonte: RODRIGUES, 2017.

De fato, muitas são as chaves que se podem acionar para a problematização da cultura e das políticas culturais com abordagens teóricas distintas e diversas, e que partem de diferentes tempos e espaços. Ademais, é possível sugerir, pelo menos, dois elementos centrais nessa problematização: cultura incide diretamente nas relações de poder (im)postas em sociedades do norte e sul do mundo; cultura é mecanismo de resistência sendo acionada como bandeira de luta contra múltiplas opressões e desigualdades sociais, econômicas e políticas. E cultura possui forte influência nas próprias decisões das políticas públicas, no caso desta pesquisa, das políticas públicas culturais.

2.2.2 Políticas Culturais desde um diálogo interdisciplinar

As políticas públicas culturais, ou políticas culturais, podem ser consideradas uma das dimensões das políticas públicas que envolvem e mobilizam uma diversidade de sujeitos em todos seu processo (formulação, implementação e avaliação). As políticas públicas voltadas para o campo da cultura se subdividem em, pelo menos, dois grandes grupos: as da cultura material e as da cultura imaterial.

Por Políticas Culturais esta pesquisa tem compreendido um campo conflitivo no âmbito da construção da identidade nacional da África do Sul. E tem partido de uma concepção interdisciplinar mobilizando conceitos do sul e do norte global.

Historiadora e ex-coordenadora do setor de políticas culturais da Fundação Casa Rui Barbosa (2003-2014), no Brasil²⁷, Lia Calabre concebe a relação entre Estado e Cultura como fundamental para compreender o campo de reflexão sobre as políticas culturais. Embora estudando o universo brasileiro, as pesquisas de Calabre muito ajudam na análise aqui empreendida. No caso brasileiro, a relação Estado e Cultura passa a ganhar mais força a partir dos anos 1930, pelo menos em termos de formulação de políticas públicas voltadas para este setor. Conforme lembra Calabre (2007)

²⁷ Com o compromisso de promover a cultura, o ensino e a pesquisa, a fundação nasce em 1928 entrelaçada ao propósito de preservar e divulgar a obra e a memória do jurista, político, diplomata, escritor e grande orador Rui Barbosa (1849-1923), um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo. Sediada na casa em que ele viveu entre 1895 e 1923, a Fundação Casa de Rui Barbosa guarda cerca de 60 mil documentos por ele produzidos e recebidos, com memórias que remetem à sua vida pública, social e familiar. A fundação conta com um arquivo histórico notável e ainda com o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, que reúne documentos literários de escritores nacionais. (Disponível em: <http://www.museubrasil.org/pt/museu/fundacao-casa-de-rui-barbosa>. Acesso em: 16/08/2022).

no Brasil a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história. Entretanto a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, datam do século XX. O estudo de tais políticas também é um objeto de interesse recente. Sobre as décadas de 1930 e 1940 existe um número razoável de trabalhos que tratam da ação do estado sobre a cultura. (CALABRE, 2007, p. 1)

Embora com olhar para a realidade latino-americana, com foco para o Brasil, as análises de Lia Calabre ajudam a elucidar questões mais amplas sobre os processos das políticas culturais na África do Sul. Interessante destacar que é no século XX que temos um movimento mais amplo, a nível mundial, em torno da produção teórica e prática no campo das políticas públicas de cultura. Tal movimento marca a formulação, e a própria concepção teórica a ser adotada acerca das políticas públicas por diferentes governos, a exemplo do brasileiro e do sul-africano.

O ano de 1959 é considerado um marco internacional legal no campo das políticas culturais. Neste ano é criado o Ministério de Assuntos Culturais da França que passa a promover ações que são tomadas como referências em diferentes países (CALABRE, 2007). No Brasil várias são as oscilações que afetaram diretamente o movimento de formulação de políticas públicas, sendo possível sugerir a década de 1930 como marco institucional nesse processo. Nesta década, várias reformas administrativas passam a acontecer no Estado brasileiro que “[...] tentou implantar políticas governamentais específicas e com alcance nacional para uma série de setores.” (CALABRE, 2007, p. 1).

Em 1937 foi publicado no Brasil o decreto N° 25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tal decreto define em seu artigo 1º como patrimônio histórico e artístico nacional “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, p. 1). Já no recenseamento de 1940, “a cultura mereceu a publicação de um volume específico, com considerações sobre as diversas áreas de abrangência” (CALABRE, 2007, p. 1).

Outrossim, o movimento emergente nesse campo na África do Sul não difere muito daquele ocorrido no Brasil. Se no estado brasileiro entre os anos de 1930 a 1945 (governo de Getúlio Vargas) foi quando tivemos os primeiros registros de formulação e implementação de políticas públicas de cultura no Brasil²⁸ (CALABRE, 2007), tal movimento

²⁸ Uma das medidas tomadas com a finalidade de institucionalizar o setor da cultura foi a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que objetivava, a priori, a preservação do patrimônio material brasileiro (CALABRE, 2007). “Outras iniciativas federais do período são a criação do

ocorreu na África do Sul em 1994, ano marcado por uma série de mudanças políticas no país. É em 1994 que ocorre a transição de regime governamental daquele país, do Apartheid para a democrático, culminando nas eleições que elegeram o advogado, xhosa e militante dos movimentos que demandavam o fim da política de segregação, Nelson Rolihlahla Mandela, premiado em 1993 pelo Nobel da Paz, além da Medalha Presidencial da Liberdade (Estados Unidos) e a Ordem de Lenin (União Soviética)²⁹.

Foi no ano de 1994 que o governo sul africano, por meio do ministro de Artes e Cultura do país, criou o na época nomeado *Department of Arts, Culture, Science and Technology* (ACTAG). “Em agosto daquele mesmo ano, o ministro formou um Grupo de Trabalho de Artes e Cultura (ACTAG), com o objetivo principal de tornar as artes acessíveis para todos os sul-africanos” (MAVIMBELA, 2022). Vale ressaltar que em 2019 realiza-se uma espécie de junção entre o *Department of Sport, Arts and Culture* e o *Sports and Recreation Department* da África do Sul. Dessa junção resultou o *Sport, Arts and Culture Department* (DSAC).

O *Department of Sport, Arts and Culture* da África do Sul tem como objetivo

A missão do Departamento de Esportes, Artes e Cultura (DSAC) é transformar e expandir a oferta de esportes, artes e cultura, garantindo acesso equitativo, desenvolvimento e excelência em todos os níveis de participação e fazer uso das contribuições socioeconômicas para oferecer uma vida melhor para todos os sul-africanos (tradução nossa). (MTHETHWA, 2022)³⁰

Efetivamente as políticas públicas culturais vão influenciar diferentes governos do norte ao sul global. Influenciar na própria construção de agendas políticas para o campo da cultura, bem como será influenciado pela concepção de cultura adotada pelos departamentos de cultura de cada governo, de cada país. Mas, antes de seguir com tal debate, importante é demarcar de onde e como políticas públicas de cultura são pensadas na pesquisa realizada nesta tese de doutoramento. Neste caso, cabe aqui o questionamento: o que são as políticas públicas culturais ou políticas culturais? Ressalto que o horizonte proposto por tal questionamento não é apresentar conceitos fechados sobre o que são as políticas culturais,

Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL). Em julho de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, composto por sete membros” (CALABRE, 2007, p. 2). Um outro marco temporal para o campo das políticas públicas culturais foi o ano de 1953 quando “[...] o Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC)” (CALABRE, 2007).

²⁹ Inserir nota de rodapé comentando sobre significado desses prêmios.

³⁰ The mission of the Department of Sport, Arts and Culture (DSAC) is to transform the delivery of sports, arts and culture by ensuring equitable access, development and excellence at all levels of participation and to harness the socio-economic contributions that can create a better life for all South Africans. (MTHETHWA, 2022)

mas, antes, problematizar este campo, num primeiro momento, desde uma perspectiva teórica-conceitual.

Não é horizonte aqui a apresentação de uma definição fechada sobre as políticas culturais. E, sim, como as políticas culturais têm sido apreendidas pelo campo da produção do conhecimento. Para Coelho (1997, p. 10), as políticas culturais podem ser apreendidas como “ciência da organização das estruturas culturais”, como campo de conhecimento multidisciplinar. Tendo como lugar social de fala o contexto latino-americano, o antropólogo argentino Néstor Canclini, estudioso da cultura e exilado político do México após golpe militar de 1976, afirma que

Estudios recientes tienden a incluir neste concepto o conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, instituciones cívicas e grupos comunitarios organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfacer as necesidades culturales da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas essa forma de caracterizar o campo das políticas culturais precisa ser ampliada levando em conta a transnacionalidade dos processos simbólicos e materiais hoje (tradução nossa). (CANCLINI, 2001, p. 65)³¹

É preciso problematizar as políticas culturais desde uma perspectiva mais ampla. E, neste trabalho, sugere-se pensá-las desde um campo de produção de conhecimento. Com isso não se está negando sua concepção, também, desde um viés mais técnico e político, de intervenções/ações governamentais no campo da cultura. Mas, antes, o que se pretende é as inscrever num horizonte maior de possibilidade analítica, num horizonte epistemológico. Nesse sentido, num primeiro momento, para delinear esse horizonte é fundamental ressaltar a conexão entre políticas culturais e cultura. De fato, é “fundamental constatar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura” (RUBIM, 2007, p. 40), e tal concepção afeta diretamente as políticas culturais, como campo de conhecimento, bem como as políticas públicas culturais, como ações governamentais.

O movimento do processo das políticas públicas de cultura está contido no horizonte mais amplo das Políticas Públicas, qual seja: formulação, implementação e avaliação. Antes de serem implementadas elas passam pelo processo de formulação e após serem implementadas, pelo processo de avaliação, que, muitas vezes, é usado como crivo para

³¹ Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones cívicas y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (CANCLINI, 2001, p. 65)

decidir pela mudança, permanência ou não de uma dada política cultural. Nesse triplé, se tem a figura dos sujeitos, fundamental em todos os momentos, desde a elaboração à avaliação. Neste caso, problematizar as políticas públicas de cultura desde o viés de ações governamentais implica no exercício de acionar o campo da Política Cultural, como campo de conhecimento, para a uma reflexão teórica de Planos de Cultura elaborados e executado pelos governos em diferentes democracias.

É possível pontuar cinco movimentos que perpassam pelas políticas públicas de cultura. De um lado, do ponto de vista teórico se tem a I) noção de política e II) concepção de cultura; de outro lado, do ponto de vista que se pode inscrever como de escopo mais técnico um III) conjunto de formulações e ações para implementação; IV) definição de objetivos e metas; V) delimitação de sujeitos. Sobre esses cinco pontos afirma Rubim (2007, p. 40-41):

I. Definição e determinação da noção de política acionada, como momento sempre presente em toda e qualquer política cultural.

II. Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política. Fundamental constatar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura.

III. Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas. Investigar as formulações, condensadas em planos, programas, projetos etc; as ações, pensadas e realizadas, e, inclusive, as conexões e contradições entre elas é vital para o conhecimento das políticas culturais.

IV. Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais. Através do estudo deles podem ser explicitadas as concepções de mundo, que orientam as políticas culturais e as repercussões pretendidas da intervenção político-cultural na sociedade.

V. A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais. A recente discussão sobre as políticas públicas, tomadas como não idênticas ou redutíveis às políticas estatais, tem enfatizado que, na atualidade, elas não podem ser pensadas apenas por sua remissão ao Estado. Isto não implica em desconsiderar o papel ocupado pelo Estado na formulação e implementação de tais políticas. Antes significa que, hoje, ele não é único ator e que as políticas públicas de cultura são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não-estatais. A existência de governos nacionais, supranacionais (sistema das Nações Unidas, organismos multilaterais, comunidades e uniões de países etc) e infranacionais (provinciais, intermunicipais, municipais etc) é uma das faces deste processo de complexificação da intervenção estatal.

As políticas públicas de cultura não estão restritas apenas à esfera estatal com seus sujeitos, mas ainda à órgãos não-estatais, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), Associações, Movimentos Sociais, Grupos Sociais, etc. Contudo, vale ressaltar que não perdem o status de pública por não está restrita à esfera estatal. De certo, “[...] políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores político-sociais, não somente o Estado, desde que tais políticas sejam submetidas obrigatoriamente a algum

controle social, através de debates e crivos públicos” (RUBIM, 2007, p. 42). Tal crivo leva em consideração alguns elementos como público, instrumentos, meios e recursos destinados às políticas públicas de cultura.

Nesse cenário

a elucidação dos públicos pretendidos é outro componente significativo a ser analisado nas políticas culturais. Cabe determinar quais os públicos visados e quais as modalidades de fruição e de consumo previstas e inscritas nas políticas culturais. Tais públicos podem ser ‘recortados’ por diferenciados critérios sociais, como por exemplo: classe, renda, escolaridade, idade, gênero etc. Dados significativos para o entendimento acerca das políticas culturais certamente estão embutidos na escolha dos públicos e de seus critérios de formatação. (RUBIM, 2007, p. 42)

A própria noção de cultura a ser adotada numa dada política pública é influenciada por vários critérios sociais, sendo possível ainda sugerir, além daqueles de classe, a escolaridade, o aspecto geracional, de gênero e territorial como critério consubstancial, considerando que a cultura está em movimento constante e, a depender da região, possui determinadas características, significados, sujeitos e investimentos. Já o critério territorial determina o grau de visibilidade atribuída a uma dada cultura. Se formos traçar um panorama historiográfico, por exemplo, veremos que a cultura do norte do globo recebeu maior visibilidade (mas também investimentos de órgão internacionais) que as do sul. E isso evidencia a hierarquização entre as nações do norte e do sul, hierarquização essa profundamente marcada pela construção social da raça.

Já sobre os instrumentos das políticas culturais é importante ressaltar que

a atenção com os instrumentos, meios e recursos acionados, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros etc. deve ser sempre um dos momentos interpretativos privilegiados no estudo das políticas culturais. Toda política cultural, para ser concretizada, implica obrigatoriamente no acionamento de recursos financeiros, humanos, materiais e legais. Por conseguinte, é imprescindível às análises de políticas culturais, o conhecimento aprofundado de dispositivos, tais como: 1. Orçamentos e formas de financiamento da cultura previstos e realizados; 2. Pessoal disponível e envolvido na formulação, na gestão e na produção da cultura, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, bem como as modalidades de capacitação de pessoal em funcionamento ou previstas; 3. Os espaços, geográficos e eletrônicos, e os equipamentos existentes que estão sendo ou podem ser acionados, sua localização, seu funcionamento, suas condições etc. e 4. Os meios legais e as legislações disponíveis e a serem criados para organizar e estimular a cultura. (RUBIM, 2007, p. 42-43)

Longe do que as pré-noções possam indicar, a delimitação dos instrumentos, bem como meios e recursos que serão direcionados para uma dada política pública, configura-se como um momento sobre o qual incidirá a reflexão no campo das Políticas Públicas. E nesse

interim, orçamento, recursos humanos para todo o movimento do processo, território e amparo legal integram o conjunto de elementos a serem problematizados pelas Políticas Culturais. Nesse horizonte interpretativo concorda-se que

o desenho da cartografia de abrangência das políticas culturais remete, de imediato, ao funcionamento das atividades essenciais que fazem da cultura um sistema articulado. Sem considerar a presença de cada um destes momentos – e da qualidade e articulação deles – não se pode, a rigor, falar em um efetivo sistema cultural, pois a vigência do sistema implica na presença essencial de cada um destes momentos e movimentos. (RUBIM, 2007, p. 43)

Essa cartografia de saberes presente no campo das análises investigativas das Políticas Públicas abre e amplia o leque de possibilidades investigativas acerca desse campo do conhecimento. É preciso considerar no estudo das políticas públicas de cultura, desde a ótica das Políticas Culturais, que, longe de sugerir generalizações teóricas, o conceito de cultura a ser adotado para uma dada política cultural envolve também disputadas pelo poder. Poder de decisão e de fala. Poder que legitima certas visões de mundo de grupos sociais. Poder de conceituar o que é e o que não é cultura. Contudo, vale ressaltar que existem outros condicionadores importantes que dão movimento à essa cartografia de saberes e devem ser considerados, a exemplo dos sujeitos, recursos financeiros, articulações políticas, territórios e etc.

Outro elemento consubstancial à tessitura das Políticas Públicas tem sido a transmissão e difusão da perspectiva de cultura presentes em expressões culturais objeto de uma dada política pública. E o campo das Políticas Públicas constitui-se como um responsável pelo estudo desses elementos. Tais elementos vão constituir o que Rubim (2007) denominou de sistema de cultura, não estando conectados a um único sujeito, grupo ou instituição política. Há “os criadores, inventores e inovadores, representados por artistas, cientistas e intelectuais, vinculados aos universos culturais acadêmicos ou populares”. Contudo, “não existe sistema sem que outros momentos, instituições e atores estejam contemplados e acionados”. Há ainda os transmissores e divulgadores de cultura, como “os professores e comunicadores, inscritos em diferentes ambientações e instituições sociais, são os principais tradutores dos momentos de divulgação”. Ora, “tais processos são vitais para a democratização da cultura. A questão da transmissão e da difusão da cultura aparece, desta maneira, como tema essencial a ser enfrentado em políticas culturais e em seu estudo.” (RUBIM, 2007, p. 44)

Além da transmissão e difusão, há ainda a preservação e conservação da cultura, atualmente sob responsabilidade de museus. Estes vistos como

essenciais para manter a herança cultural e democratizar o patrimônio acumulado, seja ele material ou imaterial. Cuidar do patrimônio – tangível e intangível – é fundamental para o desenvolvimento e a identidade dos agrupamentos humanos. Não por acaso, o tema do patrimônio sempre teve um peso relevante nas políticas culturais em quase todos os países no âmbito internacional, na Ibero-América e no Brasil. (RUBIM, 2007, p. 44)

Ademais, vale destacar que o tema do patrimônio constituiu-se como relevante nas políticas culturais não apenas no âmbito dos países Ibero-Americano e no Brasil, mas em países africanos, a exemplo daqueles da África Austral, como a África do Sul que em 1994, após fim oficial do governo Apartheid, elabora uma série de políticas de memórias que materializam-se e ganham forma em museus fechados e a céu aberto e muito contribuem para a reinvenção da nação sul-africana em *Rainbow Nation*, nação de todos os povos, etnias e onde coexistem diferentes culturas e interagem umas com as outras, sem levar a um movimento de segregação como propunha a política segregacionista.

Para Rubim (2007, p. 45)

Para além de ser preservada e conservada, uma cultura precisa, sob pena de estagnação, interagir com outras culturas, através de dispositivos de circulação, troca, intercâmbio e cooperação. Sem este permanente processo de ‘negociação’ cultural, deliberadamente instituído e estimulado, a cultura tende a perder seu dinamismo vital. Por óbvio, existem diferenciados tipos de trocas, as quais afetam de maneira diversa as culturas. Em pólos opostos, as trocas podem ser equânimes ou profundamente desiguais. Apesar disto, elas são quase sempre essenciais para o desenvolvimento da cultura.

Contudo vale ressaltar a importância da oralidade, tanto no movimento de transmissão e difusão, quanto de preservação e conservação da cultura, fortemente presente quando olhamos para a história das sociedades não ocidentais. No caso do continente africano a oralidade assumiu por séculos lugar preponderante desde a transmissão à conservação de práticas culturais. Para o escritor e filósofo do Mali, Amadou Hampâté Bâ, em África os tradicionalistas são aqueles responsáveis pela transmissão da cultura. Eles podem, ainda, ser representados como museus de memórias, guardiões de memórias da história da nação.

Os grandes depositários da herança oral são os chamados ‘tradicionalistas’. Memória viva da África, eles são suas melhores testemunhas. Guardiões dos segredos da Gênero cósmica e das ciências da vida, o tradicionalista, geralmente dotado de uma memória prodigiosa, normalmente também é o arquivista de fatos passados transmitidos pela tradição, ou de fatos contemporâneos. (BÂ, 1980, p. 175)

Ora, avaliação e consumo também se constituem como movimentos importantes no âmbito das Políticas Culturais. No que se refere à avaliação, “aos analistas, críticos, estudiosos, investigadores e pesquisadores é destinada esta função.” Já a dimensão do consumo possui “como singularidade a circunstância de não ser profissionalizada. A não profissionalização, entretanto, não afeta o *status* da fruição e do consumo. Pelo contrário, ela indica a amplitude e mesmo a universalidade do ato de recepção da cultura, a importância central dos públicos culturais.” Neste caso, “todos os cidadãos são potencialmente públicos da cultura, quando ela não está subordinada a uma lógica mercantil.” (RUBIM, 2007, p. 45)

Vale ainda destacar que o campo das Políticas Culturais tem contribuído para pensar importantes aspectos da (re)invenção da nação em diferentes momentos da história. Na América Latina, bem como em África, por exemplo, é possível notar tal processo quando dos regimes da Ditadura Civil-Militar e Presidencialismo que ocorreram no Brasil; E na África do Sul, quando do Apartheid e Parlamentarismo. Tal movimento coincide com as primeiras tentativas de institucionalização da cultura por meio das políticas culturais. Para Lia Calabre (2013) é possível notar tal processo, pelo menos, desde a última década do século XX, embora se reconheça que as primeiras décadas deste mesmo século também se configuraram como importantes espaço temporais para este debate tanto em histórias de nações latino-americanas quanto em africanas. E isso porque dos dois lados de Atlântico

[...] vivemos em uma conjuntura fruto de um processo histórico originado nas décadas de 1920 e 1930, momento de fortalecimento e modernização dos Estados nacionais na América Latina, no qual o campo da cultura, vinculado ao da educação, também foi objeto de elaboração de políticas. Nas décadas de 1960 e 1970, podem ser identificadas novas iniciativas, por parte dos governos, em inserir a cultura no campo das políticas públicas. Em muitos países da América Latina esse período correspondeu ao dos governos autoritários, às ditaduras militares (como no caso da Argentina e do Brasil). A partir da década de 1980, de maneira gradativa e diferenciada, novas questões das políticas culturais vêm sendo incorporadas aos programas de governo, dentro da perspectiva da construção de sociedades mais democráticas e menos desiguais. (CALABRE, 2013, p. 323)

O século XX é um chão importante para compreender o debate sobre o campo da cultura dos dois lados do Atlântico. Se no início do século XX temos, de um lado do Atlântico, o processo de fortalecimento e modernização dos Estados nacionais na América Latina, sendo a cultura fortemente acionada pelos regimes políticos, de outro lado, em África, está ocorrendo as lutas pela descolonização de seus países, sendo também a cultura acionada pelos povos africanos. Posteriormente, na segunda metade do século XX, nota-se um novo movimento no qual a cultura novamente é acionada, mas, agora, com a legitimidade das

políticas culturais de governos autoritários, como o Apartheid e a Ditadura Civil-Militar, respectivamente, na África do Sul e no Brasil, que fizeram uso do campo da cultura para justificar e disseminar suas ideologias políticas³². E, no final do século XX, vários países vivenciam o processo de reinvenção da nação. Países da América Latina e da África, por exemplo, acionaram o campo da cultura como elemento para instaurar e fortalecer o novo regime político que se instaurara naquela época pautado em ideais democráticos.

Com o advento do século XXI, o conceito de política cultural passa a ser recorrentemente conectado aos ideais de democracia, sendo compreendida como “ação articulada entre o estado e a sociedade como um todo – nas suas frações organizadas ou não. Ou seja, a premissa é a de que uma política cultural é, por essência, democrática e só pode ser construída de forma participativa” (CALABRE, 2013, p. 323). Fato é que as políticas culturais sejam como ações, sejam como campo de conhecimento, em nações democráticas têm sido usadas no campo político como um dos caminhos para combater as desigualdades sociais, bem como reparar direitos de sujeitos que tiveram suas formas de ser e estar no mundo violentamente negadas. Contudo, é importante pontuar que governos não democráticos também fizeram uso de campo como mecanismo de repressão daqueles que representavam oposição.

Na história das políticas culturais na América Latina, encontramos, por exemplo, governos autoritários que só se preocuparam com as questões culturais naquilo que dizia respeito à censura e à repressão da oposição política. Mas também existiram aqueles que construíram e reformularam instituições culturais, incentivando a produção e a difusão das manifestações culturais – sem desprezar o fato de que estes últimos também perseguiram as oposições políticas, reprimindo duramente as expressões culturais que apresentassem antagonismos ao grupo no poder. Por outro lado, tivemos governos democráticos que optaram por uma política neoliberal, entregando o investimento e o poder de decisão ao mercado, não se preocupando em construir modelos de gestão participativos ou inclusivos. (CALABRE, 2013, p. 324)

Parafraseando Calabre (2013), é possível afirmar que, embora com especificidades, há similitudes na história das políticas culturais da América Latina quanto de África. Na África do Sul durante o governo do Partido Nacional (1948-1994) as Políticas Culturais de apoio ao governo da época eram voltadas para a censura e repressão da oposição política, engajados na formulação de políticas culturais que pregasse e justificasse o sistema

³² No caso do Brasil, por exemplo, é possível citar o Programa Cidades Históricas (PCH) implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan). Na África do Sul, por exemplo, a construção e nomeação de museus que referenciavam e exaltavam a cultura dos brancos em detrimento da de negros e indianos.

político do Apartheid e toda a engenharia de desenvolvimento em separado disseminada por tal sistema.

Ora, no caso de países africanos, longe de generalizações pois cada nação possui especificidades em sua história, mas tomando como palco a experiência da África do Sul, que viveu entre 1948 a 2018 dois sistemas políticos distintos, as políticas culturais formuladas estão diretamente conectadas à concepção de cultura. É possível afirmar que a noção de cultura com a qual operou a política sul-africana durante os governos do Partido Nacional (1948-1994) e do Congresso Nacional Africano (1994-2018) foi distinta em ambos governos. Esse país viveu a experiência da passagem de sistemas políticos que lançaram diferentes olhares sobre a cultura. Nesse sentido,

a questão que se coloca é a do próprio conceito de cultura com o qual a política opera. Uma política elaborada a partir do conceito de cultura definido como sinônimo de civilização, aos moldes de século XIX, vai priorizar o conhecimento, o letramento, as manifestações artísticas eruditas, a literatura universal, a música clássica, enfim toda uma herança europeia e que se contrapõe ao conceito mais amplo que toma a cultura como o conjunto de fazeres e saberes. No primeiro caso, a política a ser implementada pode ser a que objetiva levar cultura para o povo, destacando entre um repertório estabelecido elementos que devem ser disseminados, desconsiderando e, muitas vezes, desqualificando o que é praticado e produzido culturalmente pelas camadas populares da sociedade. Já uma prática política que toma a cultura como o conjunto de saberes e fazeres da população deverá buscar e trabalhar com o diverso, com o plural, investir no diálogo que promova e fortaleça a diversidade cultural. Há ainda a visão de cultura que pode estar mais estritamente ligada à indústria cultural, a produção dominada pela lógica do mercado e que vai resultar em uma ausência do Estado (principalmente no campo de decisão política). Tendo em vista que as realidades são dinâmicas e que nelas não costumam ocorrer modelos puros de conceituação e de administração, estamos nos referindo aqui a um conjunto de características predominantes, que determinam a maior parte das ações implementadas. (CALABRE, 2013, p. 325)

Fato é que a perspectiva de cultura adotada influencia diretamente a formulação das políticas culturais. Outro elemento a ser considerado é que a concepção de cultura adotada influencia, ainda, a própria elaboração de planos de cultura elaborados em diferentes governos. Aqui é preciso considerar que não há apenas um caminho para a problematização e compreensão das Políticas Públicas Culturais de Norte a Sul do globo. Há os que as problematizam e as compreendem como campo de conhecimento; E há os que advogam pelo caminho de as analisar como ações governamentais.

Fato é que não existe apenas uma linha teórica sobre a temática das políticas culturais. Existem diferentes movimentos e sujeitos presentes nesse campo. O que se pretendeu neste primeiro momento foi trazer esse retrato panorâmico de como tem se desenhado tal debate no universo acadêmico em distintas partes do mundo. O intuito foi de

tecer uma cartografia de compressões sobre a constituição do campo das políticas públicas culturais, destacando espaços geográficos e temporais, imbuídos de concepções teóricas que foram formando e tornando visível este campo e o inscrevendo a partir de diferentes prismas. Esse movimento das políticas culturais impactou vários campos teóricos, como aquele dos estudos africanos – que tem se dedicado aos estudos do, sobre a partir do continente africano. Nesse sentido, problematizar como as políticas culturais são analisadas desde os estudos africanos torna-se salutar nesta tese.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E OS ESTUDOS AFRICANOS

Este capítulo estruturou-se a partir de dois questionamentos centrais: I) Como as políticas públicas culturais aparecem e impactam o campo dos estudos africanos? II) Como as políticas públicas de cultura são abordadas por africanistas no âmbito dos Estudos Africanos? Esses são os questionamentos deste capítulo, que tem a pretensão de delinear um panorama do estado de arte das políticas públicas a partir do campo dos Estudos Africanos.

Nesse sentido, organizei este capítulo em dois momentos.

No primeiro momento a reflexão pairou sobre a tessitura dos Estudos Africanos como campo de conhecimento. O intuito foi situar como os Estudos Africanos se constituiu como campo de conhecimento, destacando sua trajetória no tempo e no espaço, bem como as perspectivas teóricas adotadas.

Em seguida, a análise enfoca a relação entre os Estudos Africanos e as Políticas Culturais, destacando como estas últimas são abordadas por africanistas. O objetivo é mapear as contribuições dos Estudos Africanos na análise das políticas culturais, identificando e problematizando linhas teóricas.

3.1 ESTUDOS AFRICANOS: um campo em construção

África e os Estudos Africanos influenciaram significativamente o pensamento dos principais intelectuais, e inclusive as formulações teóricas sobre as quais operam as Ciências Sociais e Humanas contemporâneas (BATES; MUDIMBE; O'BARR, 1993). Ademais como essa influência chega ao campo de debate das pesquisas que tem como foco as políticas culturais, sejam aquelas nas quais os campos estão situados em África, seja aquela em que o campo seja outro. A primeira questão a se colocar para melhor compreender este debate é que o mundo possui epistemes diversas que partem de contextos e temporalidades distintas. É nesse sentido que problematizar as experiências dos sujeitos no mundo envolve, antes de mais nada, considerar a pluralidade do mundo e dos sujeitos.

Em *Epistemologias do Sul*, Boaventura Santos e Maria Paula Meneses (2009) questionam o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento nas Ciências Humanas e defendem a possibilidade de outras epistemologias, partindo do pressuposto de que “toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo,

pressupõe uma ou várias epistemologias” (SANTOS; MENESES, 2009, p. 9). Para os estudiosos, não há epistemologias neutras e as que reivindicam tal *status* são as menos neutras possíveis. É preciso que cientistas humanos e sociais percebam e reconheçam a pluralidade epistemológica do mundo. O livro *Epistemologias do Sul* pode ser interpretado como um convite a uma reflexão profunda sobre o modo como o conhecimento foi pensado e estruturado, o modo como as epistemologias vigentes dividiram o mundo em termos de superioridade e inferioridade. Na mesma linha, o filósofo político Frantz Fanon (2008) diz ser preciso e urgente um mundo de reconhecimentos recíprocos. E para Santos,

as epistemologias do sul são o conjunto das intervenções epistemológicas que denunciam a supressão [de muitas formas de saber próprias das nações e povos colonizados], que valoriza os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimento. (SANTOS, 2010, p. 13)

A esse movimento de diálogo entre saberes, Boaventura de Sousa Santos (2006) dá o nome de “ecologia dos saberes”. Esse movimento corresponde a essa nova proposta de Santos para pensar o conhecimento e está associado à ideia de um diálogo que reúna conhecimentos de diferentes campos do saber do ocidente ao oriente em uma abordagem multi e/ou interdisciplinar. Assim, pode-se sugerir que pensar o mundo a partir de uma ecologia de saberes significaria compreender e considerar a diversidade e pluralidade do mundo e das experiências sociais que (re)produzem conhecimentos. Nesse sentido, pensar em termos de uma ecologia de saberes implica em considerar a diversidade epistemológica do mundo. Além disso, para melhor compreensão do que se denomina ecologia de saberes se deve situar este movimento no contexto cultural em que se desenvolveu, afinal, qualquer episteme é produzida em um dado contexto marcado por temporalidades e espacialidades bem delimitadas.

O contexto cultural em que se situa a ecologia de saberes é ambíguo. Por um lado, a ideia da diversidade sociocultural do mundo se fortaleceu nas três últimas décadas, favorecendo o reconhecimento da pluralidade epistemológica como uma de suas dimensões. Nesse contexto, a ecologia de saberes é basicamente uma contra-epistemologia. O impulso básico para o seu avanço resulta de dois fatores. O primeiro consiste nas novas emergências políticas de povos do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global: globalização contra-hegemônica. Em termos geopolíticos, trata-se de sociedades periféricas do sistema-mundo moderno onde a crença na ciência moderna é mais tênue, onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, onde conhecimentos não-científicos e não-ocidentais prevalece. O segundo fator é uma proliferação sem precedentes de alternativas, as quais porém não podem ser agrupadas sob a alçada de uma única alternativa global, visto que globalização contra-hegemônica se destaca pela ausência de uma alternativa no singular. A

ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. (SANTOS, 2007, p. 86-87)

Não se está aqui defendendo que existam epistemologias neutras na produção do conhecimento e das pesquisas científicas. Nem mesmo a ecologia de saberes é revestida de neutralidade. Ao contrário, seu campo de abrangência é muito bem delimitado pelas linhas do tempo, espaço, por perspectivas teóricas e pelas experiências sociais dos sujeitos. É um conhecimento produzido a partir das experiências sociais concretas, e não abstratas, dos mais diversos sujeitos.

Aqui é possível e importante considerar o aspecto geopolítico nesse debate, posto que a ecologia de saberes tem partido daqueles espaços historicamente construídos e representados como periféricos: geralmente onde se situam as nações do sul do mundo, ou, para usar a expressão de Boaventura Santos, do “sul global”. Mas ao que nos referimos quando usamos a expressão “sul do mundo” ou “sul global”? Nesta tese de doutorado a expressão sul global ou sul do mundo é “concebida como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo.” (SANTOS, 2007, p. 85)

A questão de fundo, e que por muito tempo foi desconsiderada, é por que razão tem dominado uma epistemologia que elimina o contexto cultural e político da produção e reprodução de conhecimento? E, mais, qual o impacto do colonialismo na construção das epistemologias dominantes? Dominação epistemológica, relação desigual de saber-poder que suprimiu formas de saber próprias de nações e povos colonizados relegando-as à subalternidade são algumas das proposições de respostas presentes nas teorias de diversos intelectuais do campo da decolonialidade do saber e dos estudos africanos, a exemplo de Boaventura Santos.

Para uma compreensão mais adensada sobre os como as políticas públicas culturais aparecem e impactam o campo dos Estudos Africanos é importante delinear os seguintes questionamentos: De qual África têm falado as Ciências Humanas e Sociais, e mesmo a Filosofia? De uma África sem história e razão que teria “brotado” do nada? De uma terra desconhecida e esquecida, terra de “selvagens” e “não civilizados”, construídos pela visão dos seus colonizadores europeus? De uma gente sem conhecimento? Afinal, o que sabemos sobre África e os povos africanos? O que nos foi ensinado ou silenciado pelo “conhecimento dito oficial”? Ponderada essas questões, cabe então o diálogo com pesquisadores africanistas, sejam africanos que partem de África, sejam aqueles não africanos, mas que também têm África como ponto de partida.

O campo dos Estudos Africanos tem questionado as bases eurocêntricas históricas de pensar e produzir conhecimento científico. Para tal, tem considerado e partido da concepção que o conhecimento científico não é uma entidade ou divindade, mas um processo que é ao mesmo tempo cumulativo e de ruptura, que leva a novos conhecimentos, a outros olhares sobre a realidade social. Os Estudos Africanos como campo produtor de conhecimento científico possui três fases, a saber: I) do século XIX a 1950, correspondente àqueles conhecimentos produzidos que construíram a imagem de uma África sem história, sobretudo, no campo filosófico; II) de 1950 a 1970, em que o conhecimento produzido propusera uma pirâmide invertida na qual África era inscrita a partir de uma perspectiva de superioridade; e III) de 1970 até os dias atuais, com os denominados Novos Estudos Africanos ou Nova Escola de Estudos Africanos.

Perpassava as três fases, explícita ou implicitamente, a representação de que África, negro e branco são categorias produzidas translocalmente. Nesse sentido, cabe aqui lembrar de uma fala proferida pelo africanista, professor e idealizador da primeira pós-graduação de Estudos Étnicos e Africanos no Brasil, Lívio Sansone quando afirma que “a África tem sido um ícone contestado, tem sido usada e abusada” pela intelectualidade, pela cultura de massas, pelo discurso da elite, pelo discurso popular sobre a nação e os povos que supostamente criaram e se misturaram no Novo Mundo, e pelas políticas conservadora e progressista.”

Até 1950, período que coincide com a primeira fase dos estudos africanos, se disseminou muito fortemente a ideia de raça nas pesquisas de intelectuais europeus. África era estudada com as lentes europeias da raça, sendo recorrentemente inscrita como de uma raça inferior. Até a segunda metade do século XX, o conhecimento científico produzido sobre África estava atrelado às concepções produzidas de raça, que se desenvolve, precisamente, entre 1850 a 1920, e se instala tanto na cultura ocidental quanto também entre os discriminados (africanos), encontrando amparo no campo político e nas teorias de intelectuais. Dentre os intelectuais, que até a segunda metade do século XX vão produzir teorias a partir do ideário de raça, temos Hegel, no campo da filosofia.

Do século XIX, mas até mesmo anterior, até parte do XX, quando os registros escritos são utilizados como fontes indispensáveis nas pesquisas historiográficas, Friderick Hegel declarou que “a África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento. Os povos negros são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje” (HEGEL *Apud* FAGE, 2010, p. 8), tecendo a representação da concepção do africano como ser sem autonomia para construir a

sua própria história. Dentre os motivos que levaram Hegel, bem como outros contemporâneos seus, a afirmar ser os africanos povos sem história, é possível apontar a

ausência de fontes escritas como indicador da inexistência de ação humana de caráter histórico, aproximando-a da natureza e afastando-a da cultura. Essa afirmação [de uma África sem história] se inseria também num contexto ideológico, no qual as sociedades humanas eram vistas a partir de uma escala que partia de um estágio mais primitivo para outro mais civilizado (conforme uma concepção de história linear que ia das sociedades menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas), sendo este percurso entendido através do aprimoramento técnico-científico alcançado pelo mundo europeu ocidental. (SOUZA, [s.l], p. 1)

A afirmação de Hegel corrobora para que naquele período se inscrevesse o sujeito africano a partir da representação de selvagem e não civilizado. Nesse mesmo sentido é que Leila Hernandez (2005), na obra *África em sala de aula*, afirma que a construção do continente africano pelas Ciências Humanas, Sociais, Filosofia e, podemos afirmar que também com as contribuições das ciências biológicas e médicas, afirma que a construção do continente africano como sem “[...] interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização. Encontramos aqui o homem no seu estado bruto. Tal é o homem na África. O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência” (HERNANDEZ, 2005, p. 21). Mas considerando que os conceitos são produzidos em tempos e espaços bem delimitados, é importante destacar que as afirmações de Hegel partiram de um tempo histórico.

a concepção de África como um continente desprovido de história era coerente com a noção do que seria história em vigor no século XIX e parte do XX. Mas, ao longo deste, esta idéia foi modificada, não está mais a construção da história restrita às fontes escritas, aos eventos importantes e às personagens que estiveram à sua frente. A aproximação de outras disciplinas - como geografia, arqueologia, antropologia e lingüística - trouxe a possibilidade de incorporar novos métodos de pesquisa, tornando relativa a necessidade de fontes escritas. Resquícios materiais podem ser analisados com a ajuda da arqueologia; características culturais, pelas análises antropológicas e lingüísticas. Também a incorporação, ao campo da história, do interesse pelos acontecimentos da vida cotidiana e das pessoas comuns ajudou a derrubar as barreiras que separavam o conhecimento histórico das realidades africanas. Não só a história das pessoas comuns que viveram na África passou a ser considerada, mas também a dos grandes chefes, que mudaram o rumo das sociedades em que viveram. (SOUZA, [s.l], p. 1-2)

Ademais tal construção de África seguiu determinados fins da geopolítica europeia que via no imperialismo e colonialismo a oportunidade de expansão e enriquecimento a partir da exploração das terras africanas. Desse modo, uma das conexões entre colonialismo e imperialismo é o fato de ambos estarem relacionados ao processo de

expansionismo geopolítico europeu. Dentre os países da Europa que envolvidos em tal processo, que levou a partilha da África, é possível citar Espanha, Portugal, Inglaterra (Grã-Bretanha), França e Holanda. Todos esses países europeus estiveram envolvidos na colonização do continente africano, que contribuiu para a escrita de um episódio da escrita da história de África marcada profundamente pelas explorações de seus colonizadores, que afetava não só a dimensão dos espaços físicos, mas culturais. E para melhor compreensão dos impactos do colonialismo e imperialismo em África é que o diálogo com os Estudos Africanos (e para outros pesquisados, há ainda as contribuições campo dos Estudos Étnicos) muito contribui.

Epistemológica e metodologicamente, os Estudos Africanos se inserem em discussões mais amplas das Ciências Sociais e Humanas e, algumas vezes, na intersecção (por sinal, conflituosa) com Ciências Biológicas e Médicas. Nesse debate faz muito sentido a problematização da relação entre epistemologia e alteridade. Ou seja, como o *Outro* tem sido construído pelo *Eu* (no caso desta pesquisa, pelo europeu)? No caso de África esta relação, há tempos, tem gerado profundos e calorosos debates. Como o africano tem sido contruído e reconstruído, representado pelo campo científico (e até mesmo religioso) e como o ideário de raça permeia fortemente todo esse processo?

Um dos caminhos para analisar tais construções é a perspectiva cartesiana. E esta pode ser apontada como uma das principais forças que sustentara a primeira geração dos Estudos Africanos, revestidos pelo que é possível denominar de indumentária teórico-metodológica cartesiana, que possui raízes no século XVII, alcançando seu ápice no século XIX. Gestada e conformada pela Filosofia Ocidental, essa perspectiva perpassa as pesquisas e escritos da primeira geração dos Estudos Africanos. Sobre esse debate, é importante considerar os estudos do antropólogo estadunidense James Clifford quando afirma que

o desenvolvimento da ciência (no caso, etnográfica) deve ser compreendido, em última análise, junto a um debate político-epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade. É o outro que será representado textualmente no escrito. E tal processo, de passagem do outro para o texto, é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. Já que estamos condenados a contar histórias que não podemos controlar, pelo menos não as contemos acreditando que são as verdadeiras. (CLIFFORD, 1998, p. 18)

Steven Fierman em *African histories and the dissolution of World History*³³ muito contribui na compreensão da primeira geração dos Estudos Africanos. Ele denuncia que

³³ Por trata-se de título de obra, optei em deixar no idioma original de publicação.

por muito tempo os historiadores tomaram as civilizações ocidentais como objeto de estudo, por exemplo, os líderes políticos (Thomas Jefferson, Napoleão), os períodos históricos (Renascimento, Iluminismo, surgimento do estado-nação) eram os únicos temas valorizados nas pesquisas historiográficas. Outras culturas, outros lugares, outras pessoas que não fossem ocidentais não eram de interesse da história. Mas agora essa história “não-ocidental” tem entrado em questão. Os historiadores começaram a voltar-se e a escrever sobre esses temas não ocidentais (tradução nossa). (FIERMAN, 1993, p. 167)³⁴

Esse tempo a que se refere Fierman (1993) corresponde ao tempo em que a filosofia ocidental estava ocupada com a epistemologia, no sentido de construção do *eu* e do *outro*, e universalizar tais representações da realidade tendo como referência o “eu europeu”. Contudo, é preciso questionar tal episteme. É necessário “antropologizar o Ocidente: mostrar quão exótica tem sido a sua constituição da realidade; enfatizar aqueles domínios tidos como universais (isto inclui a epistemologia e a economia)” (RABINOW, 1990, p. 79). Terceiro e colocar em cena outros olhares sobre as experiências sociais dos sujeitos. Questionar as “verdades” que por séculos foram monumentalizadas pela perspectiva eurocêntrica, como foi o caso das representações sobre África e os africanos, herdadas de uma história positivista.

A evolução da história africana mostra quão dramático foi o crescimento de nossa compreensão dentro da estrutura herdada da história como conhecimento positivo. Em meados da década de 1950, quase não existiam pesquisas de estudantes de pós-graduação que focassem a história africana em universidades de Harvard, Princeton, Chicago, Berkeley, Columbia e outros países da América. Nenhuma dessas grandes instituições de pós-graduação oferecia cursos com disciplinas sobre história da África. Em 1958-59, a *American Historical Association* realizou um levantamento sobre as principais áreas de interesses dos alunos de pós-graduação. O total de pós-graduandos foi de 1.735; deste quantitativo, apenas 1 trazia algum debate sobre a história africana. (FIERMAN, 1993, p. 168)³⁵

Até há muito pouco tempo atrás, apenas um (1) dentre mil setecentos e trinta e cinco (1.735) estudantes, entre 1958 a 1959, tinha pesquisa sobre temática que envolvia o continente africano. Tal cenário começou a mudar a partir dos anos de 1970, quando há um aumento quantitativo dos estudos que enfocam temáticas africanas.

³⁴ ONCE UPON A TIME historians used to know that certain civilizations (Western ones) were their natural subject matter, that some political leaders (Thomas Jefferson, Napoleon, Charlemagne) were worth knowing about, and that particular periods and developments (the Renaissance, the Age of Enlightenment, the rise of the nation-state) were worthy of our attention. Other places, other people, other cultural developments less central to the course of Western civilization did not count. Now all of that has come into question. Historians no longer agree on the subjects about which they ought to write. (FIERMAN, 1993, p. 167)

³⁵ The Evolution of African history shows just how dramatic the growth of our understanding has been within the inherited framework of history as positive knowledge. In the mid-1950s graduate students of history at Harvard, Princeton, Chicago, Berkeley, Columbia, and almost all of America's history did not exist. None of these major post-graduate institutions offered courses in the subject. In 1958-59 the American Historical Association surveyed department chairmen on the major fields of the graduate students. The total number of graduate students was 1,735; the number reported as concentrating in African history was 1. (FIERMAN, 1993, p. 168)

No final da década de 1970, haviam 600 historiadores africanos profissionais nos Estados Unidos, e o número continuou a crescer (Curtin 1980). A maioria deles escreveu dissertações e teses de doutorado em história africana, e muitos continuaram a fazer pesquisas após o doutorado enfocando África. O crescimento em números levou, portanto, a uma enorme expansão do conhecimento (tradução nossa). (FIERMAN, 1993, p. 168)³⁶

Esse momento culmina com os debates que vinham sendo gestados a partir da segunda geração dos Estudos Africanos (1950 a 1970). Houve uma releitura dos conhecimentos produzidos pelos europeus sobre África.

Entre os africanistas estão estudiosos que leem os arquivos europeus sob uma nova perspectiva para ver o que eles revelam sobre a sociedade africana; ou há quem estude fontes escritas em árabe, seja de africanos, seja de visitantes muçulmanos de fora do continente; e há outros que leem fontes em línguas africanas, também colecionadores e analistas críticos de tradições orais, linguistas históricos, estudiosos que se especializam em religião africana, na história da agricultura africana, de doenças, gênero, movimentos camponeses, enfim, em muitos outros temas relativos a África (tradução nossa). (FIERMAN, 1993, p. 168)³⁷

Entre 1950 a 1970 o crescimento das pesquisas que enfocavam África desencadeou um movimento que vai marcar a segunda geração dos Estudos Africanos. São pesquisas que propuseram problematizar África a partir de outras lentes: daquelas que reposicionam as experiências africanas no centro do debate. Houve então um rompimento com os estudos que inscreveram, até a primeira metade do século XX, África como um a terra sem história e subordinada à perspectiva eurocêntrica. De fato, a partir de 1950 até meados de 1970 um outro tipo de conhecimento sobre as experiências africanas é proposto. África é inscrita sob as lentes da superioridade, aquilo que pesquisadores da terceira geração vão denominar de “pirâmide invertida”.

Na segunda geração dos Estudos Africanos questiona-se aqueles conhecimentos produzidos sobre África e os africanos que partem de experiências europeias, ou que representam Europa como berço de desenvolvimento, civilização e conhecimento. Problematiza-se as várias representações construídas pelos europeus sobre os africanos. Sobre isso, importante o diálogo com Gislene Santos, filósofa e doutora em Psicologia. Em artigo

³⁶ By the late 1970s there were 600 professional African Historians in the United States, and the number has continued to grow (Curtin 1980). Most of these wrote Ph.D dissertations in African history, and many continue to do research after the doctorate. The growth in numbers has therefore led to an enormous expansion in knowledge (FIERMAN, 1993, p. 168)

³⁷ Among the Africanists are scholars who read the European archives in a new light to see what they reveal on African Society; or there are those who study sources written in Arabic, whether by Africans or by Muslim visitors from outside the continent; and there are others who read sources in African languages, also collectors and critical analysts of oral traditions, historical linguists, scholars who specialize in African religion, in the history of African agriculture, of disease, of gender, of peasant movements, and of an endless range of other subjects. (FIERMAN, 1993, p. 168)

intitulado “Selvagens, Exóticos e Demoníacos: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta”, a professora e pesquisadora brasileira argumenta que “na cultura ocidental, a cor negra está associada ora a um sentimento de fascínio exótico ora a uma sensação de medo ou horror.” (SANTOS, 2002, p. 275). Ao examinar o processo de construção dessas representações constata que tal processo teve início antes mesmo dos discursos raciais ganharem força e forma no século XIX. Para a pesquisadora, “o percurso de construção deste imaginário confunde-se com a elaboração de uma estética e de filosofias que definiam o negro e a África como exóticos, estranhos, demoníacos e assustadores e permitiam, por isso, que se justificasse e se naturalizasse o lugar do negro com servil e inferior.” (SANTOS, 2002, p. 275)

Partindo da ideia de que racismo é uma ideologia fabricada pelo eurocentrismo, Gislene Santos (2002, p. 276) argumenta que “é importante ressaltar que há uma imagem do negro e da África forjada pelo olhar europeu que foi elaborada e reinterpretada através das épocas.” Essas imagens foram gestadas por séculos tanto no campo científico como também no artístico.

O imaginário europeu, durante toda a Idade Média até os séculos das Luzes, foi constituído pela existência de seres fantásticos que lhes geravam simultaneamente medo e fascínio. Raças monstruosas, homens com um pé só ou com orelhas enormes, gigantes, seres com o rosto no meio do peito, ocupavam lugar nas descrições da África e Ásia desde a Antigüidade [...]. Ainda em 1660, em uma gravura de Mazot representando a África (F. Mazot, *As Quatro Partes do Mundo: a África*. Paris, Biblioteca Nacional) se podia ver a imagem de um dragão, sobrevoando os céus. Esse mundo maravilhoso também era um mundo demoníaco com um diabo quase sempre pintado de preto já que, entre os medievais, Satã é chamado de Cavaleiro Negro e de Grande Negro. (SANTOS, 2002, p. 276)

Essas imagens foram gestadas pelo ocidente e disseminadas muito fortemente no norte e sul global, sendo marca dos estudos produzidos pela primeira geração dos Estudos Africanos. Uma das principais linhas de investigação levada a cabo pela primeira geração, e retomada para problematização na segunda geração dos Estudos Africanos, foram as narrativas que tentaram explicar o porquê da cor preta dos negros. Mas a segunda geração retoma esse debate a partir de outra perspectiva, a de compreender e criticar as representações construídas pela primeira geração, que escreveram os africanos como representação da depravação humana, da desordem e do mal. Gislene Santos (2002, p. 278) aponta que

[...] muitos se propunham a investigar e compreender a origem e o porquê dos negros terem a pele escura. Argumentos de ordem teológica se perfilavam a argumentos pseudocientíficos e filosóficos. Os negros teriam a pele escura devido à forte influência do sol nas regiões habitadas por eles? Seriam tão escuros por sua

descendência de Caim que, como castigo, teve sua face enegrecida por Deus após matar Abel? Ou pela maldição de Noé sobre Cam do qual todos os negros descenderiam? Seriam negros por causa da água e dos alimentos que os nutriam, encontrado somente na África?

Para a perspectiva neoplatônica a cor dos negros era associada a cor da terra, e isso significa afirmar que estes sujeitos seriam de natureza inferior e distante da divindade se comparados aos brancos europeus (SANTOS, 2002). Essas representações sobre os africanos foram incorporadas até mesmo pelo campo artístico quando foi produzido um conjunto de orientações, uma espécie de guia sobre as cores que deveria ser usada como referência para determinar o que cada cor significaria.

O branco é símbolo da divindade ou de Deus. O negro é o símbolo do espírito do mal e do demônio.
 O branco é o símbolo da luz... O negro é o símbolo das trevas, e as trevas exprimem simbolicamente o mal.
 O branco é o emblema da harmonia. O negro, o emblema do caos.
 O branco significa a beleza suprema. O negro, a feiúra.
 O branco significa a perfeição. O negro, significa o vício.
 O branco é o símbolo da inocência. O negro, da culpabilidade, do pecado ou da degradação moral.
 O branco, cor sublime, indica a felicidade. O negro, cor nefasta, indica a tristeza.
 O combate do bem contra o mal é indicado simbolicamente pela oposição do negro colocado perto do branco. (COHEN, 1980, p. 307 apud SANTOS, 2002, p. 279)

A segunda geração coloca em cena essas construções e convida a uma reconstrução e reposicionamento de África e os africanos em diferentes dimensões: no campo científico, religioso, cultural e artístico. A proposta foi então inverter a pirâmide e inscrever África numa perspectiva de superioridade. Esse movimento vigora, sobremaneira, até os anos 1970, mas começa a ser criticado por uma nova geração de pesquisadores e pesquisas emergentes que vai constituir o campo que passa a ser denominado Novos Estudos Africanos ou Nova Escola de Estudos Africanos.

Antecedendo os anos 1970, a década de 1960 se configura como um importante cenário para a posterior emergência dos Novos Estudos Africanos. Houve acontecimentos que marcaram a história mundial, bem como a local, contribuindo para o repensar da pesquisa acadêmica, a produção do conhecimento, bem como o caminho trilhado pela ciência acerca dos estudos sobre África e os sujeitos africanos. No caso brasileiro, a criação de centros de pesquisas e estudos sobre África muito contribuiu para esse novo desenho científico que emergia no conhecimento sobre/de africa e os africanos.

A África só re-emergiu no Brasil, numa perspectiva das relações internacionais – e anticolonialista – com José Honório Rodrigues em obra que coincidiu com o desencadear da luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau e Angola e com a chamada política externa independente levada a cabo pelo governo Jânio Quadros. É desse período a criação de três centros de estudos africanos existentes ainda hoje no Brasil. Em 1959 foi fundado o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) na Universidade Federal da Bahia; em 1961 o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) ligado à presidência da República, fechado com o golpe militar; em 1963, o Centro de Estudos e Cultura Africana, junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA) [...] (ZAMPARONI, 2007, p. 48)

Em trabalho que se pretendeu enfatizar a relevância de África para a produção de conhecimento nas Ciências Humanas, Robert Slenes, doutor em História e professor da Universidade de Campinas (Unicamp), lembra que

desde aproximadamente os anos 1960 – a década da aceleração do processo de independência das colônias europeias, da derrubada da segregação racial nos Estados Unidos, dos movimentos estudantis de 1968 – desmoronou-se boa parte do mundo que as ciências humanas haviam construído. Mais precisamente, houve um profundo ‘descentramento’ (decentering) desse mundo na academia – isto é, uma mudança dos paradigmas que guiam a pesquisa. A experiência europeia/norteamericana deixou de ser o padrão para se pensar a história do restante da humanidade. A relação entre ‘centro’ e ‘periferia’ no mundo moderno foi radicalmente re-definida a partir de uma perspectiva dialética, enfatizando a profunda interação e interpenetração entre esses dois ‘extremos’. Paralelamente, no imaginário dos pesquisadores, os ‘subalternos’ (os ‘de baixo’ na pirâmide social) ganharam voz, pensamento estratégico e participação ativa no processo histórico. (SLENES, 2009, p. 20)

Tal cenário descrito por Slenes (2009), quando de sua participação no seminário intitulado “Respostas ao racismo: produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas”, realizado em 3 de dezembro de 2009 no IFCH/UNICAMP, apresenta o desenho de algumas das principais mudanças que estavam ocorrendo em todo o mundo e que impactaram os olhares acadêmicos sobre África, bem como o lugar ocupado pelos estudos africanos no campo científico. Todo esse cenário impacta as pesquisas no âmbito dos Estudos Africanos impulsionando à emergência da terceira geração de pesquisadores deste campo, o qual Slenes também atribui o nome de estudos africanistas.

O impacto de África às Ciências Humanas leva a uma mudança de paradigmas no seio da própria produção de conhecimento. E há, pelo menos, três questões a se considerar que elucidam essa mudança de paradigma, a saber: primeiro, no caso da América Latina, o perfil da mudança de paradigma e a atualização na estrutura curricular das Ciências Sociais no Brasil; segundo, as pesquisas sobre trajetórias de intelectuais africanos de diferentes áreas do saber; e, terceiro, os Estudos Afro-Brasileiros (SLENES, 2009)

Para pensar a primeira questão abordada por Slenes (2009), da mudança de paradigmas nas Ciências Sociais, é importante retomar a obra *África e as disciplinas: contribuições da pesquisa sobre a África às ciências sociais e humanas*, publicada pela primeira vez em 1993. Esta coletânea, publicada originalmente em inglês, foi tecida como resposta

à seguinte pergunta, colocada por um hipotético reitor ou diretor de instituto a um (também hipotético) chefe de departamento: *por que, numa conjuntura de escassez de recursos, contratar um historiador [ou antropólogo, economista, cientista político, filósofo, estudioso da literatura] que seja especialista em África, em vez de um perito em outra área geográfica?* A resposta unânime dos autores: os estudos africanistas marcaram profundamente a própria formação teórica e metodológica de suas respectivas disciplinas no século XX (é o caso especialmente na antropologia), provocaram profundas reinterpretações dentro delas (o caso particularmente na história, na história da arte e nos estudos literários na segunda metade do século) ou prometiam fazer isso dentro em breve (na economia e na ciência política). (SLENES, 2009, p. 21-22)

E aqui, novamente, cabe o diálogo com Steven Feierman, autor de um dos capítulos que compôs a coletânea ora citada. Feierman (1993) demonstra que o debate sobre os temas históricos, por exemplo, surgiu ao mesmo tempo em que cresceu o número de historiadores que começaram a duvidar de seus próprios métodos. E Feierman elenca algumas dos fatos históricos que corroboraram nesse processo, mas que foram silenciados pelo conhecimento eurocêntrico. Vejamos alguns exemplos.

Pesquisas arqueológicas recentes mostram que o urbanismo baseado no comércio aparece na África ocidental antes do nascimento do islamismo. Por volta do ano 500 (d.C), Jenne, Rio Níver, emergiu como uma cidade construída sobre um comércio local de excedentes da produção agrícola trazidos de terras banhadas pelo rio. A África ocidental produziu sua própria cidade antes da chegada dos islâmicos. Na África central e ao sul, também, reinos nasceram de rotas locais. A História não pode mais ser escrita como uma narrativa clara única da propagação das artes da civilização a partir do ecúmeno, o histórico centro da terra, para a África e outras partes do mundo (tradução nossa). (FEIERMAN, 1993, p. 171)³⁸

³⁸ Recent archaeological research in West Africa has shown that urbanism based on commerce came to West Africa before the birth of Islam. By about A.D. 500, Jenne, on the Niger River, emerged as a town built on local trade in agricultural surpluses drawn from lands flooded by the river. In this case, West Africans built their own town, which then grew further when Islam became important (McIntosh and McIntosh 1988). In central and Southern Africa, also, kingdoms grew out of local roots. Zimbabwe is only among the region's many stone ruins built in similar styles. These were sited so as to make farming and transhumant cattle-keeping possible as well as long-distance trade. As in West Africa, the evidence points to the growth of locally rooted centers which came ultimately to participate in long-distance trade. History can no longer be written as a single clear narrative of the spread of civilization's arts from the ecumene, the historical heartland, to Africa and other parts of the world. (FEIERMAN, 1993, p. 171)

Da África Ocidental à Central, Meridional, Oriental, bem como a Subsaariana, o que Feierman tenta demonstrar é que muito antes da invasão dos colonizadores europeus, nas terras africanas já haviam diferentes conhecimentos sendo produzidos ali. Já havia grandes impérios e reinos (Ghana, Malin e Songhay). Havia comércios e vastos conhecimentos sobre terra e agricultura. Efetivamente, os estudos de/sobre África têm levantado o questionamento sobre as bases até então monumentalizadas dos conhecimentos gestados pelos europeus. “Evidentemente, argumento semelhante pode ser feito a respeito de outras áreas fora do Atlântico-norte (a América Latina, por exemplo), onde houve crescimento extraordinário no conhecimento histórico nas últimas décadas.” (SLENES, 2009, p. 24)

Contudo, ainda são poucos os estudos sobre África, talvez porque ainda predomine no universo acadêmico a compreensão de que África não faria parte da história (FEIERMAN, 1993), tratando-se de um continente presente no espaço físico do planeta, mas não no universo das ciências, que seriam marcadas pela civilização, pensadas numa perspectiva europeia (OLIVA, 2003; SERRANO, WALDMAN, 2010). O conhecimento gestado pelo olhar científico eurocêntrico, num primeiro momento, criou hierarquias sociais que foram usadas no processo de desumanização dos povos de outras nações, que não as europeias. Tentou-se silenciar e apagar outras culturas e civilizações. Excluiu-se histórias. E todo esse movimento foi, na perspectiva de africanistas da geração de Fierman, uma tentativa de excluir, anular e silenciar histórias dos sujeitos representados como subalternos. Ademais, argumenta o pesquisador que “essas histórias anteriormente excluídas não apenas apresentam novos dados para serem integrados na grande narrativa; elas levantam questões sobre a validade da própria narrativa” (tradução nossa) (FIERMAN, 1993, p. 169)³⁹.

E, sobre a validade e importância do diálogo com os conhecimentos produzidos de/sobre África, sobretudo pelos africanistas, complementa Slenes (2009, p. 23-24),

não há universidade de pesquisa que se preze que não reserve para a África um lugar central nos cursos das ciências sociais e humanas. Se isso era verdade em 1993, é mais ainda hoje, dado o continuado crescimento e influência dos estudos africanistas (notadamente na área de história) e, especialmente, da pesquisa realizada por professores africanos, trabalhando em seu continente de origem ou nas universidades do Ocidente. Traduzindo para o contexto brasileiro: em universidades que já desafiaram as ideias vindas do ‘Norte’ – em particular no que diz respeito ao conhecimento sobre o Brasil e a América Latina – urge agora aprofundar o diálogo com os novos estudos africanistas.

³⁹ the previously excluded histories do not only present new data to be integrated into the larger narrative itself” (FIERMAN, 1993, p. 169).

A proposta então da terceira geração dos Estudos Africanos é, pois, que se construa um diálogo em termos de igualdade científica com a ciência produzida no norte e no sul global. Um conhecimento horizontal, que não hierarquize as experiências dos sujeitos na história. Um conhecimento que não inscreva e use a diferença como marcador para criar pirâmides sociais e representar o *outro* como subordinado ao *self*. Um conhecimento que não siga no caminho da anulação social desse *outro* não europeu. Um conhecimento produzido em termos de igualdade social e científica. E parafraseando Slenes (2009, p. 29), que defende uma maior presença de pesquisadores negros nas universidades e na produção do conhecimento, a partir do argumento de que “a capacidade de empatia com o ‘outro’ e de imaginação crítica é algo inerente à condição humana”, é preciso promover uma democratização epistemológica, mas também não deixa de envolver a questão das políticas sociais.

Trata-se, sem dúvida, de uma questão de direitos sociais; mas aqui quero frisar que também é uma questão de política científica, ou seja, de um projeto visando a maior aproximação entre as preocupações dos pesquisadores na área das humanas (de fato, em todas as áreas) e as preocupações dos cidadãos. Tal projeto, se realizado, certamente tornaria a ciência mais afinada com as demandas da sociedade, alterando substancialmente as prioridades e agendas de pesquisa das diversas disciplinas. A mudança rumo a essas metas deveria começar a acontecer já: com políticas, de um lado, em prol da ação afirmativa e da expansão de vagas nas universidades, e, de outro, com a melhoria radical do sistema de educação pública no nível primário e secundário. (SLENES, 2009, p. 29)

Slenes e Fierman, a exemplo de outros intelectuais, vão integrar, a partir dos anos 1970, os denominados Novos Estudos Africanos, também conhecido como Nova Escola de Estudos Africanos, com repercussão mundial. No caso brasileiro, em uma tentativa de tessitura de um panorama entre o passado e o futuro deste campo, o historiador social Valdemir Zamparoni publica em 2007 o trabalho intitulado “A África e os Estudos Africanos no Brasil: passado e futuro”. Para Zamparoni (2007, p. 46), “a composição racial brasileira, fortemente marcada pela miscigenação, atraiu, e ainda hoje atrai, olhares dos estrangeiros”. Em tal composição sobressai-se a de origem africana. E “não é preciso ser antropólogo, sociólogo ou acadêmico de qualquer tipo para notar tal característica. É empírica, faz parte do senso comum se propalar que o Brasil é um país de negros e mestiços.” (ZAMPARONI, 2007, p. 46)

No caso brasileiro,

no passado a produção acadêmica estava interessada na ‘questão negra’, no ‘problema negro’, hoje está interessada nas ‘relações raciais’, o que não deixa de ser

a outra face da mesma velha moeda: o que interessou no passado e quase até os dias de hoje foram os negros e mestiços no Brasil com pouca ou nenhuma referência à África. Pode parecer que se esteja aqui fazendo caricatura, mas fica dessa literatura do passado a sensação de que esses negros brasileiros caíram do céu ou brotaram da terra tal qual a cana-de-açúcar que cultivavam nos engenhos. Tênuas e raras são as referências à África e às culturas africanas dos quais originaram. Era quase um paradoxo: tínhamos negros e até mesmo africanos mas nada da África. (ZAMPARONI, 2007, p. 46)

A partir dos anos 1970 temos, em África, o desencadear das lutas pela independência de seus países do domínio português. Tal movimento corrobora para o reposicionamento de África e os Africanos, e, conseqüentemente, para a reconfiguração dos Estudos Africanos no cenário mundial. Nesse interim,

a África voltou à cena, agora não mais restrita aos meios acadêmicos mas como uma nova força na constituição identitária brasileira em particular entre a comunidade negra. Muitos eram militantes de organizações clandestinas de esquerda e tinham a convicção de que a luta dos negros brasileiros deveria ser inspirada mais na luta travada na África do que no movimento negro norte-americano. (ZAMPARONI, 2007, p. 48)

E, temos em 1973 a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Rio de Janeiro, que muito contribui no processo de reposicionamento de África e dos Estudos Africanos desde o Brasil. A partir dos anos 1980 se tem um retorno nas relações econômicas entre Brasil e África na medida em que, de um lado, o Brasil emerge da experiência devastadora que foi a Ditadura Civil Militar, e, de outro lado, países africanos emergem de experiências semelhantes ao nosso país no que se refere à luta por liberdade e contra regimes políticos autoritários e ditatoriais. A título de exemplo é possível citar a ditadura civil militar (1964-1985) e o Apartheid (1948-1994), respectivamente no Brasil e na África do Sul.

Em 2002 foi aprovada no Brasil a Lei nº 10.639, atualizada em 2008 pela Lei nº 11.645, que tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena no sistema de ensino brasileiro.

Apesar de a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos currículos das instituições de ensino básico, ter sido implementada desde 2003 (sendo alterada pela Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e também Indígena na rede de Ensino Básico), muitos professores, escolas, municípios e estados brasileiros continuam com dificuldades ou simplesmente não tem agido no sentido de realizar o que ela determina. (BARROS, 2010, p. 34)

Efetivamente, umas das críticas postas é que, embora se reconheça a importância de tal lei, ainda é necessário cursos de formação voltados para a capacitação de educadores para atuarem no âmbito do desígnio da referida lei. Para Zamparoni (2007, p. 47) é importante questionar o que fazer diante desse quadro? E, na tentativa de resposta a este questionamento afirma que

[Sua] contribuição e de [seus] colegas, poucos ainda é verdade, tem sido no sentido de batalhar para que os estudos africanos ampliem espaço no Brasil, principalmente através da introdução de cursos nas universidades que capacitem, mesmo que superficialmente, novos formadores sociais. E nisso temos tido certo êxito. Há vinte anos havia no Brasil cerca de meia dúzia de disciplinas voltadas para os estudos africanos em universidades brasileiras, hoje seu número é incontável e continua a crescer.

O crescimento do número de pesquisas nos Estudos Africanos contribuiu para a expansão deste campo, bem como para a emergência de sua terceira geração de pesquisadores. E junto a esse crescimento um questionamento tornou-se central: em que medida são africanos os então denominados Estudos Africanos? Para o filósofo beninense Paulin Hountondji, essa é uma questão importante a considerar.

Quando falamos de estudos africanos, normalmente estamos a referir-nos não apenas a uma disciplina, mas a todo um leque de disciplinas cujo objecto de estudo é África. Entre estas incluem-se, frequentemente, disciplinas a ‘história africana’, ‘antropologia e sociologia africanas’, ‘linguística africana’, ‘política africana’, ‘filosofia africana’, etc. (HOUNTONDI, 2008, p. 149-150)

Tal discussão denuncia que, sobretudo na primeira geração dos estudos africanos, as análises partiam do Ocidente, especificamente da Europa. Entretanto as narrativas eurocêntricas passaram a ser questionadas, primeiramente pela segunda geração de pesquisadores deste campo, posteriormente pela terceira. E interessante destacar seu caráter multidisciplinar, afinal, como pontuado pelo autor beninense, Estudos Africanos não se referem apenas a uma disciplina, mas a um conjunto de disciplinas que dialogue horizontalmente com a ciência emergente de África, e não apenas sobre África. E, nesse sentido, outra questão se faz pertinente, a saber: “quão africanos são os chamados estudos africanos?” (HOUNTONDI, 2008, p. 151), em que medida o conhecimento produzido por africanistas tem sido proveniente de África? Ou tem sido África apenas um objeto de pesquisa usado para validar teorias ocidentais?

Para nacionalistas africanos (intelectuais e lideranças políticas) é necessário, ainda, “[...] romper com uma herança das ciências humanas e sociais europeias e

eurocêntricas nascidas no século XIX e que se consolidaram durante o século XX” (FURTADO; CARVALHO, 2014, p. 8). A intenção dos Novos Estudos Africanos não é pensar a produção do conhecimento desde uma perspectiva dicotômica e polarizada. Mas, antes, pensar numa ótica não hierarquizada, buscando assim “[...] um *prima* localizacional: uma visão que lê o saber-poder não hierárquica, mas heterarquicamente”, que não pretende “[...] propor uma antiglobalização, mas uma alter-globalização (um outro mundo é possível)” (BARROS, 2018, p. 43-44). Nessa perspectiva, outro aspecto relevante para a realização de pesquisas sobre o continente africano é de cunho epistemológico. África não deveria ser apenas um território a ser estudado, mas precisaria ser vista como um campo produtor de conhecimento. No caso do Brasil, nossa relação seria Sul-Sul, tecendo assim uma “Epistemologia do Sul” (SOUSA; MENESES, 2009).

A relação Sul-Sul (Brasil - África do Sul) tecida por esta pesquisa tem como contexto a província sul-africana de KwaZulu-Natal e contribui para visibilizar memórias e histórias de sujeitos historicamente excluídos pela sobreposição de padrões eurocêntricos e excludentes que têm no passado, e ainda no presente, engendrado hierarquias e desigualdades extremas entre o Norte e o Sul Global. Contribuirá ainda para a análise das transformações, impasses e perspectivas presentes no debate sobre as políticas culturais em KwaZulu-Natal, na África do Sul, entre 1994 a 2018. A intenção foi compreender como as políticas culturais influenciaram e foram influenciadas pela memória nacional daquele país, bem como nos processos de construções identitárias desde a perspectiva do sul do globo. Afinal, certamente constitui fonte de teoria e explicação dos eventos sociais e históricos não apenas o Norte Global, como também o Sul Global, cuja importância reside em sua “*ex-centricity: in the angle of vision it provides us from which to estrange our world in order better to make sense of its present and future*” (COMAROFF; COMAROFF, 2012, p. 126-127).

No processo de tecitura e legitimidade das pesquisas sobre/de África merecem destaque àquelas produzidas a partir da segunda metade do século XX, que coincide as duas últimas gerações dos Estudos Africanos, cada uma com suas especificidades. De fato, desde a segunda metade do século XX há um movimento de reflexão desencadeada por cientistas humanos e sociais ligados ao campo dos Estudos Africanos que tem reivindicado a construção de um novo tipo de conhecimento tendo como centralidade o continente africano e seus sujeitos. Esse movimento tem, de certo modo, rompido e quebrado os silêncios aos quais estavam imersos sujeitos do Sul Global e possibilitado outras formas de pensar o mundo e as experiências sociais. Com isso não se está aqui afirmando que não houve dissensos nas duas gerações dos pesquisadores deste campo. Mas, antes, se está partindo do pressuposto que as

especificidades da segunda geração trouxeram importantes contribuições para os rumos que seguiriam as investigações na terceira geração.

Os Estudos Africanos

[...] têm vindo a conhecer uma importância crescente seja no continente africano seja nos demais continentes. Trata-se, obviamente, não de um mero modismo que, de tempos em tempos, assola as humanidades e as ciências sociais, mas sim de uma preocupação, a um só tempo, empírica e teórica na busca do entendimento de sociedades e formações sociais relativamente desconhecidas ou, então, mal conhecidas. A visão, muitas vezes legitimada pelas ciências humanas e sociais, de uma África homogênea, selvagem, bárbara acabou por povoar o imaginário e a ideia de África (MUDIMBE, 1994). É um processo de intencionalização de África que, durante muito tempo se impôs como hegemônico na literatura científica e no discurso do senso comum ocidental, muitas vezes assumido por africanos e afrodescendentes (MUDIMBE, 1988). (FURTADO, 2014, p. 19)

É nesse sentido que se insere a preocupação de Furtado (2014, p. 20) quando afirma que

esforços importantes têm sido desenvolvidos por estudiosos africanos e estrangeiros no sentido de, por um lado, ressituar e ressignificar a história do continente africano na sua heterogeneidade e pluralidade, e, por outro, formular proposições teóricas e metodológicas que melhor permitam captar as formações sociais africanas [...].

Para Hountondji “o estudo da África, tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, faz parte de um projeto abrangente de acumulação do conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente” (HOUNTONDJI, 2008, p. 151). E a segunda e terceira geração dos Estudos Africanos vem alertando que o fato de terem sido desconsideradas e/ou silenciadas as experiências dos africanos não significa que esses sujeitos não existam e não produzam conhecimento. Ao contrário. Aqui

o silenciamento pode ser compreendido como mais um dos mecanismos acionados pelas teorias eurocêntricas para reforçar a identidade de ‘superioridade’ da Europa, para pensar o mundo em termos hierárquicos e dicotômicos ou mesmo para confinar África ao mundo do esquecimento, negando, deste modo, a proposta de uma ecologia de saberes que considere outras formas de produção do conhecimento. (MELO, 2017, p. 49)

Nesse sentido, ressalta-se a importância das produções intelectuais do campo dos Estudos Africanos a partir da segunda metade do século XX, pois estas deram visibilidade as vozes silenciadas de sujeitos africanos, que a partir de suas experiências estiveram envolvidos no desafio da produção epistemológica e leitura e compreensão do mundo a partir de África. Ora, vale ressaltar que a história do continente africano foi durante muito tempo

homogeneizada pelas Ciências Humanas e Sociais. “Entende-se que a discussão epistemológica das Ciências Sociais e Humanas e da Filosofia vem se pautando num modelo eurocêntrico que se pretende universal e imparcial, embora seja localmente gestado (eurocentrismo)”. Nessa perspectiva, recorrentemente, “o conhecimento e as práticas cognoscitivas e sociais produzidas são largamente baseados nesse paradigma, em que o outro é visto como objeto e não como sujeito que pensa” (BARROS, 2018, p. 43).

Até o final do século XX, por exemplo, a historiografia tendeu, e muito, a desconsiderar as especificidades dos grupos étnicos africanos e de suas culturas. Isso foi mudando, embora lentamente, a partir do próprio campo dos Estudos Africanos, das pesquisas produzidas em África, e pela revolução historiográfica para a qual a História Social Inglesa foi fundamental. A Antropologia, por seu turno, nasceu e produziu seus primeiros resultados como uma disciplina atrelada ao colonialismo. A Sociologia, bem como a Filosofia, talvez sejam os ramos menos sujeitos à mudança, ao menos no que concerne ao reconhecimento da importância da produção científica de África, pautaram-se historicamente na produção intelectual europeia.

A partir de finais do séc. XIX, “nas discussões históricas e antropológicas sobre África dominavam os temas relativos às classificações raciais (nas quais a ideia de raça surgia como concepção biológica) e à sistemática das tribos, tendo a territorialização dos ‘grupos étnicos’ ganhado forma rapidamente” (MENESES, 2010, p. 59). E é possível sugerir que isso tenha contribuído durante muito tempo para o silenciamento nas Ciências Sociais dos estudos sobre o continente africano. As poucas referências que as Ciências Sociais, especificamente a Antropologia, têm feito à África são aquelas em que se usou recorrentemente o termo “tribo”, pejorativamente, para se referir à sua população. Em contrapartida, usou-se recorrentemente o termo “nação” e “civilização” para denominar os estudos sobre a Europa. Contudo, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu um importante “movimento de circulação de ideias de intelectuais africanos, europeus, caribenhos e norte-americanos. A condenação da escravidão, do tráfico e [...] do colonialismo está no cerne dessas reflexões, assim como a necessidade de resgate da dignidade do ser humano” (FURTADO, 2014, p. 22) e uma releitura das experiências sociais.

Frente a esse cenário, em primeira instância, o que advoga o campo dos Estudos Africanos, precisamente a segunda e terceira geração, é a necessidade de romper com a vertente da “história única” que tem apresentado o continente africano de forma homogeneizada e catastrófica (ADICHIE, 2012). É fundamental, e urgente, o reconhecimento do continente africano como produtor de conhecimento. A negação histórica de África como

produtora de conhecimento pode ser explicada pelo que sugere Thomaz (2011) em um estudo sobre o racismo e o terremoto de 2010 no Haiti. Para o pesquisador, “o mundo em geral e as ciências humanas em particular parecem resistir a aprender com os acontecimentos no Haiti”, e completa sugerindo que, “tudo isto [...] porque [os haitianos] são negros” (THOMAZ, 2011, p. 273; 282). Nesse ponto, parece-me que a insistência do ocidente em inscrever os africanos como não produtores de conhecimento e/ou como inferiores está muito relacionada ao fato de que “[...] muitos antropólogos [e cientistas humanos de modo geral] ainda continuam acreditando no sentido da raça”. (BARROS, 2012, p. 149)

Assim, no intuito de dar visibilidade para as histórias do Sul Global e promover um diálogo, e não uma cisão, entre as epistemologias do Sul e do Norte, compreender como as políticas culturais são abordadas por africanistas se fez necessário para chamar atenção para a necessidade de um deslocamento e descolonização do saber (SANTOS, 2010) como possibilidade de reconhecimento de outras formas de conhecimentos oriundas das experiências e narrativas dos sujeitos do sul do globo e de suas estratégias de combate às desigualdades e às diversas formas de exclusão social. Aqui são indubitáveis as contribuições de Frantz Fanon (2008) para este trabalho, especialmente suas abordagens acerca da questão da humanidade. O estudioso aponta que estamos (ou somos) geralmente condicionados a pensar a teoria a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Mas ora, tal perspectiva de pensar o mundo e as experiências sociais, por muitos anos, reduziu a noção de humanidade, excluindo dela as “gentes de cor” e empobrecidas.

3.2 AS POLÍTICAS CULTURAIS NO ÂMBITO DOS ESTUDOS AFRICANOS

O campo dos Estudos Africanos tem contribuído para a (re)discussão epistemológica de diversas áreas do saber e lançados novos olhares sobre objetos de pesquisas, antes, analisados somente a partir da perspectiva eurocêntrica, por exemplo. Aqui é possível citar as políticas culturais. Os Estudos Africanos trazem importantes contribuições para problematizar as políticas culturais, sejam elas apreendidas como campo do conhecimento, sejam como objeto de pesquisa derivado de ações da área política. Nesse sentido, cabem aqui dois questionamentos, a saber: como as políticas culturais têm sido abordadas por africanistas? E quais linhas teóricas de pesquisa podem ser apontadas nesse

debate? Essas são as duas questões norteadoras sobre as quais me debruço nesta segunda parte deste capítulo.

Primeiramente, é importante destacar a carência de pesquisas que enfoquem as políticas culturais em África em contraste com o expressivo número de trabalhos cujo campo analítico tem sido a Europa. Nesse sentido, os Estudos Africanos, na medida em que se debruçam sobre este campo, traz importantes contribuições para ampliar este debate, mapear e visibilizar o movimento das políticas culturais formuladas, implementadas e avaliadas situadas em países africanos.

Entre os africanistas o debate sobre as políticas culturais tem partido, sobremaneira, a partir do campo afrodiaspórico. Poucos, ainda, são os trabalhos científicos, mesmo no campo dos estudos africanos, que tem partido de África para analisar o movimento das políticas culturais. Efetivamente, se reconhece que as políticas culturais, seja como campo ou objeto de pesquisa, tem levado pesquisadores de diferentes áreas do saber a lançarem diversos olhares sobre a temática.

A temática das políticas culturais tem sido alvo de debate entre pesquisadores da área. Apesar da existência de leis e políticas públicas de incentivo à cultura, seu verdadeiro papel vem sendo questionado, sobretudo diante da urgência em se transformar as estruturas sociais hegemônicas, por um movimento de descolonização dos saberes permitido pela própria ação das políticas culturais. Nesta direção, a emergência da ideia de diáspora africana – debate histórico que insurge em plena segunda década do século XXI – direciona os olhares para trilhar novos caminhos para as políticas culturais na contemporaneidade. (BIRIBA, 2021, p. 58)

Concordo com a perspectiva defendida por Biriba (2021). De fato, as políticas culturais têm feito emergir um mister de perspectivas teóricas sobre a temática. Contudo, para este trabalho, destaco a perspectiva daqueles que tem arguido no sentido de tecer compreensões sobre as Políticas Culturais as inscrevendo como importantes no processo de contribuir no movimento de decolonialidade do saber. E, é nesse sentido, que os estudos sobre diáspora africana muito contribuem para tal decolinidade, posto que lança novos olhares investigativos que partem das experiências vividas de nações africanas colonizadas. A

Experiência – (...) por imperfeita que seja – é uma categoria indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (...) [Mas] ela é válida e efetiva dentro de determinados limites (...) A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo. (THOMPSON, 1978, p. 199-200)

Cabe ressaltar que quando falo de colonização tenho compartilhado da perspectiva tanto de africanistas, quanto de estudiosos das epistemologias do sul e da decolonialidade do saber que apontam que a colonização de África, bem como da América Latina, foi não só territorial, mas no campo do conhecimento. Deste modo, esta pesquisa, que tem como chão as políticas culturais na África do Sul, pretende se inserir no campo dos estudos que têm defendido a necessidade de uma descolonização do saber como mecanismo de democratização epistemológica.

É a partir do século XXI que se tem o olhar mais direcionado de africanistas para objetivos de pesquisas no âmbito das Políticas Culturais. Para Biriba (2021, p. 59),

A temática das políticas culturais se (re)apresenta em um momento de importantes discussões acerca das necessidades de mudança de paradigmas na produção cultural, cujo olhar para a decolonialidade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade tem oferecido suporte epistemológico para esse debate na segunda década do século XXI.

A conexão entre os Estudos Africanos e as Políticas Culturais tem possibilitado a emergência de novas perspectivas teóricas que se inserem no rol das lutas contra as várias faces do preconceito, seja racial, de classe e gênero. Tem, ainda, contribuído para uma renovação no campo epistemológico, posto que as lutas antirracistas, anticlassistas e contra a violência de gênero. As abordagens adotadas por africanistas sobre as políticas públicas têm

têm valorizado os estudos voltados para a interseccionalidade, a inserção dos debates antirracistas, o afroperspectivismo e o feminismo negro, possibilitando avanços sobretudo no que se refere à importância das políticas culturais para o combate às formas de violência social contra povos indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência, afrodescendentes, dentre outros segmentos socioidentitários. (BIRIBA, 2021, p. 59)

A problematização das políticas culturais por africanistas tem dado visibilidade para experiências sociais de sujeitos que, historicamente, tiveram suas vozes silenciadas pela sobreposição da história oficial. Tem contribuído para a visibilidade de histórias do Sul Global e promovido um diálogo entre as epistemologias do Sul e do Norte, cooperado, assim, para o rompimento com a vertente da “história única”, que tem abordado, por exemplo, negros, mulheres e sujeitos empobrecidos de forma homogeneizada, sem destacar a heterogeneidade e dinamicidade destes. No caso de África, a “História Oficial” por muito tempo naturalizou e construiu este continente de forma homogeneizada e catastrófica (ADICHIE, 2012), sobretudo no campo educacional, mas também midiático. E o movimento de desnaturalização e desconstrução se faz necessário e urgente, afinal como afirma

Zamparoni (2011), a ideia de África homogênea precisa ser rompida e esse processo de rompimento sido processual e se dado gradativamente.

A abordagem africanista sobre as políticas culturais tem operacionalizado e colocado no centro do palco o conhecimento produzido a partir das experiências de sujeitos historicamente excluídos e invisibilizado pela história oficial. Deste modo, é possível sugerir, pelo menos, dois caminhos teóricos no campo dos Estudos Africanos no concernente às pesquisas sobre as políticas culturais. De um lado, no campo mais epistemológico, o de promover um debate mais horizontal e não hierárquico do conhecimento na medida em que visibiliza epistemes emergentes das experiências de sujeitos e nações colonizadas; de outro lado, denunciar e combater formas de opressões e preconceitos. E a cultura é tomada como elo central nesse debate posto que pesquisas científicas realizadas por africanistas têm evidenciado, de diferentes ângulos, que ela tem sido acionada na luta por igualdade social em estados democráticos de nações do sul Global.

As abordagens dos Estudos Africanos sobre as políticas culturais, sejam em pesquisas que partam da diáspora, sejam aquelas que partem de África, tem chamado a atenção para o fato de que

à medida que se constata a urgência em transformar as estruturas políticas que se mostram contrárias aos processos de valorização e exaltação das diversidades – das culturas identitárias, do patrimônio imaterial, da preservação dos recursos naturais, da igualdade de oportunidades e equidade social –, a abordagem sobre políticas culturais na perspectiva da afrodiáspora aponta caminhos para se questionar, refletir, debater e proporcionar soluções que possam combater os impactos da ocupação de lugares na estrutura de poder sob camadas sociais desfavorecidas, as quais são a maioria populacional em territórios pós-colonizatórios. (BIRIBA, 2021, p. 59-60)

No campo dos Estudos Africanos as Políticas Culturais, além de está associada à área de conhecimento e a ações governamentais, são apreendidas como importantes na arena das lutas sociais contra os preconceitos e desigualdades e em prol da democracia. Ou seja, não se nega e/ou desconsidera o conhecimento produzido e proposto por europeus e norte-americanos sobre as políticas culturais. O que os Estudos Africanos pretendem, a partir dos estudos e pesquisas sobre este campo, é democratizar o acesso a lugares sociais de tomada de poder e colocar nesses lugares demandas e sujeitos que historicamente foram desfavorecidos e violentados. E os africanistas apontam que estes sujeitos são, em sua maioria, de nações colonizadas.

Parafraseando Severino (2019, p. 130), é possível afirmar que as pesquisas em políticas culturais no campo dos Estudos Africanos são marcadas pelas urgências e dívidas

históricas com seus povos tradicionais e nativos, dentre os quais no caso desta tese é possível citar sujeitos negros e de classes sociais empobrecidas de países africanos, muito embora não se possa desconsiderar a população afrodiáspórica e indígena que também tem, no passado e ainda no presente, enfrentado múltiplas formas de anulação social e silenciamento pela “história oficial”, construída e narrada exclusivamente desde o lugar e a partir das visões de mundo e perspectivas epistemológicas de homens europeus, passou a ser questionada.

Para melhor visualizar a perspectiva dos Estudos Africanos sobre as políticas culturais, bem como o impacto destas últimas neste campo, é possível citar a “Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da África-Acra” (1975). Tal conferência possui influência da UNESCO, sobretudo por meio da influência de políticas públicas para a cultura (RODRIGUES, 2017). O debate sobre cultura como impulsionador de desenvolvimento perpassa toda a conferência.

A cultura como fator de desenvolvimento no continente africano se institucionaliza oficialmente com a UNESCO da *Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África* que aconteceu em Acra em 1975. Na ocasião os representantes dos Governos dos Estados Africanos membros da UNESCO com a cooperação da Organização da Unidade Africana (OUA) concebem que ‘a cultura africana continua a ser uma arma decisiva nas lutas pela libertação e na contínua luta contra o colonialismo, o racismo e o apartheid’ (UNESCO, 1975, s.p), e que a mesma tem um caráter transformador, por isso, ‘reconhecer, por conseguinte, as responsabilidades que incumbem aos Estados africanos em relação à definição das políticas culturais nacionais, que devem ser orientadas para as políticas decididas nos domínios político, econômico e social’ (UNESCO, 1975, s.p). (RODRIGUES, 2017, p. 60)

Tal debate sobre cultura e desenvolvimento levou a constituição da Década do Desenvolvimento Cultural da UNESCO (1980-1997). A conferência realizada em Acra, capital de Gana, costa atlântica do África Ocidental, também ficou conhecida como AFRICACULT-Acra, sendo marcada pela demanda dos países em buscar na cultura mecanismos que propagassem o desenvolvimento econômico e social (LEITE, 2015). Na conferência discutiu-se como a cultura poderia contribuir para o rompimento com a herança do colonialismo. Dentre os países que participaram da AFRICACULT, em Acra, estão: Argélia, Camarões, Costa do Marfim, Congo, Etiópia, Gana, Gabão, Gambia, Guiné, Ilhas Maurício, Libéria, Marrocos, Mali, Mauritânia, Malauí, Nigéria, Quênia, República Centro Africano, República Popular do Benin, República do Zaire, República Alto Volta, República da Tanzânia, Ruanda, Serra Leoa, Senegal, Sudão, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Togo. (UNESCO, 1975).

O relatório elaborado a várias mãos pelos representantes dos países africanos que participaram da AFRICACULT, elencou algumas orientações que deveriam ser consideradas e caracterizar as futuras políticas culturais a ser formuladas, a saber:

- Declarar que a autenticidade cultural e o progresso técnico, na reciprocidade e complementaridade dos seus efeitos, são a garantia mais segura do desenvolvimento cultural e do advento de novas sociedades que ligam com a elevada tradição do humanismo africano;
- Afirmar que a diversidade cultural africana, expressão de uma mesma universalidade, é fator de equilíbrio e fecundidade criativa, servindo à causa da mobilização social e integração nacional;
- Reconhecer, portanto, as responsabilidades que incumbem aos Estados africanos no que diz respeito à definição das políticas culturais nacionais, as quais devem estar alinhadas com as políticas decididas nos domínios político, econômico e social;
- Afirmar nossa determinação de implementar ou intensificar nossas políticas culturais para esse fim, tendo em vista a interação que ocorre entre elas e as políticas seguidas em relação, entre outros, à educação, ciência e tecnologia, comunicação e meio ambiente;
- Comprometer a ser orientadas na consideração das recomendações feitas por esta Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África, que representa um marco na história da cultura africana (Tradução nossa). (UNESCO. 1975, s/p).⁴⁰

Ademais, se de um lado a ideia de desenvolvimento propagada na AFRICACULT é imbuida da tentativa de rompimento com o “jugo colonial, precisando de ações práticas para a promoção e valorização de suas culturas e da diversidade cultural” (RODRIGUES, 2017, p. 62), de outro lado, há africanistas que criticam tal perspectiva que afirmam que os países africanos precisariam “desenhar sobre seus próprios modelos, ao invés de importar de países estrangeiros” (tradução nossa).⁴¹ (NAWA, 2012, p. 9). Isso muito por conta das dinâmicas e especificidades de cada países, como é o caso da Nigéria em que o Estado não declara a cultura como um direito cultural, destituindo-a da concepção de desenvolvimento; ou Mocambique, que quando da realização da AFRICACULT ainda estava vivendo a transição do sistema colonial para a idenpendência(RODRIGUES, 2017); e da própria África do Sul, que em 1975 ainda estava sob o domínio do governo Apartheid.

⁴⁰ Declare that cultural authenticity and technical progress, in the reciprocity and complementarity of their effects, are the surest guarantee of cultural development and of the advent of new societies linking up with the lofty tradition of African humanism;

Affirm that African cultural diversity, the expression of a self-same universality, is a factor of equilibrium and creative fertility, serving the cause of social mobilization and national integration;

Recognize accordingly the responsibilities incumbent on African States with regard to the definition of national cultural policies, which must be geared to the policies decided on in the political, economic and social fields; Affirm our determination to implement or intensify our cultural policies for this purpose, bearing in mind the interaction which takes place between them and the policies followed in regard to, inter alia, education, science and technology, communication and the environment;

Undertake to be guided accordingly in considering the recommendations made by this Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa, which represents a milestone in the history of African culture. (UNESCO. 1975, s/p).

⁴¹ So as to draw on their own models, instead of borrowing from overseas countries. (NAWA, 2012, p. 9)

Ademais, é consenso entre os africanistas que pós independências dos países africanos, bem como rompimento com sistemas de governos segregacionistas (como o Apartheid), as políticas culturais têm direcionado o olhar para grupos étnicos⁴², mulheres, negros, empobrecidos e excluídos em geral. Estes sujeitos passaram a ser vistos como sujeitos ativos da história e a acionar a cultura e o atrelado ao campo político para reivindicar outros espaços que lhes foram negados pela sobreposição de um ideário de dominação econômica, sexual e de branquitude europeia. Nesta senda, novas ecologias de saberes têm emergido a partir das pesquisas de africanistas que enfocam as políticas públicas. É olhando para esta dimensão que afirmo que novas geografias, novas ecologias de saberes tessidas em contextos pós-coloniais emergiram a partir das experiências das pesquisas de africanistas no campo das políticas públicas que surgem a partir da década 1990, período em que América Latina e África são caracterizadas por intensas lutas contra regimes ditatoriais e segregacionistas.

Com efeito, o enfoque de africanistas para as políticas culturais tem evidenciado que sujeitos outros, antes silenciados e esquecidos, passaram a organizar-se em movimentos coletivos de luta em prol do direito à cidadania e contra as múltiplas formas de opressão. O campo das fronteiras epistemológicas passou a ser questionado. De fato, a exclusão e a desigualdade se dariam tanto na esfera social, política e econômica, no campo do gênero, da “raça” e da classe, quanto se revelariam de modo ainda mais profundo, no âmbito do saber, no campo epistemológico. O saber passara a ser lido como poder. A ótica eurocêntrica que, em grande medida, interpretou o mundo a partir de uma lógica dicotômica e hierárquica – civilizados *versus* primitivos, norte *versus* sul, superior *versus* inferior, cultura *versus* folclore – passara a ser questionada. Emergiram destas pesquisas outras formas de ver e pensar as experiências sociais dos sujeitos historicamente excluídos.

É esse contexto de reivindicações em prol da democracia, tanto política quanto epistemológica, que tem sido apresentado por africanistas a partir das pesquisas no campo das políticas culturais. As reflexões desenvolvidas por africanistas partem, em grande medida, de duas ideias norteadoras. A primeira consiste em reconhecer que as políticas culturais ocupam lugar central no seio da sociedade contemporânea, sendo fundamentais para a propagação da cidadania, do respeito à alteridade humana e da democratização epistemológica. A segunda atenta para os “perigos da história única” (já enfatizados pela pesquisadora nigeriana Chimamanda Adichie) que inscreveu negros e indígenas como “não-civilizados” e “sub-humanos”.

⁴² Neste trabalho tem-se pensado “grupo étnico” como uma organização social em movimento, e não necessariamente restritos a uma ocupação territorial. (POUTGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

Aqui, faz-se mister destacar que as desigualdades sociais têm atingido violentamente esses sujeitos levando à negação de sua cidadania. E as políticas culturais ocupam um lugar central no processo de afirmação e garantia de direitos sociais desses sujeitos. Além disso, cabe problematizar as especificidades das lutas desses sujeitos, o que pode ajudar a compreender a teia das “necessidades humanas” (HELLER, 1978) que ultrapassam os limites da classe e do gênero, sendo a raça elemento estrutural das relações sociais. Ora, se a raça é a modalidade na qual a classe é vivida (HALL, 2003), o gênero é a modalidade na qual a raça é experienciada (GILROY, 2001).

As pesquisas no campo dos Estudos Africanos têm demonstrado que as políticas públicas têm ocupado um importante papel nos contextos pós-colônias, quando da instauração de governos democráticos e no processo de democratização das nações. Em países africanos esse debate possui como marco o final do século XX e início do XXI. Em moçambique, país de colonização portuguesa, apenas em 1997 que a Assembleia da República aprova a Política Cultural que irá nortear as demais decisões nesse campo. Tal aprovação ocorreu paralela a 2ª Conferência Nacional sobre a Cultura realizada naquele país. Cabe destacar que ali “a política cultural é um instrumento que regula a actividade do Governo na sua articulação com os demais intervenientes na promoção e desenvolvimento da cultura.” (MALEVO, 2009, p. 497)

De fato, a política cultural em África possui estreita relação com as lutas pela democracia e contra os preconceitos e o colonialismo. É uma luta tanto no campo teórico quanto físico e nos espaços institucionais de tomadas de poder, a exemplo das repartições governamentais. Para o Ministério da Educação e Cultura em Moçambique, em publicação na Coletânea da Legislação Cultural de Moçambique, defende que

a política cultural visa nortear a actuação de todos, no contributo para a coesão e equilíbrio psicológico e social das comunidades, assim como para a integração dos seus membros. A política cultural do Governo constitui uma contribuição para a definição dos contornos da moçambicanidade que corporizam o património de todos os cidadãos. (MEC, 2007, p. 40)

Para Malevo (2007), africanista e moçambicano com formação em Gestão e Estudos Culturais, a política cultural em contextos africanos tem assumido, ainda a função de impulsionadora do desenvolvimento cultural de um país, estando associada à ideia de democracia cultural. Por democracia cultural o referido autor, em diálogo com Calvo (2002) compreender ser “aquela que promove a liberdade do processo da criação artístico-cultural, envolvendo toda a sociedade na gestão, administração e na sua transmissão das produções culturais.” (MALEVO, 2009, p. 497)

Na Coletânea da Legislação Cultural de Moçambique, as políticas culturais são apreendidas como campo do conhecimento, mas também como objeto de estudo. Em tal coletânea são definidos os objetivos gerais da política cultural moçambicana, a saber:

- a) Promover o desenvolvimento da cultura e personalidade moçambicanas e garantir a livre expressão dos valores nacionais, em estreita colaboração com as forças vivas da sociedade;
- b) Promover a difusão da cultura moçambicana, no plano nacional e internacional, e desenvolver ações com vista a fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais de outros povos;
- c) Promover o respeito, a valorização e a aceitação das manifestações culturais de cada comunidade;
- d) Promover a identificação, preservação e valorização do património cultural e artístico nacional;
- e) Incentivar as associações, o empresariado e os líderes, comunitários e outras entidades colectivas e singulares a complementarem as ações do Estado no âmbito da promoção e valorização da cultura nacional, tanto no país como no estrangeiro;
- f) Proteger a afirmação das identidades culturais locais como factores de expressão da unidade na diversidade;
- g) Promover a avaliação de impacto sociocultural dos projectos de desenvolvimento e a inclusão da componente cultural nos mesmos;
- h) Contribuir para a educação das comunidades e de todas as forças vivas da sociedade na cultura da paz, tolerância, harmonia social e respeito pelos direitos humanos. (MEC, 2007, p. 40)

A política cultural, embora inscrita no singular no MEC de Moçambique, possui ampla abrangência estando conectadas às ideias de desenvolvimento, difusão, valorização, identificação, preservação e avaliação de impacto da cultura. Isso demonstra a própria percepção de política cultural que prevalece em Moçambique e vem sendo discutida no campo dos Estudos Africanos. Ela seria percebida como um caminho nos contextos pós-coloniais para que as nações africanas se reinventassem na arena nacional e mundial, como ocorrera em Moçambique.

Uma política cultural deve reflectir-se no melhoramento de qualidade de vida dos cidadãos, através das actividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. Esta deve ter objectivo amplo pelo facto de ser uma acção voltada para todo o cidadão e não apenas para alguns estratos sociais. (MALEVO, 2009, p. 501)

Outro ponto que merece destaque é o carácter conflitivo que também coexiste na política cultural, sobretudo quando do investimento de recursos financeiros⁴³. No caso moçambicano isso fica evidente na medida em que há uma maior valorização do campo das artes de artistas de renome nacional. Há também um maior investimento nas artes urbanas em comparação com as rurais. E para Malevo (2009) mesmo os conceitos de democracia e

⁴³ Para maiores informações ver MALEVO (2009).

democratização estando presentes na política cultural moçambicana nota-se um aspecto de contrariedade entre a teoria e a práxis. Ou seja, a partir das pesquisas de Malevo (2009) nota-se que a

contraditoriedade [da política cultural] vislumbra-se na falta de uma regulamentação que oriente a sua aplicabilidade. Nesse aspecto, verificam-se muitos problemas do âmbito cultural no que concerne ao seu cumprimento nas várias áreas e expressões artístico-culturais do país. [É possível verificar que] o papel que desempenham as políticas culturais na democracia e democratização cultural é preponderante para o desenvolvimento da cultura em Moçambique. As associações ligadas ao sector cultural, funcionam deficitariamente dada a falta do incentivo financeiro, uma vez que há uma burocracia enorme para sua aquisição. Aliás, este cenário é extensivo para os artistas que tem dado muito do seu esforço para alavancar o desenvolvimento cultural em Moçambique, mas que muitas das vezes vêm seus sonhos morrendo devido a falta de financiamento cultural. (MALEVO, 2009, p. 503)

O lugar ocupado pelas políticas culturais em nações do sul global, a exemplo daqueles de África, tem sido fundamental para compreender processos de democratização. Tem sido importante ainda para a reconexão e reinvenção dos países que emergiram de experiências violentas de colonização. Tem contribuído desde as lutas contra os preconceitos àquelas em prol da reconstrução dos países e inserção no cenário político mundial, bem como na instauração de regimes políticos outros (a exemplo das repúblicas parlamentares) que não aqueles que resultaram da experiência do colonialismo. Fato é que as políticas culturais na abordagem de africanistas têm trazido grande contribuição na reinvenção dos países do sul global que emergiram de experiências violentas do colonialismo. Experiências essas que não se resumem apenas ao rompimento com a colonização territorial, mas do saber e da cultura.

Africanistas têm apontado que as políticas culturais têm sido responsáveis pela preservação, ressignificação e disseminação do patrimônio cultural africano e pelo debate sobre nação. Nesse segmento, importante é considerar que tal movimento está associado a uma forte política da memória. E a memória, por sua vez, conectada ao debate sobre identidade e nação. Memória, identidade e nação são elementos fundamentais na tessitura da teia de compreensões sobre as políticas culturais no campo dos Estudos Africanos. Há o que chamo de “política de reavivamento da memória e identidade” associado à “política de reconstrução da nação” nas experiências africanas com as políticas culturais quando e a partir do pós-colonialismo. Diferente da experiência brasileira em que há, na minha compreensão, uma política de silenciamento e tentativa de apagamento da memória nacional, mas não de qualquer memória nacional, e sim de uma memória específica, àquela da escravidão e da violência da ditadura civil-militar por exemplo.

Ora, no campo de debate sobre nação, a memória ocupa uma função extremamente importante. Michael Pollak (1989) sinaliza que a memória possui como função reforçar o sentimento de pertencimento a grupos, manter a coerção interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. Maurice Halbwachs aponta que essa coerção social é dada, sobretudo, pela adesão afetiva ao grupo, também chamado de “comunidade afetiva”. *A priori*, é fundamental entender que a memória é um instrumento de vínculo social e de identidade individual e coletiva (LE GOFF, 1990). E, a memória nacional, construída a partir da memória coletiva, é responsável pelo fortalecimento do sentimento de identidade nacional de um grupo (HALBWACHS, 1990) e pela fabricação de uma identidade nacional (OLIVA, 2011-2013).

Toma-se a memória como coletiva, como absoluta, como vida, sempre aberta a dialética da lembrança e da amnésia (NORA, 1981, p. 133). É nesse sentido que a memória individual pode também ser vista como seletiva. Aqui cabe o convite para a reflexão sobre o carácter seletivo da memória. Para tal, é importante considerar o debate proposto por Silvia Salvatici (2005) quando pontua que é preciso atentar para a maneira como as memórias são narradas, lembradas, esquecidas e/ou silenciadas, uma vez que, assim, será possível perceber o que está para além das memórias não-ditas, esquecidas ou silenciadas, e, até mesmo, da memória configurada por muito tempo como a oficial. A memória, então, seria colocada como símbolo de resistência, como mecanismo de protesto e de reivindicação de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais herança do colonialismo nas histórias das nações africanas, por exemplo, cito o caso da África do Sul que no século XX viu-se imersa em políticas segregacionistas que violentava a população negra, mestiça e indiana que ali resisida.

Segundo Maurice Halbwachs (2006), a memória é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes, levando os sujeitos a participarem de dois tipos de memória – a individual e a coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante de sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 5). Inspirado em Émile Durkheim, Michael Pollak (1989) afirma ainda que “[...] ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, [a memória] fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3). Para Elizabeth Jelin (1998), a memória cumpre esse papel de fortalecimento dos sentidos de pertencimento. Jelin diz que “a menudo, especialmente en el caso de grupos oprimidos, silenciados y discriminados, La referencia a un pasado común permite construir sentimientos

de autovaloración y mayor confianza em uno/a mismo/a y em el grupo” (JELIN, 1998, p. 10).

Mas por que e como essas memórias são (re)lembradas, como são narradas e quais implicações trazem ao emergirem? Para uma análise acurada, primeiramente devem-se considerar três fatores: o acontecimento, os sujeitos que narram tais acontecimentos e o lugar e/ou espaço em que essas memórias são narradas (POLLAK, 1989). Esses três critérios da memória (acontecimentos, personagens e lugares) dizem respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, que muito bem servem à análise das experiências na África do Sul durante o Apartheid. Esse regime segregacionista chegou oficialmente ao fim em 1994, quando Nelson Mandela, importante líder do movimento anti-Apartheid passou a ocupar a presidência da África do Sul. A compreensão dos mecanismos legitimadores de tal sistema é importante para analisar os processos que envolvem a tessitura das políticas culturais naquele país, posto que a política de segregação racial acabou impactando diretamente o campo da cultura e as políticas culturais formuladas no pós-apartheid.

A discussão sobre a memória no campo das políticas culturais desde à perspectiva dos Estudos Africanos coloca em cena as reflexões sobre a identidade, a diversidade cultural e a própria concepção de nação. Nesse sentido, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade nacional e no interior das políticas culturais. “É por isso que os Estados Nacionais, os grupos étnicos e diferentes instituições passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva” (PACHECO, 2010, p. 145), bem como no processo de reconstrução da nação por meio da cultura.

Outro aspecto importante de se pontuar nesse debate é que

as políticas culturais da memória partem da definição dos objetos culturais significativos para aquela comunidade de sentidos. Uma vez selecionados, esses objetos se tornam metáforas que dizem aos membros da comunidade quem somos ‘nós’ em relação ao ‘outro’ (PACHECO, 2010, p. 145).

Para Pacheco (2010), “a crescente luta de diferentes grupos sociais pelo reconhecimento de sua identidade tem exigido [como aponta Hall] a inclusão de novos discursos identitários” (PACHECO, 2010, p. 145). Ademais “omo nos identificamos? Como identificamos aos Outros? Sejam eles, ou sejamos nós, o que formos, falamos sobre os critérios de descrição, atribuição, reconhecimento ou negação de uma ou várias identidades” (OLIVA, 2011-2013, p. 31). O debate acerca das (re)afirmações de identidade tem ocorrido em várias partes do mundo, a saber, nas Américas, na Europa e na África como já apontará

Anderson Oliva (2011-2013) e sido importantes na compreensão das políticas culturais no Sul Global.

Motivados por [...] contextos complexos, há alguns anos, vários teóricos têm se dedicado ao estudo dessas realidades. Dentre esses, um grupo tem chamado a atenção pelo seu formato híbrido: são teóricos/cientistas, mas são também integrantes de experiências diaspóricas ou pós-coloniais, que procuram explicar, entender e vivenciar. (OLIVA, 2011-2013, p. 31).

A identidade é construída e se produz sempre em referência aos outros (POLLAK, 1992). A identidade é marcada pela diferença. Ela ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representações quanto por meio de formas de exclusão social (WOODWARD, 2005). É constituída a partir do momento que o “eu” reconhece o “outro”, em suas particularidades e diferenças. Ela se molda e emerge nas narrativas de (re)afirmações constantes de diferença frente ao outro. Essas constantes (re)afirmações implicam num processo de disputas simbólicas e políticas dentro de uma cultura.

É preciso compreender que a contemporaneidade é marcada por uma crise de identidades culturais, momento em que novas identidades começam a emergir no cenário global enquanto outras começam a declinar.

A questão da ‘identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno [...] (HALL, 2005, p. 9).

Para Stuart Hall (2005) esse sujeito fragmentado e essas novas identidades têm emergido com força no mundo contemporâneo. Ele defende que há uma multiplicidade de identidades e sinaliza para uma fragmentação do indivíduo, indicando que aquele “[...] sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2005, p. 46). Na perspectiva de Hall

uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade [...] para uma política de diferença. (HALL, 2005, p. 16).

Este debate está atrelado à percepção de nação. Uma nação está para além das fronteiras geográficas e/ou físicas demarcadas pelos homens e pela natureza. Mas como

interpretar as fronteiras no debate que aqui se apresenta nesta tese? Primeiro destaco que fronteiras, problematizada no plural, possui, pelo menos, quatro dimensões que estão interconectadas. E para análise de tais dimensões se faz necessário o diálogo com o historiador francês Fernand Braudel, quando este afirma que as fronteiras que delimitam uma nação também são culturais, políticas, sociais e, sobretudo, determinadas a partir das relações humanas. As fronteiras deveriam ser interpretadas, portanto, como fluídas.

Segundo Benedict Anderson (1991) nação significaria uma comunidade imaginada. Imaginada porque é construída por sujeitos históricos em diferentes espaços e temporalidades. Imaginada

porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas. É imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas [...] possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. É imaginada como soberana, porque [...] as nações sonham em ser livres [...]. A nação é imaginada através de processos diversos e, uma vez imaginada, é modelada, adaptada e transformada. Somente a mudança social ou somente as consciências transnacionais não são suficientes para, por si sós, explicar o afeto que as pessoas sentem pelas invenções de suas imaginações, porque as pessoas estão dispostas a morrer por essas invenções. (ANDERSON, 1991, p. 14).

Contudo, mesmo comunidade reforçando a ideia de companheirismo, fraternidade, compartilhamento e pertencimento não se podem desconsiderar as desigualdades, explorações e hierarquias sociais que nelas existem e se reinventaram ao longo do tempo.

A nação e consciência nacional podem ser problematizadas como artefatos culturais.

A nação e a consciência nacional são artefatos que se tornaram entidades históricas, de modos variados seus significados se alteraram ao longo do tempo, e, hodiernamente, inspiram uma legitimidade emocional muito profunda, sendo, exatamente estes processos que precisam ser compreendidos para os entendermos. A criação desses artefatos, por volta de fins do século XVIII, resultou de um processo espontâneo do cruzamento de forças históricas variadas. Entretanto, uma vez criados, tornaram-se paradigmas, modelos, passíveis de serem transplantados, com graus diversos de consciência e para vários terrenos sociais, incorporando-se à variedade de perspectivas políticas e ideológicas (ANDERSON, 1983, p. 6-13).

De acordo com Frantz Fanon há uma reflexão sobre nação que está atrelada, ainda, à de família, fortemente associada aos ideais do patriarcado. Isto em uma crítica que faz o pesquisador africanista ao modelo de nação que enfatiza como normalidade àquele advindo da Europa.

A família, na Europa, representa uma maneira que tem o mundo de se oferecer à criança. A estrutura familiar e a estrutura nacional mantêm relações estreitas. A militarização e a centralização da autoridade de um país conduzem automaticamente a uma recrudescência da autoridade paterna. Na Europa, e em todos os países ditos civilizados ou civilizadores, a família é um pedaço da nação. A criança que deixa o meio familiar reencontra as mesmas leis, os mesmos princípios, os mesmos valores. Uma criança normal, crescida em uma família normal, será um homem normal. Não há desproporção entre a vida familiar e a vida nacional. Inversamente, se se considera uma sociedade fechada, ou seja, protegida do fluxo civilizador, encontramos as mesmas estruturas descritas acima. *L'âme du Pygmée d'Afrique*, do Padre Trilles, por exemplo, é bastante convincente; ali sente-se a todo instante a necessidade de catequizar a alma pretinha, mas a descrição que encontramos da cultura – esquemas culturais, persistência de ritos, sobrevivência de mitos – não dá a mesma impressão artificial que sentimos em *La philosophie bantoue*. (FANON, 2008, 127-128)

Embora o chão analítico deste debate sobre nação não seja a Europa, as reflexões de Frantz Fanon muito colaboram neste estudo posto que ajudam a compreender o processo de construção da concepção de nação que se projetou nos países de norte a sul global. Na perspectiva de Fanon, por séculos foram considerados “normais” sujeitos brancos de nações europeias; e “anormais” aqueles das nações do sul, especificamente negros africanos. Ademais, adverte Fanon em “Peles Negras, Máscaras Brancas”, não ser foco de seu estudo delimitar o que é normalidade e anormalidade. Contudo, recorrentemente tendeu-se ao longo da história representar brancos como portadores, modelos do normal e civilidade. Por outro lado, se representou negros como sinônimos do anormal e não civilizado.

A família branca é depositária de uma determinada estrutura. A sociedade é, verdadeiramente, o conjunto das famílias. A família é uma instituição que pressupõe uma instituição mais vasta: o grupo social ou nacional. Os eixos de referência permanecem os mesmos. A família branca é o lugar de preparação e de formação para a vida social. ‘A estrutura familiar é interiorizada no superego e projetada no comportamento político’ (social, diríamos nós). (FANON, 2008, p. 132)

Nessa reflexão é importante, ainda, destacar que disputas são acopladas em torno da memória da nação. E disputas que implicam e resultam em formas de poder. Ao estudar nação na África do Sul contemporânea, o africanista Barros (2013, p. 1) lembra que naquele país “as lutas em torno da memória da nação configuram um campo privilegiado para entender formas de dominação e de resistência social.” E as políticas culturais desde a perspectiva de africanistas advertem para este debate. Nação é uma construção social permeada por oscilações e afetam diretamente o campo das políticas culturais em diferentes nações de África, embora não se pretenda aqui fazer generalizações nas experiências históricas dos países africanos.

O que a abordagem africanista pretende reforçar a partir de um exame das políticas culturais é que não se pode negar que “continuam sendo múltiplas as lutas e tensões, simbólicas e sociais, por meio dos quais a fabricação da nação se expressa” (BARROS, 2013, p. 10). Este é um fenômeno marcado por contínuos processos de reinterpretação e revisitação da cultura e história nacional, dos projetos de nação disseminados e da prospecção na cultura de contribuir nas lutas sociais em prol de projetos nacionais mais democráticas e menos desiguais.

Como todo projeto de nação, este também parece se basear na promoção utópica da igualdade e da liberdade, que se anunciam como sendo para todos e todas, mas como outros artefatos nacionais, parece também se fundar em desigualdades, obliterações e dissensos, sendo melhor para alguns que para outros. (BARROS, 2013, p. 12)

No campo dos Estudos Africanos, as políticas culturais mobilizam, articulam e elucidam categorias como raça, etnia, nação, memória e identidade associadas à reflexão sobre cultura. A bibliografia sobre as políticas culturais nesse campo ainda não é extensa, embora importantes contribuições já tenham sido dadas com pesquisas que enfocam lutas sociais nas experiências coloniais e pós-coloniais das histórias de nações africanas. Nesse horizonte teórico-conceitual cabe destacar que, embora, ainda seja pouca a produção, sobretudo as que enfocam África, é visível os avanços dos trabalhos de pesquisas que tem se debruçado sobre diferentes aspectos das políticas culturais naquele continente.

Investigadas por pesquisadores não africanistas, as políticas culturais já vinham sendo apontadas e consolidadas, pelo menos desde o século XX, como campo importante na defesa da diversidade cultural e com estreita relação com o Estado. E este debate vem sendo retomado e ampliado por africanistas, que, longe de negar as contribuições de se problematizar as políticas culturais desde a chave analítica em prol da diversidade cultural, têm tomado as experiências de nações africanas no campo das políticas culturais. Tais experiências tem proporcionado sugerir que em uma análise mais acurada das políticas culturais no sul global se tem notado a necessidade de se visibilizar outras categorias, não restringindo o debate apenas à diversidade cultural, embora se reconheça a importância deste.

No caso específico de nações africanas, a exemplo da África do Sul, mas também daquelas da América Latina, como o Brasil, outras categorias precisam ser consideradas na análise das políticas culturais, a saber: raça, memória, identidade, nação e classe (embora esta última não seja objeto foco desta pesquisa). Tais categorias têm emergido nas pesquisas de africanistas sobre as políticas culturais. Elas sinalizam que as políticas culturais podem ser

apreendidas como espaços de análise importante que ultrapassa as fronteiras antes demarcadas pela perspectiva eurocentrica. Africanistas têm demonstrado que a partir das políticas culturais é possível problematizar sistemas de governo e lutas sociais que enfocam as desigualdades na dimensão da raça, do gênero e da classe, embora, destaco que o foco aqui se debruce sobre as questões raciais.

As políticas culturais desde a perspectiva dos Estudos Africanos têm sido um campo acionado por diferentes sujeitos em sociedades do sul global, especificamente aquelas africanas que vieram de experiências violentas da colonização, para denunciar desigualdades sociais em diferentes dimensões. Nesse debate se tem evidenciado que as políticas culturais têm sido usadas, ainda, como mecanismo de reinvenção e reconstrução de nações a partir do respeito à diversidade de povos e culturas.

Embora ainda recente no campo da produção do conhecimento, a abordagem das políticas culturais pelos Estudos Africanos tem trazido importantes contribuições para problematizar e reinterpretar os usos da cultura no processo de reinvenção de nações, como é o caso da África do Sul, país que teve a história marcada por dois acontecimentos, *a priori*, legitimados pela ideologia eurocêntrica: a colonização e o Apartheid. A cultura pode ser pensada como *locus* fundamental para compreender lógicas de (re)organização e (re)invenção de nações, para combater desigualdades sociais herdadas pelo colonialismo e Apartheid, no caso sul africano.

Cultura mobiliza outras categorias, a exemplo da racial e da identidade nacional, que se configuram como importantes linhas teóricas conectadas às políticas culturais, sobretudo, desde à perspectiva dos Estudos Africanos. De fato, em uma análise mais acurada das experiências de países do sul global, embora não se pretenda aqui fazer generalizações analíticas, é possível perceber como o campo da cultura foi acionado em diferentes momentos, e por distintos governos, para legitimar lógicas de desigualdades pautadas em hierarquias sociais que advém de intensos processos de exploração e desumanização de povos do sul.

Contudo, também foi feito uso do campo cultural por governos democráticos para combater tais lógicas de desigualdades sociais, bem como no processo de reinvenção das nações, como foi o caso da África do Sul que viveu, oficialmente, sob um regime segregacionista pautado na raça por cerca de 46 anos. Na África do Sul daquele período, foi feito uso da cultura quando da instauração do sistema político do Apartheid a fim de legitimá-lo, e, no pós-Apartheid, o campo cultural também é acionado pelo governo do ANC, liderado por Nelson Mandela, para reconstruir aquela nação a partir de ideais não segregacionistas.

Para tal, são formadas equipas de trabalho no governo de Mandela e Zuma para elaborar um *White Paper* para o campo das políticas culturais.

4 WHITE PAPER NA POLÍTICA DO ANC: Políticas Culturais dos governos de Nelson Mandela e Jacob Zuma, na África do Sul

“Nós devemos escrever nossa própria história.”⁴⁴

(Jacques van der Elst)

As palavras marcam e descrevem acontecimentos e momentos históricos. Elas comunicam. São fotografias de acontecimentos. Registros de temporalidades, regionalidades e culturas. Registros que expressam modos de ser e ver das sociedades em diferentes partes do mundo. São expressões de um tempo que é histórico e, também, geográfico. As palavras impressas, assim como as faladas, carregam em si memórias individuais e coletivas, de um grupo, de um povo, de uma etnia, de uma nação. De certo, parafraseando o historiador que nascerá no Egito, Eric Hobsbawn (2002, p. 2), “as palavras são testemunhas”. Elas ora são inventadas, ora ressignificadas.

Palavras como “colonização”, “segregação racial”, “apartheid”, “preto”, “branco”, “cultura”, “white paper” e “rainbow nation” emergiram e marcaram profundamente a história da África do Sul. São palavras produzidas e (re)significadas em diferentes momentos da história daquele país: a colonização, o Apartheid e o pós-Apartheid. Assim, qualquer pesquisa que enfoque o contexto sul africano provavelmente vai se deparar com fontes que carregam em si tais palavras muito presentes na história daquele país. E é na reflexão que paira nessas palavras, que evocam memórias, que trago no último capítulo desta tese de doutorado.

Neste último capítulo analisei a relação entre Estado e Cultura na África do Sul entre 1994 a 2018, período de governo do African National Congress – ANC, a partir do *White Paper on Arts, Culture and Heritage*. Tentei mapear, ainda, a conexão entre política cultural, política patrimonial, política de memória, bem como a ideia de África e África do Sul, de africano negro e branco são mobilizadas neste documento político. O *White Paper on Arts, Culture and Heritage* é uma espécie de documento referência e/ou guia para a elaboração das políticas culturais na África do Sul pós-Apartheid e já possui cinco versões: uma versão principal publicada em 1996 durante o governo do presidente Nelson Mandela, e mais quatro versões revisadas publicadas durante o governo do presidente Zacob Zuma.

No *White Paper on Arts, Culture and Heritage* são presentes e frequentes palavras como “colonização”, “segregação racial”, “apartheid”, “preto”, “branco”, “cultura”, “rainbow

⁴⁴ Then we should write a history ourselves.

nation”, todas conectadas à resistência negra⁴⁵ contra as políticas de segregação do Partido Nacional, partido político que esteve no poder na África do Sul até 1994. Assim, este último capítulo está organizado em dois momentos. Inicialmente, apresento um panorama da história da África do Sul, desde a perspectiva de africanistas sul-africanos, mas também latino-americanos. A intenção deste primeiro momento é contribuir para a compreensão de uma parte da tessitura da história daquele país, a partir da instauração do Apartheid, embora se faça alusão à acontecimentos anteriores a oficialização do Apartheid, como a guerra *Anglo-Zulu*.

No segundo momento, o foco consistiu em situar as orientações para as políticas públicas de cultura, ou políticas culturais, durante os governos de Nelson Mandela (1994-1999) e Zacob Zuma (2009-2018). A intenção foi compreender as orientações para a formulação de políticas culturais, bem como em que medida estas últimas foram acionadas em ambos governos para combater a herança do Apartheid, promover a igualdade e representar a África do Sul como “nação arco-íris”. Para tal, a documentação analisada aqui foi o *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, documento político elaborado pelo *Department of Sport, Arts and Culture* (DSAC), antigos *Department of Arts and Culture* e *Department of Sport and Recreation da África do Sul*, como já mencionado na introdução desta tese. O *White Paper on Arts, Culture and Heritage* teve a primeira edição em 1996, posteriormente, revisado e reeditado nos anos de 2016 e 2017.

4.1 “APARTHEID!”: a África do Sul sob o prisma da segregação racial do *National Party*⁴⁶

“*Apartheid*” é o slogan da campanha eleitoral do *National Party* (NP), que venceu as eleições sul-africanas em 1948. Sob a liderança de Daniel François Malan (1948 a 1954), primeiro-ministro em Pretória, começou-se a disseminar e legitimar na África do Sul a ideia de “desenvolvimento em separado”. A legitimação e disseminação do apartheid viria a partir não só do aparato político, mas do que chamo de campos institucionais da sociedade sul-africana, a saber: religião, educação, arte, mídia e cultura.

De fato, 26 de maio de 1948 marca a história da África do Sul. O *National Party* (NP) chega ao poder e a forte política de segregação racial, já existente pelo menos desde 1913 com as primeiras leis de cunho segregacionista, é disseminada pelas terras daquele país.

⁴⁵ black resistance.

⁴⁶ Por se tratar do nome oficial de um partido político, optei em deixar no idioma original do país ao qual o partido pertencia.

Em 1948 é então institucionalizado na África do Sul o sistema de governo que recebeu o nome de Apartheid. O objetivo inicial de tal sistema de governo, revestido do ideário de “desenvolvimento em separado”, era manter as culturas africanas e inglesas separadas das culturas de grupos étnicos, a exemplo dos Zulus, Xhosas, Basothos, Bapedis, Vendas, Tswanas, Tsongas, Ndebeles, Suázis dentre outros. Diante da consolidação do Apartheid, a ideia de raça passa a impactar mais fortemente tanto a ciência quanto a cultura naquele país. (YOUNG, 2002)

“Separação”, “vidas separadas”, “segregação racial”, “supremacia de uma raça e/ou uma cor”, “desenvolvimento em separado” assim é traduzido Apartheid em africâner. Para Scher (2014, p. 328),

poucos eventos na história da África do Sul foram tão significativos quanto a tomada do poder em 26 de maio de 1948 pelo Partido Nacional (NP). O novo governo do NP queria substituir a política racial já iniciada pelo seu antecessor, e acreditava que a solução para as questões raciais do país estava na implementação de uma política de apartheid (literalmente ‘separação’). O NP, em cooperação com o Partido *Afrikaner* começou a criar o que Alan Paton uma vez descreveu como ‘um novo céu e uma nova terra, que um dia comandariam a maravilha da palavra’ (tradução nossa).⁴⁷

Interessante destacar que o processo de consolidação de um apartheid state não ocorreu, somente, a partir de 1948, embora o referido ano possa ser considerado marco fundamental no campo político para a oficialização desse sistema de governo. Para melhor compreender o que foi o apartheid é importante situar este debate no campo político-governamental. Efetivamente, a consolidação de um apartheid state na África do Sul ocorreu a partir de vários segmentos, mas no âmbito institucional, destaco aqui as diversas leis de cunho segregacionistas formuladas, aprovadas e implantadas durante o governo do National Party.

De acordo com Scher (2014, p. 328-329),

A primeira vez que o termo apartheid apareceu na imprensa sul-africana foi em um panfleto publicado em uma conferência sobre os esforços missionários da Igreja NG em *Kroonstad* em 1929. Foi usado no discurso proferido por JC du Plessis. Em *Die Burger*, foi visto pela primeira vez em 1943 em um artigo importante. Mais ou menos nessa época, o Dr. D.F. Malan, líder do NP, começou a usar o termo no

⁴⁷ few events in the history of South Africa have been as significant as the takeover of power on 26 May 1948 by the National Party (NP). The new NP government wanted to replace the racial policy of its predecessor and believed that the solution for the country’s racial issues lay in the implementation of a policy of apartheid (literally ‘separateness’). The NP, in co-operation with the Afrikaner Party under N.C (Klasie) Havenga, set about creating what the author Alan Paton once describet as ‘a new heaven and new earth, which one day would command the wonder of the word’.

Parlamento para diferenciar a política de seu partido do plano de segregação do governante Partido Unido (UP)⁴⁸ (tradução nossa).

Alguns desdobramentos do *Apartheid* na África do Sul podem ser visíveis na limitação dos direitos dos grupos étnicos, que passaram a ser representados e inseridos pela política do NP apenas na categoria racial negros, desconsiderando, assim, as identidades étnicas que naquele país eram acionadas em primeira instância pelos povos zulus, xhosas e demais grupos étnicos. Recordo que durante minha estadia em KwaZulu-Natal, África do Sul, era muito comum ouvir e ver os sujeitos se autoidentificando, primeiramente, a partir de sua identidade étnica, bem como fazendo uso de artefatos que simbolizem o grupo étnico que pertencem. Em uma entrevista que realizei na cidade de Pietermaritzburg, em 2017, assim Rosa⁴⁹ inicia sua fala: “Eu sou *Zulu*. Eu sou mulher. Eu sou estudante”⁵⁰.

De fato, a expressão “Eu sou *Zulu*”⁵¹ era muito comum ser ouvida dos sujeitos nos espaços que frequentei. De trabalhadores de supermercados, lojas, vigilantes, recepcionistas, guias turísticos à professores, estudantes e arquivistas, etc., recordo ser muito comum, no início das conversas, a expressão “eu sou *Zulu*”⁵² seguida de seus nomes, que também carregavam uma história e significado, geralmente, conectado a seu grupo étnico.

Antes da oficialização do *Apartheid*, a política de segregação racial já vinha sendo desenhada na África do Sul, pelo menos desde 1913, quando da aprovação da Lei de Terras dos Nativos⁵³, e o Lei da Imoralidade⁵⁴ de 1927. A aprovação de tais leis já colocava em prática o projeto de segregação que viria a se consumir, oficialmente, e se tornar um sistema de governo, em 1948 quando o *National Party* chega ao poder naquele país.

A Lei de Terras dos Nativos foi aprovado em 1913, três anos após a coalizão de colonos africanos e ingleses que juntaram suas forças para formar a União da África do Sul em 1910 (STONE, 2008), instituiu a segregação racial por meio da territorial. Tal lei reservava cerca de oitenta e sete por cento (87%) do território da África do Sul para uso exclusivo dos brancos, proibindo pessoas não-brancas de terem propriedade ali. O restante, apenas treze por cento (13%) da terra, era distribuída entre mais de oitenta e cinco por cento

⁴⁸ The first time that the term apartheid appeared in print appears to have been in a pamphlet issued at a conference on the missionary endeavours of the NG Church in Kroonstad in 1929. It was used in the speech delivered by the J.C. du Plessis of Bethlehem. In *Die Burger* it was first seen in 1943 in a leading article. At about this time Dr D.F Malan, leader of the NP, began to use the term in Parliament to differentiate his party's policy from the segregation plan of the ruling United party (UP).

⁴⁹ Optei em usar nomes fictícios de flores para se referir a jovem estudante zulu.

⁵⁰ “I am Zulu. I am woman. I am student”.

⁵¹ “I am Zulu”.

⁵² “I'm Zulu”.

⁵³ Native Land Act.

⁵⁴ Immorality Act.

(85%) da população negra e/ou mestiça. Sem terra, a maioria dos negros locais foi obrigada a aceitar o trabalho assalariado em fazendas de brancos, ou em minas e fábricas, trabalho esse que era realizado, na maioria das vezes, em condições desumanas.

Os dados também permitem apontar os baixos salários que os negros provavelmente recebiam quando estavam sujeitos a trabalhar na propriedade dos colonos brancos. A maioria dos grupos étnicos sul-africanos vivia da agricultura de subsistência. E eram recorrentes os conflitos por terra no país, devido ao grande número de pessoas sem acesso a esse recurso, o que se aprofundou com a remoção de pessoas negras das antigas terras que habitavam.

Mas àquela altura nem todos os distritos da África do Sul haviam, ainda, sido afetados pela política segregacionista do NP. Driefontein foi um dos poucos distritos da África do Sul onde a população negra e mestiça continuaram na terra que era sua, e tiveram êxito em sua luta contra as tentativas que o governo fez de os expulsar. Importante ressaltar que aquela terra

foi comprada originalmente em 1912 pela Native Farmers Association of Africa Limited [Associação dos Agricultores Nativos da África], uma cooperativa fundada Pixley kA Isaka Seme, um advogado negro sul africano que, naquele mesmo ano, condenou o South African Native National Congress [Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos], uma associação ativista que mais tarde se tornou o Congresso Nacional Africano (CNA), o partido antiapartheid, o partido político de Nelson Mandela. (STONE, 2008, p. 43)

O advogado Seme esteve envolvido em várias lutas contra a Lei de Terras dos Nativos de 1913. Vale ressaltar que

a lei havia criado, bem deliberadamente, uma reserva migrante de força de trabalho separada da família, que podia ser enviada para distritos remotos ou áreas rurais áridas separadas como 'torrões natais de tribos' ou 'reservas indígenas', também conhecidas coloquialmente como bantustões. Mas o povo de Driefontein continuou na terra que era sua, e teve êxito em sua luta contra as tentativas que o governo fez de pô-los para fora de lá. (STONE, 2008, p. 43)

Já a Lei da Imoralidade de 1927 proibia pessoas de manterem relações sexuais fora do seu grupo racial, deste modo, promovendo a segregação de corpos. Tal lei tornou crime qualquer tipo de contato sexual entre membros de raças diferentes (STONE, 2008, p. 102).

A lei da imoralidade proibia relações sexuais entre brancos e negros; a emenda estendeu essa restrição a todas as pessoas de cor. C.R Swart, o Ministro da Justiça,

declarou francamente no Parlamento que o principal objetivo da legislação não era tanto impedir a imoralidade, mas impedir mais ‘mistura de sangue’ entre pessoas brancas e de outras raças. (SCHER, 2014, p. 329-330)⁵⁵.

Ora,

durante o apartheid, a grande maioria das relações sexuais inter-raciais envolvia homens brancos e mulheres negras ou mestiças que os serviam e estavam subordinadas a eles pela lei. Muitas vezes o sexo era uma coação e sempre envolvia uma distribuição desigual de poder. O castigo por desobedecer à chamada Lei do Amor [como também ficou conhecida o Immorality Act quando da oficialização do Apartheid] também era desigual: em 1984, por exemplo, em Potchefstroom, um homem branco foi acusado de dormir com uma mestiça – mas ela é que foi condenada na seis meses de trabalhos forçados por dormir com ele. (STONE, 2008, p. 73)

Para a consolidação oficial do estado de Apartheid na África do Sul, leis foram aprovadas naquele país antes e após a oficialização desse regime. E tais leis foram cruciais para a perpetuação por décadas daquele sistema de governo. Até 1948 as leis de Terras dos Nativos e Imoralidade foram usadas como fortes elementos para a propagação das ideias segregacionistas defendidas pelo então *National Party*.

Se antes de 1948 as leis de Terras dos Nativos e Imoralidade, que sinalizavam o que estava por vir na África do Sul, com a ascensão ao poder do *National Party* em 1948 aquele país imergiu gradativamente na segregação racial tendo como uma das principais frentes de acirramento dessa política a aprovação de várias leis de cunho segregacionistas, dentre as quais é possível citar: Lei de Casamentos Mistos de 1949, Lei de Registro da População de 1950, Lei de Áreas de Grupo de 1950, Lei de Trabalhadores Nativos na Construção Civil de 1951, Lei de Representação Separada de Votos de 1951, Lei de Passe de 1952, Lei de Educação Bantu de 1953 (juntamente com a Lei de Ensino de Mestiços e Lei de Educação Indiana de 1963 e 1965, respectivamente), Lei de Lazer Separada de 1953, Lei de Serviços Separados de 1953, Lei de Conciliação Industrial de 1956 e Lei de Segurança Nacional de 1979 (repetida no final de 1980) (tradução nossa).⁵⁶

⁵⁵ The original act had prohibited sexual relations between white and black people; the amendment extended this restriction to all people of colour. C.R Swart, the Minister of Justice, stated frankly in Parliament that the main purpose of the legislation was not so much to check immorality as to prevent further ‘admixture of blood’ between white people and other races.

⁵⁶ Mixed Marriages Act of 1949, Population Regulation Act of 1950, Group Areas Act of 1950, Native Building Workers Act of 1951, Separate Representation of Voters Act of 1951, Pass Act of 1952, Bantu Education Act of 1953 (juntamente com o Teaching of Mestizos Act e Indian Education Act, respectivamente de 1963 e 1965), Separate Leisure of 1953, Separate Amenities Act of 1953, Industrial Conciliation Act of 1956 e National Security Act of 1979 (revalidada no final de 1980).

A Lei de Casamentos Mistos de 1949, juntamente com a Lei da Imoralidade (em vigor nas terras sul africanas desde 1927), era outro mecanismo formal para a manutenção do controle social.

O governo do NP estava convencido de que o *apartheid* social era crucial para a preservação e salvaguarda da identidade e bem-estar da população branca. A primeira medida para implementar o *apartheid* social foi a Lei de Proibição de Casamentos Mistos de 1949. Isso tornava ilegais todos os casamentos entre pessoas brancas e de outras raças. Em 1950, essa lei foi complementada por uma emenda à Lei da Imoralidade de 1927 (tradução nossa). (SCHER, 2014, p. 329-330)⁵⁷

A lei baseava-se no pressuposto de que homens e mulheres não podiam ter envolvimento afetivo ou sexual fora de seu grupo racial. A

miscigenação tem de ser caracterizada como crime [...] contra a raça branca [...]. Os brancos têm de proteger-se contra miscigenadores inescrupulosos e criminosos, não somente pela proibição de casamentos mistos, mas também tornando punível todo outro tipo de miscigenação (intercurso ilegal) (RIBEIRO, 1994, p. 18 apud MOUTINHO, 2004, p. 102).

A Lei de Casamento Mistos proibia o casamento entre raças diferentes, e quem violava a lei poderia ser cruelmente castigado. Interessante notar que a aplicabilidade dos castigos era desigual no que se refere ao gênero. As mulheres negras recorrentemente recebiam castigos mais duros do que os homens negros. Os homens brancos envolvidos com mulheres de outro grupo racial muitas vezes não recebiam punições. A referida lei foi extinta em 1985.

A Lei de Registro da População de 1950 atribuía aos habitantes da África do Sul uma de três categorias raciais: europeia, que em 1960 passou a ser branca, por causa dos descendentes dos holandeses, franceses e alemães e, mais tarde, ingleses que colonizaram o país; mestiça para pessoas miscigenadas, e um grupo complexo com sete subcategorias, uma das quais asiática (também chamada de indiana), que depois se tornou uma quarta categoria; e nativos (mais tarde bantos), para a maioria negra, com nove subdivisões baseadas em afiliações étnicas históricas (STONE, 2008, p. 17). Essa lei consolidava a classificação das pessoas em grupos raciais. Ela sistematizava como passariam a ser classificados e, se necessário, reclassificados os habitantes do país. Para Scher (2014, p. 330)

⁵⁷ The NP government was convinced that social apartheid was crucial to the preservation and safeguarding of the white population's identity and wellbeing. The first measure to implement social apartheid was the Prohibition of Mixed Marriages Act of 1949. This made all marriages between white people and those of other races illegal. In 1950 this law was supplemented by an amendment to the Immorality Act of 1927.

para facilitar a administração da legislação do *apartheid* social, foi aprovada a Lei de Regulação da População de 1950. Previa a classificação da população com base em categorias raciais. O grupo racial de um indivíduo era determinado pela aparência física (como cor da pele), aceitação social geral e reputação. De acordo com esta Lei, eram emitidos documentos de identidade com base racial. O NP ignorou os avisos de que esse sistema de classificação traria dificuldades e angústia para negros, negros e sul-africanos indianos. Em sua defesa, o NP disse que este era um preço pequeno a pagar em comparação com as vantagens que uma sociedade estritamente separada traria⁵⁸ (tradução nossa).

As medidas de classificação, baseadas na Lei de Registro de População, levavam em consideração elementos como a aparência e a aceitação social de uma pessoa. A mesma lei era uma das bases da discriminação e da segregação racial, num momento em que o poder se concentrava nas mãos dos descendentes de colonos brancos, aproximadamente 3,5 milhões de pessoas no censo realizado em 1966, em relação a um número de aproximadamente 15 milhões, portanto, mais do quádruplo do número dos descendentes dos colonizados brancos.

A Lei de Registro da População era conveniente como instrumento de controle sobre a vida cotidiana dos indivíduos, determinando onde as pessoas deviam morar e trabalhar, o que podiam comer, com quem podiam casar-se, quando podiam se deslocar e para onde podiam ir, e até mesmo se deviam receber educação e serviços de saúde de qualidade. Desse modo, o governo do *Nacional Party* determinava o tempo de vida da população negra e mestiça.

Outra conhecida lei que estabelecia o controle social era a Lei das Áreas dos Grupos, a qual estabelecia a segregação residencial, destinando espaços e lugares de moradia para os grupos raciais em separado. Essa lei compunha um ideário de engenharia espacial e social que previa a construção dos chamados “bairros étnicos” ou bantustões. Também a Lei do Lazer em Separado previa a separação de grupos raciais no que diz respeito ao uso dos espaços públicos e ambientes de lazer.

De acordo com T. E. Dönges, na época Ministro de Assuntos Internos, a Lei de Áreas de Grupo de 1950 foi a pedra angular do *apartheid*. O objetivo dessa lei era tornar obrigatória a separação residencial. Isso significava que a África do Sul seria dividida em milhares de áreas residenciais para que as diferentes raças pudessem viver completamente separadas. Apesar da afirmação de Dönges de que esta lei seria administrada com justiça e sem discriminação, na prática não foi isso que ocorreu. Ao contrário. Provou ser uma das leis mais cruéis já aprovadas pela legislatura sul-

⁵⁸ to facilitate the administration of social apartheid legislation, the Population Regulation Act of 1950 was passed. It provided for the classification of the population on the basis of racial categories. The racial group of an individual was determined by physical appearance (such as skin colour), general social acceptance and repute. In accordance with this Act racially based identity documents were issued. The NP ignored warnings that this classification system would bring hardship and anguish to coloured, black and Indian South Africans. In its defence the NP said this was a small price to pay in comparison to the advantages a strictly separated society would bring.

africana. A Lei desconsiderou todos os direitos tradicionais de propriedade e levou ao despejo milhares de negros e indianos de suas casas, causando profundo ressentimento. Um exemplo disso foi o Distrito Seis na Cidade do Cabo. A partir de 1966, cerca de 55.000 residentes foram forçados a se mudar de suas casas perto do centro da cidade para o remoto *Cape Flats* (tradução nossa). (SCHER, 2014, p. 330-331)⁵⁹

Em 1951 o NP aprova a Lei de Trabalhadores Nativos na Construção Civil com o objetivo de segregar os espaços de trabalho e garantir privilégios trabalhistas, melhores condições e postos de trabalho à população branca. De fato, o projeto segregacionista do governo NP visou até mesmo impor seus ideais no mundo do trabalho, definindo o que seria trabalho de negro, branco e indiano por meio da lei que também ficou conhecida como Lei do Trabalho.

O governo do NP também promoveu o *apartheid* no campo do trabalho. A lei de Trabalhadores Nativos na Construção Civil de 1951 reafirmou a política idealizada por brancos de “trabalho civilizado” da década de 1920. Procurou proteger os trabalhadores brancos contra a ameaça da mão-de-obra barata negra. Certas seções da lei proibiam o emprego, a menos que uma isenção especial tivesse sido concedida, de trabalhadores negros por brancos em suas casas para pedreiros, carpinteiros e outros trabalhos especializados. A Lei do Trabalho Nativo de 1953 também proibiu greves de trabalhadores negros. Embora a Lei não proibisse expressamente os sindicatos negros, ela não os reconhecia legalmente (tradução nossa). (SCHER, 2014, p. 332)⁶⁰

Na sequência das formulações das leis no governo do NP afim de legitimar o *Apartheid*, em abril de 1951, o governo introduz o projeto de lei que visou retirar o direito de voto da população negra. Tal projeto de lei foi aprovado em 18 de junho do mesmo ano recebendo o nome de Lei de Representação Separada de Votos.

A aprovação da lei provocou um grande clamor de protestos sem precedentes e manifestações generalizadas pelo país. Mais de 100 mil eleitores assinaram uma petição contra a ação do governo. Sob a liderança de Sailor Malan, conhecido

⁵⁹ According to T.E. Dönges, at the time the Minister of Internal Affairs, The Group Areas Act of 1950 was the cornerstone of apartheid. The aim of this Act was to make residential separation compulsory. This meant that the Union of South Africa would be divided into thousands of residential areas so that the different races could live completely separately. Despite Dönges's assertion that this Act would be administered with justice and without discrimination, in practice this was not the case. It proved to be one of the cruellest Acts ever passed by the South African legislature. The Act cut across all traditional property rights and led to the eviction of thousands of blacks, coloured and Indian people from their homes, causing deep resentment. Na example of this was District Six in Cape Town. From 1966 about 55000 residents were forced to move from their homes near the city centre to the remote, windswept Cape Flats.

⁶⁰ The NP government also advanced apartheid in the field of labour. The Native Building Workers Act of 1951 reaffirmed the ‘civilised labour’ policy of the 1920s. It sought to protect white and coloured workers against the threat of cheap black labour. Certain sections of the Act⁵ forbade the employment, unless special exemption had been granted, of black workers by whites at their homes, for bricklaying, carpentry and other skilled work. The Native Labour (Settlement of Disputes) Act of 1953 also prohibited strikes by black workers. Although the Act did not expressly forbid black trade unions, it did not recognise them legally.

popularmente como piloto sul-africano e herói da Batalha da Grã-Bretanha na Segunda Guerra Mundial, milhares de ex-militares e mulheres organizaram para apresentar contestações a tal lei em manifestações ocorridas na cidade do Cabo. Malan havia formado o Comando da Tocha no início de 1951 para se opor, entre outras coisas, ao uso indevido do poder do estado, à censura e à remoção de eleitores de cor da lista de eleitores. Essa explosão de protesto preocupou o governo, mas não alterou sua postura (tradução nossa). (SCHER, 2014, p. 334)⁶¹

Em 1952 o NP aprovou uma lei que deu controle ao governo sobre a circulação e deslocamento das pessoas negras. Tal lei recebeu o nome de Lei do Passe e representou mais um esforço do governo em legitimar e assegurar o sistema de segregação. O passe era um livrinho verde de quase cem páginas onde constavam os antecedentes das pessoas: sua história de vida, licenças de trabalho, de viagem, de entrada em uma área branca, etc. Caso fosse surpreendido sem o passe, o negro era culpado de delito e punido com multa ou mesmo prisão.

Figura 2: Passe.



Fonte: Aldina da Silva Melo (2016).

Segundo Barros (2012, p. 113), a lei do Passe “limitava a circulação dos cidadãos e que, pelo menos até 1986, obrigava, sob pena de serem culpados de delito e punidos com multa ou mesmo prisão, somente os negros a carregar seu documento de identidade, chamado

⁶¹ The passing of the Act elicited a huge outcry of unprecedented protest and widespread demonstrations. More than 100 000 voters signed a petition against the government’s action. Under the leadership of Sailor Malan, the popular South African pilot and hero of the Battle of Britain in the Second World War, thousands of ex-servicemen and women organised members of the Torch Commando to converge in convoys on Cape Town to present resolutions to Parliament. Malan had formed the Torch Commando earlier in 1951 to oppose, among other things, the misuse of state power, censorship, and the removal of coloured voters from the voters’ roll. This outburst of protest was of concern to the government, but it did not alter its stance.

de passe”. Tal lei obrigava os negros da África do Sul a portarem uma caderneta na qual estava determinado onde eles podiam ir. Para aqueles que trabalhavam nas áreas centrais, ela era obrigatória. As infrações da lei do Passe, que visavam controlar o fluxo de trabalhadores, levavam a cada ano milhares de negros às prisões (JONGE, 1991, p. 11-12).

A educação também foi uma instituição acionada pelo NP para compor e consolidar a engenharia do Apartheid. Instituiu-se sistemas de ensino diferenciados: a Educação Nacional Cristã (ENC), a Educação Bantu, a Educação de Mestiços e a Educação de Indianos, aprovadas, respectivamente, em 1953 (ENC e *Bantu*), 1963 e 1965.

Vários jornais de circulação na época traziam reportagens referentes ao sistema educacional sul-africano após a implementação das referidas leis. O *Jornal Sunday Tribune*, em uma reportagem de janeiro de 1984, traz entrevistas com diferentes profissionais da área educacional que falam sobre os impactos da Educação Bantu na África do Sul. Segundo o diretor regional de educação W. J. M. Lotz, ‘educação e política não se misturam’ (*SUNDAY TRIBUNE, KWAZULU-NATAL, 8 January, 1984*). O diretor acrescentou ainda que quando ocorre essa ‘mistura’, problemas são gerados. Para Lotz, ‘em outros tempos os estudantes negros desejavam uma boa educação para se tornarem médicos, advogados e professores. Hoje, a suas carreiras é colocada a jogo devida seu envolvimento político’ (*SUNDAY TRIBUNE, KWAZULU-NATAL, 8 January, 1984*). Já Simmonds, do departamento de educação, explicou, durante uma entrevista cedida ao mesmo jornal, que ‘a pior coisa sobre a educação Bantu é o terrível peso de incapacidade posto sobre a vida dos estudantes’ (*SUNDAY TRIBUNE, KWAZULU-NATAL, 8 January, 1984*). (MELO, 2017, p. 74-75)

A Lei de Educação Nacional Cristã era destinada às crianças brancas da África do Sul. Sua principal finalidade era impor os valores ditos “cristãos” do colonialismo, os quais reforçavam a ideia de “superioridade” racial branca. Propagava e defendia a segregação no âmbito educacional. Criou-se escolas específicas para a população branca, a exemplo da *Epworth School*, fundada em 1898 e localizada na cidade de *Pietermatzburg, Kwazulu-Natal, África do Sul*. Atualmente a *Epworth School* está dividida em escola para meninas e meninos: a *Epworth Preparatory School for Boys & Girls e Epworth High School for Girls*. Durante o Apartheid essa escola era frequentada somente por estudantes brancos.

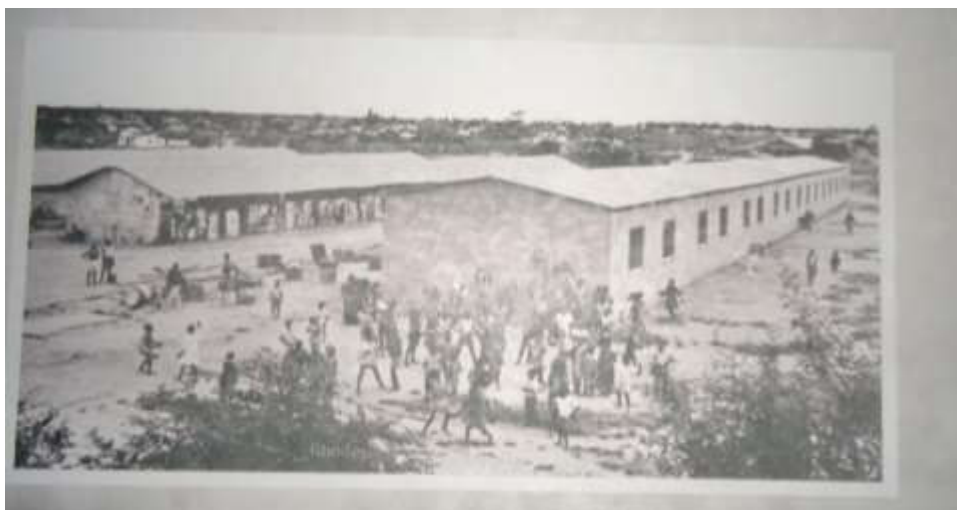
Figura 3: Vista aérea da *Epworth School* em 2022.



Fonte: <https://epworth.co.za/about-us/our-campus/#&gid=1&pid=4>

Já a Lei de Educação Bantu aprovada em 1953 era destinada às crianças negras. Esse sistema de educação se limitava em preparar a população negra para uma vida de trabalho servil e evitar a criação de uma classe capaz de reivindicar por direitos iguais. E a Lei de Ensino de Mestiços (1963) e a Lei de Educação Indiana (1965) foram leis aprovadas pelo governo NP que garantiam que esses sujeitos também receberiam educação desigual e inadequada (STONE, 2008, p. 58).

Figura 4: Escola destinada para estudantes negros durante o Apartheid.



Fonte: Aldina da Silva Melo/Arquivo pessoal (2016).

O governo do NP estava disposto a organizar a educação de acordo com os ideais do Apartheid e não mediu esforços nesse sentido. O governo afirmava que os negros deveriam ser submetidos a um modelo de educação europeu, como os sul-africanos brancos, pois se assim o fizesse iriam ser alienados da sua formação tradicional.

A Lei de Educação Bantu de 1953 estabeleceu o controle do estado sobre toda a educação negra. O estado também assumiu o controle das escolas missionárias existentes. É notável que o Departamento de Educação Nacional não tenha recebido a responsabilidade pela educação negra; em vez disso, caiu sob o Departamento de Assuntos Nativos, chefiado pelo Dr. HF Verwoerd. Na discussão do projeto de lei no Senado, Verwoerd declarou que o aprendiz negro só deveria estar equipado ‘para atender às demandas que a vida econômica da África do Sul lhe imporá’. De acordo com Verwoerd, ‘não havia lugar para ele na comunidade europeia acima do nível de certas formas de trabalho’. No entanto, em suas próprias comunidades, eles teriam, disse ele, muitas oportunidades econômicas (tradução nossa). (SCHER, 2014, p. 332)⁶²

O projeto segregacionista do NP foi muito além de espaços formais, a exemplo da educacional. O NP aprovou em 1953 a Lei de Serviços Separados, que foi representada como “pequenas segregações” ou “*apartheid* menor”. Com efeito, tal lei propôs a segregação dos espaços e repartições públicos e privados: banheiros, praças, transporte coletivo, restaurantes, lojas, cemitérios, etc. Após essa lei era comum encontrar nas ruas, prédios, praças e repartições públicas e privadas placas com a expressão “somente brancos”, “proibido negro”⁶³

Figura 5: Banco público destinado exclusivamente para pessoas brancas, Cidade do Cabo, África do Sul, durante o Apartheid após a aprovação da Separate Amenities Act of 1953.



Fonte: <https://www.apartheidmuseum.org>

⁶² The Bantu Education Act of 1953 established state control over all black education and the state therefore also took control of existing mission schools. It is notable that the Department of National Education was not given the responsibility for black education; instead it fell under the Department of Native Affairs, headed by Dr H.F Verwoerd. In the Senate’s discussion of the draft bill, Verwoerd declared that the black learner should only be equipped ‘to meet the demands which the economic life of South Africa will impose on him’. According to Verwoerd there was ‘no place for him in the European community above the level of certain forms of labour’. However, in their own communities they would, he said, have plenty of economic opportunities.

⁶³ “whites only”, “not blacks”.

A Lei de Lazer Separado de 1953 foi outra lei aprovada no intuito de dá amparo legal à engenharia do *Apartheid*. Se a Lei de Serviços Separados segregou desde bancos de praças à hospitais e teatros, a Lei de Lazer Separado a reforçou na medida em que instituiu a separação de grupos raciais no que diz respeito ao uso dos espaços públicos e ambientes de lazer. Na perspectiva dessas leis,

estes não eram apenas territórios separados, mas os locais de duas formas completamente e temporalmente distintas de vida: por um lado, a modernidade europeia, que foi baseada na indústria urbana, a agricultura comercial e governança parlamentar; por outro lado, um enclave de tradições tribais africanos, com base em domicílios rurais com economias de subsistência no mercado interno, e governado por chefes que administram as leis consuetudinárias. Na verdade, é claro, as divisões nesta paisagem eram notoriamente de um tipo muito diferente³⁸. (WHITE, 2001, p. 459 *apud* Vale, 2003, p. 63)

As leis de Serviços e Lazer Separados tinham como principal objetivo impedir que sujeitos de diferentes grupos raciais fizessem uso de instalações públicas e privadas destinadas aos brancos, configurando-se assim com um mecanismo formal para a manutenção do controle social. (MELO, 2017)

O *Apartheid* também foi implementado no mundo do trabalho, como vimos, em 1951, com a lei de Trabalhadores Nativos na construção Civil. Contudo, em 1956 o NP formula e implementa mais uma lei afim de a reforçar, a saber: Lei de Conciliação Industrial de 1956. Esta lei foi considerada o ápice da segregação no mundo do trabalho.

Com a justificativa de salvaguardar o bem-estar econômico de todos, ele criou várias categorias de trabalho. Essa legislação foi, de fato, projetada para proteger os interesses da mão-de-obra branca, impedindo a concorrência de trabalhadores negros no mercado de trabalho. Os trabalhadores negros ficaram presos no nível mais baixo da escala econômica. Um resultado dessa lei foi que todos os ascensoristas em Joanesburgo foram demitidos e substituídos por trabalhadores brancos (tradução nossa). (SCHER, 2014, p. 332)⁶⁴

Já em 1979 o *National Party* implementou a Lei de segurança Nacional com o objetivo de conter os movimentos de insurgência na África do Sul contra o sistema do *Apartheid*. Tal lei legitimou a detenção, sem julgamento e por tempo indeterminado, de qualquer pessoa suspeita de “ameaçar a ordem pública”, a exemplo de Nelson Mandela, preso diversas vezes pelo governo do NP. É importante destacar que apesar da formulação,

⁶⁴ It reserved several categories of work to safeguard the economic welfare of employees of any race in any undertaking, industry, trade or occupation. This legislation was in fact designed to protect the interests of white labour by preventing competition by black workers in the labour market. Black workers were trapped at the lowest level of the economic scale. One result of this law was that all lift attendants in Johannesburg were dismissed and replaced by white workers. (SCHER, 2014, p. 332)

implementação e violência de tais leis aprovadas durante o *Apartheid*, muitos foram os movimentos sociais, envolvendo também pessoas brancas, em nível nacional e internacional, que confrontavam a política de segregação do NP, exigindo o fim desse regime político na África do Sul.

Stone (2008) relata o caso de Regina Books, mulher que contesta a lei de registro da população.

em 1953, Regina Brooks, uma jovem do Estado livre de Orange, percorreu toda a trajetória que leva ao Supremo Tribunal da África do Sul para conseguir que sua raça fosse oficialmente alterada para que ela pudesse se casar com o policial negro que amava. É certo que algumas mulheres brancas tinham relações sexuais clandestinas com homens de outras raças (STONE, 2008, p. 73).

A resistência aos ditames das leis segregacionistas impostas pelo governo do National Party recebeu repercussão internacional, sobretudo após o movimento que ficou conhecido como “Levante de Soweto”, de junho de 1976. Tal movimento teve como principal protagonista estudantes. Soweto é um bairro localizada em Johannesburg, África do Sul, destinada à população negra após a Group Areas Act de 1950. O Levante de Soweto reuniu centenas de estudantes sul africanos em um protesto contra a violenta política segregacionista do National Party. Soweto era considerado um bairro “símbolo” do êxito da política do Apartheid do NP. Durante o protesto, que durou vários dias, a polícia branca do NP agrediu e usou de extrema violência contra os estudantes, sendo responsável pela morte de muitos que ali estavam, como foi o caso da criança negra Hector Pieterse, assassinado pela violência policial.

Figura 6: Corpo de Hector Pieterse, carregado nos braços, morto pela polícia do NP no Levante de Soweto (1976).



Fonte: <https://www.geledes.org.br/levante-de-soweto-no-dia-16-de-junho-de-1976-dez-mil-estudantes-tomam-as-ruas/>

Mapa 2: Soweto.

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/09/Joburg.iss.400pix.jpg>

Durante uma parte de sua vida, quando a África do Sul estava imersa no regime político do Apartheid, Nelson Mandela morou em Soweto com Winne Mandela, na época, sua companheira. Com o fim do Apartheid e as políticas públicas de cultura, a casa de Mandela e Winne foi transformada em museu da resistência contra a segregação.

Figura 7: Museu – Mandela's House (2017)

Fonte: Aldina da Silva Melo (arquivo pessoal).

As leis aprovadas antes e depois da oficialização do apartheid impactaram diretamente o cotidiano dos sul-africanos. E vale ressaltar que esse sistema político foi um regime de muitas oscilações. Assim, a fim de problematizar mais detidamente tais oscilações no cotidiano dos sujeitos sul-africanos, bem como compreender as consequências e o modo

como leis segregacionistas impactaram a vida cotidiana dos sujeitos naquele país é que convido a uma pausa nos debates mais gerais desta tese e apresento a experiência de vida de Sandra Laing, uma menina *africâner* que sentiu na pele a violência do que foi o Apartheid.

4.1.1 As tramas da segregação racial sul-africana a partir da trajetória de Sandra Laing

Filha de pais brancos (Abraham Laing e Sannie Laing), Sandra nasceu em 1955 na cidade de Piet Retief, num período em que a cor era um fator determinante em terras sul africanas. Sandra era uma menina *africâner* que teve sua classificação racial alterada diversas vezes, o que trouxe sérias consequências à sua vida.

Figura 8: Sandra Laing, ainda criança, com seus pais, Abraham Laing e Sannie Laing.



Fonte: <https://www.mdig.com.br/index.php?itemid=8141>

O dia 10 de março de 1966 marcou definitivamente a vida da pequena Sandra. A partir desse ano ela começou a sentir na pele toda a repressão da política do regime que predominava em seu país. Aos dez anos de idade Sandra tem sua cor contestada pela primeira vez pela direção da escola para brancos em que estudava, sendo expulsa e escoltada da escola à casa de seus pais por dois policiais.

Sandra [...] se recorda com uma clareza penosa, que em seu primeiro ano na escola, um grupo de meninas começou a implicar com ela o tempo todo [...] mas não se lembra do que diziam. Chamavam-na de *negrinha* e *Kroeskop*, *Cabelo Ruim*, – que você está fazendo nessa escola? [...]. As crianças recusaram-se a usar a água da fonte depois que ela bebeu lá, recorda Isabeau [colega de Sandra] (STONE, 2008, p. 54).

Sandra Laing era filha de pais brancos e por isso foi classificada como uma criança branca ao nascer, obtendo o direito de estudar em escolas destinadas aos estudantes brancos. Mas, na medida em que o tempo foi passando, contestações sobre a “verdadeira cor” de Sandra foram surgindo. E o Censo de 1951 veio a corroborar com a Lei de Registro da População, dando ao Ministro do Interior plenos poderes para distinguir as raças, classificando e reclassificando as pessoas à medida que sua classificação racial fosse posta em dúvida. Tal lei marcou profundamente a vida de Sandra. Aos dez anos de idade Sandra passa a ser reclassificada como mestiça. Ao receber a classificação de mestiça, ela só poderia viver com sua família se fosse tratada como empregada da casa. Todavia, foram muitas as idas e vindas do pai de Sandra ao supremo tribunal na tentativa de reclassificar Sandra de mestiça para branca.

Nesse ínterim, Sandra sentia-se rejeitada até mesmo pela própria família e, em 1971, como tentativa de escapar de todo aquele sistema de repressão que afetava até mesmo sua família foi embora de casa com Petrus, um rapaz negro por quem se apaixonara. Sandra conheceu Petrus na época em que ele comprava mercadorias em um dos armazéns do pai de Sandra para revender nos bantustões – “[...] uma reserva migrante de força de trabalho separada da família, que podia ser enviada para distritos remotos ou áreas rurais áridas separadas como ‘torrões natais de tribos’ ou ‘reservas indígenas’” (STONE, 2008, p. 43).

Sandra se casou com Petrus e teve três filhos. Após algum tempo Petrus começou a sentir um ciúme incontrolável de Sandra. Ciúmes que o fazia cotidianamente agredir Sandra na frente de seus filhos. Segundo a própria Sandra, no começo das agressões físicas ele dava-lhe “apenas tapas”, mas na medida em que o tempo foi passando as agressões ficaram mais frequentes e Petrus começou a agredi-la com um sjambook (chibata feita de tiras de couro ou pele de rinoceronte) sempre que consumia bebidas alcoólicas. De acordo com Sandra, o que Petrus usava para agredi-la era “[...] feito de pele de dura, borracha negra de pneu. Ele me batia até minha pele ficar vermelha e roxa, nas costas, nos ombros e na cabeça” (STONE, 2008, p. 189).

Sandra confessou a Stone durante uma entrevista que

suas costas sempre estavam cheias de cortes profundos de sjambook; o [seu] sangue escorria aos borbotões da [sua] cabeça. [Ela] [...] lavava [sua] cabeça numa grande bacia de metal cheia de água. Henry [filho de Sandra e Petrus] ficava com muita raiva de Petrus, porque via quando me batia. Acontecia muitas vezes. Ele nunca batia nas crianças, só em mim (STONE, 2008, p. 189-190).

Ora, ao rememorar o passado, Sandra teve narrativas sobre o que representou o próprio Apartheid na África do Sul, narrativas que vão dando vida a este episódio da história. Para Carlos Oiti Berbet Júnior “a narrativa torna-se fundamental na medida em que fornece referências de orientação ao agente humano, o qual, inserido no tempo, adquire uma consciência histórica [...]” (BERBERT JÚNIOR, 2007, p. 35).

De início, quando questionada sobre suas experiências, “a resposta que Sandra dava mais frequentemente a perguntas sobre seu passado era ‘Não lembro’. Claro que ‘Não lembro’ também pode significar ‘Não quero me lembrar’, ou ‘Lembro, mas não vou lhe contar’, ou ‘Lembro, e talvez lhe conte depois, se confiar em você’” (STONE, 2008, p. 30).

Segundo Pollak (1989) e Jelin (1998) o silêncio pode ter razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta. Essa escuta, da qual falam Pollak (1989) e Jelin (1998), não é uma escuta qualquer; trata-se de uma escuta que desperta confiabilidade e conforto. E nesse sentido, a memória individual deve ser vista como seletiva, já que no relato se fala daquilo que se quer lembrar ou reportar e, muitas vezes, um “não lembro” implica menos esquecimento do que silêncio.

Ao falar sobre sua experiência Sandra Laing algumas vezes hesita ao se recordar ou se reportar a tudo o que viveu durante o Apartheid, talvez pelo fato de suas lembranças lhe causarem dor, sofrimento e angústia. Grossman (1998) já afirmava que “[...] documentar as experiências diárias [...] de [sujeitos] comuns é documentar uma crônica de lágrimas. Mas essas lágrimas não podem ser simplesmente interpretadas como reflexos de dor e [...] [os sujeitos] simplesmente como vítimas, elas são bem mais complexas, uma vez que as atrizes e os atores são sujeitos envolvidos na resistência e no desafio de fazer a história” (GROSSMAN, 1998).

O Apartheid chegou ao “fim” em 1994 quando Nelson Mandela, um líder importante do movimento antiapartheid passou a ocupar a presidência da África do Sul. Mas, mesmo com o fim de tal regime, revelar a raça de alguém na África do Sul de hoje dá uma ideia, mesmo que não explique tudo, da maneira pela qual esse alguém levava a vida durante o Apartheid.

Os conflitos e discursos analisados a partir da vida de Sandra Laing permitem uma pequena, mas significativa, visão das oscilações do que foi o Apartheid sul africano. Por meio da história de vida de Sandra Laing é possível ainda sugerir que as leis de cunho segregacionista sancionadas ocasionaram vários conflitos e turbulências na vida daqueles que viveram durante o Apartheid. Essas leis visavam não só a segregação espacial na África do

Sul, mas impor e legitimar um tipo específico de ideologia, que perpassava tanto a organização social quanto a política. Elas tentaram fixar um projeto de construção de uma identidade nacional que privilegiaria e exaltaria, larga e exclusivamente, a história da população branca descendente dos britânicos e inferiorizava, na mesma intensidade as dos negros.

Inegavelmente o Apartheid impactou a vida da população negra na África do Sul em todos os níveis, como foi o caso de Sandra Laing. O Apartheid constituiu uma engenharia de segregação não apenas territorial, mas também social, educacional, religiosa e cultural. De fato, o projeto de governo do NP afetou diversos campos da sociedade sul africana. Tal projeto chegou ao fim com as novas eleições presidenciais em abril de 1994, quando Nelson Mandela, integrante do partido político *African National Congress* (ANC)⁶⁵, é eleito o primeiro presidente negro da África do Sul.

Com a eleição de Mandela à presidente, outro projeto de nação é prospectado para aquele país. A África do Sul defendida por Nelson Mandela é a de nação de todos os povos, nação não segregada, nação de todas as cores, a *Nainbow Nation*. Dentre os campos acionados para construir a nação arco-íris, o ANC de Mandela o da cultura foi um deles por meio das políticas culturais. A intenção do ANC de Mandela era, então, combater a herança da segregação, e reconstruir a África do Sul, sendo a cultura um campo fortemente acionado⁶⁶.

4.2 *WHITE PAPER* PARA UMA NAÇÃO ARCO-ÍRIS: Política Cultura do ANC nos governos de Mandela e Zuma

“Desenvolver, preservar, proteger e promover artes, cultura e patrimônio⁶⁷” é descrito como missão do Department of Sport, Arts e Culture na África do Sul pós-Apartheid. Com a primeira eleição democrática na África do Sul, em abril de 1994, que levou ao cargo de presidente Nelson Mandela, o campo da cultura passa a ser usado pelo seu governo para o combate à herança do Apartheid e reconstrução daquela nação a partir de ideais de liberdade e democracia. O partido ao qual fazia parte Nelson Mandela quando de sua chegada à presidência era o *African National Congress* (ANC).

⁶⁵ Por se tratar de nome de partido político, optei em deixar no idioma original.

⁶⁶ Vale pontuar que além do campo da cultura, outros campos foram acionados pelo ANC de Mandela para combater a herança do Apartheid, a exemplo dos campos da educação.

⁶⁷ Develop, preserve, protect and promote arts, culture and heritage.

Fundado em 1912, o *African National Congress* (ANC), foi um importante movimento e partido político de luta contra o apartheid.

O ANC é um movimento de libertação nacional. Foi formado em 1912 para unir o povo africano e liderar a luta por mudanças políticas, sociais e econômicas. Durante dez décadas (a contar de sua fundação), o ANC liderou a luta contra o racismo e a opressão, organizando a resistência de massas, mobilizando a comunidade internacional e assumindo a luta armada contra o apartheid (tradução nossa). (ANC, 2022)⁶⁸

O ANC ficou conhecido nacional e internacionalmente como movimento de libertação da África do Sul na luta contra a segregação racial. Tem como bandeira de luta social a construção de uma sociedade unida, não racista, não sexista e democrática.

Figura 9: Símbolo do ANC.



Fonte: <https://www.anc1912.org.za/our-history/>

A lança e o escudo presentes no símbolo do ANC são de origem *Zulu* e representam as primeiras guerras de resistência à invasão imperialista europeia, bem como a luta contra os privilégios brancos e a opressão racial. A lança e o escudo representam a resistência à exploração e a violência contra a população negra. O círculo em preto e branco simboliza a campanha para o Congresso do Povo que adotou a Carta da Liberdade, marcando

⁶⁸ The ANC is a national liberation movement. It was formed in 1912 to unite the African people and spearhead the struggle for fundamental political, social and economic change. For ten decades the ANC has led the struggle against racism and oppression, organising mass resistance, mobilising the international community and taking up the armed struggle against apartheid

a união na luta por uma África do Sul livre da segregação. E a mão segurando a lança representa o poder do povo unido contra na luta pela liberdade e igualdade.

O ANC traz, ainda, como símbolo uma bandeira com listas horizontais em preto, verde e dourado.

O preto simboliza o povo da África do Sul que, por gerações, lutou pela liberdade. O verde representa a terra, que sustentou nosso povo por séculos e de onde foram retirados pelos governos coloniais e do apartheid. O ouro representa o mineral e outras riquezas naturais da África do Sul, que pertencem a todo o seu povo, mas que tem sido usado para beneficiar apenas uma pequena minoria racial branca (tradução nossa). (ANC, 2022)⁶⁹

O ANC foi fundado em 8 de janeiro de 1912, dois anos após a formulação e implementação da Lei de Terras. Lideranças de vários grupos étnicos, representantes de organizações sociais se reuniram na cidade de Bloemfontein para discutir a situação da desigualdade e negação de direitos sociais básicos da população negra na África do Sul. Quando desse encontro, o objetivo do ANC era, então, unir o povo sul-africano em prol da luta pela defesa dos direitos sociais e da liberdade para todos.

Quando das primeira eleição democrática na África do Sul, em 1994, o African National Congress (ANC) deu início a uma série de publicações de manifestos destacando seus princípios democráticos básicos, dentre os quais é possível citar a igualdade de direitos para todos, sem distinção de raça, o direito ao voto universal, um judiciário independente sem interferência política governamental ou partidária, dentre outros. Na eleição de 1994, Nelson Mandela chega à presidência da África do Sul e fica à frente da transição de um governo segregacionista para um que irá defender a união de todos os povos. Vários segmentos da sociedade sul-africana são acionados nesse processo, a exemplo do campo da cultura, especificamente das políticas públicas culturais a fim de reconstruir aquele país a partir de prismas outros que não os do apartheid.

Para Barros e Rodrigues (2018, p. 143),

No período democrático sul africano – após 1994, houve uma série de ações do Estado visando elaborar projetos e propostas para uma nova abordagem no campo da cultura, que passaria agora a contemplar suas diversas formas, inserindo-as em uma política nacional de cultura (NAWA, 2012), tornando-a um símbolo da nova nação sul-africana (SOUTH AFRICA, 1994;1996a). Os documentos legais passaram a atribuir um novo significado para o campo cultural, inserindo-o nesse momento na agenda governamental.

⁶⁹ The black symbolises the people of South Africa who, for generations, have fought for freedom. The green represents the land, which sustained our people for centuries and from which they were removed by colonial and apartheid governments. The gold represents the mineral and other natural wealth of South Africa, which belongs to all its people, but which has been used to benefit only a small racial minority.

No rol desses documentos de cultura, ou de sistematização de políticas culturais, é possível citar o *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, aprovado em 1996 na gestão do governo do ANC, passando por quatro revisões e publicações nos anos seguintes. Este documento, que é tomado como espelho da Política Nacional de Cultura na África do Sul, orienta que a diversidade cultural seja inscrita como forte característica da África do Sul e atrelada à ideia de desenvolvimento socioeconômico do país (BARROS; RODRIGUES, 2018).

4.2.1 Documentos políticos: *White paper on Arts, Culture and Heritage* nos governos de Mandiba e Zuma

Nelson Rolihlahla Dalibhunga Mandela nasceu em Mvezo, na África do Sul, em 18 de julho de 1918. Em 1939 ingressou no curso de bacharelado em Direito pela Universidade de Fort Hare, primeira universidade da África do Sul a aceitar estudantes negros no Ensino Superior. Mandela foi expulso de tal universidade por conta da militância junto ao movimento estudantil contra a segregação racial que se instaurava no país. Após a expulsão, mudou-se para a cidade de Johannesburg, onde gradou-se em Arte pela Universidade da África do Sul.

Mandela funda em 1944 a Liga Jovem do *African National Congress* (ANC). Alguns anos depois é oficializado o regime político Apartheid na África do Sul, após as eleições que levaram ao poder em 1948 o *National Party*.

Figura 10: Nelson Mandela em 1944.



Fonte: Biografia de Nelson Mandela – e Biografia

Mandela foi preso e libertado várias vezes antes de enfrentar a prisão perpétua. Em 1956 é preso pela primeira vez pela polícia do *Apartheid*, mas consegue ser libertado da prisão. Em 1962 novamente foi preso sob acusação de liderar protestos e viajar ilegalmente para o exterior. Em 1964 sofre mais uma condenação sob a acusação de traição da nação e tentativa de sabotagem. Esta última condenação o levou à prisão perpétua, ficando 27 anos na prisão da Ilha de Robben, junto com Oliver Tambo e outros militantes. Em 1990, após pressão nacional e internacional pelo fim do *Apartheid*, Mandela é solto da prisão, e nas primeiras eleições multirraciais de 1994 eleito primeiro presidente negro da África do Sul. Ele assume a presidência do país de 1994 a 1999, sendo sucedido por Thabo Mvuyelwa Mbeki (1999-2008), Kgalema Petrus Motlanthe (2008-2009) e Jacob Gedleyihlekisa Zuma (2009-2018).

Figura 11: Mandela votando nas eleições de 1994.

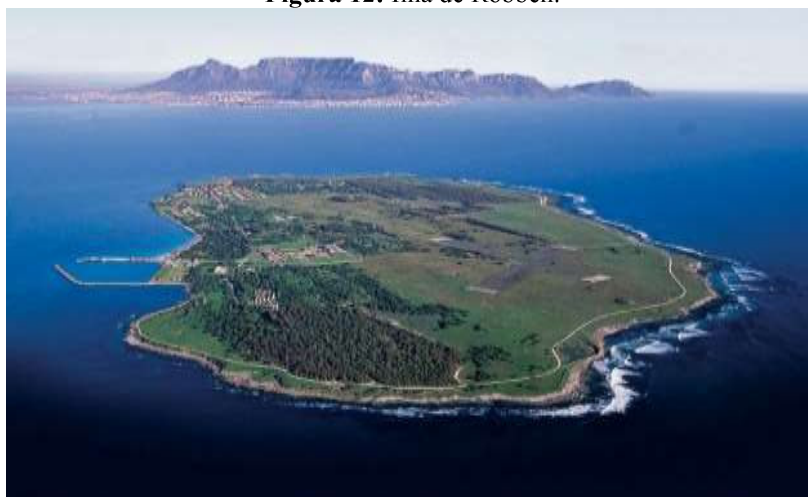


Fonte: https://www.ebiografia.com/quem_foi_nelson_mandela_momentos_marcantes_biografia/

Já Jacob Gedleyihlekisa Zuma, vice-presidente quando do governo de Thabo Mvuyelwa Mbeki e presidente eleito em 2008 da África do Sul, nasceu em Nkandla, província de KwaZulu-Natal em 12 de abril de 1942. Ingressa na vida política e filia-se no ANC em 1958. Quatro anos depois se torna membro do Umkhonto we Sizwe⁷⁰. Em 1963, já sob regime instituído do *Apartheid*, é preso com a acusação de tentar derrubar o governo do National Party, cumprindo 10 anos de prisão na Ilha de Robben onde Mandela seria aprisionado um ano depois.

⁷⁰ Lança da Nação em IsiZulu.

Figura 12: Ilha de Robben.



Fonte: <https://www.colegioweb.com.br/trabalhos-escolares/geografia/ilha-robben.html>

Após ser liberto da prisão, Zuma torna-se um importante nome no movimento de mobilização de resistência ao Apartheid e em prol da libertação de Nelson Mandela. Devido sua militância, Zuma é exilado do seu país por 15 anos. E em 1990, já com as políticas do Apartheid enfraquecidas, Zuma retorna à África do Sul após o então presidente Frederik de Klerk retirar as acusações contra o ANC e seus integrantes.

Em 1994 a África do Sul vive um novo capítulo da sua história: Mandela é eleito presidente do país, ao passo que Zuma é eleito presidente nacional do ANC.

Figura 13: Mandela e Zuma em 1991 na *Convention for a Democratic South Africa (CODESA)*.



Fonte: https://www.huffingtonpost.co.uk/entry/mandela-and-zuma-a-tale-of-two-presidents_uk_5c7e971fe4b048b41e3a061d

Logo após a chegada à presidência, Mandela cria o primeiro departamento de Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia da África do Sul pós-Apartheid. Inspirados em

princípios de justiça social, democracia, combate ao racismo e ao sexismo tal departamento começa a formular o *White Paper*. Esse processo levou a África do Sul a mergulhar, gradativamente, em uma espécie de renascimento não só cultural, mas enquanto nação. Tal movimento não foi linear, sendo marcado por oscilações e tensões.

O *White Paper* foi elaborado de modo coletivo, a partir de diversas fontes e sujeitos dos segmentos da sociedade sul-africana. Quando Mandela chega à presidência do país, foram formados vários grupos de trabalhos no âmbito dos vários departamentos criados e reestruturados com o objetivo de fazer um levantamento da situação a qual se encontrava a África do Sul. Um desses grupos de trabalho foi o de Arte e Cultura (ACTAG), grupo que incluía praticantes de cultura, educadores e administradores, e elaborou um denso relatório sobre este campo no país. Tal relatório foi usado como fonte para a construção do *White Paper*. Quando de sua elaboração, o então ministro Dr. BS Ngubane (1996, p. 38), afirmou que “o objetivo deste documento é promover as artes, a cultura, o patrimônio e a literatura como áreas significativas e valiosas de empreendimento social e humano, como fortes elementos para o desenvolvimento do país” (tradução nossa)⁷¹. Já vice-ministro de Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia, Ms. B. Mabanda (1996, p. 38-39), os

sul-africanos esperaram muitos anos por uma política nacional democrática de arte e cultura pós-colonial. Este projeto do *White Paper* representa uma incipiente política cultural democrática que é poderosa e cumpre este papel. O âmbito das políticas de artes e cultura será sempre altamente enfatizado e valorizado porque as artes, a cultura e o patrimônio estão preocupados com o aspecto mais central da humanidade: a formação da identidade. Não obstante essas divergências, gostaria de pedir a todos aqueles que se preocupam com as artes que se unam em torno deste documento e ajudem na realização de seus objetivos. Portanto, exorto-vos a apoiar os princípios que fundamentam o projeto do *White Paper* (tradução nossa).⁷²

White Paper foi elaborado no novo cenário que emergia na África do Sul: a nação arco-íris, como afirmará o ex-presidente Nelson Mandela em 10 de maio de 1994 durante seu discurso de posse da presidência: “... uma nação arco-íris em paz consigo mesma e com o mundo⁷³.” O *White Paper* estabeleceu os princípios gerais norteadores para a política cultural

⁷¹ the aim of this document is to promote the arts, culture, heritage and literature in their ownright, as significant and valuable areas of social and human endeavour in themselves.

⁷² South Africans have waited many years for a democratic, post-colonial national arts andculture policy. This draft White Paper represents a fledgling democratic cultural policy which is bothpowerful in the potential which it contains, and vulnerable in its newness. The ambit of arts and culture policy will always be highly charged and emotional because thearts, culture and heritage are concerned with the most central aspect of humanity, theformation of identity. Notwithstanding these divergences, I would like to ask all thoseconcerned about the arts to unite behind this document and to assist in the realisation of itsgoals. I therefore urge you to support the principles informing the draft White Paper.

⁷³ a rainbow nation at peace with itself and the world.

na África do Sul baseado na ideia de uma nação de todos e para todos. Pretendeu contribuir para a reinvenção da identidade sul-africana diferente daquela imposta pelo regime do apartheid. De um lado, o

White Paper estabeleceu a política do governo para estabelecer os arranjos de financiamento ideais e estruturas institucionais para a criação, promoção e proteção das artes, cultura, patrimônio da África do Sul. É inspirado nas melhores tradições das sociedades democráticas em todo o mundo, onde essas características são valorizadas em si mesmas e valorizadas por sua contribuição para a qualidade de vida (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1994, p. 40)⁷⁴

O *White Paper* foi feito a muitas mãos, coletivamente. O seu processo de tessitura reflete o momento histórico e político em que vivia a África do Sul, e a própria tentativa de construção de uma nova identidade para aquele país. Ele traz as primeiras formulações de políticas públicas de cultura na África do Sul democrática.

O advento da democracia na África do Sul proporcionou oportunidades únicas e empolgantes. Pela primeira vez na história do nosso país, todos os praticantes de artes e cultura terão o direito de participar na criação de políticas públicas que afetam diretamente suas vidas e meios de subsistência, bem como a qualidade de vida da comunidade em geral. O Conselho de Ministros da Cultura serve de ponto de contato entre o Ministério e os interesses provinciais, sendo por sua vez apoiado por uma Comissão Técnica composta por Diretores da Cultura. Suas opiniões são refletidas neste projeto do *White Paper* (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1994, p. 41)⁷⁵

As políticas culturais elaboradas sob orientação do *White Paper* tinham como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população sul-africana, a promoção da equidade social e o combate a qualquer tipo de discriminação racial. Nesse sentido, o governo passou apoiar e incentivar

as artes, a cultura e o patrimônio, valorizando a diversidade e fomentando a atividade econômica;
a diversidade linguística de país como um recurso para capacitar todos os sul-africanos a participar plenamente da vida social, política e econômica do país;

⁷⁴ White Paper sets out government policy for establishing the optimum funding arrangements and institutional frameworks for the creation, promotion and protection of South African arts, culture, heritage and the associated practitioners. It is inspired by the best traditions of democratic societies the world over, where these features are valued in themselves and are treasured for their contribution to the quality of life.

⁷⁵ The advent of democracy in South Africa has provided unique and exciting opportunities. For the first time in the history of our country, all arts and culture practitioners have the right to participate in creating public policy and structures which directly affect their lives and livelihood, and the quality of life of the community at large. The Council of Culture Ministers serves as the point of contact between the Ministry and provincial interests, and is in turn supported by a Technical Committee comprised of Directors of Culture. Their views are reflected in this draft White Paper. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1994, p. 41)

o desenvolvimento equitativo e a preservação de nossas experiências, heranças e símbolos (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1994, p. 40)⁷⁶

“Desenvolvimento”, “equidade” e “diversidade” são palavras que perpassam todo o *White Paper* e refletem o novo momento que vive a África do Sul com o fim do regime do *apartheid*. E as políticas públicas culturais deveriam ser elaboradas a partir deste tripé. Ora, a cultura tem evocado também a ideia de busca por desenvolvimento e igualdade social, o que tem levado a novas apropriações e interpretações dos processos culturais. Segundo Elder Alves (2010)

as muitas dimensões pelas quais o conceito de cultura penetrou o debate e a problemática do desenvolvimento durante a segunda metade do século XX se imbricaram inteiramente nos últimos anos. Essa interpenetração ensejou novos usos da categoria cultura e uma série de envolvimento políticos por parte de vastos segmentos da sociedade civil global e, por conseguinte, de alguns organismos transnacionais, como a Unesco (ALVES, 2010, p. 540).

De fato, o campo da cultura foi acionado pelo governo de Nelson Mandela para contribuir com o desenvolvimento e a nova projeção mundial da África do Sul, bem como o de equidade e diversidade. Importante ressaltar que as perspectivas de desenvolvimento, equidade e diversidade defendidas e propagadas no *White Paper* tinham como ponto em comum o combate ao racismo e a defesa de uma África do Sul para todos. Pretendendo, ainda, alcançar uma projeção nacional e internacional nesse segmento.

Outro fator que cabe destaque é a defesa pela equidade e diversidade até mesmo no campo linguístico. De modo que quando Mandela é eleito presidente da África do Sul adotam-se no país 11 idiomas como oficiais. Uma das finalidades com tal movimento foi o reconhecimento da diversidade linguística como um meio de possibilitar a todos os sul-africanos a participação política, econômica e social da vida no país. E a liberdade, reconhecimento e direito de se expressar na língua do seu grupo étnico seria fundamental. Esse movimento também foi importante na medida em que o direito de se expressar, de falar em sua língua de origem foi um exercício de resistência até mesmo contra os ditames do colonialismo que adotou até 1994 o inglês, língua dos colonizadores, como único idioma oficial na África do Sul. A negação da língua implica na tentativa de negação das formas de ser e existir de qualquer povo.

⁷⁶ the arts, culture and heritage, by valuing diversity and promoting economic activity; the linguistic diversity of our country as a resource in empowering all South Africans fully to participate in their country's social, political and economic life; the equitable development and preservation of our experiences, heritage and symbols. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1994, p. 40)

Ora, recordo que em 2017 quando estive naquele país, naquele período realizando pesquisa de mestrado e estudando inglês, em uma tarde de sábado visitei o *Museu Old Prision*, antiga prisão da época do Apartheid usada para aprisionar os sujeitos que se manifestavam contra aquele regime (como foi o caso de Mahatma Gandhi e sua companheira, Kasturba Gandhi). Enquanto esperava um táxi conversava com um homem zulu trabalhador do museu e lhe explicava empolgada sobre minha pesquisa que abrangia o povo zulu, povo do qual ele pertencia. Então fui questionada se eu falava Isizulu, idioma oficial do povo zulu. Falei, então, que eu havia me matriculado em um curso de Isizulu logo que cheguei à África do Sul, mas que eu ainda não tinha muito domínio sobre o idioma. O funcionário do *Old Prision* então sorriu, como que satisfeito com minha resposta, e falou que era importante estudar a língua Isizulu uma vez que eu realizava pesquisa sobre esse povo. Argumentou, ainda, que era importante estudar e ter domínio não apenas do inglês pois esta era a língua daqueles que os colonizou. Naquele instante, e nas horas e dias que se sucederam a tal conversa, fiquei refletindo como a língua é importante na compreensão de qualquer cultura e no estabelecimento e fortalecimento das democracias.

Para compreender a dinâmica cultural e formas de existir de um povo é fundamental se expressar, minimamente, no seu idioma, e não apenas o idioma de quem os colonizou, afinal, o idioma leva a um lugar da fala que implica em disputas de poder. Em formas de ser e existir. A língua, falada ou escrita, foi, historicamente, de um lado, usada no processo de colonização para desumanizar e legitimar a violência contra os colonizados; por outro lado, um mecanismo fortemente presente na cultura de resistência dos subalternos aos ditames dos colonizadores.

Destaco que nesse debate compartilho da perspectiva de Barros (2018) quando o africanista sugere que cultura seja pensada como espaço para se notar como grupos “subalternos” pensam e se situam no mundo. Nesse sentido, é possível sugerir que o *White Paper* se tornou um documento fundamental para problematizar a (re)invenção da nação sul-africana quando do estabelecimento da democracia no país. Cabe, ainda, destacar que para Spivak (2010) a categoria “subalterno” pode ser entendida como os sujeitos pertencentes “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. (SPIVAK, 2010, p.12)

Figura 14: Museu Old Prison.



Fonte: Aldina da Silva Melo (Arquivo pessoal, 2017).

Com o fim do Apartheid, o *Old Prison* foi transformado em um dos museus das memórias de violência cometidas pelo Partido Nacional durante tal regime político. Isso foi possível a partir das políticas culturais orientadas pelo *White Paper*. De fato, ocorreu um movimento na África do Sul pós-Apartheid que eu denominaria de “política de reavivamento da memória”. Esse movimento teve forte influência do *White Paper* por meio de financiamentos, ainda no governo de Mandela, construindo e reforçando a ideia de desenvolvimento igualitário associado à preservação das experiências, patrimônios e símbolos dos vários grupos culturais sul-africanos. Efetivamente, no governo de Mandela, ocorreu visível e maciçamente uma política de preservação da memória do Apartheid justificada na ideia de que certas memórias precisavam ser (re)lembradas para que episódios históricos de violência e opressão social não se instalassem novamente no presente e futuro.

O *White Paper* não foi construído apenas localmente. Seus elaboradores buscaram referências de políticas públicas culturais em outras nações que vinham de experiências democráticas. Este trabalho foi realizado pelo Grupo de Arte e Cultura (ACTAG)⁷⁷. Este grupo de trabalho foi criado em 1994 e era composto por artistas, professores de artes e gestores de cultura, responsáveis por realizar “consultas em nações democráticas sobre políticas culturais para uma nova dispensação de artes e cultura consistente com ideais não

⁷⁷ Arts and Culture Task Group.

racistas, não sexistas e democráticos (tradução nossa).” (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 41)⁷⁸

O grupo de Arte e Cultura realizou entre 1994 e início de 1995 vários debates e levantamento de bibliografias sobre o campo da cultura. Realizou conferências regionais e nacional, audiências públicas com auxílio de especialistas ligados à organizações internacionais como a UNESCO, além do diálogo com especialistas do campo das políticas culturais não racistas e não sexistas de países como Estado Unidos, Alemanha, Holanda e Suécia.

Contudo, cabe um recuo na história para melhor compreender a conexão que vai ser estabelecida em 1994 com organizações internacionais no tocante à cultura. Aqui o ano de 1959 é considerado um marco internacional legal no campo das políticas culturais. Neste ano é criado o Ministério de Assuntos Culturais da França que passa a promover ações que são tomadas como referências em diferentes países (CALABRE, 2007), a exemplo da África do Sul pós-Apartheid. Nesse processo de criação dessas representações internacionais e nacional, cultura é pensada e inscrita como fator de desenvolvimento (CALABRE, 2007).

Após todo esse movimento, em julho de 1995 o ACTAG apresenta por escrito ao, ainda na época, ministério de Arts, Culture, Science e Technology o primeiro relatório com propostas de políticas públicas de cultura que poderiam contribuir na luta contra o racismo e o sexismo, em prol do desenvolvimento com equidade social e respeito à diversidade presente na África do Sul.

Não racista, não sexista e democrática são expressões presentes em todo o texto do White Paper. A África do Sul durante o governo de Nelson Mandela (1994-1999) estava, ainda, muito fortemente marcada pela política segregacionista do National Party – NP. E a cultura foi um campo acionado para o combate a toda essa herança do apartheid. O White Paper reflete essa tentativa de acionamento do campo cultural como uma das linhas de frente no rol das lutas por políticas públicas de cultura contra os preconceitos, sejam eles de cunho racista, sexista e, até mesmo, classista. O novo retrato da África do Sul deveria refletir uma nação multirracial, multirreligiosa e multiétnica, sendo importante destacar que

sua formação social é composta em sua maioria de negros. Mas ela contém igualmente minorias muito fortes judaicas, europeias, chinesas, indo-paquistanesas, árabes, afro-americanas, além de várias comunidades de diásporas do resto do continente. Esse é o caso das diásporas da África francófona nas grandes metrópoles de Joanesburgo e da Cidade do Cabo. (MBEMBE, 1957, p. 242)

⁷⁸ as widely as possible in formulating recommendations for a new arts and culture dispensation consistent with non-racist, non-sexist and democratic ideals.

O *White Paper* foi construído num intervalo de tempo de dois anos, sendo publicado pela primeira vez em junho de 1996. Nesse processo, além do relatório do ACTAG, o departamento

conduziu investigações adicionais, incluindo custeio baseado em atividades, para determinar a viabilidade das várias opções políticas que propôs. Este rascunho do *White Paper*, então, é uma combinação das propostas do ACTAG, as investigações do Departamento, as contribuições dos redatores deste rascunho e seu Grupo de Trabalho, e os próprios pontos de vista do Ministério com base em sua compreensão do funcionamento, possibilidades e restrições enfrentadas pelo Governo (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 41)⁷⁹

Na África do Sul a relação entre o Estado democrático com o campo da cultura encontra como marco inicial o ano de 1994. Embora durante o governo do National Part ser acionado o campo da cultura aquele momento não poder ser tomado como marco para pensar a relação entre Estado democrático e cultura posto que o país não vivia sob um governo democrático, mas segregacionista e autoritário. No campo das políticas culturais, é a partir de 1994 que se começa a pensar políticas públicas voltadas para o campo da cultura e o *White Paper* foi importante e decisivo nesse processo, na medida em que serviu como guia de elaboração e orientação do processo de formulação de políticas públicas culturais.

É importante lembrar que a política cultural

como uma ação global e organizada é algo que surge no período pós-guerra, por volta da década de 1950. Até então, o que se verificava eram relações, de tensão ou não, entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados. A institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais. (CALABRE, 2017, p. 1)

E no caso da África do Sul, a política cultural, como ação do estado e, mesmo como objeto de pesquisa científica, emerge após o fim do Apartheid e instauração da democracia. Vale ressaltar, que a apreensão da Política Cultural como campo do conhecimento é recente na África do Sul, podendo ser apontado como marco temporal desse debate as primeiras décadas do pós-Apartheid. Efetivamente, a política cultural está fortemente atrelada aos princípios e em defesa da democracia. Uma democracia associada à ideia de desenvolvimento com justiça social, respeito à diversidade religiosa, bem como à de raça, gênero e etnia. E isso reflete fortemente no *White Paper*.

⁷⁹ conducted further investigations, including activity-based costing, to determine the viability of the various policy options it proposed. This draft White Paper then, is a combination of ACTAG's proposals, the Department's investigations, input from the writers of this draft White Paper and its Reference Group, and the Ministry's own views based on its understanding of the workings, possibilities and constraints facing the Government.

Do ponto de vista estrutural, o *White Paper* possui setenta e duas (72) páginas e está organizado em sete (7) partes, a saber: 1. Avanços; 2. Nosso legado; 3. Novas políticas e quadros institucionais; 4. Artes e cultura; 5. Patrimônio; 6. Cooperação cultural internacional; 7. Nosso futuro⁸⁰. Cada parte corresponde a um capítulo. Quando de sua elaboração teve como ministro o Sr. Ngubane e como vice-ministro o Sr. Mabandla.

O capítulo 1 é destinado a apresentação dos objetivos do *White Paper*, destacando ser este documento inspirado nas políticas culturais de sociedades democráticas no mundo. Aqui já é possível observar a dimensão global do *White Paper* e o intuito de que, por meio das políticas culturais, haja a promoção da melhoria de vida dos sulafricanos e a reconstrução do país. Vale ressaltar que no capítulo 1 é destacado a importância do financiamento da cultura.

Ora, na promoção da qualidade de vida a cultura é fundamental e precisa considerar a dimensão econômica (embora este não seja foco desta pesquisa). A intenção era, de um lado, melhorar a qualidade de vida dos sulafricanos pela via da cultura, de outro lado, fazer a economia do país crescer. Para tal, o *White Paper* destina o capítulo 1 para explicitar a necessidade de investimentos financeiro no setor da cultura e problematizar a artes e a cultura como indústrias com potencial de movimentar a economia com a geração de empregos. Ora, por meio das políticas culturais o ANC almejava reconstruir a África do Sul, promover o desenvolvimento econômico e social levando o país a um crescimento e projeção internacional.

O capítulo 1 do *Whiter Paper* traz, ainda, algumas definições sobre o que compreende como arte, cultura e patrimônio, pilares defendidos na e para a nova África do Sul pós-Apartheid. Arte é definida como as diversas formas de expressão individual e/ou coletiva, referindo-se a todas as

formas e tradições de dança, drama, música, teatro musical, artes visuais, artesanato, design, literatura escrita e oral, todas as quais servem como meios para a criatividade e expressão individual e coletiva por meio de performance, execução, apresentação, exibição, transmissão e estudo (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 42)⁸¹

A noção de Arte não restringe este campo às materialidades das obras de artes. A Arte é aqui definida desde uma perspectiva mais ampla, é apreendida “como o conjunto de

⁸⁰ 1. Forewards; 2. All our legacies; 3. New policies and institutional frameworks; 4. Arts and culture; 5. Heritage; 6. International cultural co-operation; 7. All our futures.

⁸¹ forms and traditions of dance, drama, music, music theatre, visual arts, crafts, design, written and oral literature all of which serve as means for individual and collective creativity and expression through performance, execution, presentation, exhibition, transmission and study. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 42)⁸¹

atos criadores ou inovadores presentes em qualquer cultura humana” (FERREIRA, 2014, p. 22) capazes de expressar modos de ver e ser de uma sociedade. No campo da arte etnográfica, Prince (1989, p. 92 *apud* GELL, 2009, p. 245) soma nesta reflexão na medida em que lembra que “cada cultura tem uma estética específica”, devendo campos como o da antropologia da arte “definir as características da estética inerente de cada cultura, de modo que as contribuições estéticas de artistas não-ocidentais específicos possam ser avaliadas corretamente, isto é, em relação a suas intenções estéticas culturalmente específicas.”

Já cultura é pensada desde o campo dos rituais, das materialidades e da intelectualidade. É vista como uma totalidade social em movimento.

Cultura refere-se à totalidade dinâmica de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintas que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Inclui as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições, o património e as crenças desenvolvidas ao longo do tempo e sujeitas a alterações (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 42)⁸²

A perspectiva de cultura que perpassa o White Paper muito lembra a noção de cultura defendida por Edward P. Thompson. Para o historiador, o mundo da cultura é interpretado como parte integrado do “modo de produção”, e não como mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade (THOMPSON, 1998). Nesse sentido, Thompson propõe uma “história vista de baixo” para se compreender sob outros ângulos a história que se monumentalizou como oficial. Tal proposta não difere da apresentada na noção de cultura do White Paper, que defende a reconstrução da África do Sul a partir da ótica da justiça social, do respeito à diversidade étnica do país e reescrita da história nacional a partir das vozes daqueles que foram silenciados pela violência do imperialismo e do Apartheid. Uma “história vista de baixo” é, pois, o que pretende também influenciar o White Paper. E esse movimento é problematizado como o exame da cultura e da sociedade não do ponto de vista do poder instituído, das instituições oficiais ou da literatura reconhecida, mas sim da perspectiva popular, marginal, incomum, não-oficial, das classes oprimidas (THOMPSON, 1998).

Patrimônio é o terceiro eixo de destaque no capítulo 1, e possui estreita relação com a Arte e a Cultura, sendo apreendido como a

⁸² Culture refers to the dynamic totality of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features which characterise a society or social group. It includes the arts and letters, but also modes of life, the fundamental rights of the human being, value systems, traditions, heritage and beliefs developed over time and subject to change. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 42)⁸²

soma total de vida selvagem e parques cênicos, locais de importância científica e histórica, monumentos nacionais, edifícios históricos, obras de arte, literatura e música, tradições orais e coleções de museus e sua documentação que fornece a base para uma cultura compartilhada e criatividade nas artes (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 42)⁸³

A noção de patrimônio apresentada é ampla e dinâmica. Não se resume ao campo dos monumentos. Considera o patrimônio cultural como não é somente material. Ora, as últimas décadas têm marcado uma ampliação nos debates sobre patrimônio em diversas partes do mundo, a exemplo da África do Sul. Para Eduardo de Oliveira (2010) essa ampliação tem se dado “na medida em que se concebe que objetos, espaços, conhecimentos e manifestações tornam-se ‘patrimônio imaterial’ porque tem valor referencial para a comunidade” (OLIVEIRA, 2010, p. 131). Para Maria Cecília Fonseca (2003) é preciso uma ampliação na noção de patrimônio cultural, é preciso pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado. Fonseca (2003) diz que é preciso ampliar a noção de patrimônio, e pensar patrimônio para além da pedra e do cal.

É importante sinalizar que patrimônio cultural corresponde a todos os bens – materiais ou imateriais – que são reconhecidos como parte da identidade cultural de um povo ou nação e, por isso, devem ser preservados ao longo do tempo e repassados às futuras gerações. Dessa perspectiva, “os objetos, os espaços agregados a conhecimentos, as manifestações com valor referencial para a comunidade são alguns dos elementos que podem ser reconhecidos como patrimônio imaterial” (OLIVEIRA, 2010, p. 146). Na cultura zulu, na África do Sul, são exemplos de patrimônio imaterial os nomes próprios, as canções, os mitos, as danças e os diversos rituais, como o festival da virgindade.

Ainda no tangente ao campo do patrimônio, o White Paper orienta sobre a patrimonialização da cultura sul-africana. Neste caso, cabe lembrar o debate proposto pelo africanista brasileiro Lívio Sansone (2012, p. 7) quando afirma que “a progressiva globalização dos processos de preservação e patrimonialização, assim como das categorias e critérios que os norteiam” são evidentes no mundo globalizado. Nesse sentido, Sansone (2012) argumenta que

a política de valorização do patrimônio na própria África e o renovado interesse por aspectos da cultura popular de origem africana no Novo Mundo têm criado uma nova economia e um mercado, com distintas contradições, mas também com outras

⁸³ sum total of wildlife and scenic parks, sites of scientific and historical importance, national monuments, historic buildings, works of art, literature and music, oral traditions and museum collections and their documentation which provides the basis for a shared culture and creativity in the arts.

possibilidades. O campo de estudo – e de luta – torna-se assim mais amplo. Não deve ser por acaso que na nova geração de estudos africanos realizados no Brasil haja uma ênfase sempre renovada, e com perspectivas inovadoras, na construção de categorias de raça e etnia e, mais recentemente, de patrimônio, de memória e diversidade cultural (SANSONE, 2012, p. 9).

Ora, a valorização do patrimônio em África influenciou diretamente a tessitura do White Paper no que se refere à percepção sobre patrimônio, e até mesmo da cultura e da arte. Esse movimento de valorização foi um dos elementos importantes para impulsionar o desenvolvimento e a economia da África do Sul pós-Apartheid. E, segundo Wilson Trajano Filho (2012), as pesquisas sobre

os processos de patrimonialização em África sugerem que as políticas estatais de monumentalização, que criam lugares de memória atuantes e ativos nos processos de construção nacional, têm sido reforçadas por agências internacionais como a UNESCO, que promovem tecnologias do patrimônio para a produção e a reificação de passados e futuros domesticados, sempre circunscritos à dimensão oficial da vida coletiva (TRAJANO FILHO, 2012, p. 16).

A reflexão apresentada por Trajano é importante posto que evidência como o White Paper influenciou as políticas públicas culturais formuladas e implementadas nos governos de Mandela e Zuma. Evidência, ainda, o caráter nacional, mas também internacional, das políticas de cultura tecidas tendo como guia o White Paper. Cabe ressaltar que Esses processos de patrimonialização de bens culturais são antecidos por um movimento de “[...] pré-patrimonialização despoletado frequentemente por atores não estatais: pelos atores sociais locais e pela intelectualidade nacional” (TRAJANO FILHO, 2012, p. 38). Esses atores sociais e intelectualidade nacional podem ser pensados enquanto sujeitos das políticas públicas, constituindo grupos de pressão importantes para a reivindicação das políticas de salvaguarda da cultura imaterial. Afinal, é importante lembrar que o reconhecimento como patrimônio também é atribuído, sobretudo, pelos sujeitos que vivenciam, de algum modo, determinada prática cultural.

A memória é um forte elemento acionado no *White Paper*. E Eduardo Oliveira (2010) chama a atenção para a importância da memória no estudo de patrimônio imaterial, ressaltando a urgência de uma educação patrimonial voltada para a ressignificação dos espaços e/ou “lugares de memórias” nas palavras de Pierre Nora (1981). Nora (1981) aponta a existência de “lugares de memória” como espaços de resistência, de definição e caracterização do grupo. Para o teórico, “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos” (NORA, 1981, p. 25). E na África do Sul, diversos são os espaços consagrados, no pós-Apartheid, à preservação das culturais locais de resistência ao apartheid,

como as galerias do Museu Msunduzi, localizado na cidade de Pietermatzburg, que trazem vários elementos da cultura Zulu e Xhosa (grupos étnicos dos ex-presidentes Nelson Mandela e Zacob Zuma, respectivamente), ou o Mandela's Capture Site.

Figura 15: *Nelson Mandela Capture Site – Apartheid Museum.*



Fonte: Aldina da Silva Melo (2016).

A discussão sobre memória que perpassa o *White Paper* coloca em xeque os novos debates postos pelas políticas culturais na África do Sul: a identidade, a diversidade cultural e as relações de significado. Nesse sentido, importante é lembrar que a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social (PACHECO, 2010, p. 145). “É por isso que os Estados Nacionais, os grupos étnicos e diferentes instituições passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva” (PACHECO, 2010, p. 145) como vem ocorrendo, atualmente, na África do Sul. Aqui é possível e relevante observar como determinados sujeitos, homens ou mulheres, atuam em instituições como museus, arquivos, organizações governamentais e não governamentais, e em diferentes espaços, dando sentido e forma a processos que resultam na exclusão e obliteração ou na afirmação e difusão de certas memórias e histórias que deveriam caracterizar a África do Sul na cena pública.

White Paper se configura como um plano que indica como as políticas culturais devem ser implementadas na África do Sul, ou mesmo formuladas e avaliadas. É um parâmetro nacional de cultura, guia que foi produzido e reatualizado desde a passagem do *Apartheid* para o governo democrático. É um plano nacional de cultura que inclui uma série de questões, não somente as políticas públicas de cultura, mas há nesse plano uma grande preocupação do Estado Sul Africano com a questão da memória. O plano nacional de cultura ou guia de referência de cultura não se conecta apenas ao ministério de arte e cultura como

também é possível ver isso, em alguns momentos, em documentos produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Turismo.

O capítulo dois (2) do *White Paper* intitulado “Nosso Legado⁸⁴” trata do legado cultural do país. Propõe um mergulho na história do país com a finalidade de compreender as tramas que se constituíram como bases daquela nação. A intenção do capítulo é trazer à tona a história da África do Sul a partir do viés da cultura para compreender a estrutura do país e, assim, levar os sul-africanos a entenderem melhor a si mesmos.

Este capítulo inicia com uma fala de Nelson Mandela proferida em fevereiro de 1996, durante seu discurso no parlamento: “Não podemos curar nem construir, se tal cura e construção forem percebidas como processos unidirecionais, com as vítimas de injustiças passadas perdendo e os beneficiários apenas contentes em gratidão. Juntos devemos começar a corrigir os erros do passado” (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 42)⁸⁵. A fala do ex-presidente Mandela é um convite ao povo sul-africano a olhar o passado, a história da sua nação e não repetir no presente e no futuro as experiências que desaguaram em acontecimentos permeado por violências e impulsionadores de desigualdades sociais. O discurso de Mandela reflete, ainda, os usos das políticas de memórias na África do Sul no combate às políticas do apartheid e ao colonialismo.

O processo de compreender a história do país por meio das políticas públicas culturais é defendido no capítulo dois do *White Paper* articulando, de um lado, cultura e educação, no sentido de que a educação faria parte da cultura, sendo a cultura transmitida pela educação; de outro lado, o capítulo lembra a importância dos sujeitos que aqui nomeio de “fazedores de cultura”. O uso da educação associada ao campo das políticas culturais não deixou de ser estratégico pois “anteriormente a educação era usada para negar o valor de outras culturas. Isso não deve acontecer novamente. É uma tragédia nacional termos que admitir a necessidade de um projeto de resgate da cultura do aprendizado (tradução nossa).” (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 43)⁸⁶. Já os fazedores de cultura podem ser representados como aqueles sujeitos que estão engajados e inseridos no seio das diversas práticas culturais, sendo eles: “compositores, escultores, cantores, coristas, dançarinos, artistas, fotógrafos, músicos, escritores e *designers* (tradução nossa)” (SOUTH AFRICA,

⁸⁴ All Our Legacies.

⁸⁵ We can neither heal nor build, if such healing and building are perceived as one-way processes, with the victims of past injustices forgiving and the beneficiaries merely content in gratitude. Together we must set out to correct the defects of the past.

⁸⁶ previously education was used to deny the value of other cultures. This must not happen again. It is a national tragedy that we have to admit of the need for a project to restore the culture of learning.

WHITE PAPER, 1996, p. 43)⁸⁷. O capítulo dois finaliza sinalizando o debate sobre a herança segregacionista, afirmando que “como todos os outros setores da nossa sociedade, as artes, a cultura e o patrimônio foram fundamentalmente afetados pelo nosso passado (tradução nossa).” (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 43)⁸⁸.

Intitulado de “Novas políticas e estruturas institucionais (tradução nossa)”⁸⁹ o capítulo terceiro do *White Paper* inicia com a defesa de que “a diversidade cultural do nosso povo é um grande patrimônio nacional” (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 46)⁹⁰. Tal defesa é justificada com o acionamento do artigo 27 da Declaração Universal do Direitos Humanos que diz que

‘todos devem ter o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade (e) de fruir as artes...’ É objetivo e papel do Ministério garantir este direito, o direito de todos livremente praticar atividades artísticas e culturais e gozarem da proteção e desenvolvimento de seu patrimônio. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 46)⁹¹

Além da influência deste departamento, em nível internacional, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em nível nacional, da Constituição da República da África do Sul de 1996, no capítulo três pontuou-se como principal função dos governos nacional e provincial

desenvolver políticas que assegurem a sobrevivência e o desenvolvimento de todas as formas e gêneros artísticos, diversidade cultural com respeito e tolerância mútuos, reconhecimento e valorização do patrimônio, educação artística e cultural, acesso universal a financiamento, políticas equitativas de desenvolvimento de recursos humanos, promoção da literatura e da cultura indústrias. Estes são os nossos ‘padrões mínimos’. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 47)⁹²

Para alcançar os objetivos estabelecidos pelo departamento no *White Paper* alguns princípios foram elaborados, a saber: Direitos Humanos, Liberdade de Expressão, Direito de Livre Circulação, Equidade e Reparação Social, Construção da Nação, Respeito à Diversidade e Multilinguismo, Liberdade para Participação Política, Responsabilidade Social,

⁸⁷ composers, sculptors, singers, choristers, dancers, artists, photographers, musicians, writers and designers.

⁸⁸ like every other sector of our society, arts, culture and heritage have been fundamentally affected by our past.

⁸⁹ New policies and Institutional frameworks.

⁹⁰ the cultural diversity of our people is a major national asset.

⁹¹ everyone shall have the right to freely participate in the cultural life of the community (and) to enjoy the arts ...’ It is the objective and role of the Ministry to ensure that this right, the right of all freely to practise and satisfy artistic and cultural expression, and enjoy protection and development of their heritage, is realised.

⁹² to develop policy which ensures the survival and development of all art forms and genres, cultural diversity with mutual respect and tolerance, heritage recognition and advancement, education in arts and culture, universal access to funding, equitable human resource development policies, the promotion of literature and cultural industries. These are our ‘minimum standards’.

Transparência, Inovação, Cooperação, Segurança e Sustentabilidade.⁹³ Todos esses princípios vão influenciar diretamente as políticas culturais na África do Sul. A conexão com tais princípios reflete o novo projeto de nação construído e defendido pelo ANC: uma nação de todos e para todos sem discriminação de raça, gênero, cultura ou religião.

No capítulo quatro intitulado “Arte e Cultura”⁹⁴, o *White Paper* traz como discussão central a importância da criação do Conselho Nacional de Arte (NAC) por meio do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (PRD). O principal objetivo de tal programa era “afirmar e promover a rica e diversificada cultura sul-africana”⁹⁵, e o conselho “buscará trazer equidade à distribuição das artes e da cultura.” (tradução nossa) (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 51).

A principal tarefa do NAC será distribuir fundos públicos para artistas, instituições culturais, ONGs e OBCs. Os critérios desta distribuição, coerentes com os objetivos da PDR, serão desenvolvidos para promover a criação, ensino e divulgação da literatura, história oral e contação de histórias, música, dança, teatro, teatro musical, ópera, fotografia, design, artes visuais e artesanais que refletem plenamente nossa diversidade. Além disso, o NAC fornecerá bolsas de estudos para pesquisas nas áreas de artes e cultura para profissionais de nível superior, administradores e educadores. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 51)⁹⁶

A distribuição de recurso público, seja por meio de bolsas de estudo, seja por meio de financiamento de práticas culturais é abordado neste capítulo como fundamental para e na nova África do Sul, que projeta na cultura forte campo para o desenvolvimento social e, também, econômico. A proposta do NAC, bem como do RDP era promover, valorizar e preservar a diversidade cultural sul-africana, promover pesquisas científicas nesse campo, incentivar o ensino, a pesquisa e a elaboração de projetos voltados para o campo da cultura. Aqui é fundamental destacar o intuito em conectar a cultura com o campo da educação, a partir da prerrogativa de que ambos são essenciais no processo de reconstrução da nova África do Sul.

⁹³ Human Rights, Freedom of Expression, Access, Equity, Redress, Nation building, Multilingualism, Diversity, Participation, Accountability, Transparency, Innovation, Co-operation, Security, Sustainability.

⁹⁴ Art and Culture.

⁹⁵ affirm and promote the rich and diverse expression of South African culture”, e o conselho “will seek to bring equity to the arts and culture dispensation.

⁹⁶ The principal task of the NAC will be to distribute public funds to artists, cultural institutions, NGOs and CBOs. Criteria for this distribution, consistent with the goals of the RDP, will be developed to promote the creation, teaching and dissemination of literature, oral history and story telling, music, dance, theatre, musical theatre, opera, photography, design, visual art and craft which fully reflect our diversity. In addition the NAC will provide study bursaries for study in the fields of arts and culture, top practitioners, administrators and educators

Já o capítulo cinco do *White Paper*, cujo título é “Patrimônio”⁹⁷, traz como reflexão o debate sobre memória a partir da conexão com o patrimônio. Inicia com um trecho de um discurso do primeiro presidente de Botsuana: “uma nação sem passado é uma nação perdida. E um povo sem passado é um povo sem alma”⁹⁸ (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 63). A intenção deste capítulo é promover e orientar a reflexão, bem como chamar a atenção para a importância do patrimônio e sua conexão direta com o debate sobre memória nacional. Há, pelo menos, três momentos centrais nesta seção do *White Paper*: a relação de patrimônio com desenvolvimento, o debate sobre patrimônio vivo e as instituições patrimoniais.

As políticas culturais deveriam promover o desenvolvimento via valorização das diversas culturas sulafricanas. A ideia de desenvolvimento está intimamente conectada às lutas sociais contra qualquer tipo de discriminação e preconceito. Ora, a defesa era que em regimes democráticos, nenhuma cultura poderia ser acionada para a não promoção de direitos sociais dos cidadãos de uma dada nação. O desenvolvimento, social e econômico, resultaria das políticas de valorização e promoção da cultura que contribuiria para a inserção da África do Sul em nível mundial.

Os países preservam seu patrimônio por meio de coleções permanentes de vários tipos e por meio da restauração e cuidado de locais com significado religioso, político, cultural, científico, arqueológico ou ambiental. Ao fazê-lo, eles declaram o que tem valor para eles, o que procuram preservar como evidência de seu próprio desenvolvimento e realização, bem como dos outros. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 63)⁹⁹

Já no que se refere ao patrimônio vivo, este se refere às práticas culturais não materiais, dentre as quais aqui se destacam as danças e canções. “Attention to living heritage is of paramount importance for the reconstruction and development process in South Africa” (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 63). A proposta é que as políticas culturais pensem estratégias de preservação do patrimônio imaterial nas terras sulafricanas, como as danças e canções dos grupos étnicos. Como efeito deste debate é possível afirmar que danças zulus¹⁰⁰, por exemplo, como a *Ingoma, Indlamu, Imvunulo, Isicathamiya e Virginity Festival*,

⁹⁷ Heritage.

⁹⁸ a nation without a past is a lost nation. And a people without a past is a people without a soul.

⁹⁹ Countries preserve their heritage through permanent collections of various kinds, and through restoration and care of sites having religious, political, cultural, scientific, archaeological or environmental significance. In so doing, they declare what has value for them, what they seek to preserve as evidence of their own as well as other's development and achievement.

¹⁰⁰ As danças zulus são danças típicas dos povos Zulus na África do Sul. Os zulus são conhecidos como um povo guerreiro que resistiu às invasões imperialistas bôer (desde o século XVIII) e britânica (no XIX) ao sul da África.

tenham passado por processos de patrimonialização, sendo vistas já no governo de Zuma, como patrimônio cultural na África do Sul capazes de movimentar a economia do país. Para o

Estado da África do Sul, as expressões de danças zulus seriam “examples of symbols of national heritage” (DEPARTMENT..., 2005, p. 225). Na África do Sul, as danças zulus têm sido realizadas em diferentes contextos, empregadas muito comumente em *rural areas* ou *townships* e em centros turísticos e culturais. O processo de patrimonialização das danças zulus tem influenciado na construção de outra identidade nacional sul-africana, quando o Apartheid (1948-1994) chega ao fim e aquele país passa a reinventar-se como *Rainbow Nation*.

Figura 17: Grupo de danças zulus em apresentação no centro turístico PheZulu, Durban, África do Sul em 2017.



Fonte: Aldina da Silva Melo (Arquivo pessoal)

A visibilidade das danças zulus, como símbolo da identidade sul-africana e do povo zulu, foi ressaltada em vários momentos e espaços na África do Sul e refletiam, de certo modo, o projeto de nação defendido, desde 1994, pelo African National Congress (ANC). Eventos como “[...] a copa mundial de rugby em 1995 [...], a Copa Africana das Nações em 1996, a Copa do Mundo Feminina de Futebol, na cerimônia de premiação de músicos sul-africanos em 1997 [...]” (BARROS; RODRIGUES, 2018, p. 147) podem ser percebidos como espaços de reflexão de tal projeto de nação. Além destes, durante a Copa do Mundo FIFA, sediada na África do Sul, em 2010, uma variedade de Zulu Dance foram apresentadas como atração principal da cultura dos sul-africanos aos vários turistas que visitaram aquele país (MELO, 2017). Nesse aspecto, é possível sugerir que a *zulu culture* seja tomada como forte elemento que mobiliza e representa um capital social e econômico significativo na África do

Eles compõem a maior etnia em meio aos vários grupos étnicos existentes na África do Sul. Atualmente, os zulus habitam a parte do continente africano que abrange territórios correspondentes à África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Zimbábue e Moçambique (MELO, 2015). Ao habitarem tanto o território da África do Sul quanto o de outros países parecem compor uma espécie de “Nação Zulu”.

Sul, sendo apreendida como patrimônio nacional e passando pelo processo de patrimonialização, tendo as instituições patrimoniais papel fundamental.

As instituições patrimoniais estão relacionadas à vida nacional da África do Sul.

As instituições de patrimônio e os profissionais nesses campos compreendem outro aspecto essencial de nossa vida nacional. É política do Ministério oferecer oportunidades para o desenvolvimento equitativo de programas e instituições de patrimônio por meio de medidas de reparação e democratização. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 63)¹⁰¹

Por instituições patrimoniais compreende-se aqui os espaços físicos e humanos de preservação formal da cultura. A título de exemplo são citados no white paper os museus e jardins zoológicos nacionais. De fato, a política pública de preservação do patrimônio cultural aparece conectado à função das instituições patrimoniais nas linhas do *White Paper*. Uma dessas instituições é o Conselho de Monumentos Nacionais¹⁰², “um órgão estatutário que administra a Lei dos Monumentos Nacionais (Act No. 28 of 1969, as amended).”¹⁰³ (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 64). É importante, ainda, destacar que

o termo 'monumentos' é restrito e, por isso, o termo 'recursos patrimoniais' é preferido. Os recursos patrimoniais protegidos pela legislação atual incluem lugares de beleza natural, edifícios, paisagens de ruas, objetos de importância histórica, sítios e objetos geológicos, paleontológicos e arqueológicos, arte rupestre, naufrágios e túmulos de figuras históricas e vítimas de conflitos. Estes últimos são administrados pela Divisão de Túmulos de Guerra do Conselho de Monumentos Nacionais. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 65)¹⁰⁴

Essa nova percepção leva a renomeação do antigo Comitê Nacional de Nomes de Lugares¹⁰⁵, que passou a chamar-se Divisão de Nomes Geográficos Nacionais¹⁰⁶. Sua função era elaborar, receber e avaliar as propostas de alteração de nomes de espaços públicos e privados, a exemplo de museus, ruas, monumentos, escolas, bibliotecas, parques, dentre outros. É possível perceber a materialização desta política no caso do Museu *Voortrekker*.

¹⁰¹ Heritage institutions and practitioners in these fields comprise another essential aspect of our national life. It is the policy of the Ministry to provide opportunities for equitable development of heritage programmes and institutions through redress measures and democratisation.

¹⁰² National Monuments Council.

¹⁰³ a statutory body which administers the National Monuments Act.

¹⁰⁴ the term 'monuments' is narrow and for this reason the term 'heritage resources' is preferred. Heritage resources protected by current legislation include places of natural beauty, buildings, street landscapes, objects of historical importance, geological, palaeontological and archaeological sites and objects, rock art, shipwrecks, and graves of historical figures and of victims of conflict. The latter are administered by the War Graves Division of the National Monuments Council.

¹⁰⁵ National Place Names Committ.

¹⁰⁶ National Geographical Names Division.

Criado na primeira década do século XX com a finalidade de preservar a memória e histórias dos *Voortrekkers*.

Os voortrekkers ('aqueles que viajam à frente'; 'pioneiros') se rebelaram contra o domínio britânico no Cabo entre 1834 e 1840, participando, mais tarde, do Great Trek e [...] pretendiam estabelecer novos Estados no interior, onde eles poderiam ser livres da dominação britânica (PEREIRA, 2012, p. 44).

Efetivamente, muitos foram os conflitos provocados pela presença britânica na África do Sul. Tais conflitos podem ser representados desde a chave analítica da resistência à exploração europeia durante o processo de colonização e imperialismo, que impactaram diretamente as formas de existências das sociedades africanas. Ora, Em África Negra: história e civilização, o pesquisador congolês Elikia M'Bokolo (2008) traz uma reflexão sobre a história da África, perpassando ainda por aspectos que envolve a geografia africana. M'Bokolo (2008) traz um panorama das guerras e estados da África política do século XIX, as formas de economia do século XX e o avanço das fronteiras naquele continente. Por meio do uso de mapas cartográficos, M'Bokolo (2008) apresenta o desenho das ocupações e povoamentos no solo africano, a exemplo do povoamento dos boers.

Ademais, com o fim do Apartheid, as crescentes exposições de elementos da cultura zulu intensificada pelas políticas culturais, o Museu Voortrekker foi renomeado, recebendo o nome de Museu Msunduzi, no idioma isizulu. Além dos vários quadros de exposição da cultura zulu, há ainda nele salas com exposições de filmes e/ou documentários sobre Shaka e sobre as danças zulus. O processo de renomeação do museu é discutido e aprovado pela comissão do National Geographical Names Division.

Figura 17: Museu Msudusi.



Fonte: Aldina da Silva Melo (2017)

Figura 18: Galerias do Msunduzi Museum.



Fonte: Aldina da Silva Melo (2017).

O processo de renomeação de prédios públicos, a exemplo de museus, resultara das ações das políticas culturais elaboradas e orientadas a partir do White Paper que almejava a patrimonialização da história dos grupos étnicos sul-africanos. Nesse âmbito, a criação do National Monuments Council foi fundamental para a elaboração e efetivação das políticas culturais voltadas para a patrimonialização. A criação do Conselho de Patrimônio Nacional (NHC) também desempenhou função importante no processo de reconstrução da nação sul-africana pós *Apartheid*. O NHC também aconselhará sobre políticas de pesquisa, gerenciamento de coleções, curadoria, exposições e educação. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 66)¹⁰⁷

Do ponto de vista da composição do NHC, cabe destacar que este era composto por vinte e três membros. Dentre os quais

nove membros com experiência profissional em museus, galerias de arte, arquivos, patrimônio vivo, recursos patrimoniais, arquitetura, educação e ciências naturais, finanças e direito; cinco membros da sociedade civil e um membro nomeado pelo MEC responsável pelos assuntos culturais de cada província. Haverá a devida consideração à representação demográfica, racial e de gênero. Os membros cumprirão mandatos de três anos, renováveis após um lapso de três anos, exceto que um terço dos membros pode ser imediatamente reeleito para manter a continuidade. O próprio NHC será apoiado por um Diretor Executivo e uma pequena equipe profissional. (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 66)¹⁰⁸

¹⁰⁷ The NHC will also advise on policies for research, collections management, curation, exhibits and education.

¹⁰⁸ Nine members with professional expertise across museums, art galleries, archives, living heritage, heritage resources, architecture, education and natural sciences, finance and law; five members of civil society, and one member nominated by the MEC responsible for cultural affairs of each province. There will be due regard to demographic, race and gender representation. Members will serve three year periods of office, renewable after a

White Paper orienta que seja objetivo do Ministério, bem como do Conselho do Patrimônio Nacional estabelecer normativas e ações que facilite, viabilize e capacite a elaboração de projetos que versem sobre o patrimônio sul-africanos em suas diversas dimensões, seja o material, imaterial ou vivo. Patrimônio vivo é uma categoria que aparece a partir do capítulo 5 e faz referência as expressões culturais das várias etnias das províncias e comunidades que compõem o povo da África do Sul. Nesse sentido, é descrito como fundamental recursos para

registrar práticas de patrimônio vivo; desenvolver um inventário dos recursos patrimoniais vivos; encorajar programas de conscientização entre as comunidades cujo patrimônio foi negligenciado e marginalizado; incentivar os museus a conservar o patrimônio vivo por meio da mídia audiovisual (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 67)¹⁰⁹

Era esperado que esse movimento levaria a uma geração de empregos, movimentaria a indústria de artesanato cultural do país, impactando diretamente a economia do país, promovendo desenvolvimento com responsabilidade social e ambiental. Para tal, o *White Paper* orientava que as políticas culturais de patrimônio vivo fossem pensadas coletivamente a partir do diálogo entre os campos da cultura, meio ambiente e educação. De modo que abrangeria os ministérios da Cultura, de Assuntos Ambientais e Turismo, e o de Educação. No caso da Educação a conexão seria importante para a promoção de uma Educação Patrimonial nos currículos formais das escolas, bem como nos espaços de educação não formal, como nos movimentos sociais. Já o ministério de Assuntos Ambientais e Turismo ficaria responsável por capacitar as comunidades, particularmente nas zonas rurais, na promoção dos costumes e tradições.

As políticas culturais orientadas a partir do *White Paper* visavam projetar as culturas da África do Sul no cenário mundial. Intitulado “Cooperação Cultural Internacional”¹¹⁰, o capítulo seis foi tecido exclusivamente para enfocar este aspecto. Promover ações voltadas para a valorização da cultura local com vistas a uma projeção mundial seria fundamental para a reconstrução local e internacional da nova África do Sul. A cooperação internacional foi o primeiro ponto a ser considerado para alcançar tal objetivo.

three year lapse, except that one third of the members may be immediately re-elected to maintain continuity. The NHC will itself be supported by a Chief Executive Officer and a small professional staff.

¹⁰⁹ record living heritage practices; develop an inventory of living heritage resources; encourage awareness programmes amongst communities whose heritage has been neglected and marginalised; encourage museums to conserve living heritage through audio-visual media.

¹¹⁰ International Cultural Co-Operation.

No contexto de uma longa história de isolamento cultural do resto do mundo, é objetivo do Ministério facilitar o intercâmbio cultural internacional para que mais artistas sul-africanos ocupem seus lugares no cenário mundial e para que a arte e os artistas locais podem se beneficiar da experiência internacional, exposição e expertise. O fato de a cultura sul-africana congregar tradições africanas, asiáticas e européias a vincula ao resto do mundo. O imperativo das políticas do Ministério para as relações internacionais é maximizar as oportunidades para os praticantes e instituições de arte, cultura e patrimônio sul-africanos interagirem com o resto do mundo (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 68)¹¹¹

Para tal, algumas ações foram elencadas e postas como prioritárias, a saber:

- possibilitar aos administradores e gestores a aquisição de formação e experiência no estrangeiro e a realização de pesquisas sobre cursos internacionais de administração das artes e da cultura com vista à implementação de cursos similares;
- permitir que os educadores artísticos internacionais desempenhem um papel na formação não formal de profissionais, administradores e educadores artísticos a curto e médio prazo;
- permitir que um corpo de artistas em cada disciplina beneficie de programas de intercâmbio internacional;
- incentivar a participação de sul-africanos em exposições internacionais, festivais de arte e fóruns artísticos de destaque;
- incentivar as instituições artísticas locais a receberem artistas internacionais em residência durante o período em que passarão suas habilidades para artistas locais (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 68-69)¹¹²

As ações acima listadas dialogam com as proposições da UNESCO de 1997 que instituiu a Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural, bem como a Década Mundial para os Povos Indígenas de 1995.

A África enfrenta o desafio de se restabelecer num ambiente global em rápida mudança. As ricas e diversas tradições das artes, cultura e patrimônio africanos e sua contribuição para o desenvolvimento da cultura mundial são universalmente reconhecidas. A política do Ministério nas relações com a África será baseada na reintegração plena da cultura sul-africana com a do continente. O retorno da África do Sul à Commonwealth permite que ela interaja com as Ilhas Britânicas e o Canadá, bem como com países da África, Oceania, Caribe e Ásia. A maioria dos estados da Commonwealth é caracterizada pela diversidade linguística e cultural, tendo se desenvolvido das colônias britânicas à independência com uma mistura de

¹¹¹ Against the background of a long history of cultural isolation from the rest of the World, it is the goal of the Ministry to facilitate international cultural exchange so that more South African artists take their places on the world stage, and so that local art and artists may benefit from international experience, exposure and expertise. The fact that South African culture consists of African, Asian and European traditions links it to the rest of the world. The imperative of the Ministry's policies for international relations is to maximise opportunities for South African arts, culture and heritage practitioners and institutions to interact with the rest of the world.

¹¹² - enable administrators and managers to acquire training and experience abroad, and for research to be done into international arts and culture administration courses with a view to implementing similar courses here;

- enable international arts educators to play a role in the non-formal training of practitioners, administrators and arts educators in the short to medium term;
- enable a corps of artists in each discipline to benefit from international exchange programmes;
- encourage the participation of South Africans in international exhibitions, arts festivals and arts forums of note;
- encourage local arts institutions to host international artists-in-residence for period during which they will pass on their skills to local artists.

culturas expatriadas e indígenas (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 70)¹¹³

O *White Paper* orienta e enfatiza a importância dos acordos internacionais não só com países europeus, mas com aqueles de economia emergente do sul global, de experiências de resistência à colonização e multiétnicos. Nesse sentido, o diálogo com o Brasil passou a ser promovido por meios das ações das políticas culturais. Aqui cabe citar a iniciativa brasileira no campo cultural por meio da política internacional do Ministério da Cultura (MinC) durante os dois primeiros mandatos do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2010), no diálogo com a África do Sul. Uma cooperação sul-sul com potências emergente foi pensada nos dois lados do Atlântico: Brasil e África do Sul, países conectados por experiências multiétnicas e multiculturais. O intuito era promover mecanismos de cooperação cultural internacional e elaborar, implementar e avaliar políticas culturais com foco no combate as desigualdades sociais e na promoção da justiça social.

Dignidade, igualdade, direitos e liberdade marcam o último capítulo do *White Paper*. Com o título “Nosso Futuro”¹¹⁴, o capítulo sete inicia fazendo articulação entre os campos artístico, cultural e patrimonial como fundamentais na promoção da democracia e da melhoria de vida dos sul-africanos.

Como outros aspectos de nossa sociedade, as artes, a cultura e o patrimônio devem passar por uma transformação fundamental se quiserem alcançar a visão incorporada em nosso compromisso com a dignidade humana, a conquista da igualdade e o avanço dos direitos e liberdades humanos. Ao fazê-lo, serão lançadas as bases para uma prática artística vibrante e excitante e uma vida cultural em que os artistas realizam todo o seu potencial, a natureza da nossa democracia é reforçada e uma melhor qualidade de vida para todos é alcançada (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 70)¹¹⁵

O objetivo do *White Paper* é fundamentalmente contribuir por meio das políticas culturais na reconstrução da África do Sul democrática.

¹¹³ Africa is faced with the challenge of re-establishing itself within a rapidly changing global environment. The rich and diverse traditions of African arts, culture and heritage and their contribution to the development of world culture is universally recognised. The Ministry's policy on relations with Africa will be based on fully reintegrating South African culture with that of the continent. South Africa's return to the Commonwealth enables it to interact with the British Isles and Canada, as well as countries in Africa, Oceania, the Caribbean and Asia. Most Commonwealth states are characterised by linguistic and cultural diversity having developed from British colonies to independence with a mixture of expatriate and indigenous cultures.

¹¹⁴ All Our Futures.

¹¹⁵ Like other aspects of our society, arts, culture and heritage must undergo a fundamental transformation if they are to achieve the vision embodied in our commitment to human dignity, the achievement of equality, and advancement of human rights and freedoms. In so doing, the basis will be laid for an exciting, vibrant artistic practice and cultural life in which artists realise their full potential, the nature of our democracy is enhanced and a better quality of life for all is attained.

A nossa tarefa não é de facto simples, dada a facilidade com que as artes, a cultura e o património podem ser abusados para fins seccionais. A oportunidade agora se apresenta para nos elevarmos acima da mesquinhez das práticas egoístas. O entusiasmo com que a nova bandeira nacional foi recebida diz-nos que é possível encontrar pontos em comum. Esta é a essência da reconciliação nacional e da construção da nação, e é a este sentimento do *White Paper* (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 1996, p. 71)¹¹⁶

A reconciliação nacional perpassa todo o *White Paper*. Uma reconciliação pautada em ideais de respeito à diversidade cultural, de defesa da liberdade social, de promoção dos direitos sociais, do desenvolvimento, e de combate à discriminação, à desigualdade e a toda a herança do apartheid. Vale enfatizar que a reconciliação nacional proposta via políticas culturais na África do Sul não significava em adentrar num processo de apagamento de memórias ou mesmo de silenciamento e esquecimento das memórias de violência do apartheid, seja antes ou depois da sua institucionalização. Reconciliar a nação era necessário, mas tal processo ocorreria a partir do reavivamento das memórias da história do colonialismo e apartheid nas terras sul africanas, bem como dos vários movimentos de resistências étnicas¹¹⁷ ocorridos naquele país. O passado era preciso ser mantido vivo no presente, não para que se repetisse, mas para que servisse de ensinamento.

O *White Paper* já passou por quatro revisões desde a sua primeira publicação, em junho de 1996.

Tabela 3: Revisões do White Paper.

Date	Description
27 Oct 2017	Revised White Paper on Arts, Culture and Heritage Fourth Draft
01 Jun 2017	3rd Draft: Executive Summary for the Revised White Paper AC&H
14 Nov 2016	Second Draft: Revised White Paper on Arts, Culture and Heritage
17 Mar 2015	Draft: Revised White Paper on Arts, Culture and Heritage
04 Jun 1996	White Paper on Arts, Culture and Heritage

Fonte: White Papers | Department of Sport, Arts and Culture (dac.gov.za)

¹¹⁶ Ours is indeed no simple task, given the ease with which the arts, culture and heritage may be abused for sectional purpose. The opportunity now presents itself for us to rise above the pettiness of selfish practices. The enthusiasm with which the new national flag was greeted tells us that it is possible to find common ground. This is the essence of national reconciliation and nation building, and it is to this sentiment that the draft White Paper addresses itself.

¹¹⁷ Considerando que na África do Sul a população aciona, em primeira instância seu pertencimento étnico, e não racial, optei em usar o termo resistência étnica para se referir aos movimentos de resistências dos povos sul-africanos à colonização, bem como ao apartheid.

Toda a elaboração do *White Paper* ocorreu durante o governo do ex-presidente Nelson Mandela. As revisões acrescentaram mais três capítulos na primeira e segunda edição, e quatro na terceira e quarta. Deste modo, o documento político, na primeira e segunda revisão, foi de sete para dez capítulos; e na terceira e quarta revisão, de sete para onze. A primeira revisão após sua publicação foi em dezessete de março de dois mil e quinze (17/03/2015). Contudo, essa edição não foi tornada pública pelo Departamento de Arte, Cultura e Patrimônio da África do Sul.

A segunda, terceira e quarta revisão ocorreu durante o governo do ex-presidente Jacob Gedleyihlekisa Zuma (2009 a 2018). A segunda revisão é publicada em quatorze de novembro de dois mil e dezesseis. Nesta atualização, além de ser mantido as proposições da primeira edição do *White Paper*, foram acrescentadas reflexões sobre *assessing progress since 1994*, que consistiu em avaliar o progresso e limitação do primeiro *White Paper* publicado em 1996. A reflexão feita consistiu em avaliar o impacto das políticas públicas propostas pelo *White Paper* em sua edição de 1996; a importância estratégica do setor da cultura para a democracia quando da elaboração da primeira edição do documento político; e a integração do setor da cultura no Plano Nacional de Desenvolvimento social, construção da nação a partir do conhecimento presente nas culturas africanas.

Outras reflexões que perpassam a segunda edição foram: as novas políticas para os campos artístico, cultural e patrimonial (abrangendo teatro, danças, músicas, artesanato e mídia audiovisual); indústrias culturais na África do Sul; direitos de artistas e praticantes das expressões culturais; desenvolvimento de recursos humanos a partir da articulação entre educação e produção de conhecimento gerado via campo da cultura; cooperação nas esferas internacional, intergovernamental e interdepartamental; novos conselhos no campo da cultura; financiamento das políticas públicas; e implementação, monitoramento e avaliação da política cultural.

A segunda edição começa a ser delineada em novembro de 2015, sob a liderança do então ministro Nathi Mthethwa. Ela realiza uma avaliação do *White Paper* de 1996 e os progressos realizados na integração do setor nas políticas culturais nos planos sociais, econômicos e de desenvolvimento nacionais desde 1994; descreve as políticas culturais para as Artes do Espectáculo, Artes Visuais, Artesanato e Design, Cinema, Patrimônio, Literatura e Livros; fornece um perfil das indústrias culturais e criativas e suas capacidades econômicas; enfatiza o *status* social e os direitos econômicos dos profissionais das artes, cultura e patrimônio; apoia o desenvolvimento dos recursos humanos através das artes, cultura e patrimônio nas comunidades, educação e formação, bem como investigação e produção de

conhecimento; sublinha a importância da cooperação intergovernamental, interdepartamental e internacional; trata do financiamento do setor público e privado e do financiamento no campo da cultura; e aborda assuntos relacionados à implementação, monitoramento e avaliação de políticas. (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 2016)

A terceira edição do *White Paper* é publicada em fevereiro de dois mil e dezessete (embora no site do Ministério de Arte, Cultura e Patrimônio a publicação ocorra em 1 de junho de 2017). A terceira edição possui onze capítulos, nos quais as reflexões encapadas, fora aquelas já presentes quando das primeira e segunda edições: estrutura das novas políticas culturais; progresso do campo do ministério desde 1994; principais políticas e programas nacionais de cultura; plano nacional de desenvolvimento para o setor da cultura; reconstrução da nação; indústria cultural; estado de arte dos direitos dos praticantes de cultura (situação social e econômica dos direitos, e importância do reconhecimento de associações culturais); processos de patrimonialização; e estratégias e fontes de financiamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas culturais.

A terceira edição começou a ser construída ainda em 2016, sendo publicada em 2017. Foram realizadas várias consultas públicas e formados grupos de trabalho com sujeitos de diversas partes da África do Sul, a fim de revisar e sugerir alterações e inclusões na terceira edição.

Durante maio e junho de 2016, foram realizadas consultas públicas setoriais nas áreas urbanas e rurais em todas as nove províncias. Um aspecto importante do processo de revisão de políticas centrou-se no papel dos participantes e envolveu interações públicas com participantes-chave e partes interessadas representativas, bem como quaisquer membros interessados do público em questões políticas relacionadas às necessidades, recursos, instalações, acesso e oportunidades específico para artes, cultura e patrimônio.

Ao aderir aos princípios participativos e consultivos nos quais a democracia da África do Sul e as práticas de desenvolvimento de políticas públicas se baseiam, um grupo representativo pesquisadores de artes, cultura e patrimônio contribuiu diretamente para o processo de revisão de políticas. As submissões escritas foram também feitas por entidades, instituições e agências de financiamento do Departamento de Artes e Cultura (DAC), bem como por organizações da sociedade civil (tradução nossa) (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 2016, p. 7)¹¹⁸

¹¹⁸ During May and June 2016, sector-based public consultations were conducted in urban and rural areas in all nine provinces. An important aspect of the policy review process centred on the role of participants and involved public interactions with key participants and representative stakeholders, as well as any interested members of the public, on policy matters related to the needs, resources, facilities, access and opportunities specific to arts, culture and heritage. By adhering to the participatory and consultative principles on which South Africa's democracy and public policy development practices are founded, a representative cross-section of practitioners in all the arts, culture and heritage disciplines contributed directly to the policy review process. Written submissions were also made by the Department of Arts and Culture (DAC) arts, culture and heritage entities,

A quarta edição do White Paper foi publicada em outubro de dois mil e dezessete. Integram esta edição onze capítulos com discussão que avaliam o progresso das contribuições do campo da cultura, via políticas culturais, para o desenvolvimento da África do Sul, desde a publicação da primeira edição do White Paper. A quarta edição retoma as reflexões das edições anteriores do White Paper, aprofundando os debates sobre a importância da indústria cultural, dos direitos dos praticantes das expressões culturais, da formação de recursos humanos na produção de conhecimento e elaboração de projetos que versem sobre o campo da cultura, do sistema de governança cooperativa de bens culturais, sistemas de financiamentos das políticas culturais e elementos para avaliação dos impactos destas¹¹⁹.

Antes de adentrar nos capítulos, a quarta atualização do *White Paper* elenca os itens que orientaram a construção desta edição, dentre os quais é possível citar:

- Declaração de Direitos na Constituição da República da África do Sul (1996), que consagra a liberdade de expressão e a liberdade de criatividade artística juntamente com o direito de todos de usar o idioma e participar da cultura de sua escolha, afirmam que o governo da África do Sul está comprometido com a elevação cultural, social e econômica e o bem-estar de todo o seu povo, sem discriminação;
- o White Paper estabeleceu uma ligação estreita com os recursos e serviços artísticos, culturais e patrimoniais e com a liberdade e a justiça;
- a importância do setor de Artes, Cultura e Patrimônio na correção de desigualdades históricas, erradicação da pobreza, crescimento do emprego e desenvolvimento sustentável;
- os direitos e necessidades de grupos vulneráveis – mulheres, jovens, crianças e pessoas com deficiência não podem ser considerados secundários;
- o White Paper deve promover e desenvolver o setor de Artes, Cultura e Patrimônio por meio das políticas culturais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de uma sociedade justa, próspera e coesa (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 2017, p. 3)¹²⁰

institutions and funding agencies as well as by civil society organisations. The inputs informed the policy review process.

¹¹⁹ Sobre a avaliação das políticas culturais elaboradas por meio do White Paper, importante registrar que entre 2004 a 2017 foram produzidos pelo Ministério de Arte, Cultura e Patrimônio da África do Sul doze relatórios de avaliação do impacto das políticas culturais. Em anexo, o link para acesso a cada relatório.

¹²⁰ • Recalling the Bill of Rights in the Constitution of the Republic of South Africa (1996) which enshrines freedom of expression and the freedom of artistic creativity alongside the right of everyone to use the language and participate in the culture of their choice, affirm that the Government of South Africa is committed to the cultural, social, and economic upliftment and well-being of all its people without discrimination;

• Recognising that the White Paper on Arts, Culture, and Heritage (1996) established a close connection to arts, culture and heritage resources and services and freedom and justice;

• Emphasising the importance of Arts, Culture and Heritage sector in redressing historical inequalities, poverty eradication, employment growth, and sustainable development;

• Noting, also, that the rights and needs of vulnerable groups – women, youth, children, and people living with disabilities cannot be considered as secondary;

• Convinced that the Revised White Paper to promote and develop the Arts, Culture, and Heritage sector will make a significant contribution to the development of a just, prosperous and cohesive society.

A quarta edição do White Paper faz alusão à Constituição da África do Sul de 1996 no tocante aos direitos sociais dos sujeitos sem distinção de raça e ressalta o comprometimento do governo do ex-presidente Zuma na propagação do bem-estar cultural, social e econômico de todos os sul-africanos. Esta edição traz outro ponto de análise importante: a conexão entre arte, cultura, patrimônio, liberdade e justiça. Esta conexão já aparece nas linhas do White Paper desde à sua primeira edição e parte do pressuposto de que estes campos articulados democraticamente muito contribuiriam no combate à herança do apartheid, bem como na ascensão econômica da África do Sul.

O debate sobre arte, cultura e patrimônio marcam fortemente a construção das cinco edições do White Paper. Estes são colocados como fundamentais na reparação de desigualdades históricas, na erradicação da pobreza, na geração de empregos e promoção de um desenvolvimento sustentável na nação dos ex-presidentes Nelson Mandela e Zacob Zuma. A justificativa para a revisão e publicação das cinco edições do White paper consistiu em contribuir para a consolidação do regime democrático da África do Sul. Tal justificativa é enfatizada em sua quarta edição.

A lógica deste White Paper revisado é consolidar a dispensação democrática estabelecida para o setor em 1996 e reposicioná-la para efetivamente acelerar a transformação. Isto deve ser alcançado através da integração de novas políticas para o setor no Plano de Desenvolvimento Nacional: Visão 2030, a Estratégia Nacional de Construção da Nação e Coesão Social, bem como Sistemas de Conhecimento Africanos para permitir que o setor contribua para a eliminação da pobreza, desigualdade, o desemprego e a construção de uma sociedade coesa e unida na qual florescem as diversas tradições artísticas, culturais e patrimoniais da sociedade (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 2017, p. 6)¹²¹

Na edição publicada em 2017 quatro são os pilares reforçados no processo de tessitura de políticas públicas que fortaleçam a democracia da África do Sul.

- Ampliar as infra-estruturas, instalações e recursos artísticos, culturais e patrimoniais para além dos centros urbanos coloniais para as comunidades urbanas e rurais.
- Capacitar fazedores de artes, artes profissionais, locais e regionais, associações e redes culturais e patrimoniais com benefícios de adesão e programas de desenvolvimento.
- Oferecer educação e treinamento por meio de programas formais e informais em métodos e tecnologias criativas tradicionais e novas.

¹²¹ The rationale of this revised White Paper is to consolidate the democratic dispensation established for the sector in 1996 and to reposition it to effectively accelerate transformation.

This is to be achieved by integrating new policies for the sector in the National Development Plan: Vision 2030, the National Strategy of Nation-Building and Social Cohesion as well as African Knowledge Systems to enable the sector to contribute to the elimination of poverty, inequality, unemployment and the building of a cohesive and united society in which the diverse artistic, cultural and heritage traditions of the society flourish.

- Expandir mercados locais no âmbito regional, continental e globalmente.
- Desenvolver parcerias públicas, privadas e internacionais
- Articulação com autoridades locais, provinciais e nacionais para o avanço do setor da cultura;
- Promover atividades benéficas para a prática de valorização da arte, cultura e patrimônio (tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 2017, p. 7)¹²²

Tais pilares deveriam ser articulados de modo integrado, considerando as especificidades regionais das províncias do país (as comunidades rurais e urbanas) e as inserindo num sistema nacional e global. O intuito era conectar as políticas culturais sul-africanas ao debate mundial sobre este campo, sem desconsiderar as particularidades do país. Fato é que as políticas culturais elaboradas a partir das cinco versões do White Paper sinalizam o avanço da África do Sul em sua terceira década de regime democrático. E,

À medida que a África do Sul avança para a terceira década de democracia, ela enfrentará novos desafios em um mundo em constante mudança. Para enfrentar esses desafios, todos os setores da sociedade serão chamados a contribuir para criar uma vida melhor para todos os sul-africanos. Um setor reconfigurado de artes, cultura e patrimônio estará em melhor posição para fazer uma diferença criativa para os desafios enfrentados pela África do Sul (Tradução nossa). (SOUTH AFRICA, WHITE PAPER, 2017, p. 82)¹²³

Entre os primeiros vinte e quatro (24) anos do pós-Apartheid, de 1994 a 2018, a África do Sul vive muito intensamente um processo de reinvenção de suas estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas. Tal movimento teve como marco institucional a chegada à presidência de Nelson Rolihlahla Mandela e, posteriormente, Zacob Gedleyihlekisa Zuma, ambos na época integrantes do African National Congress (ANC). Mandela fica na presidência entre 10 de maio de 1994 a 14 de junho de 1999. E Zuma, entre 9 de maio de 2009 a 14 de fevereiro de 2018. Ambos totalizaram juntos 14 anos de governo.

Mandela, que pertencia ao grupo étnico xhosa, e Zuma, da etnia zulu, deram visibilidade ao campo da cultura durante seus mandatos governamentais como presidentes.

¹²² • Extending arts, culture and heritage infrastructure, facilities and resources beyond the colonial urban centres into peri-urban and rural communities.

- Forming professional, local and regional arts, arts, culture and heritage associations and networks with membership benefits and development programmes.
- Providing education, training and skills through formal and informal programmes in traditional and new creative methods and technologies.
- Expanding existing local markets regionally, continentally and globally.
- Developing beneficial public, private and international partnerships.
- Liaising with local, provincial and national authorities for the advancement of the sector.
- Initiating and participating in activities relating to and beneficial to the art, culture and heritage practice

¹²³ As South Africa moves further into the third decade of democracy it will be faced with new challenges in an ever-changing world. To meet these challenges, all sectors of society will be called on to contribute to creating a better life for all South Africans. A reconfigured arts, culture and heritage sector will be in a better position to make a creative difference to the challenges facing South Africa.

Ambos acionaram a cultura, investindo recursos financeiros e humanos na elaboração de políticas culturais no processo de reconstrução e projeção da África do Sul em nível local e internacional. Ademais, cabe sinalizar que havia diferenças em ambos governos.

Por um lado, Mandela defendia mais a construção de políticas públicas de respeito a diversidade do povo sul-africano. A “África do Sul de Mandela valorizava a cooperação e a pacificação” (OTAVIO, 2017, p. 181), simbolizava mudanças na própria identidade daquele país. Por outro lado, Zuma pregava em seu governo a elaboração de políticas culturais voltadas para a valorização das culturas dos grupos étnicos. Assim é possível afirmar que Mandela, xhosa, pensava as políticas culturais para a África do Sul mais em termos nacionalistas e de integração do país no cenário político mundial. Zuma, zulu, considerava que as políticas culturais deveriam ser pensadas desde um campo de exaltação da nativização como o caminho pelo qual deveria trilhar a África do Sul.

Fato é que ambas perspectivas de governo influenciaram a reconstrução da África do Sul em todas as dimensões, e contribuíram para a projeção desse país no cenário internacional. A construção de um documento político de cultura, como foi o caso do White Paper, que serviu de guia nacional para a elaboração de políticas públicas voltadas para o campo da cultura e cumpriu um papel fundamental na tessitura dessa nova África do Sul. O White Paper orienta que as políticas culturais não sejam pensadas simplesmente como um terreno, essencialmente, de ações de parlamentares, mas como campo político de tessitura de uma nova nação democrática, sobrevivente de sistemas de explorações e violências como o colonialismo e Apartheid. Mandela e Zuma, apesar das especificidades em seus governos, acionaram as políticas públicas como campo estratégico na contenda às desigualdades que anulavam vidas negras e no fomento à justiça social. E o *white paper* ocupou função central nesse processo, como é possível perceber nos processos de patrimonialização de expressões culturais dos vários grupos étnicos da África do Sul, a exemplo dos Zulu e da patrimonialização de modalidades de *zulu dance*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em quaisquer trabalhos de cunho acadêmico tem sido consenso a impossibilidade de se apreender a totalidade de um dado fenômeno social. O que ocorre são análises teóricas e metodologicamente demarcadas que, mesmo revestidas de uma suposta neutralidade, de um lado, refletem posições políticas e visões de mundo dos pesquisadores; de outro lado, o lugar social desses sujeitos – lugar este permeado por diversos marcadores sociais, a exemplo, da classe, da raça e do gênero. Assim, é possível considerar que um trabalho científico, apesar de todo o rigor teórico e metodológico, consiste em um olhar de um intelectual sobre uma dimensão de um dado objeto de pesquisa.

A intenção desta tese não foi construir uma história única e/ou total sobre o campo das políticas públicas culturais do sul global. O objetivo aqui proposto neste trabalho de doutorado foi tecer uma análise teórica e geograficamente situada sobre este campo, somando aos estudos acadêmicos que têm tomado África não só como objeto de pesquisa, mas como local de produção de conhecimento. E, no caso da presente tese, como local de produção de conhecimento no âmbito das Políticas Públicas e sobre as políticas públicas, especificamente, as políticas públicas de cultura ou políticas culturais.

A tese desta pesquisa consistiu, antes de tudo, em uma microanálise situada e específica que partiu do *White Paper* sobre o acionamento político da cultura no pós-Apartheid no processo de (re)construção de uma nação sulafricana pautada em ideais democráticos e multiétnicos, nos governos dos presidentes Nelson Mandela e Zacob Zuma. Nesse movimento, cabe destacar a atuação do Departamento de Esporte, Arte e Cultura¹²⁴ (DSAC) da África do Sul, afinal o campo da cultura é acionado não a partir de qualquer lugar social, mas a partir da esfera política. Deste modo, chegada às considerações finais, gostaria apenas de destacar alguns pontos de reflexão que foram emergindo no percurso do universo desta pesquisa.

Primeiro, o estado de arte das Políticas Públicas Culturais possibilitou o movimento de mergulho na gênese das Políticas Públicas, e sugeriu a existência de oscilações e disputas do Norte ao Sul Global sobre o campo teórico das políticas culturais, tomando estas últimas como uma teia de saberes tessida pelos fios da interdisciplinaridade. Destaco, ainda, a conexão das políticas culturais às reflexões de cultura de intelectuais que ocuparam e ocupam

¹²⁴ Department of Sport, Arts and Culture.

diferentes lugares sociais. Os modos de apreender a cultura influenciou o campo das políticas culturais.

Segundo, partindo do chão analítico desta pesquisa, a África do Sul, para uma compreensão mais acurada sobre cultura e as políticas culturais presentes no *White Paper* foi fundamental a conexão com o campo dos Estudos Africanos. Problematizar como este campo tem pensado as políticas culturais possibilitou inscrever África como lócus de produção de conhecimento. Assim, ouvir as vozes de intelectuais africanistas que estão falando de e desde África sobre uma das categorias centrais nesta tese – políticas culturais – é tão importante quanto ouvir as vozes daqueles de nações europeias, posto que a perspectiva africanista influenciou o debate sobre as políticas culturais no *White Paper*, além de sinalizar, por exemplo, como intelectuais de nações do sul do mundo, a exemplo da África do Sul, refletiram sobre fenômenos sociais vivenciado em seus países.

Terceiro, a construção do *White Paper* durante os governos Nelson Mandela e Zacob Zuma envolveu diferentes segmentos da sociedade sul-africana, como intelectuais, mulheres, homens, brincantes, organizadores e sujeitos em geral de expressões culturais diversas. Por meio do *White Paper* o DSAC teve como objetivo acionar o campo da cultura, via políticas culturais, colaborando no movimento de reconstrução da África do Sul enquanto nação não segregada. Por meio da cultura, a história daquele país viveu um momento de ressignificação, sendo recontada a partir de outros prismas, que não o do colonialismo, imperialismo e segregacionismo. Vale ressaltar que este movimento não foi linear, mas, antes, permeado por transformações, diferentes perspectivas e impasses em muitas nas políticas públicas culturais.

Ademais, é possível sugerir que o *White Paper* se configura como um documento denso e significativo que ajuda a compreender como a cultura foi acionada no pós-Apartheid no movimento de reconstrução da África do Sul, após ela emergir de experiências de profunda negação do outro como a que foi promovida e disseminada durante o Apartheid. O *White Paper* traz o desenho de um retrato do novo país que se almeja, como o da nação arco-íris¹²⁵ proferida nos discursos de Mandela ao assumir a presidência do país.

Por fim, gostaria de destacar que esta pesquisa não se esgota nessas linhas que foram costurando esta tese. A análise que aqui foi empreendida consistiu apenas em uma fresta sobre a história da África do Sul, sob a ótica da cultura e das políticas culturais. Minha intenção foi contribuir para uma reescrita de cunho humanista sobre uma parte do continente

¹²⁵ Rainbow Nation.

africano, algo que pretendo continuar aprofundando a partir de uma pesquisa futura de pós-doutorado.

Mesmo com o fim oficial do Apartheid e com as mudanças ocasionadas no país pós-1994 com o campo da cultura, com as orientações promovidas pelo *White Paper* sobre as políticas culturais, ainda se faz necessário, talvez, alguns anos para que a África do Sul possa superar a herança de desigualdade do apartheid, e, de fato, os diversos grupos étnicos que compõe o país com suas histórias e culturas deixem de ocupar o lugar dos “últimos outros” na nação arco-íris. Mas vale ressaltar aqui que passos significativos já foram dados rumo a novos horizontes de reescrita e reinvenção da nação sul-africana.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em 20 jul. 2014.
- ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade Cultural, Patrimônio Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global. [s.l]: **Revista Sociedade e Estado**, vol. 25, nº 3, 2010, p. 539-560.
- ARETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State. **Revista BIR**, Rio de Janeiro, nº 39, 1995, p. 5-40.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. 1979. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf> Acesso em: 20 de nov. de 2016.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. Entre Áfricas e “Brasis”: construindo os estudos africanos e afro-brasileiros desde Bacabal/MA. **Projeto de Extensão desenvolvido na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entre 2010 e 2011**. São Luís: UFMA, 2010.p. 34.
- BARROS, Antonio Evaldo A.; RODRIGUES, Inaldo B. A construção de uma política cultural na África do Sul pós-Apartheid. In.: BARROS, Antonio Evaldo A. [et.al]. **Nas fronteiras do saber: estudos interdisciplinares a partir do Médio Mearim Maranhense**. São Leopoldo: OIKOS / São Luís: EDUFMA, 2018, p. 143-164.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul**. 2012, 205 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. 2012a.
- BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. Estado e Cultura: o necessário conflito. São Luís: **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 36-43, 2008.
- BATES, R.; MUDIMBE, V.Y.; O’BARR, Jean. **Africa and the Disciplines: The contribution of research in Africa to the social sciences and humanities**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BIRIBA, Raissa Conrado. Um olhar sobre política cultural nas fronteiras da afrodíaspóra. Salvador: **Pol. Cult. Rev.**, v. 14, n. 2, p. 57-74, jul./dez. 2021.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História – ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BONETI, Lindomar Wessler. De la Elaboración a la Operacionalización de las Políticas Públicas. In.: **Políticas Públicas por Dentro**. San Pablo: Mercado de Letras, 2017, p. 29-34.
- BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**. Brasília: República dos Estados Unidos do Brasil, 1937.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. Rio de Janeiro: **Revista Escritos**, Ano 7, n. 7, 2013, p. 323-345.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **In.: III ENECULT: terceiro encontro de estudos multidisciplinares em cultura**. Salvador: 2007, p. 1-18.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (org.) Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización. Buenos Aires, Clacso, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Fapesp, 1997.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

DEPARTMENT. **Zulu king tells...** Daily Mail Reporter, 15 out. 2005.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984

ESPIRG-ANDERSON, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. Genebra, **Lua Nova**, n. 35, 1994, p. 73-111.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. Ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-22.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 191 p.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. [S.L]: **Rev. Serv. Público Brasília**, n. 69, p. 53-84, 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **RBCS**, v. 18, n. 51, 2003, p. 21-29.

FERREIRA, Débora. **Investigação acerca do conceito de arte**. 2014. 318 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2014.

FERRETTI, Sérgio. Dimensões da Cultura: popular, erudita. São Luís: **Ciências Humanas em Revista**, v. 5, n. 2, p. 39-54, 2007.

FONSECA, Maria Cecília L. Para Além da Pedra e do Cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. RJ: **DP&A**, 2003, p. 57-80.

FURTADO, Cláudio Alves; CARVALHO, Maria Rosária de. [et. al.]. **Estudos étnicos e africanos: revisitando questões teóricas e metodológicas**. Salvador: EDUFBA, 2014.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.; SAIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. Florianópolis: **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1, p. 227-240, 2008.

GELL, Alfred. Definição do problema: a necessidade de uma antropologia da arte. Rio de Janeiro: **Revista Poiésis**, 14, p. 245-261, Dez. de 2009.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo; Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Maranhão: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In.: BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 2010.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: **RAP**, nº 40, 2006, p. 201-236.

HELLER, Ágnes. **Teoría de las Necesidades em Marx**. Barcelona: ediciones península, 1978, p. 1-183.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Campinas: **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, 2001, p. 30-41. <<http://200.144.182.150/neinb/files/A%20África%20tem%20história.pdf>> Acesso em: 10 de jan. de 2017.

KAY, Adrian. **The dynamics of public policy: theory and evidence**. USA: Edward Elgar, 2006.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LEITE, Pedro Pereira. Processos patrimoniais em África. Disponível em <<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/9-processos-patrimoniais-em-africa/>> Acesso em 22 de ago. 2019.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). São Paulo: **Lutas Sociais**, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**. Dois Volumes: Tomo I (Até o século XVIII) e Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2008.

MAVIMBELA, Vusumuzi Wellington. **Embaixada e Consulado da República da África do Sul no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.africadosul.org.br/sobre> > Acesso em: 26 de jan. 2022.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre à África descolonizada.** Petrópolis: Vozes, 2019.

MELO, Aldina da Silva. **A África na sala de aula na África: a reinvenção dos zulus.** Dissertação (Mestrado em História e Ensino) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017, 206p.

_____. **Dançando com os Zulus: representações de gênero em Kwazulu-Natal, África do Sul.** 2014. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Ciências Humanas – Sociologia, Universidade Federal do Maranhão – Campus de Bacabal, Bacabal, 2014.

MENESES, Maria Paula Guttierrez. Os espaços criados pelas palavras: racismo, etnicidades e o encontro colonial. In.: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 55-76.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: Algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

MOUTINHO, Laura. Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e África do Sul. São Paulo: UNESP, 2004a.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-Estar Social: origens e desenvolvimento. Santa Catarina: **Katálysis**, nº 5, 2001, p. 89-103.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. In.: Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira. **Revista História Hoje: ANPUH**, 2012, p. 29-44.

_____. A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-asiáticos**, 2003, v. 25, n. 3, p.421-461.

_____. A história da África em perspectiva. In.: **Revista Múltipla**, Brasília, ano 9, v. 10, n. 16, jun. 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In.: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.) **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.** Petrópolis: vozes, p. 55-81.

OTAVIO, Anselmo. De Mandela a Zuma: a importância do Atlântico Sul na política externa sul-africana. Rio Grande do Sul: **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.2, n.3 | p.177-200 | Jan./Jun. 2017.

PARADA, Maurício. **História da África contemporânea.** Rio de Janeiro: PVC, 2013.

PARSONS, Wayne. **Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis.** Cheltenham: Edward Elgar. 1997.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A revolução Sul-Africana.** São Paulo: Unesp, 2012.

RODRIGUES, Inaldo B. **Estado, Cultura e Nação na África do Sul democrática**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017, 138p.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Disponível em <<http://www.foxitsoftware.com>> Acesso em: 21 de abril de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. CIDADE: **Novos Estudos**, 2007, p. 71-94.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, exóticos, demoníacos: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. **Estudos Afro-asiáticos**, 2002, v. 24, n. 2, p. 275-289.

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006, p.21-42.

SCHER, David M. The consolidation of the apartheid state, 1948-1966. **In.: A History of South Africa: from the DISTANTE PAST to the PRESENT DAY**. Pretoria: Protea Book House, 2014, p. 328-348.

SEVERINO, J. R. Políticas culturais em Néstor García Canclini: algumas observações. In: ROCHA, R.; BRIZUELA, J. I. (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: Edufba, 2019. p. 123-131.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. **In.: Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológico**. São Paulo: Veras Editora, 2008, p. 89-177.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Origem e desenvolvimento do Welfare State. São Luís: **Periódicos eletrônicos UFMA**, 2015, [s.p].

SLENES, Robert W. A importância da África para as Ciências Humanas. **Respostas ao racismo: produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas**. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 19-32.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

_____. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHAN, Gilberto; ARRETICHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 65-86.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. 2002. Disponível em <<
<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>> Acesso em 11 de mai. De 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: *Sociologias*, ano 8, nº 16, 2006, p. 20-45.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, ano 8, nº 16, jan/dez, 2006, p. 20-45.

SOUZA, Marina de Mello e. **A África tem história?** [s.l], p. 1-3. Disponível em: < SPIVACK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia:** características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. VII Congresso Internacional del CLAD. Lisboa: Intervenção Social, 2003, p. 63-88.

STONE, Judith. **Retrato em preto e branco:** a história verídica de uma família dividida por problemas raciais. São Paulo: Landscape, 2008.

TELLES, Vera da Silva. Política e espaço público na constituição do “mundo Comum”: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In.: **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. São Paulo: **Cadernos de campo**, n. 20, 2011, p. 273-284.

THOMPSON, E. P. **The Poverty of Theory and Other Essays.** London: Merlin, 1978.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture.** Inglaterra: Gordon Press, 1871.

UNESCO. **Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa.** 1975. Disponível em < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000019056>> Acesso em 24 de nov. de 2017.

VALE, Maira Cavalcanti. **Prosa que tece a vida:** Estórias de mulheres em KwaZulu-Natal, África do Sul. 1987, 230 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia da UNICAMP. 2003.

VILLIERS, Johan de. Cape colonial society under British rule, 1806-1834. In.: **A History of South Africa:** from the distant past to the present day. Pretoria: Protea, 2014, p. 79-104.

YOUNG, Robert J. C. In: **desejo colonial:** hibridismo em teoria, cultura e raça. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ANEXO – Primeira edição do *Arts and Culture White Paper - South African Government*¹²⁶.

¹²⁶ 1ª edição do Livro Branco de Arte e Cultura do Governo Sul-Africano (tradução nossa).



South African Government

www.gov.za

Let's grow South Africa together

[HOME](#) [ABOUT](#) [NEWSROOM](#) [SERVICES](#) [DOCUMENTS](#) [JOBS](#)

Home » Documents » White Papers

Keyword

Document Type

- Any -

Subjects

- Any -

Start Date

End Date

Arts and Culture White Paper

1: Forewards | 2: All our legacies | 3: New policies and institutional frameworks | 4: Arts and culture |

MESSAGE FROM THE MINISTER OF ARTS, CULTURE, SCIENCE AND TECHNOLOGY, DR. BS NGUBANE

South African society has been undergoing fundamental transformation over the last two years. In accordance with the principles of justice, democracy, non-racism and non-sexism, every sector of our society is facing change. While this may be unsettling for some, for many, it brings hope that their needs, views and aspirations will now also become part of the mainstream. South Africa's first democratically elected Government has contributed to this process by creating our first Ministry of Arts, Culture, Science and Technology. South Africa is indeed on the brink of experiencing a cultural Renaissance.

The arts, culture and heritage cannot be an exception in this transformation process, since they too were overtly affected by the maldistribution of skills, resources and infrastructure during the apartheid era. In fact, given that the arts are premised on freedom of expression and critical thought, transformation in this area is crucial to empowering creative voices throughout the country, and is thus integral to the success of the democratic project.

The vision outlined in this draft White Paper has been distilled from numerous sources, voices and submissions. The most significant of these is the Arts and Culture Task Group (ACTAG) Report which represents the views of a major part of the arts and culture community, including practitioners, educators and administrators. I would like to thank everyone who made a contribution and participated in the ACTAG process and in particular the members of the ACTAG for their sterling work and commitment in undertaking the consultative and writing processes which led to the production of their detailed Report.

The aim of this document is to promote the arts, culture, heritage and literature in their own right, as significant and valuable areas of social and human endeavour in themselves. It spells out the institutional arrangements required to implement a new vision in which they are developed, practised and celebrated among all our people, and it indicates the changes required of existing institutions to assist this. It also deals with the rights of practitioners within these domains. Other issues relating to areas such as cultural industries will be dealt with through Departmental policy development or White Papers, such as that for the Film Industry, which is under preparation.

The role of the State in funding arts, culture and heritage is a complex one. In some countries, no State support is forthcoming; in others the State plays a decisive role. We must be attuned to our own particular situation, and wish to develop exactly that "arms length" relationship which is fundamental to freedom of expression. At the same time, all funding from the public purse carries certain obligations with it, and these obligations of

accountability must be applied with due responsibility and creativity. Promotion without undue promulgation would be our ideal.

I would also like to thank the White Paper writing team and the core reference group for the White Paper for their work, and especially to acknowledge the contributions of the International advisers, Dr. Michael Volkerling of Victoria University, New Zealand, and the Ministry of Education, Culture and Science of The Netherlands.

There has been much consultation and debate in arriving at this point. No doubt, there will be further debate and reaction around this draft White Paper. I am convinced though, that the vision and institutional arrangements outlined here represent the best way forward for our country at this point.

I sincerely hope that the major role-players will unite behind this vision, in the best interests of the arts, culture and heritage.

MESSAGE FROM THE DEPUTY MINISTER OF ARTS, CULTURE, SCIENCE AND TECHNOLOGY, MS. B MABANDLA

South Africans have waited many years for a democratic, post-colonial national arts and culture policy. The arts community have debated and researched models to ensure that this policy creates a truly progressive and enabling dispensation.

This draft White Paper represents a fledgling democratic cultural policy which is both powerful in the potential which it contains, and vulnerable in its newness.

The ambit of arts and culture policy will always be highly charged and emotional because the arts, culture and heritage are concerned with the most central aspect of humanity, the formation of identity. Notwithstanding these divergences, I would like to ask all those concerned about the arts to unite behind this document and to assist in the realisation of its goals. I therefore urge you to support the principles informing the draft White Paper.

The basis of a policy of reconstruction for the arts, culture and heritage was laid through the ACTAG recommendations. This Ministry initiated the ACTAG process and we are committed to the principles and spirit that inform it. I believe that this spirit imbues every chapter of the draft White Paper.

We believe that indigenous South African art forms can and will reach a standard of excellence, and if anything, can set new and even higher standards of excellence because they grow out of the diversity which characterises our vibrant cultural inheritance.

This renaissance in South Africa's arts will depend on a policy that ensures equity and is committed to promoting a consciousness that celebrates diversity. Through this document

we are laying a basis to reclaim our heritage. It is my hope that many new heritage sites will be identified and proclaimed, as the recent example of the Tswaing Crater Museum illustrates. In particular, we are committed to ensuring that women are central to these developments, and will ensure that women's cultural groups receive equitable attention.

Now is our time to sing, to dance, to paint, and to create. This is our right as citizens of South Africa. There is so much to look forward to, and so much work to be done. I trust we can do this as a united community with a common goal in mind.

ABBREVIATIONS USED IN THE TEXT

- **ACTAG Arts and Culture Task Group**
- **BDCSA Book Development Council of South Africa**
- **CAPAB Cape Performing Arts Board**
- **DCI Declared Cultural Institution**
- **CBO Community Based Organisation**
- **NAC National Arts Council**
- **NHC National Heritage Council**
- **NGO Non-Governmental Organisation**
- **OAU Organisation of African Unity**
- **PACOFs Performing Arts Council of the Orange Free State**
- **PACs Performing Arts Councils**
- **RDP Reconstruction and Development Programme**
- **PACT Performing Arts Council of the Transvaal**
- **SADC Southern African Development Community**
- **UNESCO United Nations Education, Scientific and Cultural Organisation**

CHAPTER 1

INTRODUCTION

... a rainbow nation at peace with itself and the world

President N.R. Mandela, Inaugural Address, 10 May 1994

Purpose

1. This draft White Paper sets out government policy for establishing the optimum funding arrangements and institutional frameworks for the creation, promotion and protection of South African arts, culture, heritage and the associated practitioners. It is inspired by the best traditions of democratic societies the world over, where these features are valued in themselves and are treasured for their contribution to the quality of life.

2. While it is the goal of the Ministry to ensure adequate public subsidies for the arts, culture and heritage, the policy outlined in this document is located within the reality of existing budgets and the requirements for fiscal discipline.

3. The Department has set its mission to "realise the full potential of arts, culture, science and technology in social and economic development, nurture creativity and innovation, and promote the diverse heritage of our nation". The Department therefore supports:

- the arts, culture and heritage, by valuing diversity and promoting economic activity;
- the linguistic diversity of our country as a resource in empowering all South Africans fully to participate in their country's social, political and economic life;
- the equitable development and preservation of our experiences, heritage and symbols.

This policy statement addresses issues of the arts, culture, heritage and literature. Arts and culture are also important industries; they offer potential employment and wealth creation opportunities. Investment in arts and culture provides a stimulus for activity in the broader economy. Participation in arts and cultural activity frequently involves the use of transport and other public utilities, creates media value, and the need for catering and other support services. Libraries are an important component of cultural life. They support lifelong learning and also stimulate the private purchase of books. The scale of these interdependencies is substantial. The Film Industry in particular will be covered in a subsequent White Paper, whilst other matters will be dealt with through normal Departmental policy formulation.

5. In formulating these policies we seek to locate the activities of the Ministry within the framework of reconstruction and development, through addressing its goals of meeting basic needs, building the economy and human resource development and realising the intentions of the Growth and Development Strategy.

6. The document further articulates the Ministry's vision for the arts, culture and heritage as arrived at through extensive consultation, and seeks to generate further debate and feedback from the public, practitioners, local, provincial and national authorities and other interested parties.

Process

7. The advent of democracy in South Africa has provided unique and exciting opportunities. For the first time in the history of our country, all arts and culture practitioners have the right to participate in creating public policy and structures which directly affect their lives and livelihood, and the quality of life of the community at large. The Council of Culture Ministers serves as the point of contact between the Ministry and provincial interests, and is in turn supported by a Technical Committee comprised of Directors of Culture. Their views are reflected in this draft White Paper.
8. Against this backdrop, the Minister of Arts, Culture, Science and Technology appointed the Arts and Culture Task Group (ACTAG) in November 1994. This Task group, comprising artists, arts educators and cultural administrators, was mandated to consult as widely as possible in formulating recommendations for a new arts and culture dispensation consistent with non-racist, non-sexist and democratic ideals.
9. After extensive consultations including written and verbal submissions, regional conferences, public hearings and a broadly representative national conference, ACTAG submitted its report to the Minister in July 1995. The ACTAG process also drew on the advice of international experts from UNESCO, Germany, the Netherlands, the USA and Sweden.
10. ACTAG represented the voice of practitioners, expressing their views and concerns. The Ministry considered the ACTAG report and subsequently conducted further investigations, including activity-based costing, to determine the viability of the various policy options it proposed. This draft White Paper then, is a combination of ACTAG's proposals, the Department's investigations, input from the writers of this draft White Paper and its Reference Group, and the Ministry's own views based on its understanding of the workings, possibilities and constraints facing the Government.

This draft White Paper deals with one of the most emotive matters to face the new government. Cultural expression and identity stand alongside language rights and access to land as some of the most pressing issues of our times. Unsurprisingly, the dominant themes which characterise these fields have commonality with themes elsewhere: governance, access and finance are the major challenges, and it is these which we must tackle head on. Despite the relatively small budgets associated with promotion of the arts, culture and heritage, changes in allocation are perceived by some

as a threat to identity, whilst for others change is too slow. This draft White Paper seeks to bring clarity to these and other issues facing the arts, culture and heritage. It seeks to recognise, preserve, and to build.

Some Definitions

12. For the purpose of this document the following definitions will apply:

- Arts refer to but are not restricted to all forms and traditions of dance, drama, music, music theatre, visual arts, crafts, design, written and oral literature all of which serve as means for individual and collective creativity and expression through performance, execution, presentation, exhibition, transmission and study.
- Culture refers to the dynamic totality of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features which characterise a society or social group. It includes the arts and letters, but also modes of life, the fundamental rights of the human being, value systems, traditions, heritage and beliefs developed over time and subject to change.
- Heritage is the sum total of wildlife and scenic parks, sites of scientific and historical importance, national monuments, historic buildings, works of art, literature and music, oral traditions and museum collections and their documentation which provides the basis for a shared culture and creativity in the arts.

Underlying values

13. This policy document is based on the following values:

- Access to, participation in, and enjoyment of the arts, cultural expression, and the preservation of one's heritage are basic human rights; they are not luxuries, nor are they privileges as we have generally been led to believe.
- The Bill of Rights of the Constitution states:
- Everyone has the right to freedom of expression, which includes ... freedom of artistic creativity ... (paragraph 16)

(and)

- Everyone has the right to use the language and to participate in the cultural life of their choice ... (paragraph 30)
- It is the role of government to facilitate the optimum conditions in which these rights may be enjoyed and practised.

- A fundamental prerequisite for democracy is the principle of freedom of expression. Rooted in freedom of expression and creative thought, the arts, culture and heritage have a vital role to play in development, nation building and sustaining our emerging democracy. They must be empowered to do so.
- Humans are holistic beings. They not only need improved material conditions in order that they have a better quality of life. Individuals have psychological, emotional, spiritual, and intellectual expression, all of which require nurture and development for them to realise their full potential, and act as responsible and creative citizens.
- Arts and culture may play a healing role through promoting reconciliation. Our approach to culture is premised on international standards in which culture is understood as an important component of national life which enhances all of our freedoms. Culture should not be used as a mechanism of exclusion, a barrier between people, nor should cultural practices be reduced to ethnic or religious chauvinism.
- South Africa is now once more part of the international family of nations. We not only derive benefits from such acceptance, but also have the responsibility to pursue and implement internationally agreed and accepted norms and standards in various sectors of our society, including the arts and culture.

CHAPTER 2

ALL OUR LEGACIES

We can neither heal nor build, if such healing and building are perceived as one-way processes, with the victims of past injustices forgiving and the beneficiaries merely content in gratitude. Together we must set out to correct the defects of the past.

President N.R. Mandela: Opening speech to Parliament, February 1996

Understanding Ourselves

1. South Africa is emerging out of a troubled history. For the first time since the conquest of these shores, we enjoy democratic freedoms. The collision of cultures does not necessarily lead to subjugation and hegemony. It may also lead to subtle cross pollination of ideas, words, customs, art forms, culinary and religious practices. This dynamic interaction has always played a role in cultural enrichment which has resulted in an extraordinarily fertile and unique South African culture which binds our nation in linguistic, cultural, culinary, and religious diversity in so many forms. Embodied in this interaction is the role of technology: access to technology; its transfer; artistic expression through technology. These too are dynamic.

2. At first these exchanges took place at the margins, as our different societies met; later, interaction and destruction quickened with the importation of slaves. It raced forward under the impact of industrialisation a century ago, when indigenous cultural forms began to collapse under the demands of mining and agriculture. The advent of formal apartheid, with its overt use of culture as a political strategy, led to further stifling of expression, and indeed, to distortion. Yet cultural expression will always find a way to survive in the heartland. Our art forms, oratory, praise poetry, storytelling, dance and rituals live on in the collective memory. They are waiting in the wings to be reclaimed and proclaimed as part of the heritage of us all.
3. South African composers, sculptors, singers, choristers, dancers, artists, photographers, musicians, writers and designers have done us proud. They played an important role in the quest for democracy. They are world class and have the power further to enrich our experience.
4. Education is part of culture, and culture is itself transmitted through education. Indeed, the curriculum has been described as "a selection from culture". Previously education was used to deny the value of other cultures. This must not happen again. It is a national tragedy that we have to admit of the need for a project to restore the culture of learning.
5. It is a national tragedy that we speak of a culture of violence, in the community, in the family, against children. If culture is the glue holding the social fabric intact, then it is evident that the centre does not hold. For these reasons, not to invest in the arts, culture and heritage would constitute grave short-sightedness on the part of government and a failure to recognise the healing and recreational potential of arts and culture in a period of national regeneration and restoration. Like technology, culture is all pervasive. Indeed, the failure of many technology transfer initiatives arises precisely because insufficient care has been taken to understand the cultural dimensions of what seemed merely to be technical.
6. The two discussion documents of the RDP published in November 1995, namely the Urban Development Strategy and the Rural Development Strategy, provide the socio-political context within which our policies will function. Both documents catalogue the various disparities of income, access to basic infrastructure, spatial distribution and other constraints which currently limit the self-actualisation of the majority. The span of issues concerns education, trade and industry, health, environment and tourism. Implementing the policies suggested in this draft White Paper will therefore involve co-operation of many government departments.

Inheritance

7. Like every other sector of our society, arts, culture and heritage have been fundamentally affected by our past. The distribution of public funds in support of these activities, the

- geographical location of physical infrastructure, the dissemination of skills, the staffing, management and governance of institutions - all reflect significant bias in favour of a highly selective slice of artistic expression. The culture whose emergence and growth is consistent with the goals of our young democracy would be an inclusive, and even eclectic one. This statement is made with full recognition of the wish expressed by arts practitioners that government maintain an "arms length" relationship with the arts. Government respects this view.
8. Public funds for these purposes were previously channelled to different communities through the respective education departments of the tri-cameral and "homeland" system since culture constituted an "own affair".
 9. Where cultural institutions were deemed to serve audiences across the perceived racial divide, they were funded through the Department of National Education as a "General Affair". Given the nature, governance, mandate and geographical location of the institutions funded by the DNE, they also primarily served white audiences.
 10. Most public money for the arts went directly to particular end-user institutions. Limited resources were available through the DNE for national organisations, while the Foundation for Creative Arts was the only means for artists and cultural institutions which were not directly funded by the DNE, to access public funds. However, since the annual FCA budget was so small, it was limited in what it could support.
 11. Infrastructure to support the creation and dissemination of the arts and culture is largely located within the centres of major cities. Such museums, galleries, theatres and community arts centres are generally inaccessible to the large majority of people living in these cities, not least because of their distance from where people live.
 12. Furthermore, the provision and maintenance of arts infrastructure heavily favoured the urban cities of the previous four provinces - Cape, Natal, Transvaal and Orange Free State - rather than the "homelands", except in the former Bophutatswana where there was an arts council and four Mmabana community centres with arts and sports facilities. Black urban and rural areas are thus generally lacking in even the most basic arts infrastructure. The existence of high quality infrastructure, historically linked with the old provinces makes for a constant tension in respect of provincial equity.
 13. The kinds of artistic and cultural forms and institutions supported by public funds, determined the kinds of skills taught at the feeder educational institutions. Thus it was for example, that universities and technikons geared their education and training towards the needs of the performing arts councils through opera, ballet, music and drama departments concentrating on the European classics. Generally, tertiary institutions designed for blacks did not have training departments for the arts so that aspirant black

- artists would have had to apply to traditionally white universities to acquire skills and knowledge.
14. Until quite recently, performing arts work and exhibition opportunities for black artists at publicly-funded arts institutions were limited. With limited job opportunities, training in the arts was not pursued with the same vigour by black people as other areas.
 15. But if training as practitioners was biased in favour of whites, training as arts managers and administrators was almost completely absent for anyone in South Africa.
 16. With few job opportunities for black people in the arts market place, the education system designed for black people generally did not include arts education. Thus were very few black people formally trained as arts educators in any discipline.
 17. The current arts and culture dispensation still largely reflects the apartheid era in the distribution of skills, access to public resources, geographical location of arts infrastructure and the governance, management and staffing of publicly-funded arts institutions.
 18. The implications of this are manifold. No government can legislate creativity into effect. At best government can seek to ensure that its resources are used equitably so that impediments to expression are removed, that the social and political climate are conducive to self-expression, and that the arts, culture and heritage allow the full diversity of our people to be expressed in a framework of equity which is committed to redressing past imbalances and facilitating the development of all of its people.

CHAPTER 3

NEW POLICIES AND INSTITUTIONAL FRAMEWORKS

The cultural diversity of our people is a major national asset. The RDP will support an arts and culture programme which will provide access to all and draw on the capacities of young and old in all communities to give creative expression to the diversity of our heritage and the promise of the future. White Paper on Reconstruction and Development, 1994

Vision

1. In the context of the historical legacy outlined above, a new vision for the arts, culture and heritage is required. That vision springs from our adherence to Article 27 of the Universal Declaration of Human Rights: "everyone shall have the right to freely participate in the cultural life of the community (and) to enjoy the arts ... ". It is the objective and role of the Ministry to ensure that this right, the right of all freely to practise and satisfy artistic and cultural expression, and enjoy protection and development of their heritage, is realised.

Principles

2. In preparing this draft White Paper, the Ministry is guided by the prescriptions of the Constitution of the Republic of South Africa of 1996 regarding competencies between national and provincial levels as specified in paragraph 104. Firstly, the Ministry, through paragraph 44 of the Constitution, is expected to develop minimum standards that apply generally across the Republic. Second, cultural matters are listed under Schedule 4 as concurrent national and provincial legislative competencies.
3. Essentially therefore, the prime role of the national and provincial governments is to develop policy which ensures the survival and development of all art forms and genres, cultural diversity with mutual respect and tolerance, heritage recognition and advancement, education in arts and culture, universal access to funding, equitable human resource development policies, the promotion of literature and cultural industries. These are our "minimum standards".
4. The provincial budget allocation for arts, culture and heritage forms a segment of the budgets of the various Departments of Education and Culture.
5. Provincial governments are accountable against the agreed minimum standards for the way their budgetary allocation for arts, culture and heritage is spent.
6. In this period of transition to budgeting from zero, it will remain difficult precisely to quantify adherence to minimum standards. However, as a starting point, Provinces might be expected to demonstrate that their expenditure:
 - promotes the full range of art forms, cultural activities and heritage
 - develops cultural industries
 - widens access to arts, culture and heritage promotion and development.
7. The Ministry might commit a portion of its own budget specifically to run pilot projects in the Provinces with the aim of developing practical means of giving substance to the above policy.
8. The role of the Ministry would be to monitor and evaluate progress toward these goals.
9. To guide the realisation of the above vision, and to facilitate practical programmes to this end, policy will be guided by the following operational principles:
 - Human Rights: Shall ensure that all persons, group and communities have the right to equal opportunities to participate in the arts and culture, to conserve and develop their

cultural heritage.

- **Freedom of Expression:** Shall ensure that all persons are free to pursue their vision of artistic creativity without interference, victimisation and censorship.
- **Access:** Shall ensure unhindered access to the means of artistic and cultural activity, information and enjoyment in both financial and geographical senses.
- **Equity:** Shall ensure the equitable distribution of resources to all forms of art and culture, with due regard to the specific needs of each art form.
- **Redress:** Shall ensure the correction of historical and existing imbalances through development, education, training and affirmative action with regard to race, gender, rural and urban considerations.
- **Nation building:** Shall foster a sense of pride and knowledge in all aspects of South African culture, heritage and the arts. Shall further encourage mutual respect and tolerance and inter-cultural exchange between the various cultures and forms of art to facilitate the emergence of a shared cultural identity constituted by diversity.
- **Multilingualism:** Shall promote multilingualism in the arts in accordance with the Constitution.
- **Diversity:** Shall ensure the recognition of aesthetic pluralism and a diversity of artistic forms, within a multicultural context.
- **Autonomy:** Shall ensure the full independence of publicly-funded arts institutions, organisations and practitioners from party political and state interference.
- **Arms length:** The state shall facilitate mechanism for peer evaluation and decision-making regarding the funding of arts and culture activities.
- **Participation:** Shall ensure the right of artists and the public to participate in all aspects of the arts, including participation in decision-making structures.
- **Accountability:** Shall ensure that all arts bodies and institutions receiving public funds are accountable to the arts community, the public and a democratically elected government.
- **Transparency:** Shall ensure that all decisions and information pertaining to the arts, culture and heritage are open to public scrutiny.
- **Conservation:** Shall be committed to conserve the full diversity of South African heritage and traditions.
- **Achievement:** Shall recognise achievement and foster the development of shared standards of excellence.
- **Innovation:** Shall encourage artistic creativity, experimentation and artistic renewal.
- **Co-operation:** Shall encourage inter-disciplinary co-operation and resource sharing between different art forms and institutions.
- **Exchange:** Shall encourage exchange and interaction between local, regional, continental and international culture.

- **Security:** Shall protect the rights of all artists to fair employment practices, to protect their intellectual, artistic and cultural rights.
- **Sustainability:** Shall encourage self-sufficiency, sustainability and viability in the arts and culture.

In the process of change, the Ministry recognises the stewardship role it has to play in ensuring that capacity inherent within existing institutions is deployed to the full, that change is consistent with national reconciliation, and that sustainable redress is carried through. The Ministry acknowledges the fine professional work embodied in the various institutions it funds: the four Performing Arts Councils and the seventeen Declared Cultural Institutions. It seeks to effectively harness these resources and release this expertise and creative energy to realise the goals of reconstruction and development.

Finally, we recognise that a global sea-change is taking place: we are living through the information revolution, and must not only remain abreast of the impacts it imposes on us, but must actively shape these to our own circumstances. Old distinctions between art and communication are breaking down, and previously distinct areas are merging. Some already speak of the new activity of "edutainment", where education and entertainment have blended through computer-based systems. Time and space are now less of a constraint than before, since information effectively transcends all boundaries.

Principal areas to be addressed

In the light of the historical legacies outlined earlier, and the above vision and principles, the seven most crucial areas to address in giving practical content to a new, just and fair arts, culture and heritage dispensation are:

transparent and catalytic mechanisms for distributing public funds

transformation of all arts and culture institutions and structures

redistribution, redress and access

human resource development: practitioners, administrators and educators

Integration of arts and culture into all aspects of socio-economic development

the rights and status of practitioners, and

sources of funding.

Addressing these areas satisfactorily would represent an holistic response to the legacy we have inherited. It would take account of the most important components of development,

expression and sustainability. And throughout these policy thrusts must be a commitment to excellence.

In seeking mechanisms for the reconceptualisation of the arts, culture and heritage, it is useful to list the various organs where our creative expression is generated, housed or embodied. These comprise the following:

archives

arts, culture and heritage associations and organisations

arts galleries and collections

choirs

cultural industries

historic places

individual practitioners, educators and learners in the arts, culture and heritage

institutions carrying out associated education, training and research

libraries and information systems

media and advertising

monuments

museums

performing arts institutions

symbols

Government will primarily interact with these various organs through various statutory bodies as detailed below. By establishing such statutory bodies, mandated to secure free expression and redress, government will maintain an "arms length" relationship with the practitioner community. As is the case with other existing statutory bodies, the Ministry will be involved in the budgetary process and allocation to these statutory bodies. It will not pass judgement on artistic expression.

CHAPTER 4

ARTS AND CULTURE

... to affirm and promote the rich and diverse expression of South African culture

Reconstruction and Development Programme

The National Arts Council

In accordance with the principles of access, redress and participation, it is proposed to establish the new National Arts Council (NAC) as a statutory body. The Council will seek to bring equity to the arts and culture dispensation. The National Arts Council would receive a parliamentary grant through the Department. It would provide funding by transfer payments to individuals, organisations and institutions and will be subject to the provisions of the Reporting by Public Entities Act No. 93 of 1992, and other Treasury requirements.

The principal task of the NAC will be to distribute public funds to artists, cultural institutions, NGOs and CBOs. Criteria for this distribution, consistent with the goals of the RDP, will be developed to promote the creation, teaching and dissemination of literature, oral history and story telling, music, dance, theatre, musical theatre, opera, photography, design, visual art and craft which fully reflect our diversity.

In addition the NAC will provide study bursaries for study in the fields of arts and culture, to practitioners, administrators and educators.

The NAC may carry out research, especially regarding policy linked to its mandate. It will also execute investigations and research at the request of the Minister.

The NAC budget will conform to the norms and standards of the Department of State Expenditure, constructed against agreed criteria. These criteria will be based upon considerations of economy, efficiency and effectiveness, and indicate how the goals of reconstruction and development are to be fulfilled. These criteria will be jointly developed by the Ministry, Council of Culture Ministers, and the NAC. The NAC will provide an annual account of expenditure in the normal way, and will provide an evaluation of the activities it has funded.

Representation on the Board of the National Arts Council will be both provincial and art specific. Each province will select an individual to represent their interests through a publicly transparent process. Where such body exists, this may be the chair of the Provincial Arts Council. In addition, a public selection procedure will culminate in the appointment, by the Minister, of an additional nine to fourteen members, representative of the arts and culture as

well as those with specialist skills of benefit to the functioning of the Council. The NAC will be broadly representative of all South Africans.

Members of the NAC Council will serve three year terms renewable only after a three year lapse. However, one third of the members should be re-elected to maintain continuity.

The Council will establish discipline-based panels comprising practising artists, educators and administrators in particular fields who will advise on the merits of funding applications and on policy matters. Panel members will serve for two years and be eligible for further service after a two year lapse.

The NAC will itself function under a Chief Executive officer supported by a small professional staff.

The Foundation for the Creative Arts (FCA) was formed in 1989 as a Section 21 company under the Companies Act of 1973 to provide public support to the creative arts not supported through the PACs, and played a similar, but minor role, with very limited funding to that of the proposed NAC. In the light of the recommendations to establish the National Arts Council, and the limited remit of the FCA, the FCA will be de-registered and its infrastructure and resources will be incorporated into the NAC.

The Performing Arts Councils

At present, the largest portion of public funds for the arts goes directly to four Performing Arts Councils (PACs), which are registered in terms of Section 21 of the Companies Act of 1973. There are few opportunities for artists, other than those employed by these state-subsidised institutions, to access public funds to support the creation and dissemination of their work. The activities of these institutions, their continued access to State monies, and their putative transformation, has created more controversy than any other issue facing the Ministry. But their transformation has already begun, with the appointment of representative Boards, the rightsizing of their infrastructure and opening of their facilities to a broader spectrum of arts practitioners.

Central to the equitable functioning of the arts is the further restructuring of the PACs, (Cape Performing Arts Council - CAPAB; Performing Arts Council of the Orange Free State - PACOFS; Performing Arts Council of the Transvaal - PACT; and the Playhouse Company, formerly the Natal Performing Arts Council) in order to free and reallocate public resources to other disciplines and areas in need of redress.

The four PACs have been the primary recipients of national public funding for the performing arts, absorbing 46% of the Department's arts and culture budget. Within the new dispensation, this can no longer be the case as there are now nine provinces as opposed to

four, so that the same resources now have to be distributed more widely. Moreover in their present form, given that they are urban-based, heavily resource-consuming structures, they will still be unable significantly to assist in realising the RDP's goals of access and redress.

Of the previous Independent States, Bophutatswana was the only entity to develop a Performing Arts Council, with its associated Mmabana Cultural Foundation. The future of these facilities will be considered when addressing the differential development of arts and culture in the country.

Within an emerging framework of co-operative governance, the national government will no longer take primary responsibility for funding the PACs and their activities. Provinces and the local municipalities in which they are located should play a more active funding role since it is their inhabitants who benefit most from the presence of the PACs.

Accordingly, the PACs need to be restructured in such a way that the infrastructure and skills built up over decades are not lost, but are redirected to serving the artistic and cultural priorities established by the NAC. At base, their activities must align with the general objectives of the Government.

In arriving at these policy positions, a detailed study of the PACs was commissioned. This study collected data, provided activity-based costs for each Council, and considered various options for funding allocation.

In 1995/96, the PACs operating income was R160m, of which box office receipts accounted for 18%. R112m was granted by the State, which represents a very high level of subsidy.

Analysis of box office returns shows these do not even cover administrative costs. The inescapable conclusion is that government is subsidising expensive art forms and infrastructure for a small audience at an unaffordable level. The activity based costing exercise indicates that ballet and opera consume in the order of 30% of the total expenditure. These activities are exclusive to PACT and CAPAB. The community arts development function accounts for approximately 34% of the Playhouse Theatre budget, and 25% for that of PACOFS, whilst the PACT and CAPAB outreach and development component of their ongoing repertoire absorbs about 5% of their budgets.

As matters stand, the theatres of the PACs are all rented at zero cost from the Provinces where they are located. It is proposed that the physical infrastructure of these buildings, offices, theatres, etc., should be the joint financial responsibility of the central government, municipality/metropolitan area and Province in which they are located, as is the case with the Johannesburg Civic Theatre. Access to the use of this physical infrastructure should not therefore privilege any one institution of the national arts and culture community.

The PACs will receive declining subsidies from central government as transfer payments over the next three years. At the end of this period, government will subsidise the core infrastructure, core staff and essential activities of the PACs. All other allocations will be funded through the National Arts Council. This will require them to diversify their funding base as well as to restructure their ticketing policies. Additionally, the companies associated with performing arts councils, like all other performing arts organisations, will be able to apply to the National Arts Council for grants-in-aid. This shift in funding signals the transformation of the PACs from virtually free-standing production houses to becoming infrastructure accessible to all. This process of change will be complete by the year 2000, and will be assisted by the resources of the NAC and Ministry.

Concurrent with budgetary rightsizing, and their gearing toward meeting the imperatives of the RDP, the PACs will become playhouses. Their future administration will be negotiated and discussed with the Provinces and NAC. The involvement of the NAC in these negotiations will ensure that the insights of practitioners are brought to bear on the matter.

This strategy involves an immediate cut of 22% in the 1996/97 subsidy to the PACs. A proportion of funding freed from this streamlining process will be channelled by the National Arts Council for distribution to a wider variety of artists, cultural groups and art disciplines.

Eventually, as the PACs are right-sized and more funds are accessed from Treasury through the ongoing efforts of the Ministry, the admittedly limited public resources for the arts will be spread more widely. In this way, the existing performing arts infrastructure is geared toward reconstruction and development, and all forms of dance, music and theatre are recognised as legitimate components of our cultural heritage.

Visual Arts

Visual arts crafts and design are integral to arts, culture and heritage. Although visual arts and crafts are distinguished from each other in this document, the view which informs this policy is that the visual arts are inclusive of all the forms detailed below. The distinctions made are for convenience only. They do not imply any adherence to fixed divisions.

Visual arts include painting, sculpture, graphic art, photography, drawing, mural painting, paperworks, performance art, tapestry, fibre art, video, installation works, computer graphics, etc.

Crafts cover a spectrum of creative disciplines from original craftwork art to commodity craftwork. The largely market-driven production of commodity craftworks utilises a range of synthetic and natural materials, skills and techniques.

Design involves the application of inter-disciplinary technology to art, crafts, architecture, town planning, engineering, advertising, textiles, jewellery, clothing, furniture, typography and a host of other fields.

Visual arts, crafts and design are important components of the arts, culture and heritage environment in South Africa. They provide employment for large numbers of people in rural and urban communities and in a wide range of formal and informal industries.

To overcome the lack of co-ordination within the visual arts, craft and design, co-operation with governmental, parastatal and non-governmental organisations at national, provincial and local levels will be facilitated.

The Ministry will ensure public institutions, such as museums, which have previously focused attention almost exclusively on a narrow definition of the visual arts, take cognisance of our craft and design heritage and acknowledge this in their acquisition and education policies.

The Department will investigate the feasibility of establishing an Artbank or other mechanism to serve as a self-funding agency which provides opportunities for the development and marketing of cultural industries.

Arts Education

The Ministry will actively promote the Constitutional right of every learner in the General Education and Training Phase to access equitable, appropriate life-long education and training in arts, culture and heritage to develop individual talents and skills through the transformation of arts education within the formal school system and the development and extension of community based arts education structures. The rich and diverse expression of South African arts, culture and heritage shall thereby be promoted and developed.

Education in arts, culture and heritage should embrace opportunities for making, performing and presenting as well as appreciating the many expressions of South African cultural heritage to realise the right of all South Africans to participate fully in, contribute to, and benefit from an all-inclusive South African culture.

Arts, culture and heritage education must entail an integrated developmental approach leading to innovative, creative and critical thinking. The whole learning experience creates, within a safe learning environment, the means for shaping, challenging, affirming and exploring personal and social relationships and community identity. Experiencing the creative expression of different communities of South Africa provides insights into the aspirations and values of our nation. This experience develops tolerance and provides a foundation for national reconciliation, as well as building a sense of pride in our diverse cultural heritage.

The Ministry is committed to making an impact on economic growth, development and tourism through targeting the development of cultural industries which are organised around the production and consumption of culture and related services, and investing in an infrastructure for arts, culture and heritage education.

Arts, culture and heritage education which redresses past cultural biases and stereotypes, as well as the imbalance in the provision of resources shall be addressed by encouraging its location in educational structures at all levels of learning. To this end the Ministry will be represented in all appropriate national arts, culture and heritage education policy, curriculum and accreditation structures. Where relevant, the Ministry will also establish inter-ministerial arts educational advisory bodies to ensure communication in line with this policy.

Consistent with the recommendations of the National Qualifications Framework, the Ministry will seek to ensure that the expertise and skills of arts and culture practitioners, developed in and through informal processes, are appropriately acknowledged and accredited.

The Ministry acknowledges the importance of arts, culture and heritage education in both formal and community based structures. Both sectors contribute to arts education in different and mutually complementary ways. Arts educators and planners should be encouraged to build on the different opportunities offered by the two sectors, as well as to develop strategies which offer learners mobility between them.

Literature

Our literature, the written record of our many languages, embodies a richness which sets us apart from other nations. Unsurprisingly, our policy views literature as an important component of the arts, culture and heritage. The Ministry aims to promote, develop and make accessible the rich and diverse traditions of all South African literatures in written and oral forms. The development of previously marginalised languages is regarded as a prerequisite for meaningful multilingualism and real language equality.

The role of the Pan South African Language Board, as delineated in the Pan South African Language Board Act No 59 of 1995, is noted, as is that of the Language Task Group (LANGTAG). This policy, therefore, is confined to literature. It acknowledges and is concerned to ensure that literature and language policies are integrated with, and complementary to each other as part of a larger whole.

The transformation of literature in education must be seen in the context of widespread illiteracy and a history of language discrimination. This, and the absence of an entrenched reading culture even among the literate sectors of society, calls for full utilisation of literature in education policy to develop speaking, reading, writing, comprehension and critical skills.

A language and literature education curriculum which ensures coherence and continuity between pre-school, primary, secondary and tertiary levels of education should be a long-term goal. Measures to achieve this will be sought in co-operation with the Ministry of Education.

The electronic media are amongst the most powerful means for promoting and developing literature. To enable them to contribute in this field, this policy supports the introduction of programmes devoted to literature, writing and reading in all the language services on public, private and community radio and television services.

The Ministry will encourage public, private and community broadcasting services to commission local writers, create incentives and provide training opportunities to write and develop literary materials for the media. The Ministry will support the promotion of literature and reading in the popular press and other printed media.

It is recognised that translation is a primary literary activity to be promoted and supported as an integral part of the development of literature. Grants for the translation of literary works in the various South African languages as well as from foreign languages into local languages may be made by the NAC. The training of translators is integral to language and literature education at all levels. The Provincial Language Committee should be part of the whole training process.

Library and Information Services

Libraries are an integral part of society, providing access to educational, cultural, and recreational documents, programmes and resources. Various types of libraries and resource centres play a vital role in the provision of information, support to formal and non-formal education, and the promotion of a culture of reading and learning. Policy is needed to address the shortcomings of the past and the challenges of the future. In particular, with transformation taking place at both the metropolitan and local levels, a national policy which sets the norms and standards is required. A robust library and information services (LIS) is an essential factor in reconstruction and development.

Information is a prerequisite for raising educational standards, advancing democracy, participation in decision-making, developing the economy and enhancing the quality of life. Community libraries and resource centres have exceptionally important role to play as facilitators of lifelong learning, and should be linked to arts, community and education centres.

South Africa has some excellent libraries and a relatively sophisticated infrastructure for information provision and management, but the vast majority do not have access to the most basic LIS. The distribution of LIS is characterised by severe disparities across income, race and

spatial divides. These inadequacies will be addressed through national norms and standards, provincial co-ordination and the involvement of local government and community structures.

There is a range of community based libraries, the majority of which are funded by local government. Yet this provision is also inadequate. Structures need to be put in place for possible co-operation between community and school libraries. At present community libraries are stretched to capacity to provide resources to scholars and part-time students, without any contribution from the education authorities. This situation may be improved by the allocation of grants-in-aid, and mechanisms for this are under consideration.

Constitutionally, libraries are viewed as a provincial competence, and the co-ordination, development and finance of community libraries therefore becomes a joint responsibility of provincial and local governments. Modes of linking community and school libraries for improved effectiveness and cost efficiency should be explored. Certain functions, such as the development and maintenance of joint databases and purchase of books and other library materials, which should ideally be rendered at local level, may be effected at provincial level for economies of scale.

The Department currently funds three national libraries, the State Library in Pretoria, the South African Library in Cape Town and the South African Library for the Blind. The sub-directorate for Meta-Information has a co-ordinating function for government departmental libraries and is also responsible for international relations. There is presently no structure for promotion and co-ordination of LIS at national level. An inter-ministerial working group has been established to advise on the matters relating to LIS.

It is recommended that a national advisory council be established to assist in the formulation of LIS policy, to provide co-ordinating networks and mechanisms and set priorities for extending national LIS. It will provide a vehicle for co-ordination at national level and may advise provinces on linkages between the national and provincial governments.

[back to top](#)

Infrastructure

The primary need for infrastructure is in rural and black urban areas, close to where people live. The establishment of urban and peri-urban townships as dormitories, without proper facilities for recreation and leisure, is a feature of apartheid. This deprivation cannot be continued in the new dispensation which is concerned with improving the quality of people's lives at a local level. Such improvement must include the development of facilities to educate, nurture, promote and enable the enjoyment of the arts, film, music, visual art, dance, theatre and literature.

To this end, the Ministry intends to develop the concept of multifunctional, multi-disciplinary community arts centres through a number of pilot projects. Such centres might cater for music, dance, film and theatre, gallery and production, house a library and internet access, as well as a museum. A national audit of such infrastructure will be undertaken co-operatively by all levels of government to guide future planning and the allocation of resources. This strategic partnership will involve provincial and local arts and culture forums and communities in the determination of needs and plans for the development, governance and maintenance of arts and culture infrastructure.

The multiplier and catalytic effect of such centres in creating work opportunities for artists, in generating income for local communities and in improving the quality of life at local level by providing access to international, national and local artists in all disciplines, will be worth the financial investment. In addition there is scope to combine artistic and cultural activity alongside sports and other forms of recreation. To this end discussions are ongoing with the Department of Sports and Recreation to seek full utilisation of the proposed community sports centres

These centres will serve two of the Ministry's most important principles i.e. providing access and redressing imbalances. The Ministry recognises that it cannot achieve this ambitious vision by itself. The Ministry will seek to develop relationships with the private sector, provincial and local authorities around the country, the international community, and various local communities themselves, to make this vision a reality. RDP have already earmarked for the pilot projects, and we look forward to increases in these funds in future years.

A full strategy for craft promotion is under development as part of a Cultural Industries Growth Strategy.

Human Resource Development

Crucial to the growth and sustainability of the arts, is the development of skilled human resources. This would include educating and training:

arts and culture practitioners to create and produce works of art in the various disciplines

educators to educate and train children, youth and adults in the arts and culture

administrators, curators and managers to organise and manage cultural institutions and projects.

These education and training programmes would be organised within the National Qualifications Framework. To ensure that the training needs of cultural industries are met,

the Ministry is represented on the National Training Board. 57. Another educational imperative is the need to educate and train potential audiences and markets for the arts.

Until now, the formal educational system - when it has included arts education - has largely served the needs of the cultural institutions developed during, and which came to reflect, the apartheid era. In seeking to address these shortcomings, the Ministry maintains an ongoing dialogue within the Ministers Council on Culture, and with the Ministry of Education. Furthermore, the Ministry, through its associated Science Research Councils, will seek further to develop capacity in tertiary level arts education. All of these initiatives are furthered in commitment to the principle of lifelong learning.

Building new audiences, developing new markets

The future of the arts and cultural expression lies in the development of new audiences and markets. Current audiences are largely determined by the location of infrastructure, the availability of disposable income, and the nature of the artistic forms on offer, all of which generally reflect the legacies of our apartheid past.

In developing new markets and potential audiences, the Ministry is committed to a four-pronged strategy:

entering into discussion with the Ministry of Education with the aim of introducing arts education at school level for all children, to cultivate a long term interest in the arts

ensuring that existing infrastructure is used for the benefit of all

developing arts infrastructure close to where people live i.e. through community arts centres, so that they grow up with, and have easy access to the arts and

generally raising public awareness of the arts, especially through supporting the growth and sustainability of a range of arts festivals, which will both provide more work opportunities for artists and create greater audiences and markets for the arts.

Funding Sources

It is impossible for government by itself to achieve the vision outlined in this document. While government accepts that it has a major role to play, it needs to form co-operative alliances with other partners, and facilitate their participation with incentives where possible.

Public sector

The Department will explore creative inter-departmental co-operation in seeking to unlock potential public resources and expertise for the arts. For example, a relationship with the

Department of Trade and Industry may assist in the further development of the cultural Industries. Co-operation with the Department of Environmental Affairs and Tourism, particularly in the light of Satour's declaration of 1997 as the year of Culture and Tourism, will help to boost cultural tourism. The advantages of co-operating with the Department of Education in developing human resources and with the RDP in developing human resources and infrastructure, have already been dealt with.

The Ministry will devise national funding policy in consultation with the relevant provincial authorities in order to provide a provincially diverse, yet nationally coherent arts policy. This process should resource infrastructure, projects and practitioners. Provincial and local governments should provide funds on an ongoing basis to ensure sustainability as well as, where possible, additional funds for infrastructure.

It has been suggested that a percentage of funds raised through the proposed state lottery be earmarked for the arts and culture. It is the Ministry's goal to access 5% of the funds distributed through the lottery.

Discussions are taking place with the Department of Public Works to develop the possibility for art works to be displayed in public buildings. Agreement on this would open up significant opportunities for the arts community. This initiative exemplifies the commitment of the Ministry toward creating partnerships across the sectors.

Private sector

In some parts of the world, tax incentives are used to induce the private sector to play a major role in developing and promoting the arts. Other measures aimed at enhancing the quality of life for communities include the requirement that large building projects allocate a small percentage of their budgets for the incorporation of artworks into the overall design, for the enjoyment of the general public.

Given the absence of specific arts related tax incentives for the private sector, government has to find other means of encouraging private sector involvement in the arts. Under present circumstances, donations made by the general public for arts and culture do not qualify for tax relief unless it can be shown that the donation is in promotion of sales advertising.

Existing law does provide some scope for dealing with other situations. Section 18A of the Income Tax Act provides for 5% of taxable income to be regarded as before tax expenditure provided it is made to an "educational fund". Such a fund (in practice frequently a trust fund) must exist for the sole purpose of receiving donations to be used exclusively for education and training purposes by universities, colleges and schools. On the other hand, Section 10(1)(fA) exempts from income tax any charitable, religious or educational institution of a public character. The Ministry will, where possible, assist cultural NGOs to utilise these provisions.

Some countries provide for tax exemption in the case of bequests of artistic or heritage items for public benefit. The Ministry will explore how the current frameworks may best be utilised for such tax efficient donations, and at the same time seek to widen tax benefits for the promotion of the arts, culture and heritage.

Cultural Institutions which are currently publicly-funded would need to become more commercially driven and organised along business lines. The Ministry will seek the co-operation of the private sector in providing assistance to such institutions in their drive towards a more business-like approach.

There are numerous examples of high profile private sector involvement in the arts. The Ministry recognises though, that the private sector will become increasingly involved in the arts if they can be convinced that it will impact positively on their profits. Accordingly, the Ministry will facilitate partnerships between the private sector and cultural institutions and NGOs to explore and achieve mutually beneficial relationships. In particular, discussions are underway to establish a National Association for Business Sponsorship of the Arts.

The international community

The international community has played and continues to play a major role in the reconstruction and development of South African society. Numerous foreign governments provide generous support to cultural NGOs, which has helped to ensure the survival of many into the current dispensation.

The Ministry will continue to encourage the international community to provide support to cultural NGOs and projects, but will also seek the international community's assistance in developing and training our human resources, building organisational capacity and developing infrastructure such as community arts centres, as part of a coherent plan and strategy.

Rights and status of the artist

In the past, publicly-funded cultural institutions and practices allowed, and at times encouraged the exploitation of artists. With the decline in subsidies over the years, the salaries of practitioners, technicians and administrators in arts institutions are unacceptably low.

The Ministry will encourage the creation of optimum conditions in which artists may practice their art, and enjoy their right to freedom of expression in a relatively secure working environment and with the same protection enjoyed by other workers.

Accordingly, the Ministry will encourage the review of existing legislation, especially the Performers Protection Act No. 11 of 1967 and the Copyright Act No. 11 of 1978 (and amendments). Other Acts relating to labour relations, taxation and social security also require interpretation against the particular working conditions of artists.

CHAPTER 5

HERITAGE

"A nation without a past is a lost nation. And a people without a past is a people without a soul". Sir Seretse Khama, first President of Botswana

Heritage

Countries preserve their heritage through permanent collections of various kinds, and through restoration and care of sites having religious, political, cultural, scientific, archaeological or environmental significance. In so doing, they declare what has value for them, what they seek to preserve as evidence of their own as well as other's development and achievement.

Attention to living heritage is of paramount importance for the reconstruction and development process in South Africa. Means must be found to enable song, dance, story-telling and oral history to be permanently recorded and conserved in the formal heritage structure.

Heritage institutions and practitioners in these fields comprise another essential aspect of our national life. It is the policy of the Ministry to provide opportunities for equitable development of heritage programmes and institutions through redress measures and democratisation.

This section of the draft White Paper deals with the measures intended to preserve and enrich these two aspects of heritage. The Ministry is mindful of the comprehensive work carried out on this sector by the ACTAG members. The recommendations which follow serve as first steps, building on their foundation.

Heritage institutions

The Department currently provides funding for the Declared Cultural Institutions, and in so doing recognises that museums and the National Zoological Gardens have the potential to play a vital role in the development of arts, culture, heritage and science in South Africa. They provide opportunities for life-long learning which are not found at other types of public institution. Not only are their scientific resources and expertise a major national and regional asset, but they also promote tourism and other entrepreneurial activities.

The Declared Cultural Institutions are 'national' in the sense that they are budgeted for by the Department because of ad hoc decisions made in the past, but they are not all of 'national' status in terms of their collections or the services they provide. Indeed, several provincial and municipal museums are more 'national' in this respect than some of the nationally funded institutions. The Declared Cultural Institutions must therefore be evaluated according to agreed criteria of what constitutes 'national'.

There are some 400 publicly funded museums comprising small municipal institutions, provincial museum services which co-ordinate both large and small institutions, and large nationally funded museums which each attract more than half a million visitors a year. The majority of these museums are managed at local and provincial level.

The Department has also given regular financial support to seven other heritage organisations which comprise companies under Section 21 of the Companies Act of 1973. All these organisations are important elements in the strategy for development of the heritage sector.

Nonetheless, the provision of museum services has lacked co-ordination, there having been no national museum policy. Planning has been fragmented, many communities do not have access to museums, and cultural collections are often biased.

Funds are needed so that new museums and museums outside the current national network can also have access to national funding. The Ministry's policy therefore calls for transformation through a systematic process of restructuring and rationalisation.

Against this background the Department will carry out a review of the Declared Cultural Institutions as one of its most immediate tasks. The Review will be guided by the following principles:

reconceptualisation of national museums to present a nationally coherent structure

provision for a dynamic infrastructure which will allow for future inclusion of other heritage institutions

to ensure effective and efficient use of limited resources

facilitation of the sustainable development of heritage appreciation through exhibitions and focussed educational programmes

the promotion of national museums through co-operation with provincial museum structures

promotion of scientific activities in the national system of innovation.

In the interim, state-funded museums have been encouraged to redirect their outputs to new activities which reflect the overall goals of the Government. Fundamentally, allocations will become subject to performance measures.

National Monuments Council

The National Monuments Council is a statutory body which administers the National Monuments Act (Act No. 28 of 1969, as amended). Equivalent legislation was promulgated and administered by the KwaZulu Monuments Council, the Ciskei Historical Monuments Board and the Transkei Department of Education. All these acts should be incorporated into one act.

The term 'monuments' is narrow and for this reason the term 'heritage resources' is preferred. Heritage resources protected by current legislation include places of natural beauty, buildings, street landscapes, objects of historical importance, geological, palaeontological and archaeological sites and objects, rock art, shipwrecks, and graves of historical figures and of victims of conflict. The latter are administered by the War Graves Division of the National Monuments Council.

The imbalance regarding what counts as a national monument must be corrected. National monuments should not be seen in isolation, but should be identified in a systematic programme for "cultural mapping". Communities would be encouraged to locate and mark the heritage sites important to their identity. The Ministry, together with provincial counterparts, will endeavour to support communities in carrying out such audits.

The National Monuments Council will therefore be reconstituted as a division within a broader National Heritage Council (NHC). The National Monuments Act, which currently governs the National Monuments Council, will be replaced with new legislation which madmises co-ordination across all the fields of national heritage conservation. The National Heritage Council will comprise the assets, posts and resources of the National Monuments Council head office in Cape Town and the War Graves Division in Pretoria.

The National Heritage Council will act on recommendations for new sites to be declared national monuments, or for objects to be declared national cultural treasures. The protection and conservation of heritage resources is acknowledged by the Ministry as an important function of both environmental planning, urban and rural development planning.

The work of the current War Graves Division will be broadened to include the maintenance of graves of victims of conflict within South Africa, and conducted abroad by South Africa. The NHC will determine and execute national policy for graves of victims of conflict.

National Place Names Division

The existing National Place Names Committee is an advisory body which has been in operation for 53 years. It advises the Minister and the Department on the naming of places in South Africa, on the gradual correction of the spelling of geographical names, on changes to place names and on the compilation of dictionaries of geographical names.

The members of the National Geographical Names Division are appointed by the Minister and represent institutions and departments such as Telkom, the Post Office, Transnet, Surveys and Land Information, Language Services and experts from other fields.

The present mandate of the Committee is to consider proposals received from interested parties for the approval of new place names and for changing existing place names in South Africa. The Committee may also advise on the revision of names at its own initiative to keep pace with changes in spelling and styling. The principles applied take account of linguistic, historical, cultural and practical considerations to avoid duplication, offensive names or confusion between similar names.

The Ministry is convinced of the need for terminological corrections. As part of the process of transformation towards democratic decision-making, the National Place Names Committee will be renamed as the National Geographical Names Division and fall under the National Heritage Council. Its remit will be broadened through appropriate legislation. The National Geographical Names Division, in consultation with provincial authorities, will be responsible for identifying existing place names in need of revision, co-ordinating requests for advice on new geographical names, communicating decisions effectively to the relevant Ministries, the public and liaising with international organisations concerned with geographical names.

The National Heritage Council

Given the range of tasks required to transform support for heritage, and in accordance with the principles of access, redress and participation, it is proposed to establish the new National Heritage Council (NHC) as a statutory body. The Council will seek to bring equity to heritage promotion and conservation. The National Heritage Council will receive a parliamentary grant through the Department and will provide funding by transfer payments to institutions and projects under its remit. As such it would be subject to the requirements of the Reporting by Public Entities Act No. 93 of 1992. Other funding by the NHC might be through matched subsidy or core funding, depending on the resources available to applicants.

The NHC will also advise on policies for research, collections management, curation, exhibits and education, and establish such panels as may be needed to promote its mandate. The Council will also play a co-ordinating and consultative role in advising on national cultural symbols.

The National Heritage Council will consist of twenty three Members: nine members with professional expertise across museums, art galleries, archives, living heritage, heritage resources, architecture, education and natural sciences, finance and law; five members of civil society, and one member nominated by the MEC responsible for cultural affairs of each province. There will be due regard to demographic, race and gender representation. Members will serve three year periods of office, renewable after a three year lapse, except that one third of the members may be immediately re-elected to maintain continuity. The NHC will itself be supported by a Chief Executive Officer and a small professional staff.

Funding requests will be divided into two groups, on-going operational and project requirements. Budgets for operational expenditure will be reviewed by the NHC, whose Board will then recommend to the Department what percentage of the amount requested should be provided to each institution. This assessment will be based on the uniform application of defined criteria, such as performance measurement and regional requirements.

Project requirements will be submitted annually, in the form of project proposals, to the NHC. These proposals will need to satisfy a number of specific criteria, such as research and educational, conservation, recreational, tourism and cultural value. Furthermore, in order for projects to qualify for Department funding, requests must be able to clearly demonstrate the national relevance of the proposed projects. All institutions will be free to pursue other projects which are not Departmentally funded. If a project which is initially funded from other sources develops to a stage where it may qualify for Department funding, the relevant institution will be able to request further funding from the NHC.

The Ministry and the NHC will establish a national initiative to facilitate and empower the development of living heritage projects in provinces and local communities. The recognition and promotion of living heritage is one of the most vital aspects of the Ministry's arts, culture and heritage policy. The aim is to suffuse institutions responsible for the promotion and conservation of our cultural heritage with the full range and wealth of South African customs.

The strategy will be to facilitate the development of a structure and environment in which projects can be initiated by communities themselves. Resources will be sought to:

record living heritage practices

develop an inventory of living heritage resources

encourage awareness programmes amongst communities whose heritage has been neglected and marginalised

encourage museums to conserve living heritage through audio-visual media.

In the planning domain, urban planners require sensitivity of the need to consult communities so that land can be set aside where needed for traditional practices such as initiation. Building regulations and standards may need adaptation so that traditional building methods, materials and house styles can be used or adapted where appropriate and so that knowledge of essential skills can be passed on to others.

The Department will liaise with the Department of Education and provincial departments responsible for cultural affairs to develop information for heritage education in school curricula and non-formal education so that students and the youth are encouraged to take pride in their own living heritage.

The Ministry and NHC will consult with practitioners and provincial heritage services to develop a strategy and code of ethics for using living heritage resources for cultural tourism. This should be done in collaboration with Satour and the Department of Environmental Affairs and Tourism. The strategy should empower communities, particularly in rural areas, to promote traditional customs and performances.

Such a programme could have a ripple effect on job opportunities in the tourist industry by making marketable living heritage products such as videos, CDs, tapes, crafts and books available for sale. The cultural crafts industry will in turn have an impact on product and service development.

CHAPTER 6

INTERNATIONAL CULTURAL CO-OPERATION

Against the background of a long history of cultural isolation from the rest of the world, it is the goal of the Ministry to facilitate international cultural exchange so that more South African artists take their places on the world stage,

and so that local art and artists may benefit from international experience, exposure and expertise. The fact that South African culture consists of African, Asian and European traditions links it to the rest of the world.

The imperative of the Ministry's policies for international relations is to maximise opportunities for South African arts, culture and heritage practitioners and institutions to interact with the rest of the world.

Priority areas are to:

enable administrators and managers to acquire training and experience abroad, and for research to be done into international arts and culture administration courses with a view to implementing similar courses here

enable international arts educators to play a role in the non-formal training of practitioners, administrators and arts educators in the short to medium term

enable a corps of artists in each discipline to benefit from international exchange programmes

encourage the participation of South Africans in international exhibitions, arts festivals and arts forums of note

encourage local arts institutions to host international artists-in-residence for period during which they will pass on their skills to local artists.

The NAC will liaise with international arts and culture institutions for the purposes of promotion and development.

The NHC will liaise with international heritage organisations regarding cultural sites for the World Heritage list, and other matters regarding heritage conservation.

Having returned to the community of nations, we have an opportunity carefully to consider our regional and international relations. We are of Africa, yet have poorly developed cultural relations with our neighbours, as well as our numerous partners in the South, especially Asia. In developing these new links we shall of course maintain and also extend our links with the North.

Particular attention will be given to liaison with other Southern African countries to share knowledge, training and facilities for a regional network of information on indigenous African customs and beliefs. The focus of this exchange will be to forge closer ties between South Africa and its neighbours in support of regional development and the need to create common markets and audiences for the arts, culture and heritage industries of the region.

These initiatives will link with the UNESCO World Decade for Cultural Development which ends in 1997, and the World Decade for Indigenous People which began in 1995.

We shall build on our unique convergence of cultures to develop international links for cultural exchange on the basis of mutual respect.

Africa is faced with the challenge of re-establishing itself within a rapidly changing global environment. The rich and diverse traditions of African arts, culture and heritage and their contribution to the development of world culture is universally recognised. The Ministry's policy on relations with Africa will be based on fully reintegrating South African culture with that of the continent.

South Africa's return to the Commonwealth enables it to interact with the British Isles and Canada, as well as countries in Africa, Oceania, the Caribbean and Asia. Most Commonwealth states are characterised by linguistic and cultural diversity having developed from British colonies to independence with a mixture of expatriate and indigenous cultures.

Many if not all of these countries make provision for public participation in developing and promoting their arts, culture and heritage through Councils similar to those proposed in this document. This offers an opportunity for South Africa to enter into a wide range of programmes with member states by means of bilateral agreements as well as multilateral or joint projects and programmes under the auspices of the Commonwealth Institute and other co-ordination bodies.

Official cultural policy previously favoured relations with Europe and North America which resulted in a particular bias. The Ministry's policy asserts the fact that we are an African country with many cultures and traditions, of which these traditions are an integral part. This policy therefore regards relations with these countries as essential for the continued development of our country within a framework of multi-culturalism.

Through membership and association with various multilateral organisations (UNESCO, SADC, OAU), we can make our contribution to world cultural affairs, and at the same time, benefit from international experience and expertise by becoming signatories to various international conventions on the arts and culture.

CHAPTER 7

ALL OUR FUTURES

Like other aspects of our society, arts, culture and heritage must undergo a fundamental transformation if they are to achieve the vision embodied in our commitment to human dignity, the achievement of equality, and advancement of human rights and freedoms. In so doing, the basis will be laid for an exciting, vibrant artistic practice and cultural life in which artists realise their full potential, the nature of our democracy is enhanced and a better quality of life for all is attained.

By addressing seven crucial areas -

the provision of infrastructure, human resource development, greater access to public funds to support the creation and dissemination of art, the development of markets and audiences, integration with the RDP, increased funding for the arts, culture and heritage, and securing the rights and status of artists, it will indeed be possible for everyone to freely participate in the cultural life of the community, and to enjoy the arts.

Our vision is to be promoted through two new statutory bodies, charged with the responsibility for transformation and the management of funding to beneficiaries with sensitivity and accountability.

Ours is indeed no simple task, given the ease with which the arts, culture and heritage may be abused for sectional purpose. The opportunity now presents itself for us to rise above the pettiness of selfish practices. The enthusiasm with which the new national flag was greeted tells us that it is possible to find common ground. This is the essence of national reconciliation and nation building, and it is to this sentiment that the draft White Paper addresses itself.



EXPLORE GOV.ZA

[Statements](#)

[Documents](#)

[Events](#)

[Key Issues](#)

[Government opinion pieces](#)

[About government](#)

[About South Africa](#)

[Contact your government](#)

[Feedback](#)

[Sitemap](#)

[Get e-mail updates](#)

[Services for residents](#)

[Services for organisations](#)

[Services for foreign nationals](#)

[FAQs](#)

[Terms and conditions](#)

[RSS feeds](#)

Copyright 2022 Government of South Africa. All Rights Reserved

